



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

PPGHIST

TERRA ALTANEIRA

Conhecendo e debatendo a História de Zé Doça

04 DE OUTUBRO DE 1987

MAILSON MARTINHO





TERRA ALTANEIRA

Conhecendo e debatendo a História de Zé Doca

Dedicado à
minha admirável orientadora, a professora
doutora Sandra Regina Rodrigues dos
Santos e aos meus amores, Paulina Martins
– minha mãe –, Marileia dos Santos
Martinho – minha esposa – e José Paulo
dos Santos Martinho e Anthony Jesus
Sahel dos Santos Martinho – meus filhos –,
as reais razões de todo este trabalho.



Mailson Martinho

Especialista em História Social e Contemporânea
Especialista em História Regional e Local

TERRA ALTANEIRA

Conhecendo e debatendo a História de Zé Doca

Capa	Mailson Martinho e José Jailton Ferreira Santos
Fotos da capa	IBGE (2018), Portal “O Mará” (2020), Osmar de Oliveira (2007), Magdiel Lucas (2017), Rafael Diniz (2022), Sergio Matias (2019), Jornal O Progresso (2019).
Revisão	Leide Laura Martins da Costa, Mailson Martinho, Marileia dos Santos Martinho e Nelson Job Batista Neto.
Projeto gráfico	Mailson Martinho
Diagramação	Mailson Martinho

Martinho, Mailson.

“Terra Altaneira: conhecendo e debatendo a história de Zé Doca”/ Mailson Martinho. – São Luís, 2022.

261 f.; il.

Produto Educacional da Dissertação “O ensino da história local na rede pública municipal de Zé Doca: um olhar sobre os conteúdos trabalhados e suas fontes.”

Orientação da Profa. Dra. Sandra Regina Rodrigues dos Santos.

1. Ensino de História. 2. Fontes. 3. História local. 4. Conteúdos. 5. Zé Doca. 6. Paradidático. I.Título.

CDU 94(812.1)(075)

Elaborada por Rosiene Santos - CRB 13/837

*“[...] Eu vejo uma bela cidade
e um povo radiante ressurgindo do abismo [...].
Eu vejo vidas pelas quais dei minha vida,
tranquilas, úteis, prósperas e felizes, [...].
Eu sinto que sou bem-vindo em seus corações
e nos corações dos seus descendentes, das gerações por vir. [...].
É uma atitude muito melhor a que tomo agora,
a melhor que já tomei.
É um descanso muito melhor para o qual me vou,
o melhor que já conheci.”*

(Trecho do Filme **‘Batman: o Cavaleiro das Trevas Ressurge’** de 2012 de Christopher Nolan e adaptado da obra
‘Um Conto De Duas Cidades’ de Charles Dickens, Traduzido por Sandra Luzia Couto, em 2011)

In memoriam de:

Alberto Carvalho Gomes (Doutor Alberto);

Antonio Moraes Silva;

Jaqueline Martins;

Joan Botelho;

João Paulo Nascimento Siqueira;

Serafina Martins.

APRESENTAÇÃO

Prezado professor, prezada professora,

Este livro é resultado de inúmeras pesquisas, que se desenvolvem ao longo de mais de dois anos e que emergem da necessidade de conhecimento sobre a história do município de Zé Doca, sendo assim parte do trabalho da minha pesquisa do Mestrado em História do Programa de Pós-Pós-Graduação em História (PPGHIST) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), que se iniciou em 2020 e se finda em 2022.

Não obstante, este trabalho nasce também da ideia de prover a você docente da disciplina de História na cidade de Zé Doca, um aporte e material de apoio, para o seu trabalho em sala aula sobre a história desta cidade.

Para o seu desenvolvimento foram necessárias diversas leituras de textos, entre os quais estão livros, artigos e dissertações que tratam sobre a história de Zé Doca, a região do Alto Turi, o processo de povoamento do Maranhão, os processos migratórios em direção a este estado, as populações indígenas do Alto Turi, a construção da BR-316 e outros aspectos pertinentes ao melhor conhecimento do objeto deste estudo, a história de Zé Doca.

Assim também, as leituras e análises aqui apresentadas, são feitas em relação a documentos oficiais, tais como o Projeto de Povoamento do Maranhão (PPM) e o Projeto de Colonização do Alto Turi (PCAT), elaborados e de responsabilidade de instituições como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE).

Todavia, para um estudo mais detalhado e realista, fez-se também necessário a coleta de informações, através de entrevistas, junto a atuais moradores e ex-moradores desta localidade, utilizando-se assim da memória e dos preceitos da

história oral, para buscar informações mais ricas e aprofundadas. Assim, algumas dessas entrevistas são aqui trazidas no próprio corpo deste livro.

Deste modo, para além das informações retiradas diretamente de fontes orais e escritas, o livro apresenta também um arcabouço de iconografias - fotos, mapas, desenhos e pinturas - utilizados com intuito de melhor abordar as temáticas e deixá-las mais prazerosas e compreensíveis.

Neste mesmo sentido, um conjunto de outros itens são trazidos no sentido de viabilizar possibilidades para uma melhor compreensão e maior um aprofundamento de estudos acerca de cada uma das temáticas aqui abordadas.

Desta forma, espero que a preocupação em trazer uma abordagem que perpassasse as questões tradicionais e conteudistas, possa lhe trazer uma excelente experiência quanto a história do município de Zé Doca. Que a ideia do conhecer e debater, do saudoso amigo João Botelho, possam iluminar suas aulas, trazendo verdadeiros momentos de aprendizado e reflexão. E que este possa ser mais que apenas mais uma fonte para o conhecimento da História de Zé Doca, sendo também uma verdadeira luz para a problematização de questões que nasçam dessa temática e que permitam dar voz aos até então silenciados.

Por último, esse trabalho não encerra todo o conhecimento sobre a história do município de Zé Doca e não tem essa pretensão, visto que se encontra sujeito à análise crítica do leitora quem deseja um excelente estudo, podendo contribuir de forma significativa para a sociedade zedoquense.

O autor

CONHECENDO O SEU LIVRO

Prezado professor, para a sua maior e melhor compreensão das temáticas sobre a história de Zé Doca, trazidas no transcorrer deste livro você encontrará:

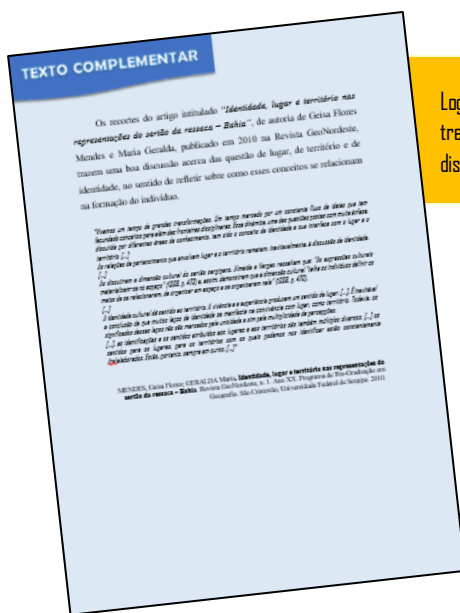


As temáticas e os capítulos divididos em três unidades, assim organizadas com o intuito de melhor debater os processos históricos de Zé Doca. As unidades são assim evidências da que será trabalhado nos capítulos e possuem um tema geral, que se correlaciona com os capítulos e as temáticas, uma foto temática, representativa de lugares de memória da cidade que se associam ao que será trabalhado e uma epigrafe, que pode ser trecho de música, poema ou uma citação e que também traz alguma referência ao que será trabalhado a seguir.

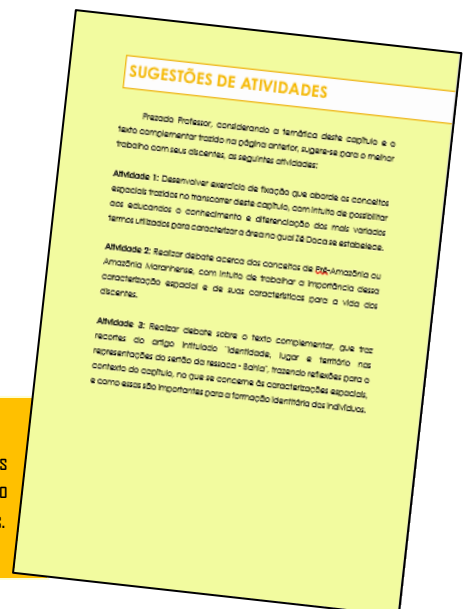
Sete capítulos, com temáticas distintas, mas que se correlacionam e trazem discussões sobre os mais diversos temas ligados ou que trate diretamente sobre a história de Zé Doca, embasando-se, para tanto, nas mais variadas fontes, como as documentais e orais, e trazem um rico acervo de iconográfico, para uma discussão mais ampla, exemplificada e rica.



Logo após as discussões do capítulo, este tópico traz textos - letras de músicas, poemas, trechos de artigos ou capítulos de livros e outros - que visam o aprofundamento das discussões trazidas dentro do capítulo.



Este item sugere três atividades, que refletem discussões sobre as temáticas abordadas no capítulo ou as informações trazidas pelo texto complementar no sentido de proporcionar um aprendizado mais sólido e crítico para os discentes.



Uma espécie de glossário, onde são trazidas explicações sobre palavras, termos, expressões e personagens evidenciados ao longo dos capítulos e que estão, de alguma forma, associados a história de Zé Doca.

FIQUE POR DENTRO

Centro do Zé Doca é o nome ao lugarejo ou povoado fundado na segunda metade do década de 1950 pelos primeiros habitantes e fundadores da que hoje se caracteriza como a cidade de Zé Doca.

Bacias hidrográficas são áreas de captação natural dos fluxos de água oriundos de processos de precipitação e que convergem seus escoamentos em direção a um único ponto, que serve de saída e conceituado como exutório.

DIRETO DA FONTE

Sobre os povos que tinham presença na Região do Alto Turi Maria das Graças Corrêa de Oliveira em seu livro "A SUDENE e o projeto de povoamento da Amazônia maranhense: uma experiência instigante" de 2012, expõe que:

Três etnias indígenas tinham presença na área: os Guajá Awá, uma das tribos nômades remanescentes no Brasil, localizadas no Alto Turi; os Guajajaras (também conhecidos como Teneteara ou Tenetehara), antigos habitantes da margem oriental da Amazônia maranhense, depois fixados nos arredores de Pindaré, e os Kaapor (Urubu-Kaapor, Kaapor, Kaaporté), presentes entre o Rio Guãrupi e os afluentes meridionais do Rio Turiaçu.

OLIVEIRA, Maria das Graças Corrêa de. A SUDENE e o projeto de povoamento da Amazônia maranhense: uma experiência instigante. Recife: Luci Artes Gráfica, 2012, p. 78)

Este item traz, de forma contextualizada com o que se apresenta na discussão das temáticas, afirmativas de fontes diversas - entre estão documentos e relatos orais - para dar base ao que se fala.

Neste item é trazido dicas de documentos, leis, vídeos, dissertações, artigos e os meios que o leitor poderá fazer o uso para aprofundar seus conhecimentos acerca das temáticas abordadas ali.

APROFUNDANDO OS CONHECIMENTOS

LEI: *Lei Complementar Nº 108 de 21 de novembro de 2007, do Governo do Maranhão, de 2007.*

DOCUMENTO: *Regiões de Planejamento do Estado do Maranhão, do Governo do Maranhão - SEPLAN, IMESC, UEMA - de 2008.*

PERSONAGENS NA HISTÓRIA

José Gonçalves dos Santos: o homem de múltiplas facetas



Nascido em 16 de dezembro 1941, em São Luís, capital do Estado do Maranhão, José Gonçalves dos Santos chega de Zé Doca como um desenhista ligado ao Projeto de Colonização do Alto Turi, atividade esta que lhe trará apelido de "desenho", como ficou popularmente conhecido em Zé Doca. Com uma habilidade nata para esta atividade, foi responsável pela elaboração de várias plantas para a construção civil e de áreas do projeto, dentre as quais cabe destaque a elaboração de um dos primeiros mapas de Zé Doca, o denominado "Distrito de Zé Doca - Plano de policiamento" (página 219), datado da década de 1980.

Nesse contexto, se notabilizou também desenvolvimento de pinturas, quadros, caricaturas e retrato fidede, tendo sido professor de desenho técnico. Para além das atividades de desenho, José Gonçalves se destaca na história da cidade desenvolvimento de estátuas, entre as quais estão a de Santo Antônio, localizada na Praça da Matriz, em frente à Igreja Católica da Matriz.

Foi também um atleta, poeta e escritor, sendo bastante conhecido em Zé Doca, pela elaboração da letra e da música do hino desta cidade, da bandeira e do brasão da cidade do município. Casado com Helena do Espírito Santo Pereira, José Gonçalves dos Santos morreu em 19 de setembro de 2003 em São Luís deixando um legado de contribuições a educação e cultura zeloquense. Em sua homenagem na cidade existe uma escola com seu nome, a Escola Municipal Professor José Gonçalves dos Santos, e ele é consagrado patrono da Academia Zeloquense de Letras.

Personagens que foram importantes historicamente, quer no contexto social, político, econômico ou cultural, são trazidos neste tópico o sentido não somente de enaltecer a sua importância, mas de evidenciar suas contribuições no contexto local, como parte essencial para o estabelecimento do que seja a atual Zé Doca.

SUMÁRIO

UNIDADE I - O TERRITÓRIO E OS SEUS PRIMEIROS HABITANTES.....	15
CAPÍTULO 1 - A CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DO CENTRO DO ZÉ DOCA.....	16
TEXTO COMPLEMENTAR.....	25
SUGESTÕES DE ATIVIDADES.....	26
CAPÍTULO 2 - O PIONEIRISMO DAS POPULAÇÕES ORIGINÁRIAS NO POVOAMENTO DO ALTO TURL.....	27
Os povos Ka'apor	41
Os povos Awa Guajá.....	48
TEXTO COMPLEMENTAR.....	56
SUGESTÕES DE ATIVIDADES.....	57
UNIDADE II - A FUNDAÇÃO E OS FUNDADORES DO CENTRO DO ZÉ DOCA.....	58
CAPÍTULO 3 - A COLONIZAÇÃO ESPONTÂNEA DO CENTRO DO ZÉ DOCA.....	59
Frentes de ocupação do Maranhão e o pioneirismo dos fundadores do Centro do Zé Doca.....	61
O cotidiano dos primeiros moradores do Centro Zé Doca.....	80
<i>Agricultura e comércio nos primeiros anos do Centro do Zé Doca.....</i>	86
TEXTO COMPLEMENTAR.....	97
SUGESTÕES DE ATIVIDADES.....	98
CAPÍTULO 4 - AS PRINCIPAIS CORRENTES MIGRATÓRIAS DA COLONIZAÇÃO DE ZÉ DOCA.....	99
A fuga da seca, do flagelo e da miséria: migrantes nordestinos rumo ao Maranhão.....	104

Expropriados na busca por terra devolutas e melhores condições de vida: migrantes maranhenses rumo ao Alto Turi.....	116
TEXTO COMPLEMENTAR.....	133
SUGESTÕES DE ATIVIDADES.....	134
UNIDADE III - A COLONIZAÇÃO DIRIGIDA E A FORMAÇÃO DA CIDADE DE ZÉ DOCA.....	135
CAPÍTULO 5 - O CENTRO DO ZÉ DOCA, O PROJETO DE POVOAMENTO DO MARANHÃO E O 2º BEC.....	136
O Projeto de Povoamento do Maranhão e o trabalho da SUDENE.....	139
<i>Organização espacial, trabalho e cotidiano dos colonos do PPM e do PCAT.....</i>	153
A BR-316 e o 2º Batalhão de Engenharia de Construção.....	162
TEXTO COMPLEMENTAR.....	175
SUGESTÕES DE ATIVIDADES.....	176
CAPÍTULO 6 - O CENTRO DO ZÉ DOCA E O PROJETO DE COLONIZAÇÃO DO ALTO TURI.....	177
<i>Organização econômica-espacial, trabalhadores, atividades inter-núcleos e o papel de Zé Doca na subárea I.....</i>	184
TEXTO COMPLEMENTAR.....	201
SUGESTÕES DE ATIVIDADES.....	202
CAPÍTULO 7 - A CIDADE DE ZÉ DOCA.....	203
O processo emancipatório de Zé Doca e o governo de intervenção de Nagib Haickel.....	213
<i>A criação dos símbolos municipais.....</i>	219
Zé Doca emancipada: as campanhas, as eleições e os eleitos.....	222
<i>Os candidatos eleitos.....</i>	225
A criação dos Bairros de Zé Doca.....	238
TEXTO COMPLEMENTAR.....	254
SUGESTÕES DE ATIVIDADES.....	255

REFERENCIAS.....	256
O AUTOR.....	260

UNIDADE

I

*“Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.*

*Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores [...]”*

Trecho de *“Canção do exílio”* de Gonçalves Dias



Fonte: Google, 2012.

O TERRITÓRIO E OS SEUS PRIMEIROS HABITANTES

CAPÍTULO

1

A CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DO CENTRO DO ZÉ DOCA

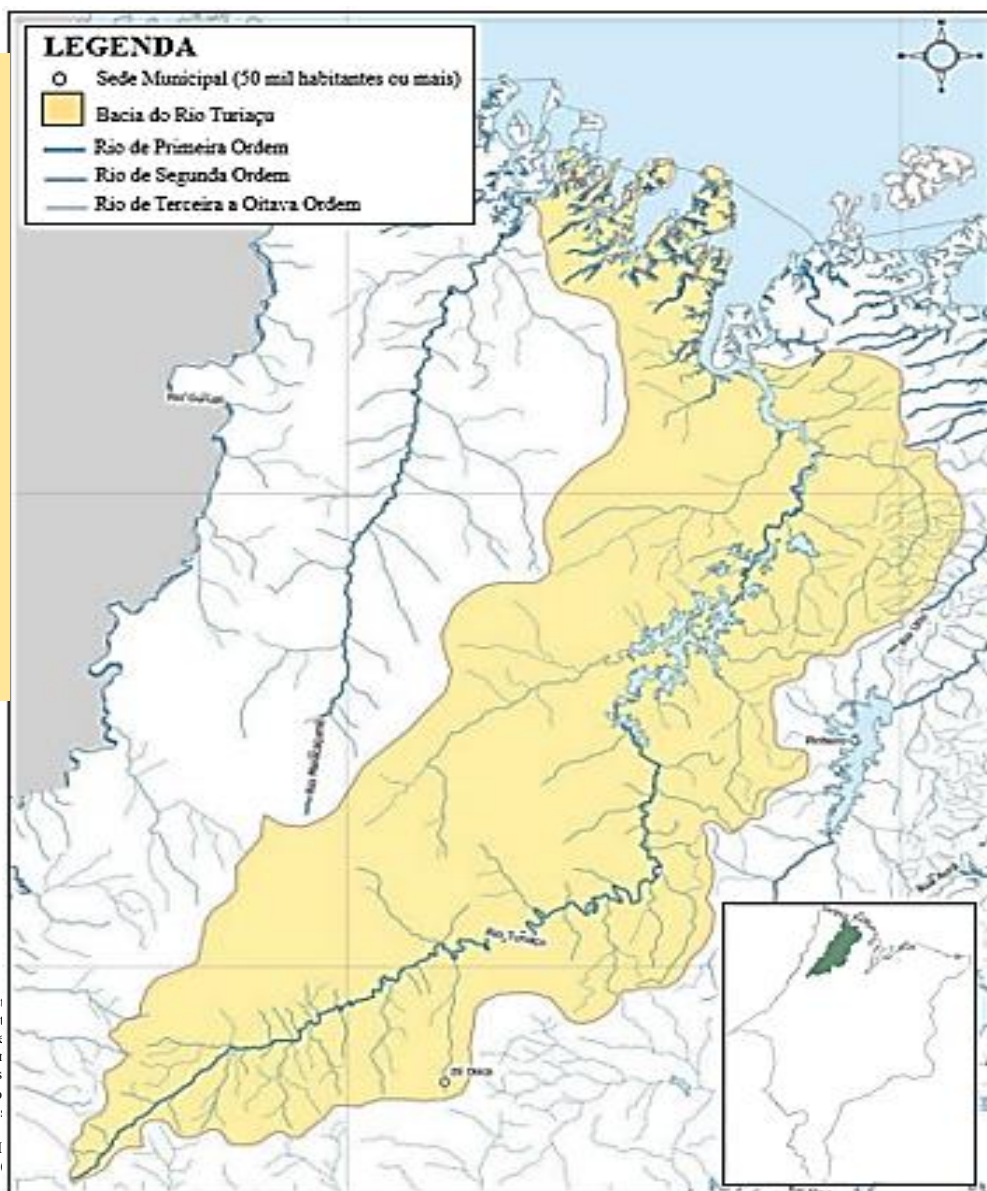
FIQUE POR DENTRO

Centro do Zé Doça é o nome ao lugarejo ou povoado fundado na segunda metade do década de 1950 pelos primeiros habitantes e fundadores da que hoje se caracteriza como a cidade de Zé Doça.

Bacias hidrográficas são áreas de captação natural dos fluxos de água oriundos de processos de precipitação e que convergem seus escoamentos em direção a um único ponto, que serve de saída e conceituado como exutório.

O **Centro do Zé Doça** se institui na Macrorregião Oeste do estado Maranhão, no noroeste deste estado, na fronteira com o Estado do Pará, na região denominada de Alto Turi, uma subárea assim conceituada por ser a nascente do Rio Turiçu, o maior e principal rio da Bacia Hidrográfica do Rio Turiçu, uma das 7 **bacias hidrográficas** presentes e de domínio do Estado do Maranhão.

Área de abrangência da Bacia Hidrográfica do Rio Turiçu, com a exposição e caracterização das ordens dos rios que a compõe e sua localização em relação ao espaço geográfico que caracteriza o estado do Maranhão.



Fonte: Governo do Estado do Maranhão/Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais-SEMA/ Superintendência de Recursos Naturais (2020); ANA, Base Hidrotopocodificada Multiescala; e UEMA/NUGEO adaptação de Mailson M

Situada nas áreas úmidas do bioma amazônico, essa bacia hidrográfica, se caracteriza pela abrangência de todo o trajeto do Rio Turiaçu e seus afluentes, nascendo na Serra do Tiracambu e desembocando nos municípios de Turiaçu e Bacuri, percorrendo em torno de 720 km, entre o noroeste e parte do litoral ocidental maranhense, abrangendo cerca de 19 municípios, em uma área de 14 149,87 km² – o que equivale a 4,26% do território maranhense –, com população estimada em 494 330 habitantes, segundo dados do IBGE (2021) e que desenvolve como principais atividades econômicas a pesca, a agricultura de subsistência, a pecuária e a atividade salineira.

Listagem em ordem alfabética dos municípios que apresentam parte de seus territórios banhados pela Bacia Hidrográfica do Rio Turiaçu e o respectivo contingente populacional que cada uma dessas cidades possui, segundo IBGE (2021).	Município	População
	Araguanã	15 675
	Bacuri	18 726
	Cândido Mendes	20 376
	Centro Novo do Maranhão	22 056
	Governador Newton Bello	10 121
	Governador Nunes Freire	25 502
	Maranhãozinho	16 754
	Mirinzal	15 059
	Nova Olinda do Maranhão	21 228
	Pedro do Rosário	25 560
	Pinheiro	84 160
	Presidente Médici	7 124
	Presidente Sarney	19 217
	Santa Helena	42 829
	Santa Luzia do Paruá	25 487
	Serrano do Maranhão	10 343
	Turiaçu	35 811
	Turilândia	26 112
	Zé Doca	52 190
	População Total	494 330

Fonte: UEMA/NUGEO (2009); CODEVASF (2012) e Ana (2016); e IBGE (2021).

Outra característica importante dessa bacia hidrográfica é a presença de uma riquíssima fauna e flora. Neste contexto, segundo Beneilton de Jesus Silva em seu artigo intitulado “Rio Turiaçu no Século 21: belezas naturais e uma problemática ambiental contemporânea” essa área é cortejada por uma rica vegetação que se

estende por todo território da **Pré-Amazônia** ou **Amazônia Maranhense**, das quais cabem destacar árvores raras como a faveira, o trapiazeiro, a araribeira, o quiririzeiro, a ingazeira, a gagaubeira, o bacurizeiro e diversas outras espécies que, por via de seus frutos, oferecem aos inúmeros animais herbívoros da região, rica fonte de alimentação. Por sua vez, em relação a fauna desta bacia hidrográfica destacam-se o tatu, a paca, a cutia, a capivara, o porco-do-mato, o veado catingueiro, o veado mateiro, a nambu, a siricora, a garça, o socó-boi, a marreca, além da onça suçuarana, comumente chamada na região de “Gato do Mato”.

FIQUE POR DENTRO

Pré-Amazônia ou Amazônia Maranhense é a forma como se denomina a área de abrangência do bioma amazônico que compreende a parte mais oriental desse bioma no continente americano e se encontra presente entre o oeste e leste do território do Maranhão, se caracterizando como uma área de rica biodiversidade, com 81 208,40 km², que representam 24,46% do território do Estado e compreende 62 municípios (IBGE, 2002).



Mapa do Maranhão, com a delimitação da área caracterizada como Amazônia Maranhense, como se pode ver, situada entre o oeste e noroeste deste estado.

Fonte: Araújo; Lopes; Carvalho Filho (2011) adaptado por Mailson Martinho (2021).

DIRETO DA FONTE

Os versos de Antonio Torres Fróes de 1998, citados por Beneilton de Jesus Silva (2010, p. 5) refletem as riquezas, presentes ao longo do curso do Rio Turiaçu na Bacia Hidrográfica do Rio Turiaçu, bem como na área de abrangência desta própria bacia:

*“O Rio Turi é tão lindo, que difícil contar, mormente quando subindo o afluente Paruá!
Sucurijús gigantescas e jacarés colossais, milhões de peixes que habitam igarapés, pantanais;
A garça branca que voa, a arariba que cheira, a siricora que corre por debaixo da faveira;
Pescador que tarrafeia, cardume de tapiaca, enquanto o fogo fumaça, lá na moita da barraca;
À tardinha, a passarada, na mais linda sinfonia, canta e gorjeia feliz, pelas belezas do dia.
Canta alegre o sabiá, na mata sombria e fria, numa verdadeira festa, pelo começo do dia;
Como que num paraíso, cheio de felicidade, aí tem tanta riqueza, junto de tanta humildade!”*

SILVA, Beneilton de Jesus. **Rio Turiaçu no século 21: belezas naturais e uma problemática ambiental contemporânea.**-Disponível em: https://www.academia.edu/8128870/RIO_TURIA%C3%87U_NO_S%C3%89CULO_21_BELEZAS_NATURAIS_E_UMA_PROBLEMA%C3%81TICA_AMBIENTAL_CONTEMPOR%C3%82NEA. Acesso em: 20 de junho de 2020.

APROFUNDANDO OS CONHECIMENTOS

LEI: *Lei Complementar Nº 108 de 21 de novembro de 2007, do Governo do Maranhão, de 2007.*

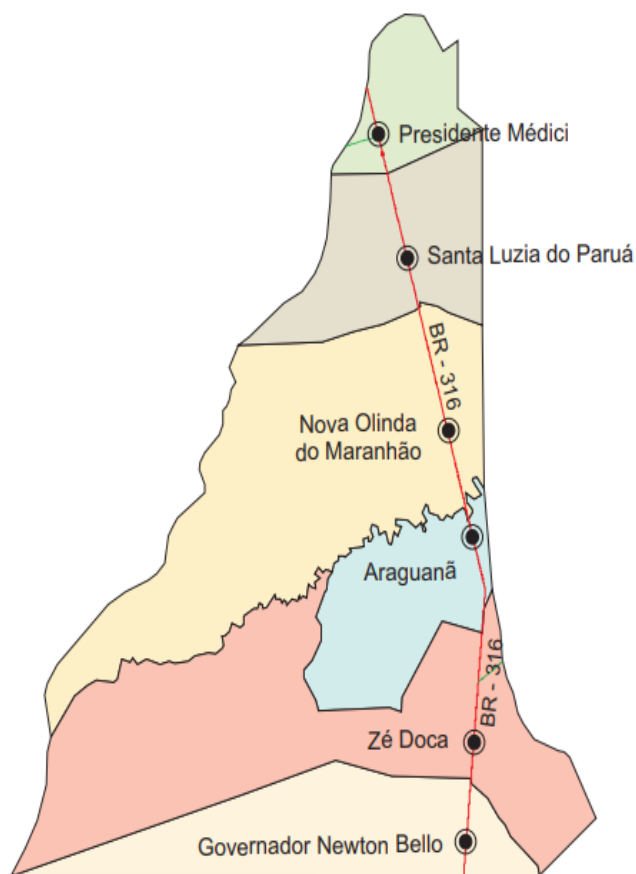
DOCUMENTO: *Regiões de Planejamento do Estado do Maranhão, do Governo do Maranhão - SEPLAN, IMESC, UEMA - de 2008.*

Ao longo da História e, de forma mais enfática, nos dias atuais, a Bacia Hidrográfica do Rio Turiaçu – constituído pelo Rio Turiaçu e seus números afluentes – tem convivido com diversos problemas que tem afetado diretamente a natureza desses meios. Entre esses problemas se destacam o desmatamento da sua mata ciliar, a pesca predatória e a escavação do solo para retirada de materiais como argila, a areia e o seixo.

Embora o termo Alto Turi fosse anteriormente alcunhado a região, em função dessa ser a área da nascente do Rio Turiaçu ou como forma de designar a região de abrangência do projeto de colonização dirigida das áreas devolutas do noroeste maranhense – inicialmente de responsabilidade da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e, posteriormente, da Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE) –, é por meio da Lei Complementar Nº 108/2007, criada no governo de Jackson Lago, que são oficializadas sua abrangência e características – para tanto sendo considerados os aspectos socioeconômicas, naturais, ambientais, culturais e étnicos semelhantes entre as cidades que

fazem parte dessa região –, bem como das outras 31 regiões de planejamento governamental que esta lei institui.

Constituída pelas cidades de Araganã, Governador Newton Bello, Nova Olinda do Maranhão, Presidente Médici, Santa Luzia do Paruá e Zé Doca, a Região de Planejamento do Alto Turi, possui área de 8185,8 Km², população de 109 084 habitantes e Produto Interno Bruto é de 296,2 milhões, sendo caracterizada pela influência da Bacia Hidrográfica do Vale Alto do Rio Turiaçu e apresentando potencialidades para a pesca, a agricultura, a pecuária, o extrativismo vegetal, a apicultura, o turismo e o ecoturismo, mas com carência de ampliação e restauração de sua malha viária, da implementação de sistemas de saneamento básico, do desenvolvimento e da execução de programas de inclusão voltadas às comunidades indígenas locais, de maior dinamismo nos processos produtivos do mel e de proteção das áreas de babaçuais.



Área de abrangência da Região de Planejamento do Alto Turi, estabelecida pela Lei Complementar nº 108/2007, criada no governo de Jackson Lago, com a delimitação espacial das cidades de Araganã, Governador Newton Bello, Nova Olinda do Maranhão, Presidente Médici, Santa Luzia do Paruá e Zé Doca, que compunha esta região, bem como a sua localização no território do estado do Maranhão.

Fonte: Governo do Estado do Maranhão (2007); IBGE (2001) e Mapa Rodoviário do Maranhão (2006).

A Região do Alto Turi, faz parte também da Pré-Amazônia ou Amazônia Maranhense, assim caracterizada por ser uma região de transição entre o semiárido nordestino e a própria região amazônica, apresentando um clima quente e úmido, um grande índice pluviométrico anual e uma vegetação característica de floresta tropical, com a presença de árvores de grande porte, mata densa e predominantemente fechada, de riquíssima flora e fauna.

DIRETO DA FONTE

Ao expor sobre a localização do Alto Turi, situado na região definida como Pré-Amazônia ou Amazônia Maranhense, e suas características, “O Projeto de Colonização do Alto Turi”, de 1972, traz que:

“Dentre as sete grandes unidades ecológicas em que a Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA) divide o Estado, é na “região da fronteira agrícola” que se localiza o PCAT. Também conhecida como “pré-amazônica”, essa região abrange, ao norte do paralelo ‘de 3°S, toda porção territorial compreendida entre os rios Gurupi e o médio e baixo Turiaçu e confinada a leste pela “região da baixada”. Ao sul do mencionado paralelo, porém dilata-se entre a “região centro” (“zona dos cocais”) e os Estados do Piauí e de Goiás, contendo a bacia superior do Turiaçu e os bacias do alto o médio Pindaré, do alto e médio Grajaú e do alto Mearim [...]”.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **O Projeto de Colonização do Alto Turi (Maranhão)**. Recife, p. 11.

FIQUE POR DENTRO

Colonização Dirigida é aqui cunhado, a partir das concepções Silva (1973), Arcengeli (1987) e Ferreira (2015), como referência a um processo ocupação e povoamento que se dá com uma orientação mínima oficial – do Estado – acerca da escolha e da organização da área, mas que geralmente não passa de um simples e básico direcionamento de fluxos migratórios. Assim também, segundo Silva (1973), esse termo é usado em distinção a colonização espontânea e a planejada.

Nos primeiros anos do seu povoamento, quando a localidade já era conhecida como Centro do Zé Doca, a vegetação típica da Floresta Tropical Amazônica ainda era presente e marcante no local, fato que Luiz Carlos Siqueira Manhães, em “Educação e lutas sociais na colonização dirigida: o Alto Turi maranhense: 1962-1984”, de 1987, deixa claro ao afirmar que anterior ao processo de **Colonização Dirigida**, quando os primeiros migrantes – entre eles pequenos produtores e outros grupos sociais – se estabelecem no Alto Turi, essa região “era mata mesmo”.

A preservação da vegetação típica da Floresta Tropical Amazônica, presente na região na época, está em grande parte associada a utilização de técnicas e instrumentos simples e

rudimentares no desenvolvimento da agricultura, o que acarretava o baixo uso desses recursos naturais.

A ideia de Colonização Dirigida em relação ao Alto Turi, se faz no sentido de necessidade do povoamento dessa região que é, por vezes, vista ou caracterizada como uma área de abundantes **terras devolutas ou terras sem dono**, mas também se dá no sentido da expansão da **fronteira agrícola** do estado do Maranhão.

Aqui, um importante ponto a ser considerado em relação ao Alto Turi, são as percepções que se constroem em relação ao seu espaço geográfico e que se ligam a ideia de vazio demográfico, de ambiente pouco ou até mesmo inabitado. Concepções essas que buscam se justificar na baixa densidade demográfica dessa região no início do século XX.

Terras devolutas caracterizadas como terras públicas, que embora não utilizadas pelo Poder Público em nenhum momento podem ser entendidas como patrimônio de um particular, mesmo que estejam sob sua posse de forma irregular.

Fronteira agrícola é uma expressão comumente utilizada para caracterizar o avanço da agropecuária sobre a natureza, as terras cultiváveis ou mesmo as terras voltadas a agricultura familiar, que buscam se justificar pela necessidade de uma maior produção de alimentos ou pela criação de animais sob o discurso de demanda internacional por importação de produtos.

DIRETO DA FONTE

A ideia de terra quase que inabitada, com prevalência de extensas florestas e de mata virgem, pode ser percebido no trecho do discurso de 1959, do então governador do Maranhão, José de Mattos Carvalho, citado por Ferreira (2015, p.122), no qual o político apontava este estado, como aquele com as melhores condições para a implementação de um projeto de colonização, subsidiado pela SUDENE:

“[...] De fato, para os trezentos e cinquenta e seis mil quilômetros quadrados por que se estende o território maranhense, há, apenas, 2.000.000 de habitantes, ou sejam cerca de 5 habitantes por quilômetro quadrado.

A par de tão baixa densidade demográfica, apresenta-se a má distribuição das manchas populacionais, agrupadas, em sua grande maioria, nas proximidades do litoral. Daí o fato de existirem regiões ainda quase desabitadas, além de outras que permanecem desconhecidas, como as que se situam as nascentes dos rios Turiaçu e Gurupi, ao noroeste do Estado, ensombradas em extensas florestas que se conservam virgens [...]”

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. *Construção do Eldorado maranhense: experiência e narrativa de imigrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim-MA (1930-1970)*. Tese de doutorado em História Social. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História. Niterói, 2015, p.122

Os termos “terras livres” ou “terras devolutas” são conceitos muito usuais para designação do espaço no qual o Centro do Zé Doca se institui e que possuíam íntima ligação com a concepção de “vazio demográfico”. Essas designações se colocam como referência não somente ao baixo índice populacional do Alto Turi, mas também

como forma de evidenciar uma característica dessa região, que será inclusive atrativo de migrantes das mais diversas localidades do Nordeste e do próprio Maranhão, que é abundância de “terras sem donos” ali existentes.

Segundo Luiz Carlos Siqueira Manhães em seu estudo intitulado “Educação e lutas sociais na colonização dirigida: o Alto Turi maranhense: 1962-1984”, de 1987, a própria concepção de “terras devolutas”, entre o entendimento de migrantes e do Estado, possuía suas distinções, uma vez que “*Para o migrante sem terra e querendo trabalhar num “pedacinho de roça”, terra devoluta é mata, lugar de trabalho. Para o Estado, terra devoluta é terra disponível*” (MANHÃES, 1987, p. 31).

Deste modo, é pela ação do estado, representado inicialmente nos feitos da SUDENE e posteriormente nas atividades da COLONE, que se desenvolve a Colonização Dirigida do Alto Turi, primeiramente por via do Projeto de Povoamento do Maranhão (PPM) e logo depois através do Projeto de Colonização do Alto Turi (PCAT), tendo como intuito a promoção da expansão da fronteira agrícola, bem como o povoamento e desenvolvimento dessa área. Aqui, fica claro que a expansão dessa fronteira agrícola, isto é, a exploração de áreas naturais, apresenta-se intimamente ligada ao processo de povoamento das áreas consideradas inabitadas no Alto Turi.

APROFUNDANDO OS CONHECIMENTOS

DISSERTAÇÃO: *Educação e lutas sociais na colonização dirigida: o Alto Turi maranhense: 1962-1984*, de Luiz Carlos Siqueira Manhães, de 1987.

DOCUMENTO: *Projeto de Colonização do Alto Turi (Maranhão)*, do Ministério do Interior do Brasil – SUDENE - de 1972.

DIRETO DA FONTE

Acerca dessa intencionalidade na política de colonização empreendida pela SUDENE da expansão da fronteira agrícola no noroeste maranhense, “O Projeto de Colonização do Alto Turi (Maranhão)” traz que:

“Fundamentalmente, a política de colonização da SUDENE inspira-se na necessidade de promover, ao mesmo tempo, a expansão da fronteira agrícola do Nordeste do Brasil e a absorção de parte dos excedentes de força do trabalho rural da região. Mais precisamente, no caso do PCAT, a expansão da fronteira agrícola visa estender o processo de desenvolvimento regional desencadeado pela SUDENE às terras disponíveis no noroeste do Estado do Maranhão, de modo a incrementar a oferta de alimentos e de matérias primas agro-florestais, incorporando inclusive a colonização espontânea ali preexistente [...]”

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. *O Projeto de Colonização do Alto Turi (Maranhão)*. Recife, 1972, p. 72)

A concepção de um vazio demográfico ou mesmo de terras devolutas, comumente usadas para se fazer referência ao Alto Turi, não necessariamente significava dizer que essas terras, pertencentes ao patrimônio do público nacional, eram desabitadas, sem quaisquer utilidades ou mesmo sem aproveitamento econômico de recursos naturais nos processos produtivos.

DIRETO DA FONTE

A importância de se refletir em relação a ideia de vazio demográfico em relação ao Alto Turi é também problematizada por Wagner e Mourão (2017) citando Dornas (1974) e Andrade (1973), em:

“[...] Ao se absolutizar o “vazio”, ignorou-se o fato de que, antes do traçado das estradas, os camponeses já estavam localizados nas florestas, próximos aos “caminhos de gado” e às linhas de telégrafo, junto às picadas da Petrobrás (Dornas, H., 1974 e Andrade, M. C., 1973) na região noroeste do Maranhão. Quando da construção das estradas, suas picadas de serviço encontram roçados de arroz, mandioca e milho. Por vezes o próprio traçado da estrada obedeceu à linha de ocupação. A migração camponesa, neste sentido, antecede à própria construção de rodovias, ainda que seu volume possa ter alterado após o término das estradas.”

WAGNER, Alfredo; MOURÃO, Laís. *Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo*. In: WAGNER, Alfredo; Mourão. *Questões Agrárias no Maranhão contemporâneo*. Laís. Manaus: UEA Edições, 2017, p. 87)

Neste contexto, fica claro que bem antes do processo de Colonização Dirigida, empreendido pela SUDENE em relação ao Alto Turi, essa região, além de habitada, já eram exploradas produtivamente, por uma agricultura basicamente de subsistência, o que contrapõe a ideia do Projeto de Colonização do Alto Turi como um marco do povoamento e da produtividade das “terras devolutas” da região.

Outro ponto relevante acerca da caracterização do espaço concebido como Alto Turi, está no fato de que quando os primeiros migrantes por ali chegam, era muito comum o contato direto com vegetação e animais selvagens típicos do bioma amazônico, pelo qual a região é envolvida, assim como também o contato com as populações indígenas que por ali já viviam e se deslocavam, os verdadeiros primeiros habitantes do Alto Turi e tema de discussão do próximo capítulo.

Os recortes do artigo intitulado “*Identidade, lugar e território nas representações do sertão da ressaca – Bahia*”, de autoria de Geisa Flores Mendes e Maria Geralda, publicado em 2010 na Revista GeoNordeste, trazem uma boa discussão acerca das questões de lugar, de território e de identidade, no sentido de refletir sobre como esses conceitos se relacionam na formação do indivíduo.

“Vivemos um tempo de grandes transformações. Um tempo marcado por um constante fluxo de ideias que tem fecundado conceitos para além das fronteiras disciplinares. Essa dinâmica, uma das questões postas com muita ênfase, discutida por diferentes áreas de conhecimento, tem sido o conceito de identidade e sua interface com o lugar e o território. [...]

As relações de pertencimento que envolvem lugar e o território remetem inevitavelmente, à discussão da identidade. [...]

Ao discutirem a dimensão cultural do sertão sergipano, Almeida e Vargas ressaltam que: “As expressões culturais materializam-se no espaço” (1998, p. 472) e, assim, demonstram que a dimensão cultural “talha os indivíduos definir os meios de se relacionarem, de organizar em espaço e se organizarem nele” (1998, p. 470).

[...]

A identidade cultural dá sentido ao território. A vivência e a experiência produzem um sentido de lugar. [...]. É inevitável a conclusão de que muitos laços de identidade se manifesta na convivência com lugar, como território. Todavia, os significados desses laços não são marcados pela unicidade e sim pela multiplicidade de percepções.

[...], as identificações e os sentidos atribuídos aos lugares e aos territórios são também múltiplas diversas. [...] os sentidos para os lugares, para os territórios com os quais podemos nos identificar estão constantemente (re)elaborados. Estão, portanto, sempre em curso. [...]

MENDES, Geisa Flores; GERALDA Maria. **Identidade, lugar e território nas representações do sertão da ressaca – Bahia**. Revista GeoNordeste, n. 1. Ano XX. Programa de Pós-Graduação em Geografia. São Cristovão, Universidade Federal de Sergipe. 2010.

SUGESTÕES DE ATIVIDADES

Prezado Professor, considerando a temática deste capítulo e o texto complementar trazido na página anterior, sugere-se, para o melhor trabalho com seus discentes, as seguintes atividades:

Atividade 1: Desenvolver exercício de fixação que aborde os conceitos de espacialidades trazidas no transcorrer deste capítulo, com intuito de possibilitar aos educandos o conhecimento e a capacidade de diferenciação dos variados termos utilizados para caracterizar a região no qual Zé Doca se estabelece.

Atividade 2: Realizar debate acerca dos conceitos de Pré-Amazônia ou Amazônia Maranhense, com intuito de trabalhar a importância do conhecimento desse espaço e de suas características para a vida dos discentes.

Atividade 3: Realizar debate sobre o texto complementar, que traz recortes do artigo intitulado "identidade, lugar e território nas representações do sertão da ressaca - Bahia", trazendo correlações e reflexões com o capítulo estudado, especialmente no que se concerne às caracterizações espaciais e suas importâncias à formação identitária dos indivíduos.

O PIONEIRISMO DAS POPULAÇÕES ORIGINÁRIAS NO POVOAMENTO DO ALTO TURI

FIQUE POR DENTRO

Teoria do Povoamento pelo Estreito de Bering, proposta por José de Acosta, baseia-se em achados de artefatos em Clóvis, no Novo México, Estados Unidos, e afirma que os primeiros habitantes desse continente teriam vindo através de uma espécie de plataforma sólida, que no período de glaciação unia a Sibéria e ao Alasca

Teoria Malaio-Polinésia, é aquela segundo a qual variados povos teriam chegado a América do Sul passando, com o auxílio de canoa, pelas ilhas da Polinésia e da Oceania rumo a leste

Teoria do povoamento pelo Oceano Pacífico, desenvolvida pelo antropólogo brasileiro Walter Neves, expõe que o povoamento da América se deu por duas levas migratórias, a primeira atrelada a indivíduos não mongoloides, vindo da África e Oceania, e a segunda ligada a indivíduos mongoloides da Ásia.

Muito antes dos primeiros migrantes nordestinos chegarem ao Alto Turi, se fixarem e a partir dali fundarem diversos povoados, que dariam origem as inúmeros cidades hoje existentes nessa região – entre elas Zé Doca –, outros povos já viviam por essa região a centenas de anos.

Os primeiros habitantes do Alto Turi maranhense foram populações indígenas, também denominadas de povos nativos, populações originárias ou índios. Povos esses que já habitavam o território hoje caracterizado como o continente americano desde a pré-história, tendo ali chegado após um longo processo migratório que remonta as origens da humanidade na África.

Acerca da gênese desses processos migratórios e do pioneirismo do povoamento da América, três hipóteses se destacam, são elas: A **Teoria do Povoamento pelo Estreito de Bering**, a **Teoria Malaio-Polinésia** e a **Teoria do Povoamento pelo Oceano Pacífico**.



Mapa com as prováveis rotas do fluxo migratório do ser humano em direção ao continente que posteriormente seria caracterizado como América.

Fonte: *A aurora da humanidade*. Rio de Janeiro: Time-Life/Abril (1993)

Ao chegarem a este continente – que só muito depois seria denominado de América –, passam a ocupá-lo e a constituir uma grande diversidade de etnias, com tradições, costumes, crenças, religiosidade, organização social e línguas distintas, mas que aos olhos dos conquistadores e colonizadores passam a serem caracterizados e compreendidos como grupos homogêneos e denominados de índios, povos indígenas ou mesmo povos ameríndios.

O processo de colonização, respaldado pela supremacia bélica europeia, trouxe aos povos originários da América drásticas consequências, como a perseguição, a captura, a escravização e o massacre dessas populações, a tal ponto de etnias inteiras, mesmo impondo forte resistência, serem extintas e as remanescentes reduzidas a números muito inferiores se comparadas ao quantitativo original.

No Maranhão, antes da chegada dos europeus, a presença de povos indígenas era marcante e numerosa. Todavia, logo a partir dos primeiros contatos com o homem branco e dos conflitos gerados dessa interação, o processo de diluição e até mesmo extinção dos índios situados neste estado se tornou cada vez maior, fatos agravados quando da conquista e colonização dessas populações pelos europeus.

Historicamente, a vida dos povos indígenas no estado Maranhão, assim como em grande parte do território brasileiro e do continente americano, é marcada por conflitos que, como resultado, tem expropriado terras, recursos naturais e até mesmo ceifando a vida de muitos nativos.

Esses conflitos, que se fazem constantes desde os primórdios da chegada do europeu por essas terras, estão geralmente associados à luta pela terra, mas se dão também contra as invasões, a extração ilegal de madeira, o desmatamento desregrado e a criação de garimpos ilegais nos territórios dessas populações, na atualidade se fazendo no embate violento e muito em oposição a ação de

fazendeiros, grileiros, madeireiros, garimpeiros e outros personagens.

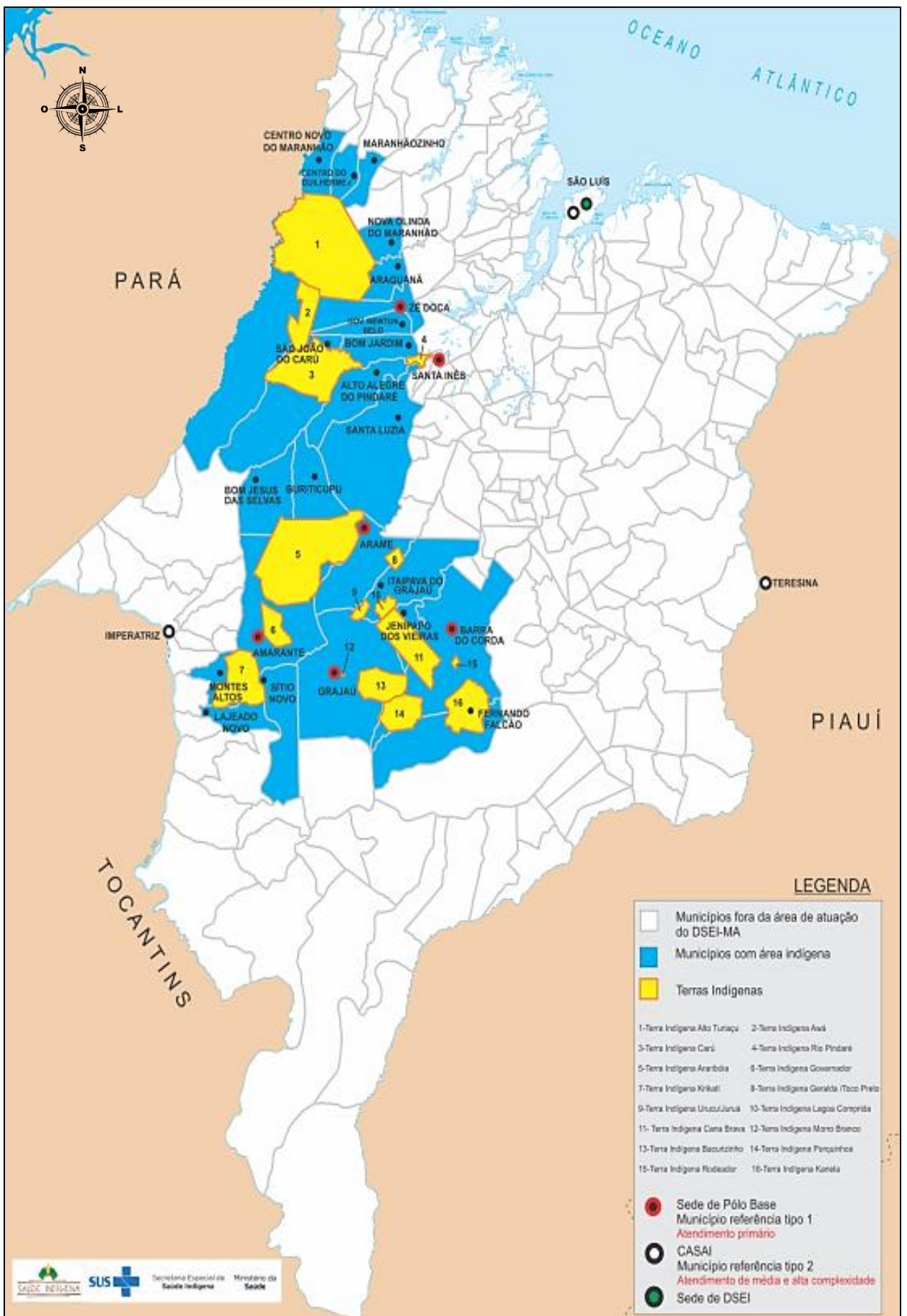
Dados demográficos da população indígena do litoral, do interior e total no Brasil, entre os anos de 1500 e 2010.	Ano	População no litoral	População no interior	Total	% População total
	1500	2 000 000	1 000 000	3 000 000	100,00
1570	200 000	1 000 000	1 200 000	95,00	
1650	100 000	600 000	700 000	73,00	
1825	60 000	300 000	360 000	9,00	
1940	20 000	180 000	200 000	0,40	
1950	10 000	140 000	150 000	0,37	
1957	5 000	65 000	70 000	0,10	
1980	10 000	200 000	210 000	0,19	
1995	30 000	300 000	330 000	0,20	
2000	60 000	340 000	400 000	0,20	
2010	272 654	545 308	817 962	0,26	

Fonte: Azevedo, Marta Maria (2013), adaptado por Martinho (2021).

De acordo com o artigo “O mapa dos índios no Maranhão”, de George Raposo e publicado na edição do dia 20 de abril de 2019 do jornal maranhense “O Imparcial”, o Maranhão, historicamente, se caracteriza como um dos estados brasileiros em que há o maior número de terras e povos indígenas, o que denota um certo destaque a este estado, como um reduto dessas populações no território brasileiro.

O significativo contingente populacional destes povos e a sua diversidade ficam claro quando se toma como base dados que afirmam que, no século XVII, os registros dessas populações eram de 250 mil pessoas, divididas em 30 etnias diferentes.

Por sua vez, quando se toma para análise as informações atuais, de que dentre as etnias existentes no Maranhão estão apenas os Ka’apor, os Krikati, os Guajá, os Tenetehara, os Timbira, os Gavião Pukobiê, os Kanela e os Krenyê, percebe-se os impactos destrutivos que o contato com as populações não-indígenas causaram a esses povos.



Mapa do Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão, com a caracterização, a localização e a área de abrangência das Terras Indígenas existentes neste estado, bem como a localização dos municípios em que essas terras estão situadas.

Fonte: MS/SESAI/DSEI/MA (2013).

Em **colonização** “espontânea”, tal qual Ferreira (2015), o termo “espontânea” é usado aqui entre aspas com o intuito de chamar atenção para os elementos de atração e expulsão que apresentam-se atrelados aos processos de deslocamentos de homens e mulheres concebidos como espontâneo e que Arcengeli (1987) traz como sendo um processo com organização política e social fruto da livre iniciativa do colono ou lavrador, que independentemente da interferência direta do Estado, passa a ocupar as terras livres de fronteiras agrícolas, a partir do desbravamento as matas e do cultivando a roça, geralmente enormemente sob o título de posseiro, por vezes antecipando ou mesmo acompanhando o processo caracterizado como dirigido. Neste contexto, e tomando como base as concepções de Silva (1973), Arcengeli (1987) e Ferreira (2015), é importante se pensar esse processo de “espontâneo” a partir de uma reflexão e problematização acerca dos elementos de atração e expulsão que possam estar atrelado e serem influenciadores sobre este processo.

No noroeste maranhense, onde na atualidade se localiza a cidade de Zé Doca, muitas comunidades indígenas vivem desde tempos remotos, de forma nômade ou seminômade, em contato direto com a natureza, habituados as práticas da caça, da pesca, da colheita, do plantio e até mesmo, em algumas comunidades, desenvolvendo um tímido sistema comercial com o homem branco.

Dentre esses povos estão os Guajajaras (Teneteharas) – nas Terras Indígenas Caru e Rio Pindaré –, os Ka’apor, os Tembés – habitantes da Terra Indígenas Alto Turiaçu – e os Awá Guajás – que habitam as Terras Indígenas Caru, Alto Turiaçu, e Awá –, estando estes dois últimos povos diretamente ligados ao município de Zé Doca, haja vista possuírem aldeias em terras que abrangem parte do território dessa cidade, segundo a Fundação Nacional do Índio – FUNAI (2020), embora nos primórdios da **colonização** “espontânea” ou mesmo da colonização dirigida, fosse comum também o contato com Guajajaras, haja vista a proximidade de suas áreas de habitação com o Alto Turi.

DIRETO DA FONTE

Sobre os povos com presença na Região do Alto Turi, Maria das Graças Corrêa de Oliveira em seu livro “A SUDENE e o projeto de povoamento da Amazônia maranhense: uma experiência instigante” de 2012, expõe que:

“Três etnias indígenas tinham presença na área: os Guajá Awá, uma das tribos nômades remanescentes no Brasil, localizadas no Alto Turi; os Guajajaras (também conhecidos como Teneteara ou Tenetehara), antigos habitantes da margem oriental da Amazônia maranhense, depois fixados nos arredores de Pindaré, e os Kaapor (Urubu-Kaapor, Kaapor, Kaaporté), presentes entre o Rio Gurupi e os afluentes meridionais do Rio Turiaçu.”

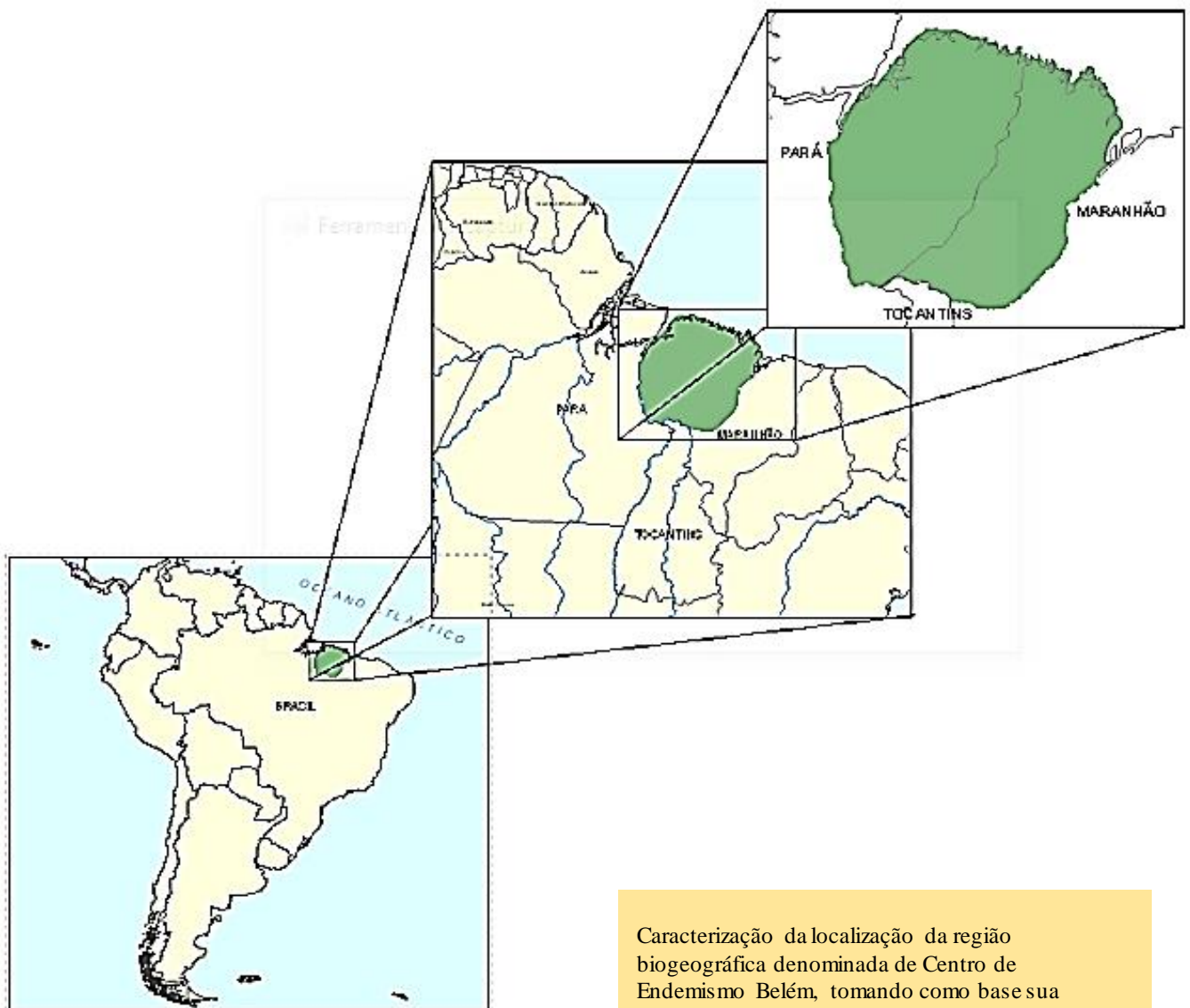
OLIVEIRA, Maria das Graças Corrêa de. *A SUDENE e o projeto de povoamento da Amazônia maranhense: uma experiência instigante*. Recife: Luci Artes Gráfica, 2012, p. 78)

Com uma área de 530 525 hectares, a Terra Indígena Alto Turi é demarcada em 1978, mas somente em 1982 oficialmente reconhecida, enquanto que a Terra Indígena Awá, com área de 116 582 hectares, é homologada e registrada no Cartório de Registro de Imóveis dos municípios (CRI) e na Secretaria de Patrimônio da

União (SPU), somente em 2005, sendo ambas caracterizadas como parte de um conjunto de terras indígenas localizadas no Vale do Rio Gurupi, na divisa entre os Estados brasileiros do Pará e do Maranhão e habitadas por diversos grupos étnicos, entre eles os Awá-Guajá e os Ka'apor, na região biogeográfica denominada de **Centro de Endemismo Belém**, que em questão de perda da sua biodiversidade é considerado o espaço ambiental mais ameaçado dentre todos os que compõem o bioma.

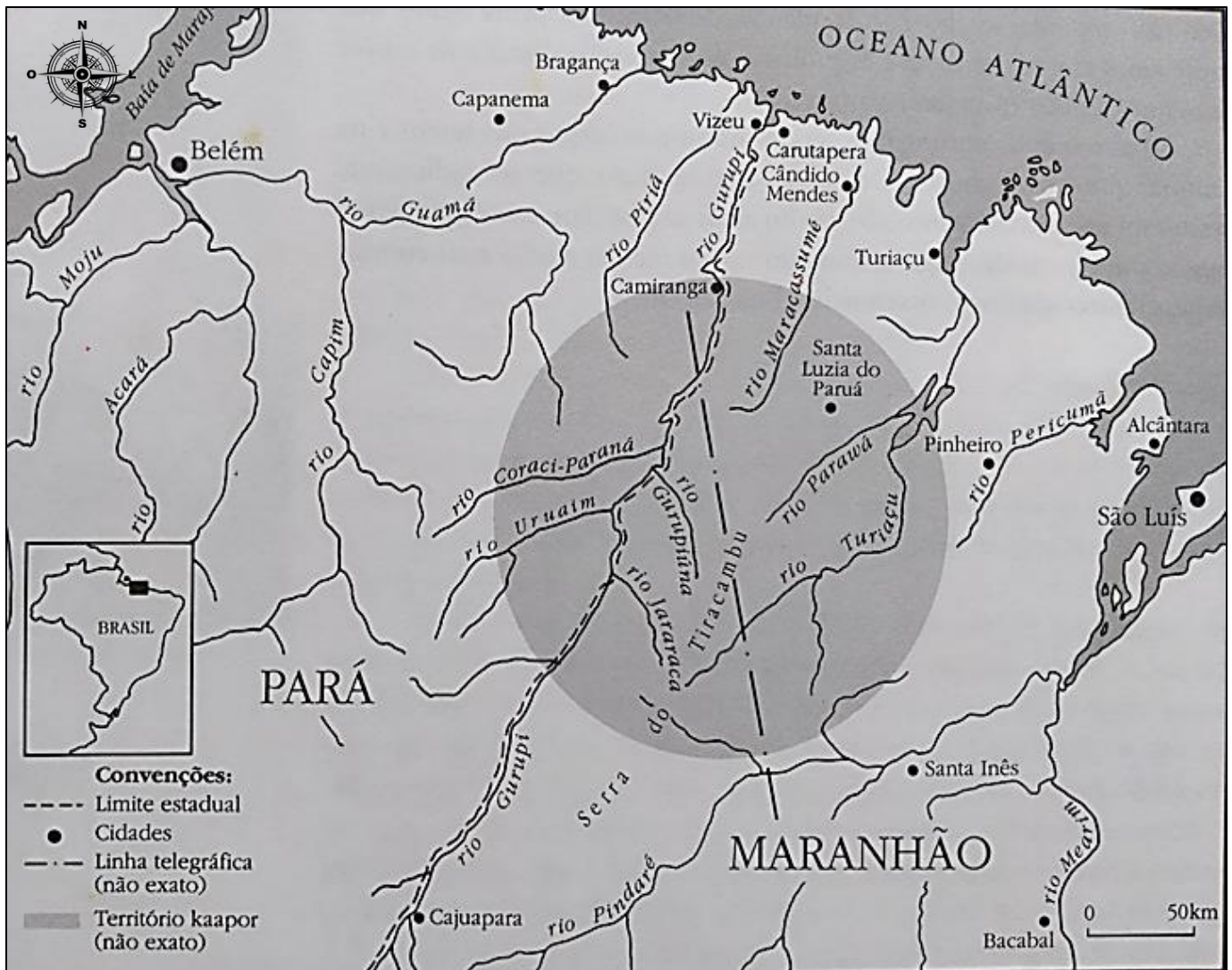
FIQUE POR DENTRO

Centro de Endemismo Belém é uma delimitação espacial situada entre o leste do Pará e oeste do Maranhão, que ocupa uma área de 243 000 km² e abarca 27 unidades de conservação, 14 terras indígenas e 147 municípios, sendo 62 destes pertencentes ao Pará e 85 ao Maranhão.



Fonte: Almeida; Vieira (2010).

Caracterização da localização da região biogeográfica denominada de Centro de Endemismo Belém, tomando como base sua abrangência espacial em relação aos estados brasileiros do Pará e Maranhão, bem como ao próprio Brasil e a América do Sul.



Localização dos rios Gurupi e Turiaçu e da área de abrangência do território dos povos Kaapor e Awá Guajá, bem como das Terras Indígenas Alto Turi e Awá e da linha do telegrafo que se deslocava pela região e ainda encontrada nos primórdios da colonização do dessa região.

Fonte: Ribeiro (1996).

Quando os primeiros migrantes nordestinos chegam no Alto Turi, através de seus próprios recursos e por livre iniciativa, no processo que ficou conhecido como colonização espontânea, era muito comum o encontro com indígenas que viviam ou comumente se deslocavam pela região. Do contato entre essas culturas tão distintas, muitos conflitos surgiram, quase sempre ligados a luta pela terra, esses embates tiveram grande influência no processo de repulsão dos povos nativos as matas mais distantes ou as reservas indígenas demarcadas e sob a jurisdição da FUNAI.

DIRETO DA FONTE

Acerca das populações indígenas que habitavam o Alto Turi, do seu cotidiano e dos conflitos gerados pelo contato entre essas populações e o homem branco, Antônio Mendes da Luz e Michel Herbert Florêncio no livro “O município de Zé Doca: passado e presente” de 2011, expõem que:

“Em tempos remotos, essa região era habitada por povos indígenas esses grupos indígenas, centenas de anos atrás, eram muitos numerosos e dividiam-se em várias tribos, a saber: Guajajara, Guajá e Urubu-Kaapor. Viviam da caça nas florestas, pescas nos rios e igarapés e da agricultura de subsistência, como arroz, feijão mandioca (aipim). Com a chegada do homem branco, iniciou-se um conflito pela posse da terra, e esses índios foram obrigados a se refugiar dentro das matas mais distantes ou em terras demarcadas pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), conhecidas pelo nome de Reservas Indígenas.”

LUZ, A. M; FLORÊNCIO, M. H. **O Município de Zé Doca: passado e presente**. São Luis, MA: Café&Lápis, 2011, p. 43.

É em prol do discurso da penetração e do povoamento, das “terras devolutas” ou “pouco habitadas” existentes no Alto Turi, pelos ditos “civilizados” e também a partir do discurso da expansão da fronteira que, entre os anos de 1929 e 1930, se dá a Guerra de Pacificação – ou, como é comumente referenciado na literatura, o processo de pacificação – contra as populações indígenas dessa região.

Guerra essa caracterizada como um doloroso e sangrento processo de dominação e aculturação das populações originárias habitantes do Alto Turi, que se deu por vezes patrocinado ou com o apoio do estado brasileiro e que trouxe saldos drasticamente negativos a esses povos, especialmente em virtude das inúmeras vidas indígenas perdidas.

DIRETO DA FONTE

Em 1981, ao falarem sobre a colonização do Amazônia Maranhense, Martine Droulers e Patrick Maury, trazem apontamentos acerca das características e dos limites que definem Alto Turi, mas também falam sobre o sangrento processo de “pacificação” – que caracterizam como Guerra de Pacificação – e expulsão das populações indígenas dessa região, que resulta na reunião desses povos em áreas demarcadas e sob jurisdição da FUNAI:

“Nos anos 60, ainda aparece nos mapas Maranhão, ao noroeste, o triângulo não ocupado. Os limites são o Rio Gurupi, ao Oeste, a Baixada, ao Leste, e o Alto Sertão, ao Sul. Este triângulo corresponde a região ecológica chamada de pré-amazônia maranhense (10 milhões de hectares), cujas terras são na maioria devolutas.

É de fato nesses vales médios e superiores do Gurupi do Pindaré, onde a floresta mais densa, tribos Tupi instalaram seu último refúgio. Entre elas destacam-se os urubus, grupo chegada do Pará que se estabeleceu na margem maranhense do Gurupi no decorrer da segunda metade do século XIX. Eles cultivavam a mandioca, o milho e o algodão, que era usado para fabricar as redes. Porém atrapalhavam a penetração dos “civilizados”. A guerra da Pacificação (1929-30) foi sangrenta.

Sobreviventes foram reunidos num posto no Rio Gurupi: Canindé Açú. Eles são atualmente localizados numa reserva. A FUNAI tenta preservar os limites desta, contra invasões de caboclos e de grileiros.”

DROULERS, Martine; MAURY, Patrick. Colonização da amazônia maranhense. Ciência e cultura, 1981, p. 1037.

Embora seja comum o uso da expressão reservas indígenas na literatura, para a própria FUNAI e outras entidades ligadas aos povos indígenas, como Associação dos Povos Kaapor, inclusive tomando como base a Constituição Federal de 1988, o Estatuto do Índio (Lei Nº 6001, de 19 de dezembro de 1973) e Decreto Nº 1775, de 8 de janeiro de 1996, a designação mais adequada para a caracterização das áreas que passam a ser habitadas pelos Awá Guajás, Kaapor, Tembés e Guajajaras é a de terras indígenas, uma vez que faz referência a espaços tradicionalmente ocupados por essas populações. Sob a jurisdição da FUNAI, essas populações, no Alto Turi – os Awá Guajás, os Kaapor e os Tembés – e no Vale do Pindaré – os Guajajaras –, passam a constituir numerosas **aldeias indígenas**.

DIRETO DA FONTE

Em relação a localização das aldeias indígenas que se formam sobre a jurisdição da FUNAI, no Alto Turi e no Vale do Pindaré, “O Projeto de Colonização do Alto Turi (Maranhão)” descreve:

“[...] a oeste das áreas do projeto existem numerosas aldeias indígenas de urubus e guajajaras, sob a jurisdição da FUNAI, num espaço limitado a oeste pelo rio Gurupi, ao sul pelo Pindaré e por uma linha oblíqua que parte das cercanias do Itamararé, no primeiro desses rios, até as vizinhanças de Pindaré Mirim, no segundo. As comunicações com essas aldeias se fazem ora um dos rios, ora o outro, ora também remontando o Parauá, afluente do Turiaçu que passa ao norte da área Alto Turi. Trilhas dos indígenas, abertas na floresta e conectadas com as picadas do PCAT a oeste da BR-316, também permitem comunicações via terrestre.”

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. *Projeto de Colonização do Alto Turi (Maranhão)*. Recife, 1972, p. 29)

Vivendo nas matas densas da Amazônia Maranhense, também denominada de Pré-Amazônia, as margens e em função dos rios Gurupi, Turiaçu e Pindaré, essas populações, nômades e seminômades, que caçam, pescam, coletam, são agricultores e até mesmo desenvolvem um tímido comércio com os moradores das áreas próximas, são os primeiros a habitarem a região ou o entorno do que hoje é a cidade de Zé Doca.

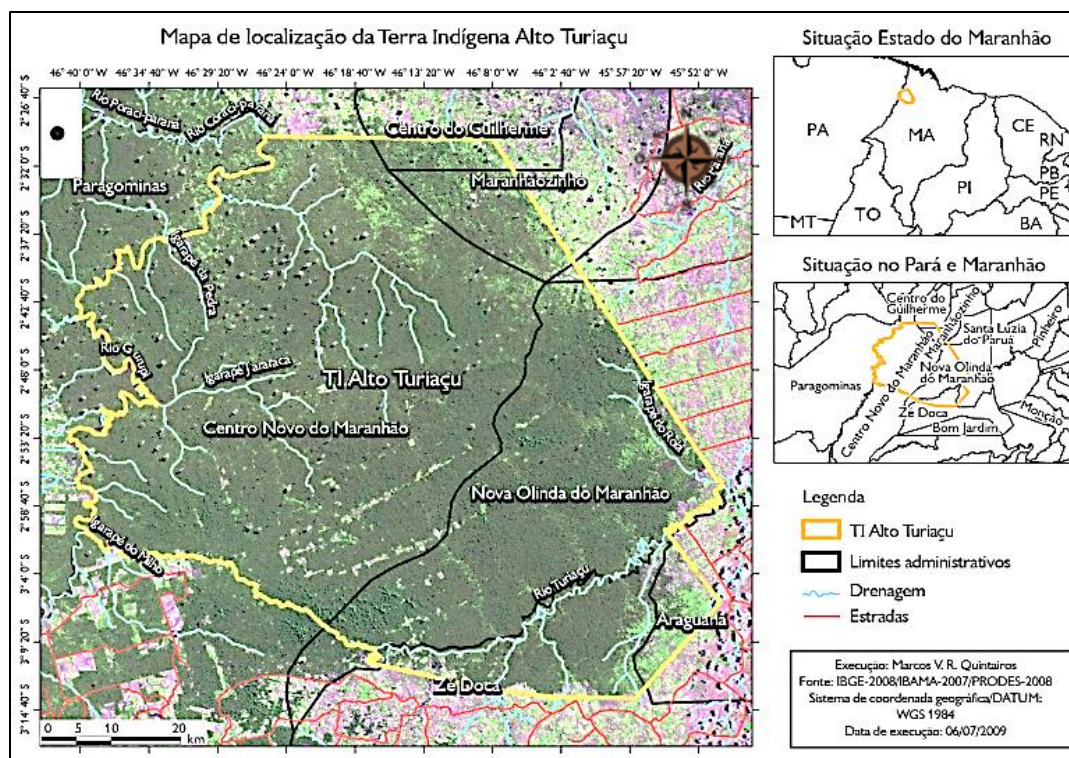
Com a criação da FUNAI – que passa a ser a responsável pela proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas no Brasil – e com o processo de colonização dirigida do Alto Turi, que se faz inicialmente a partir do PPM e posteriormente do PCAT, de responsabilidade respectivamente da SUDENE e da COLONE, esses povos passam a se fixar em aldeias, em áreas a oeste dos limites do PCAT – como é o caso dos Awá Guajás, Kaapor e Tembés – ou ao sul do Rio Pindaré – como é o caso dos Guajajaras –, acarretando assim um certo distanciamento dessas populações em relação aos migrantes recém chegados e que passam a constituir os povoados e as cidades ao longo do noroeste maranhense.

No oeste e sudoeste do PCAT, essas populações – distribuídas em inúmeras aldeias indígenas – passam a viver na Terra Indígena Alto Turiaçu, que abrange parte do território das cidades

FIQUE POR DENTRO

Aldeias indígenas, segundo Ribeiro (1996, p. 11), são clareiras abertas em meio a mata virgem, nas quais os indígenas fazem suas moradias e os espaços voltados a criação de animais – entre esses cachorros, araras, papagaios, veados e caititis –, muitos desses capturados na mata, que são nomeados tal qual pessoas e tratados como familiares. Essas aldeias possuem três tipos de roça: o maduro, de ontem tiram o que estão comendo; o novo, com aquilo que irão comer no próximo ano; e o antigo, com as plantas de produção mais tardia, como pequi, urucum, caju, e outras. Com sistema de produção basicamente de subsistência, nessas aldeias essas populações originárias vivem da fatura de suas roças, da caça, da pesca e, especialmente, de sabedoria no manejo da floresta.

maranhenses de Araganã, Centro do Guilherme, Centro Novo do Maranhão, Maranhãozinho, Nova Olinda do Maranhão, Santa Luzia do Paruá e Zé Doca, e da cidade paraense de Paragominas, ou na Terra Indígena Awá, que abarca parte dos territórios dos municípios de Bom Jardim, Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Belo, Nova Olinda do Maranhão, São João do Caru e Zé Doca.

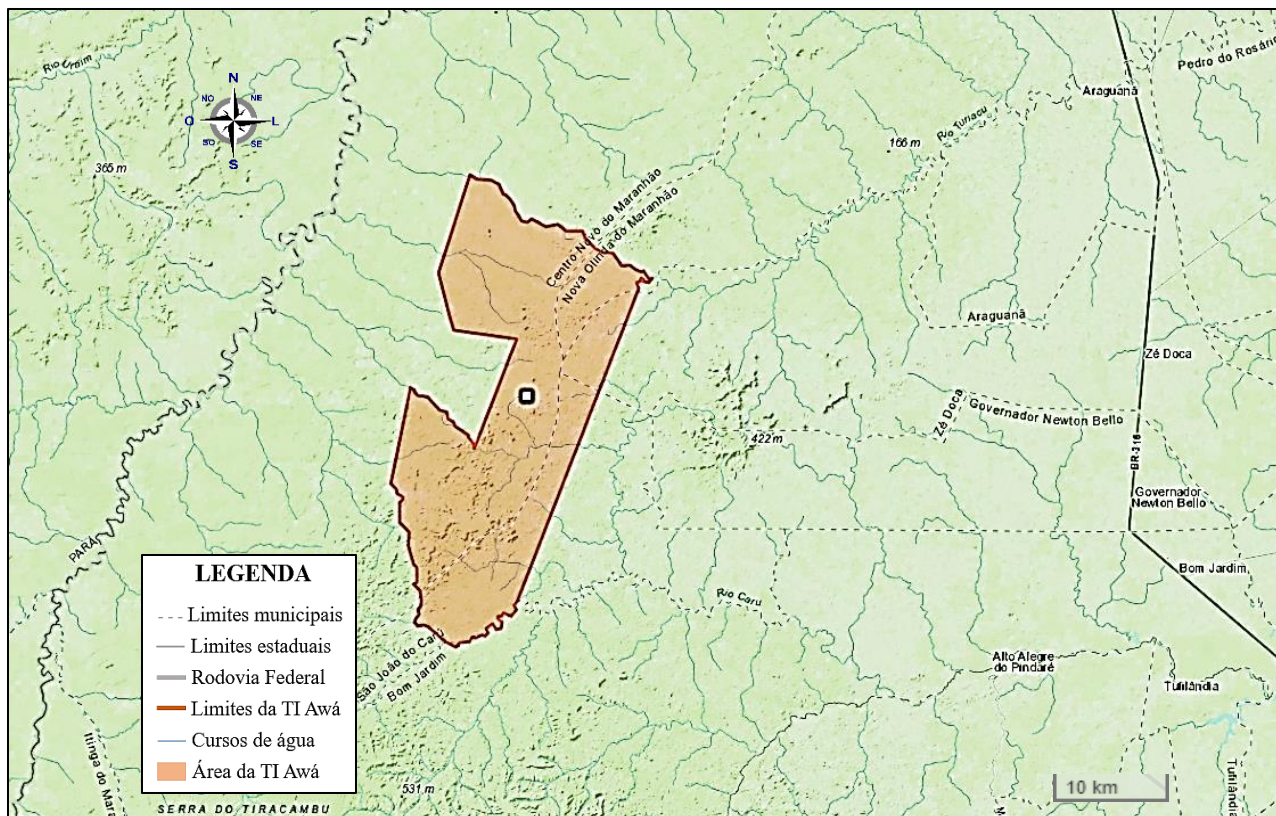


Mapa com a localização e abrangência da Terra Indígena Alto Turiacu, no Maranhão, elaborado pela equipe técnica do Centro de Sensoriamento Remoto, Museu Paraense Emílio Goeldi.

Fonte: IBGE (2008); IBAMA (2007); PRODES (2008); GARCÉS (2016).

Dados da abrangência da Terra Indígena Alto Turiacu, com os municípios abarcados por essa TI, suas respectivas áreas e também o percentual da ocupação dessa TI sobre cada município.	Estados (UF)	Município	Área do município (ha)	Área da TI no município (ha)	Área da TI no município (%)
	MA	Araguanã	80 519,30	11 527,80	2,17
	MA	Centro do Guilherme	116 784,80	36 205,97	6,82
	MA	Centro Novo do Maranhão	836 979,30	308 738,18	58,19
	MA	Maranhãozinho	76 094,70	2 746,53	0,52
	MA	Nova Olinda do Maranhão	245 261,50	132 800,24	25,03
	PA	Paragominas	1 934 225,40	142,57	0,03
	MA	Santa Luzia do Paruá	101 048,30	814,00	0,15
	MA	Zé Doca	214 010,90	40 481,38	7,63

Fonte: Instituto Socioambiental (2017) e adaptado por Martinho (2021)



Fonte: Instituto Socioambiental (2017), Adaptado de IBGE (2006) e readaptado por Martinho (2021)

Mapa com a localização e abrangência da Terra Indígena Awá, situada no oeste do Maranhão, onde é possível a observação das cidades abarcadas por essa TI, dentre essas o município de Zé Doca.

Estados (UF)	Município	Área do município (ha)	Área da TI no município (ha)	Área da TI no município (%)	Dados da abrangência da Terra Indígena Awá, com a especificação dos municípios abarcados por essa TI, suas respectivas áreas e também o percentual da ocupação por essa TI.
MA	Bom Jardim	659 053,10	81,76	0,07	
MA	Centro Novo do Maranhão	836 979,30	75 777,33	65,00	
MA	Governador Newton Bello	114 407,40	441,00	0,38	
MA	Nova Olinda do Maranhão	245 261,50	8350,73	7,16	
MA	São João do Caru	90 807,70	25 976,83	22,28	
MA	Zé Doca	214 010,90	7114,21	6,10	

Fonte: Instituto Socioambiental (2017), Adaptado de IBGE (2006) e readaptado por Martinho (2021)

Assim como outras inúmeras populações originárias que ainda habitam o continente americano, mesmo sofrendo as mais distintas formas de repressão que lhes são impostas, os povos indígenas do Alto Turi e do Vale do Pindaré se constituem como de suma importância para região e, conseqüentemente, para a própria cidade de Zé Doca, sendo influentes nos mais distintos aspectos – especialmente os sociais e culturais – das sociedades das cidades e povoados, que se formam no entorno de seus territórios.

FIQUE POR DENTRO

Zedoquense, é um termo usado em referência aqueles que nascem na cidade de Zé Doca, um adjetivo relativo as pessoas que são naturais desta cidade, mas também pode ser usado para algo que seja relativo a Zé Doca.

Costumes, crenças, expressões e conhecimentos, estão entre algumas das muitas influências que as populações indígenas trazem, historicamente, à formação cultural das sociedades do Alto Turi, entre elas a **zedoquense**. A exemplo está o nome de cursos de água que cortam a região – como o próprio Turiaçu –, o nome de cidades – como Araganã – e até mesmo o conhecimento sobre o uso medicinal de plantas típicas deste espaço geográfico.

As populações originárias situadas no Alto Turi, ou mesmo na Amazônia Maranhense, trazem consigo também uma grande importância para o processo de manutenção da biodiversidade e dos recursos naturais dessas áreas, sendo assim de enorme importância para preservação da fauna e flora do bioma amazônico, característico dessas regiões, em função das relações de equilíbrio que estabelecem com esses ecossistemas. O processo de preservação do bioma amazônico nas áreas habitadas pelas populações indígenas nas Terras Indígenas Alto Turiaçu, Awá e Caru, muito se dá em função das ações de manutenção e conservação desenvolvidas por essas populações.

DIRETO DA FONTE

A importância dos povos indígenas no processo de manutenção e preservação da biodiversidade do Alto Turi e da Amazônia Maranhense, é evidenciado por Elienê Pontes de Araújo, Jucivan Ribeiro Lopes e Raimundo Carvalho Filho, no texto “Aspectos socioeconômicos e de evolução do desmatamento na Amazônia maranhense”, de 2011, em:

“As Terras Indígenas: Alto Turiaçu (530.525ha), Awá (118.000ha), Carú (172.667ha) e a Reserva Biológica do Gurupi (278.000 ha), devido às suas dimensões e por apresentarem-se de forma contígua, são ainda quem conseguem manter o melhor e mais homogêneo espaço do bioma amazônico no Maranhão.

Portanto, é de fundamental importância as Unidades de Conservação e as Terras Indígenas como estratégia para manutenção da biodiversidade e dos recursos naturais. Todavia, tão importante quanto a criação dessas áreas é o poder público construir e manter as estruturas operacionais que possam fiscalizar e monitorar esses espaços, com o objetivo de assegurar o verdadeiro papel de cada unidade criada.”

ARAÚJO, E. P. de; LOPES, J. R.; CARVALHO FILHO, R. C. *Aspectos socioeconômicos e de evolução do desmatamento na Amazônia maranhense*. In: MARTINS, M. B.; OLIVEIRA, T. G. de. *Amazônia Maranhense: Diversidade e Conservação*. Belém: MPEG, 2011, p. 44.

Ao longo dos anos, o modo de vida dos povos originários, caracterizado pela estreita ligação com a natureza, baseada no sistema de subsistência, guiado pela ideia de viver do que a natureza proporciona, sem a exploração desregrada e com o uso consciente dos recursos naturais, possibilitou a Amazônia Maranhense – especialmente as áreas das TI Alto Turiaçu, Awá e Caru – o status de ambiente em melhor estado de conservação em todo o território do Maranhão, muito embora a sua fauna e sua flora, tenham sua existência constantemente ameaçadas pelas ações de madeireiros, caçadores, grileiros e outros personagens.

DIRETO DA FONTE

O protagonismo das Reservas Indígenas do Alto Turi e do Caru, como áreas de conservação natural e os problemas enfrentados pelas populações originárias em relação a preservação desses espaços é trazido por Tadeu Gomes de Oliveira, Rafael Gomes Gerude, Paulo Adriano Dias e Lucas Borges de Resende, no texto “Utilização de caça pelos índios Awá/Guajá e Ka’apor da Amazônia Maranhense”, de 2011, em:

“A região que abriga as Reservas Indígenas Alto Turiaçu e Caru é aquela que apresenta as matas de origem amazônica em melhor estado de conservação em todo o estado do Maranhão (OLIVEIRA et al., 2010, neste volume). Na realidade estas matas seriam as únicas ainda não alteradas neste tipo de vegetação no Estado, cuja área da Amazônia Legal já foi degradada em mais de 68%. Infelizmente, por este motivo estas matas são alvo preferencial por parte de madeireiros, o que representaria a maior ameaça à existência e manutenção dos povos indígenas da área, notadamente dos Ka’apor e, em especial, dos Awá/Guajá, haja vista os Guajajaras já estarem consideravelmente aculturados. Um outro problema apresentado seria a invasão das reservas por caçadores (obviamente portadores de armas de fogo), usualmente em grupos grandes. Em função da Reserva Biológica do Gurupi ser contígua às reservas indígenas, e por apresentar problemas equivalentes, seria interessante a tomada de ações conjuntas imediatas, caso contrário é possível que a curto prazo a região como um todo vá estar completamente degradada.”

OLIVEIRA, T. G. de; GERUDE, R. G.; DIAS, P. A.; RESENDE, L. B. de. *Utilização de caça pelos índios Awá/Guajá e Ka’apor da Amazônia maranhense*. In: MARTINS, M. B.; OLIVEIRA, T. G. de. *Amazônia Maranhense: Diversidade e Conservação*. Belém: MPEG, 2011, p. 271.

Embora tenham sido os primeiros habitantes da região na qual o Centro do Zé Doca se estabelece e possuam enorme significância a formação social e cultural desta sociedade e das muitas outras que se estruturam ao longo do Alto Turi, o que se percebe são raras alusões ao pioneirismo desses povos, a sua

importância histórica para a cidade de Zé Doca ou outras cidades da região, a sua correlação com essas sociedades que se estabelecem no Alto Turi através de inúmeros povoados e cidades e os aspectos de seu cotidiano que foram assimilados pelos que ali chegavam – no transcorrer dos primeiros anos do século XX – e que se fizeram contribuições importantíssimas às sociedades dessa região.

Os povos Ka'apor

Na Terra Indígena Alto Turiaçu, segundo dados de 2014 do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI) da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), entre os 1863 indígenas que ali habitavam, a maior parte se autoidentifica como Ka'apor. Os *Ka'apor* ou Caapores – também denominados de Kaapor, Kambõ, **Urubu**, **Urubu-Caápor**, **Urubu-Kaápor** ou **Urubus-Caapores** – são povos indígenas da família linguística dos Tupi-Guarani, que vivem Terra Indígena Alto Turiaçu, no estado do Maranhão, nas margens dos pequenos cursos de água que se agregam aos rios Gurupi, Turiaçu e Pindaré.

Etimologicamente o nome Ka'apor vem dos termos tupi, *ka'a* – que significa ‘mata’ – e *poro* – que significa ‘povo’ –, traduzindo-se ‘povo da mata’. Há também a associação da palavra Ka'apor como o termo *Ka'a-pypor*, que se traduz “pegadas na mata” ou “pegadas da mata”, o que traz a esses povos a caracterização de “moradores da mata”, embora essa expressão caiba melhor à forma como os Ka'apor se referem a seus vizinhos, os Guajá, povos caçadoras-coletoras, a quem denominam *Ka'apehar* ou *Ka'aperar*.

Historicamente, esta etnia teria surgido por volta de trezentos anos atrás, entre o final do século XVII e início do século XVIII e provavelmente em área situada entre o baixo Tocantins e o Xingu. Em virtude de conflitos com outras populações nativas e com os colonizadores luso-brasileiros, os Kaapor teriam iniciado um longo

APROFUNDANDO OS CONHECIMENTOS

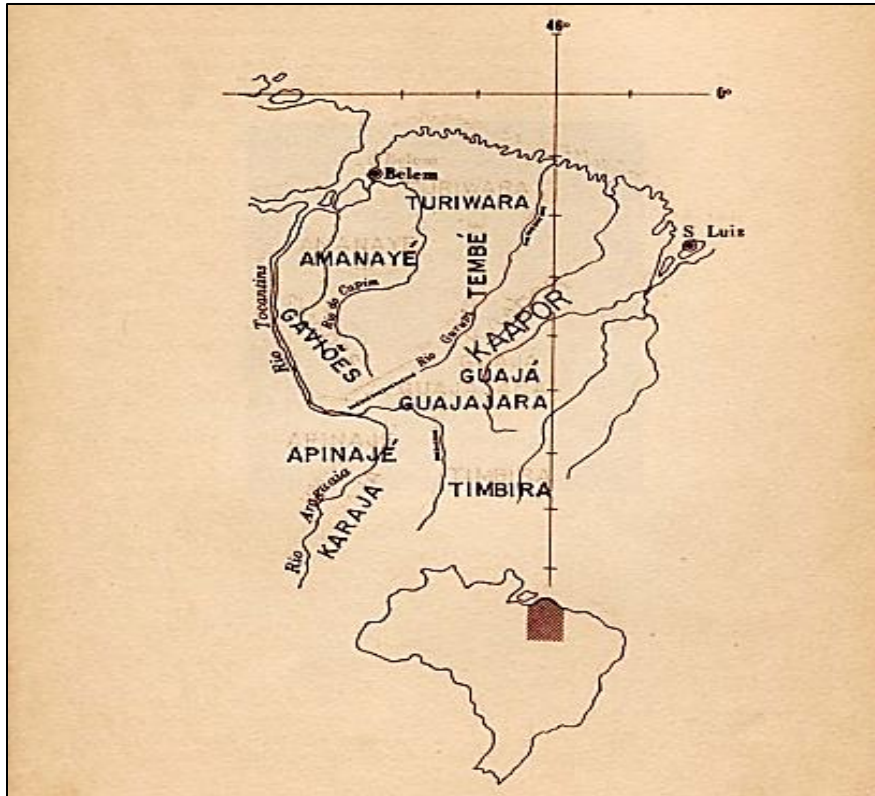
VÍDEO: *Ka'apor: vidas pela floresta*, do Repórter Brasil, de 2016.

VÍDEO: *Urubu Ka'apor - Adornos Indígenas Brasileiros*, de Museu de Arte Sacra de São Paulo, de 2018.

LIVRO: *Diários Índios: os Urubus-Ka'apor*, de Darcy Ribeiro, de 1996.

DISSERTAÇÃO: *Língua e Cultura no Processo de Tradução Ka'apor: ajustes linguísticos em empréstimos do português*, de Lorram Tyson dos Santos Araújo, de 2018.

e lento processo migratório, que os levaria de suas áreas de origem, no Pará, através do Rio Gurupi, para os atuais locais de habitação, no Maranhão, ao longo desse processo estabelecendo morada nas bacias do rio Acará, em 1810, do rio Capim, em 1825, do rio Guamá, em 1864, do rio Piriá, em 1875, e do rio Maracaçumé em 1878.



Destaque da localização das áreas habitadas por populações indígenas como os Kaapor, os Tembê, os Guajás, os Timbiras, os Guajajaras e outras, situadas entre os estados do Maranhão e do Pará, no norte e nordeste brasileiro, e apresentado em estudo desenvolvido por Darcy Ribeiro e Berta G. Ribeiro em 1957, acerca da arte plumária Ka'apor.

Fonte: Ribeiro e Ribeiro (1957)

Destaque da localização atual das terras indígenas Kaapor, em relação ao estado do Maranhão, onde é possível perceber que estas terras se situam no Oeste Maranhense, em parte da área que abrange a Amazônia Maranhense.



Fonte: Associação Ka'apor Ta Hury, (2021) adaptado por Mailson Martinho (2021)

FIQUE POR DENTRO

Os termos “hostis, selvagens, silvícolas, arredios, não civilizados, não pacíficos e outros” são comumente usados, na literatura tradicional, em relação as populações indígenas, como forma depreciativa e pejorativa e como um meio de desqualificar ou descaracterizar a forma de vida, as crenças, os costumes, os saberes e a importância histórica, econômica e sociocultural dessas populações para a formação do Brasil. Já a palavra “Pacificação” é aqui trazida com o sentido de expressar o conjunto de ações empreendidas pelo governo brasileiro para a aculturação dessas populações. Daí a importância de se problematizar esse termo e entendê-los a partir da perspectiva que vê essas populações como resistentes as inúmeras formas de contato ou aculturação de europeus ou mesmo dos governos brasileiros em relação aos indígenas.

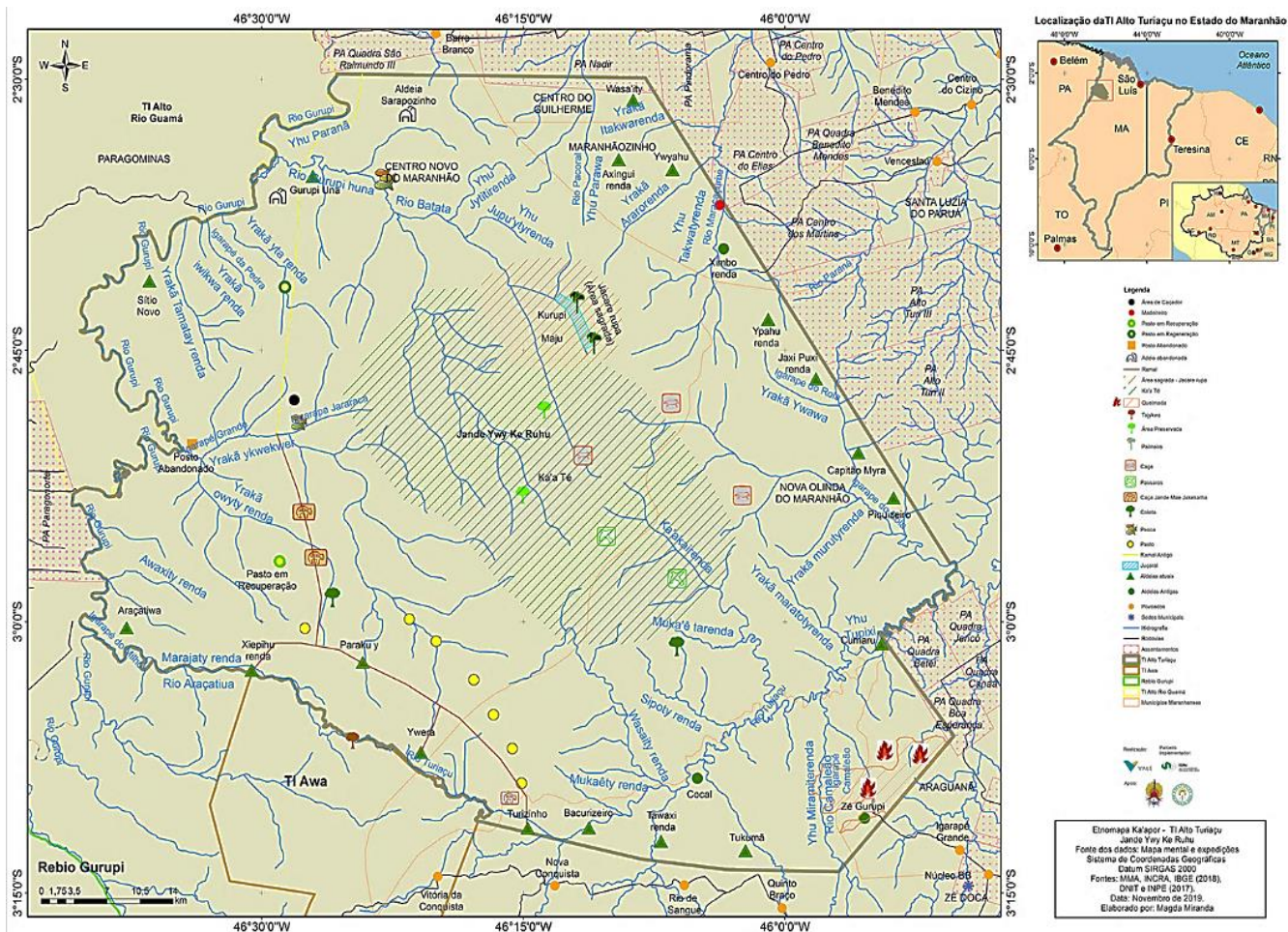
Em meados de 1911, os Kaapor são caracterizados como uma das etnias indígenas mais **hostis** do Brasil, quando por intermédio do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), o governo brasileiro empreende esforços à “**pacificação**” dessas populações, fato que veio a ocorrer em 1928, como expõe William Balée em artigo intitulado “Ka’apor”, publicado em 1998.

De acordo com a FUNAI, na atualidade, esses povos estão situados na Terra Indígena do Alto Turiacu, que abrange uma superfície de 530 524,7417 hectares, na Mesorregião Oeste do estado do Maranhão, habitando terras que também fazem parte das cidades de Centro Novo do Maranhão, Maranhãozinho, Centro do Guilherme, Zé Doca, Santa Luzia do Paruá, Araganã, e que se limitam com Rio Gurupi, ao norte, com os afluentes meridionais do Rio Turiacu, ao sul, com o Igarapé do Milho, a oeste, e com uma linha imaginária, que se desloca no sentido noroeste-sudeste, paralelamente à rodovia BR-316, a leste. Todavia, com as recentes invasões de suas terras, essas populações veem ameaçada a sua sobrevivência.

No Alto Turi as aldeias de etnias Ka’apor são: Turizinho, Bacurizeiro, Zé Gurupi, Kumaru, Piquizeiro, Capitão Mirá, Axinguienda, Ximborenda, Xiepihurenda, Paraku'yrenda, Sítio Novo, Araçatiw, Tawaxirenda, Tukumã, Açairenda, Ama'yrenda e Inajarenda.

Localização e nome das aldeias da etnia Ka’apor que encontram-se localizados no Alto Turi, com a localização das cidades e povoados próximos e a definição da Área de Proteção Gurupiuna.





Fonte: Associação Ka'apor Ta Hury, (2021).

Delimitação da área da Terra Indígena Alto Turi, com a localização e nome das aldeias Ka'apor situadas nessa terra indígena, bem como o nome de espaços e corpos de água que recebem nome em línguas indígenas.

Os Ka'apor encontram-se na Região do Alto Turi, nas proximidades da cidade de Zé Doca, desde os primórdios deste município. Em relação ao contingente populacional desses povos, segundo estimativas de William Balée (1998), após os primeiros contatos com outras sociedades, entre 1928 e 1998, os Ka'apor decrescem de 2000 para entre 600 e 1000 habitantes. Todavia, segundo os últimos censos, a sua população tem crescido. Em 2010, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), essa população já seria de 1541 habitantes, e em 2014, segundo o Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI) – ligado ao Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI)

que por sua vez é ligado ao Ministério da Saúde –, passa a ser 1863 indivíduos.

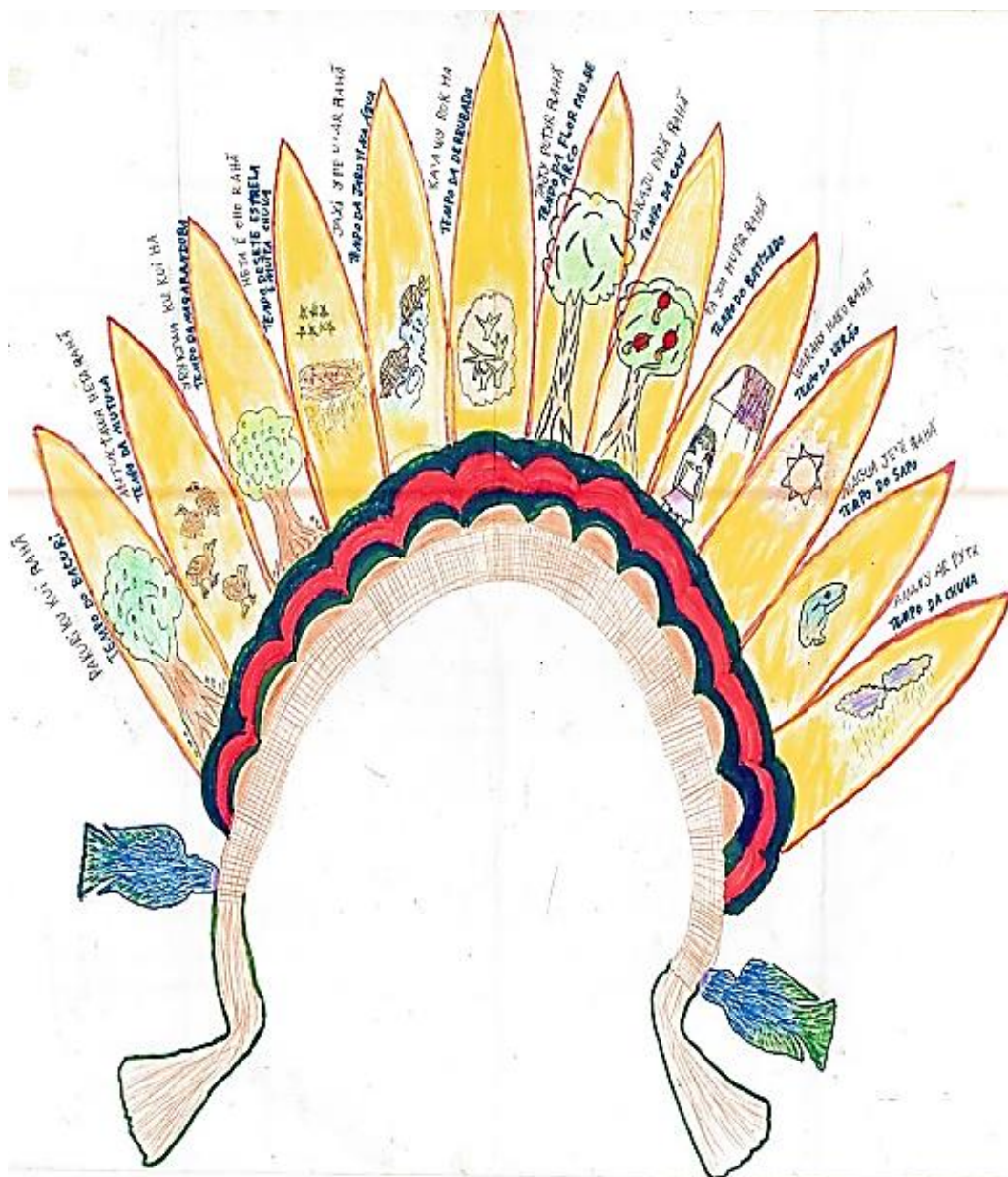
O cacique da Terra Indígena Alto Turiçu, Iracadju Ka'apor, caracterizado como um típico representante da etnia Ka'apor, com suas vestimentas e pintura corporal que marcam essas populações.



Fonte: Associação Ka'apor Ta Hury (2021).

Embora ligadas por grau de parentesco ou mesmo por questões culturais como costumes, valores, crenças e língua, as aldeias tendem a se caracterizar como espaços sociais dotados de certa autônoma política e constituídos a partir de um ou dois agrupamentos residenciais, estabelecidos em função de certa relação de consanguinidade entre seus componentes.

Economicamente, os Ka'apor se destacam como povos horticultores, capazes do cultivo de mais 50 espécies de plantas, dentre as quais está, como principal produto de consumo, a mandioca brava. São também hábeis caçadores, tendo como principais animais na sua dieta o veado galheiro, o caititu, a queixada, a paca, a cutia, o macaco guariba, o jabuti, o jacaré e várias espécies de cracídeos, mutuns e tinamídeos, além de peixes das espécies surubim, pacu, piranha, traíra e jeju. E como coletores, buscam principalmente os frutos que as densas matas da Amazônia, podem lhe proporcionar.



O desenho de um cocar Ka'apor (wyrara) – elemento típico da cultura e da roupa dos povos Ka'apor – representando o ciclo dos tempos desses povos, que traz desde momentos de safra de frutas – como o tempo do bacuri e o tempo do caju – a de estações do ano – como o tempo do verão – ou de eventos representativos da forma de vida desses povos – como tempo da derrubada e o tempo do batizado – e que são caracterizadores dos Ka'apor. A expressão “Tempo de” é, inclusive, algo importante a se considerar, quando se pensa sobre as contribuições desses povos as sociedades não indígenas, como a zedoqueense, uma vez que é comum o seu uso para expressar o período da ocorrência de algo, como por exemplo, de produção ou colheita de alguma fruta.

Fonte: Projeto de Educação Formal Ka'apor “ka'a namõ jajumue há katu” (Aprendendo com a Floresta); Araújo (2018).

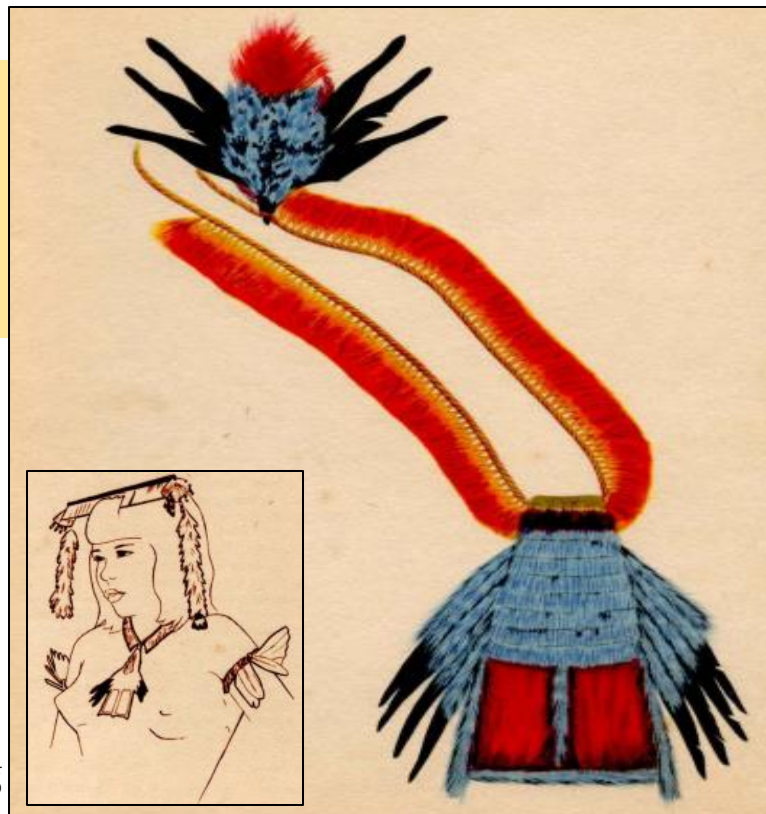
Culturalmente os Ka'apor, são um povo riquíssimo, com destaque a sua arte plumaria, com a produção de cocares, brincos, colares, pulseiras, braceletes e adornos labiais de penas, a partir da utilização de penas de uma enorme diversidade de pássaros. Destacam-se ainda os desenhos geométricos, característicos das pinturas desses povos, e sua arquitetura, na produção de casas e outros utensílios muito usados por esses povos em suas atividades, tais como ferramentas, armas, utensílios domésticos, redes e vestuário.



Akangatar é um adereço de uso exclusivo dos homens, considerado uma das mais belas indumentárias elaborada pelos Kaapor, tem uma importância mítico-religiosa, pois se caracteriza como um símbolo tribal dado pelo próprio criador, Maíra, a esses povos

Fonte: Ribeiro e Ribeiro (1957) adaptado por Martinho (2021)

Tukaniwar é um colar de uso feminino, caracterizado como uma verdadeira joia de penas e um típico adereço dos povos indígenas Ka'apor.



Fonte: Ribeiro e Ribeiro (1957) adaptado por Martinho (2021)

Socialmente organizados em estruturas basicamente igualitárias, no seio familiar nas sociedades Kaapor, a liderança é geralmente exercida pelo homem mais velho, que detém a

responsabilidade pela tomada de decisões, especialmente no que concerne a questão de casamentos das mulheres da família.

Embora não haja uma caracterização específica e rígida quanto a divisão social do trabalho por sexo e seja possível homens e mulheres na realização de tarefas conjuntamente, tais como a coleta de alimentos, a elas geralmente é comum as atividades de plantio, produção e preparo de alimentos, além de outras atividades ligadas a cozinha e a realização de tarefas como trançar, costurar e tecer, enquanto que a eles destinam-se, com maior frequência, as atividades de caça e coleta, além dos serviços de carpintaria, de cestaria e de modelagem dos acessórios de aço.

Como populações descendentes dos Tupi, os Ka'apor trazem consigo uma vasta influência cultural herdada desses povos. Entre uma dessas influências está a religiosidade, que se caracteriza pelo politeísmo – no qual destacam-se as figuras de **Mair** e **Tupã** – e a valorização de seus antepassados, com ritos guiados por cânticos, danças, fumo de tabaco e invocação de suas divindades através dos Xamãs, uma espécie de líder religioso.

Os povos Awa Guajá

Awa Guajá, Guajá ou **Awá** – como são também conhecidos e que no tupi significa “homem, gente, pessoa” – é uma etnia indígena brasileira da família linguística dos Tupi-Guarani, que vive entre o oeste e o noroeste do Maranhão, nas terras indígenas Caru, Awá, Alto Turiaçu e Araribóia, e que só recentemente, a partir da década de 1970 e através da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), teve contato com o homem branco.

Vivendo na Amazônia Maranhense – também denominada de Pré-Amazônia Brasileira ou Amazônia Legal – os Awa Guajás habitam áreas caracterizadas como refúgios da floresta amazônica no estado do Maranhão – haja vista se caracterizarem como espaços de preservação desse bioma no estado –, sendo que a maior parte

FIQUE POR DENTRO

Mair, Mahyra ou Maíra, na mitologia tupi-guarani, é entendido como o herói-civilizador dos povos Tupi, caracterizado como o criador, é aquele a quem se atribui a criação do mundo, dos homens e dos bens culturais (RIBEIRO, 1996).

Tupã na língua tupi significa “o trovão”, o que leva muitos a acreditarem que, na mitologia tupi-guarani, é o nome do deus supremo que criou os céus, a terra, os mares, os animais e as plantas. Todavia, há também aqueles que defendem a ideia de este nome fazer referência ao “O Espírito do Trovão”, isto é, uma manifestação na forma do som do trovão, do deus supremo Nhandervuçú ou Nhamandú.

Os termos Awa Guajá, Guajá ou Awá são utilizados em referência as populações da etnia Awá Guajá que habitam, no noroeste do estado do Maranhão, as terras indígenas de Caru, Awá, Alto Turiaçu e Araribóia, e o sudeste do estado do Pará, a TI Alto Rio Guamá. Todavia, para essas populações há ainda uma distinção no uso dos termos Awá e Guajá. Guajá é a forma como se autodenominam aqueles que vivem na TI Alto Turiaçu e que já possuem certo contato com outras populações indígenas e não indígenas, enquanto que Awá é a forma como os Awa Guajá, que vivem na TI Alto Turiaçu, denominam aqueles que vivem de isolados na TI Awá e que não falam o português.

APROFUNDANDO OS CONHECIMENTOS

LIVRO: *Estudos sobre os Awá: caçadores – coletores em transição*, de Alमुdena Hernando e Elizabeth Maria Beserra Coelho, de 2013.

FIQUE POR DENTRO

Como o ramo mais ocidental dos Teneteara, os **Tembés** são populações indígenas do Brasil, que habitam o nordeste do Pará, sendo encontradas nas Terras Indígenas Alto Rio Guamá e Turé-Mariquita, e no noroeste do Maranhão, onde se localizam na Terra Indígena Alto Turiacu, junto a populações Awá-Guajá e Ka'apor.

dessa população habita aldeias, embora existam também grupos da etnia vivendo em isolamento voluntário nessas terras indígenas.

Entre essas terras indígenas, apenas TI Awá é ocupada exclusivamente pelos Awa Guajás. A TI Alto Turiacu é compartilhada com populações Ka'apor e alguns índios da etnia **Tembé** (Tenetehara) que, por se casarem como indivíduos Ka'apor, passam a viver com esses. A TI Caru é compartilhada com povos Ka'apor e Guajajara (Tenetehara). Já a TI Araribóia é habitada conjuntamente com Guajajara (Tenetehara).



Recorte da parte mais setentrional do mapa do Maranhão com seus limites ocidental com o estado do Pará e oriental com o Piauí e a caracterização da Amazônia Legal e das Terras Indígenas Alto Turiacu, Awá, Caru e Araribóia, onde são encontradas indivíduos da etnia Awá Guajá.

Fonte: Ministério da Justiça, FUNAI, IBGE (2015) adaptado por Martinho (2021)

DIRETO DA FONTE

As questões que envolvem a caracterização dos povos Awa Guajá, suas diferenciações, suas localizações e até mesmo a forma como se denominam é evidenciado por Wliiton Cordeiro Costa, que atua como administrador das mídias sociais da Associação Ka'apor Ta Hury, em entrevista cedida por este, via aplicativo WhatsApp, no 08 de janeiro de 2022, no qual o mesmo afirma que:

"[...] eles são chamados sempre de Guajá tá, esses de contato são chamados sempre Guajá. Na TI Caru tem, acho que umas duas aldeias também Guajá. Já esses que praticamente nem falam o português, eles (os próprios Guajá) os chamam de Awá [...]. Eles se quer são muito juntos. Então eles vão chama os outros de Awá e eles se chamam de Guajá [...]. A etnia a gente sabe é Awá Guajá, mas esses que já vivem aqui, esses da Aldeia Cocal, por exemplo, pouco preservam da cultura, sabe assim tem alguns cantos, pouquíssimo artesanato, tem pouco da cultura, mas falam a língua, falam o português com uma certa ainda dificuldade e falam a língua dele. Esses da Terra Caru, alguns que vieram vestidos de mais forma mais tradicional, com aquelas flechas enormes deles [...], não fala o português, então esses, eles o chamam de Awá."

COSTA, Wliiton Cordeiro. Entrevista sobre os povos indígenas do Alto Turi realizada via aplicativo WhatsApp em 08 de janeiro de 2022.

Aqueles que vivem em isolamento voluntário se caracterizam pelo não contato com os não indígenas e enorme grau de mobilidade, em função de constantemente terem que fugir de madeireiros, narcotraficantes, grileiros e outros invasores e sofrerem com os altos índices de desmatamento oriundo de ações legais de fazendeiros e madeireiros.

A história dos povos Awa Guajá é marcada por violência e genocídio sofridos por essas populações ao longo dos anos e desde os primeiros contatos com as sociedades não indígenas. Acerca da gênese dos Awa Guajá, os mais antigos registros dão conta de que esses povos não cultivavam e viviam de forma nômade e fugindo da perseguição de outras sociedades indígenas.

Para estudiosos como Balée (1992), Forline (1997) e Gomes e Meirelles (2002) acerca de 300 anos, esses povos seriam agricultores e daí teriam passado para um modo de vida baseado na caça e na coleta, como forma de fugirem dos colonizadores que, a partir do século XVI, invadem e se apossam dos territórios que hoje

APROFUNDANDO OS CONHECIMENTOS

LIVRO: *Estudos sobre os Awá: caçadores – coletores em transição*, de Alमुdena Hernando e Elizabeth Maria Beserra Coelho, de 2013.

TESE: *The persistence and cultural transformation of the Guajá indians: foragers of Maranhão State, Brazil*. de Forline, Louis Carlos, de 1997.

RELATÓRIO: *Relatório Awá-Guajá-2002: Para a constituição de um novo Programa de Proteção, assistência e consolidação étnica do povo Awá, do estado do Maranhão*, de Mércio Pereira Gome e José Carlos Meirelles, de 2002.

DOCUMENTO: *O povo da capoeira velha: cacadores-coletores das terras baixas da América do Sul*, de William L Balée, de 1992.

fazem parte do estado Pará, muito provavelmente região de origem dessa etnia.

No século XIX, habitam uma área, entre o Pará e o Maranhão, que abrange os vales dos rios Turiaçu, Capim, Pindaré e Gurupi. Entre fins do século XIX e o início do século XX, em virtude das inúmeras pressões sofridas pelos colonizadores, os Awa Guajás passam a se deslocar pelo noroeste do estado do Maranhão, entre o Rio Turiaçu, o Médio Gurupi e Alto Caru, vivendo da caça e da coleta, se deslocando por este espaço em grupos formados por duas ou mais famílias e se recusando ao contato com as Frentes de Atração do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), para a época órgão responsável por assegurar e promover o direito dessas populações.

Os constantes avanços do homem branco sobre as áreas em que essas populações indígenas habitam e resultado dos processos de expansão das plantações de algodão e da fronteira agrícola no oeste e no noroeste maranhense, além dos fluxos migratórios que se fazem em direção a essas regiões e que inclusive resultam em uma maior exposição dos Awá Guajás em relação as sociedades não indígenas – tal qual ocorre com os Kaapor –, trazem consequências drásticas essas populações, como uma considerável redução populacional desta etnia, que pode ter chegado a algo em torno de 800 indivíduos, segundo estudo de 1987 de Dave Treece, e que atualmente são de 520, de acordo com pesquisa de 2019, de Uirá Felipe Garcia.

Essas questões fazem com que a FUNAI – órgão que substitui o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) na assistência as populações indígenas – desenvolva estratégias de aproximação com os Awá Guajás, tomando assim como ponto de partida os indivíduos deste grupo étnico que habitam a Terra Indígena Alto Turiaçu e a partir da segunda metade da década de 1980, traçando e desenvolvendo políticas de promoção e proteção dos direitos dos indígenas, com o intuito de garantir a liberdade e a valorização das tradições destes povos.

Para além dos conflitos ligados a disputa pela terra no oeste e no noroeste do Maranhão, os indígenas – entre eles os Kaapor e os Awa Guajás – sofrem também com as políticas desenvolvimentistas direcionadas a essas áreas e responsáveis pela implementação das rodovias BR-222 (na década de 1930), BR-010 (na década de 1960) e BR-316 (na década de 1970), e da estrada de Ferro Carajás (na década de 1980), que passam a cortar o território habitado pelas populações Awa Guajá e atraírem colonos das mais distintas localidades do Maranhão e de outros estados do Nordeste, influenciando diretamente no processo de povoamento do oeste e noroeste maranhense por sociedades não indígenas.

DIRETO DA FONTE

As áreas de ocupação dos Awa Guajá, antes do processo de construção da BR-222 e da Estrada de Ferro Carajás e impactos da implementação dessas estradas na vida desses povos é trazido por Marina Maria Silva Magalhães e Uirá Garcia, em 2020, no texto intitulado “Guajá” presente na página “Povos indígenas no Brasil” do Instituto Socioambiental:

“[...] Antes da construção da rodovia BR-222, na década 1960, havia algo próximo a um território awa guajá contínuo, uma espécie de corredor que ia da TI Araribóia à TI Alto Turiaçu. Esses fluxos foram interrompidos no século XX, com a chegada de migrantes decorrente da construção da rodovia e com a construção da Estrada de Ferro Carajás, na década de 1980. O que está na origem de quase todo o êxodo dos Awa Guajá, desde a saída de seu território ancestral (TI Araribóia) até a chegada nas matas do Pindaré, onde estão hoje as principais aldeias, é justamente o esgarçamento de seus espaços de vida (a floresta) devido às sucessivas levadas de migrantes, a formação de povoados e, em seguida, de pequenos municípios próximos às Terras Indígenas.

As fugas vividas pelos Awa ocorreram devido ao avanço das frentes de colonização no Maranhão iniciadas na década de 1960, como apoio do governo, sobretudo, por meio da extinta Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). O discurso oficial na época era o de que não havia povos indígenas na região e que havia ali um vazio demográfico. Ao longo das décadas seguintes, muitos povos indígenas foram contatados, territórios foram criados, no entanto outros grupos continuaram fugindo até a década de 1980, quando foi criado o Projeto Grande Carajás. [...]”

MAGALHÃES, Marina Maria Silva; GARCIA, Uirá. **Guajá**. Povos indígenas no Brasil. Instituto Socioambiental, 2020, s/n.

Caracterizadas como caçadores-coletores, os Awa Guajás apresentam um modo de vida intimamente ligado e dependente da fauna e da flora que constitui a floresta amazônica em que habitam.

Em vista disso, essas populações tem o seu cotidiano guiado pelas atividades da caça, da pesca e da coleta, muito embora possa existir também aqueles que tenham conhecimento da agricultura, mesmo que esses não possuam uma organização de vida pautada em ciclos agrícolas, o que os caracterizariam como dependentes destas práticas.

Da floresta retiram basicamente toda a alimentação necessária a sua subsistência, tais como as caças – entre as quais estão o macaco, jacaré, paca, tatu, queixada, pacas, cotias, anta e veado – o mel e os frutos, como o pequi, o cupuaçu, o bacuri, a bacaba, o inajá e o açaí.



Foto de mulheres pertencentes a etnia Awa Guajá, habitantes da Aldeia Tiracambu, situada na Terra Indígena Caru, realizando o processo de coleta da Jussara.

Fonte: Garcia (2013)

Como prática central das atividades cotidianas dos povos Awa Guajás, a caça está para muito além da subsistência desses povos, uma vez que expressa uma filosofia de vida essencialmente ligada a floresta.

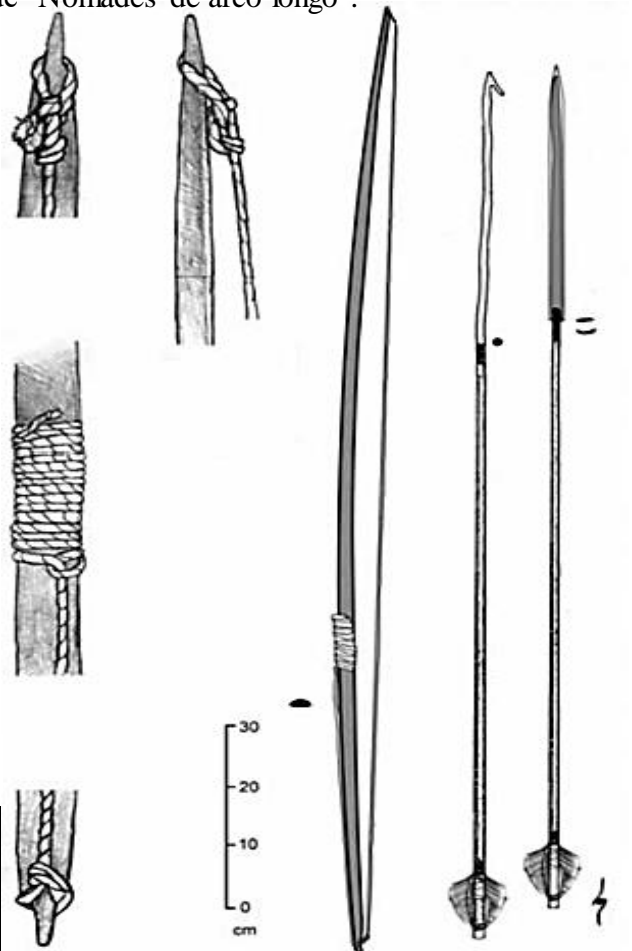
Foto de 2007 de indivíduos da etnia Awa-Guajá durante uma atividade de caça, no qual estavam procurando macacos na copa de uma árvore na Aldeia Juriti, situada na Terra Indígena Awa.



Fonte: Garcia (2007).

Aqui, por serem mais longas que o comum, o arco e a flecha utilizado pelos povos Awa Guajá nas atividades de caça, além da importância para realização dessas práticas, acaba sendo um agente identificador desses povos, ao ponto de estudiosos como Holmberg denominar as populações Awa Guajá de “Nômades de arco longo”.

Os tradicionais arcos e flechas utilizados pelas populações Awa-Guajá, onde se pode perceber alguns detalhes que são específicos desses povos, tais como as cordas e os tipos de nós usados por essa etnia na formulação desse instrumento. Aqui também é apresentado os dois tipos mais comuns de flechas utilizados na caça para matança de diferentes espécies de animais, a *u'iwa*, que possui uma ponta em forma de gancho, e a *takwara*, que possui uma ponta em forma de lâmina.



Fonte: Ruibal, Hernando e Politis (2013).

Socialmente entre aqueles que habitam as aldeias, a organização familiar se dá na forma de unidades autônomas, onde cada chefe familiar é uma espécie de líder, o que evidencia certa descentralização da liderança desses espaços.

Em relação das atividades do cotidiano, embora se perceba um maior direcionamento de homens para a caça e de mulheres para aquelas ligadas aos ambientes domésticos, como o cuidado de animais e das crianças, não há uma divisão rígida, por sexo, quanto ao exercício dessas ações. Deste modo, é possível as mulheres e as crianças Awa Guajás atuarem em atividades de caça, de pesca e de colheita junto aos homens.

Com uma religiosidade atrelada as perspectivas de espiritualidade e ancestralidade, os rituais Awa-Guajás são marcados por cânticos, danças e pelo contato dos antepassados, entidades espirituais e deuses. Dentre esses rituais destaca-se o da *Takaja* ou *Takaia*, no qual os homens, através de cânticos e danças perpassam para o plano celestial, onde se encontram com seus ancestrais, seres místicos e divindades. As mulheres têm nesse rito um papel de suma importância, uma vez que são elas – aquelas com certo grau de proximidade com participante, sejam mãe, irmãs e esposa – as responsáveis, através de seu cântico, por guiarem o homem de volta para este plano.

O texto “Cosmologia kaapor” do livro “Diários índios: os urubus-kaapor”, de 1996 e de autoria de Darcy Ribeiro, fala sobre o processo de criação do mundo e tudo o que existe, a partir da figura de Maíra, caracterizada como o criador.

Tudo era claridade, não existia nada.

No princípio não existia, nada, era só Maíra e aquele clarão.

Maíra fez a terra e os rios grandes, depois mandou um guariba gigantesco plantar as matas.

Quando a mata estava pronta, Maíra fez as gentes. Antes disso, fez Tapixi para ser seu irmão e mandou para o norte; Maíra ficou no sul. Disse, depois, que Maíra fica no nascente e Tapixi no poente.

Depois de fazer as coisas, Maíra perguntava o nome, elas diziam: eu sou a mandioca; cada uma dizia seu nome e Maíra ensinou aos Ka'apor.

Maíra só fez os grandes rios e a mata, os igarapés e as caças e os peixes foram feitos pelo filho de Maíra, para que a gente pudesse viver.

Os homens foram feitos de madeira. Maíra fez os Ka'apor de pau-d'arco (tad'ki), aos Karaíwas de sumaúma e aos Guajá de pau padre, por isso vivem no mata, não fazem casa, só comem coco.

Maíra queria que os karaíwas fizessem as coisas tão bem quanto ele própria, que fossem iguais a ele.

Os karaíwas sabem fazer as coisas porque Maíra ficou muito tempo com eles, ensinando tudo.

Maíra não quis ensinar aos Ka'apor como se faz terçados, facas, machados, disse que os Karaíwas devia fazer isso e dar aos Ka'apor.

Maíra não ensinou aos Ka'apor como fazer panos finos, disse que os Ka'apor deviam andar como ele, nus; com o membro amarrado e o corpo pintado.

Maíra ensinou aos Ka'apor como fazer cocares. Quando Maíra acabou de fazer os homens, escolheu

os que seriam tuxauas e os que seriam caciques para mandar e os que seriam miaçus para trabalhar.

Maíra não queria que os homens morressem, os fez como as cobras e cigarras que, quando envelhecem, mudam o couro e ficam jovens outra vez

RIBEIRO, Darcy. **Diários índios: os urubus-kaapor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.373-374.

SUGESTÕES DE ATIVIDADES

Prezado Professor, considerando a temática deste capítulo e o texto complementar trazido na página anterior, sugere-se, para o melhor trabalho com seus discentes, as seguintes atividades:

Atividade 1: Desenvolver exercício de fixação, voltada abordagem de conceitos e características que definem e distinguem as populações indígenas trabalhadas no capítulo.

Atividade 2: Desenvolver debate com o intuito de analisar e refletir sobre as contribuições que as populações indígenas, abordadas no capítulo, trouxeram à sociedade zedoquense.

Atividade 3: Desenvolver momento de discussão, que possibilite a reflexão acerca do texto complementar “Cosmologia kaapor” do livro “diários índios: os urubus kaapor” de Darcy Ribeiro, com o intuito de refletir sobre como a história da criação, segundo a visão dessas populações, pode ser parecida com a abordagem cristã ou de outras religiões, inclusive refletindo sobre possíveis trocas entre as culturas debatidas.

*“[...] Não! Eu não sou do lugar dos esquecidos!
Não sou da nação dos condenados!
Não sou do sertão dos ofendidos!
Você sabe bem: Conheço o meu lugar! [...]”*

Trecho de *“Conheço o meu lugar”* de Belchior



Fonte: Blog do Luís Pabto (2017).

A FUNDAÇÃO E OS FUNDADORES DO CENTRO DO ZÉ DOCA

A COLONIZAÇÃO ESPONTÂNEA DO CENTRO DO ZÉ DOCA

FIQUE POR DENTRO

A concepção e conformação de **Nordeste Brasileiro** presente neste texto é a atual, instituída pelo IBGE a partir de 1969, por meio da Resolução N.º 1, de 8 de maio de 1969, que divide o Brasil em cinco Grandes Regiões geográficas, e define a Região Nordeste como constituído pelos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe, atrelando o Estado da Bahia a esta região, que pela organização anteriormente – da década de 1960 – pertencia a extinta Região Leste. Assim, é importante que se diga que anterior a atual divisão regional do Brasil, a constituição territorial do nordeste era bem diferente e no qual o Maranhão por vezes é até mesmo classificado como pertencente ao Norte (IBGE, 1941) ou a um Nordeste Ocidental (IBGE, 1945), junto ao Piauí, que se diferenciava de um Nordeste Oriental.

O Centro do Zé Doca é, historicamente, o povoado do qual se origina o que hoje é caracterizado como o município de Zé Doca. Localizado no noroeste do Estado Maranhão, na Mesorregião Oeste e na Microrregião do Vale do Pindaré, este povoado é instituído na Região do Alto Turi, em meados da segunda metade da década de 1950, após a fixação de migrantes oriundos dos diversos estados do **Nordeste Brasileiro**, inclusive do próprio Maranhão, nesta localidade, situada entre os rios Pindaré e Turiaçu, e as margens da vereda de estrada de chão, que posteriormente daria origem a BR-316.

Detalhe da localização e da atual área de abrangência do município de Zé Doca, em relação ao estado do Maranhão, com a divisão mesorregional deste estado, a especificação do pertencimento de Zé Doca a Mesorregião Oeste do Maranhão e as limitações dos municípios deste estado brasileiro.



LEGENDA

— Limites estadual e das mesorregiões maranhenses

— Limites dos territórios municipais no maranhense.

■ Área de abrangência do município de Zé Doca

Esses processos migratórios pioneiros, que se dão rumo ao Centro do Zé Doca, especialmente entre a segunda metade da década de 1950 e a primeira metade da década de 1960, e que autores como Marcia Milena Galdez Ferreira e Alberto Arcangeli conceituam como migração “espontânea”, são responsáveis não somente pela criação deste povoado, que posteriormente viria a ser a cidade de Zé Doca, mas também pela instituição de diversos outros lugarejos, comumente caracterizados pelo termo **centro** – tal como o Centro do Zé Doca – e que, em tempos posteriores, dariam origem as diversas cidades localizadas no Alto Turi, o que deixa claro a importância desses eventos para a história destas cidades.

Para a época, a ideia de “vazio demográfico” e de abundância de terras férteis e sem dono, eram perspectivas existentes em relação a Região do Alto Turi, tanto no imaginário popular quanto no discurso estatal, dos governos brasileiro e maranhense, e que se constituíram como fatores de atração aos inúmeros imigrantes que chegam a essa região entre as décadas de 1940 e 1960.

Neste contexto, guiados por essas ideias, com recursos próprios e por vezes fugindo dos abusos dos coronéis, da seca, da extrema pobreza, da indisponibilidade de terras para o trabalho e de conflitos agrários, muitos nordestinos – entre esses, maranhenses – passam a ver o Alto Turi, como uma possibilidade de mudança de vida, lugar onde pudessem ter um pedaço de chão para plantar, colher e até mesmo criar alguns animais.

A migração de maranhenses e outros nordestinos em direção ao Alto Turi, entre as décadas de 1940 a 1960, se faz com muita dificuldade, pelo uso de seus próprios recursos e pelo percurso de extensas distâncias. Embora o uso de veículos – com destaque aqui para o **Pau de arara** – para o deslocamento de pessoas, fosse possível em algumas regiões do Maranhão e de outros estados do nordeste, a insuficiência de estradas fazia com que boa parte do trajeto desses migrantes fosse realizado através das veredas de estradas existentes ou pelos rios e outros cursos de água, com auxílio

*O termo **centro** é aqui pensado a partir das concepções de Andrade e Santos (2019) e Ferreira (2015), que entendem esses espaços como agrupamentos de pequenos agricultores, criados a partir da abertura da mata, por isso esses exercem suas atividades com uma certa proximidade ou mesmo no interior da floresta, e onde prevalecem certas relações de autonomia, reciprocidade e solidariedade entre seus moradores, se distinguindo da concepção de povoado, em virtude deste possuir uma proximidade mais direta com a sociedade nacional, percebido por sua maior ligação direta com o comércio e com as várias instâncias do poder local.*

*O termo **vazio demográfico** faz referência a localidades que apresentam baixa densidade demográfica, isto é, são desabitados ou possui pouquíssimas pessoas o habitando.*

***Pau de arara** é termo utilizado para designar um meio de transporte improvisado e irregular ainda hoje muito usual no Nordeste brasileiro, especialmente nas áreas mais interioranas, que se caracteriza pela adaptação de caminhões para o transporte de passageiros e em casos mais raros também para a venda de frutas, onde na carroceria deste é introduzido vários bancos, geralmente feitos de tabuas de madeira, para uso dos passageiros.*

APROFUNDANDO OS CONHECIMENTOS

VÍDEO: *Ocupação da Pré Amazônia Maranhense, de Osvaldo Pereira Filho, de 2012.*

LIVRO: *O mito da terra: uma análise da Colonização da Pré-Amazônia Maranhense, de Alberto Arcangeli, de 1987.*

TESE: *Construção do Eldorado Maranhense: experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim-MA (1930-1970), de Ferreira, Marcia Milena Galdez, de 2015.*

de animais – como cavalos, burros e jumentos –, de veículos de tração – como a carroça – ou mesmo a pé.

Frentes de ocupação do Maranhão e o pioneirismo dos fundadores do Centro do Zé Doca

Nos processos de povoamento, ocupação e colonização do Maranhão, as migrações se constituem como ações humanas comuns, constantes e com enorme significância a formação deste estado.

Como acontece de modo geral no processo de povoamento do Brasil, a ocupação inicial do território maranhense se dá a partir do litoral e rumo ao interior, iniciada pelos franceses, com a fundação de São Luis, em 1612 – cidade que tem inclusive seu nome dado em homenagem ao então Rei da França, Luís XIII –, e baseada na agricultura de subsistência e na agroexportação. A frente de ocupação litorânea, como é comumente denominada esse processo, é especialmente caracterizada pela ação portuguesa, pós expulsão dos franceses no século XVII, e tem os rios como as grandes como vias de penetração do território, com destaque aqui para o Itapecuru, o Pindaré, o Mearim e o Munim.

No século XVIII, outra frente de ocupação que ganha destaque e se faz importantíssima ao povoamento do Maranhão, é a Pastoral, caracterizada pela ação de pessoas comuns, que se deslocam do interior do nordeste a procura de terras para criação do gado, avançando pelo interior da Bahia e Piauí, até chegarem ao sudeste do Maranhão, onde se fixam no que hoje é a cidade de Pastos Bons.

Já entre os séculos XIX e XX, outra frente que se caracteriza como de enorme importância ao povoamento do território maranhense é a dos imigrantes oriundos de outros estados do Nordeste brasileiro – que José Ribamar Trovão vai chamar de Frente de ocupação dos migrantes da seca e dos expropriados do Nordeste

– que adentram o Maranhão se deslocando pelo seu interior no sentido leste-oeste, perpassam as áreas decadentes dos vales, dando-lhes um sopro de vida, e passam a habitar os espaços localizados entre as áreas ocupadas pelo avanço das frentes de expansão litorânea e pastoril.



Fonte: Trovão. (2008) e Assis Araújo (2010) adaptado por Mailson Martinho (2021).

A frente de ocupação dos que chegam ao Maranhão, entre os séculos XIX e XX, oriundos de outros estados do nordeste, penetra o território deste estado, sobretudo, a partir do Porto de Tutóia ou pelo Vale do Parnaíba, através das cidades piauienses de Floriano e Teresina, muito embora haja também relatos de desembarques de imigrantes de outros estados nordestinos no Porto de São Luís.

No deslocamento pelo interior do Maranhão, muitos desses nordestinos que chegam de outros estados, passam a habitar lugares já existentes ou a constituir novos povoados – por vezes acompanhados de migrantes maranhenses – em áreas do centro, do sudoeste, do sul, do sudeste, do leste, do oeste, do nordeste e também no noroeste maranhense, onde se localiza o Alto Turi.

No Alto Turi, localizado no noroeste do Maranhão, o processo de povoamento obedece a lógica da ocupação das “terras devolutas” com a expansão da fronteira agrícola e tendo a agricultura como principal prática econômica.

Mesmo antes da colonização espontânea do Alto Turi, desenvolvida por maranhenses e outros nordestinos entre os séculos XIX e XX, tentativas de povoamento e ocupação do oeste e do noroeste maranhense já haviam sido empregadas.

Utilizando o curso dos rios Turiaçu e Gurupi, no século XVII, colonos até conseguem penetrar essas áreas, porém em função das características adversas desses espaços – sobretudo a floresta, o clima, as doenças e a resistência indígena em relação ao contato com esses colonizadores – não conseguem dominar e povoar essas regiões, criando ali um espaço permanente de vivência, de trabalho e de desenvolvimento, o que somente se dará, de forma mais enfática, a partir do século XX, com a colonização espontânea que antecede o Projeto de Colonização do Alto Turi e a dita Colonização Dirigida.

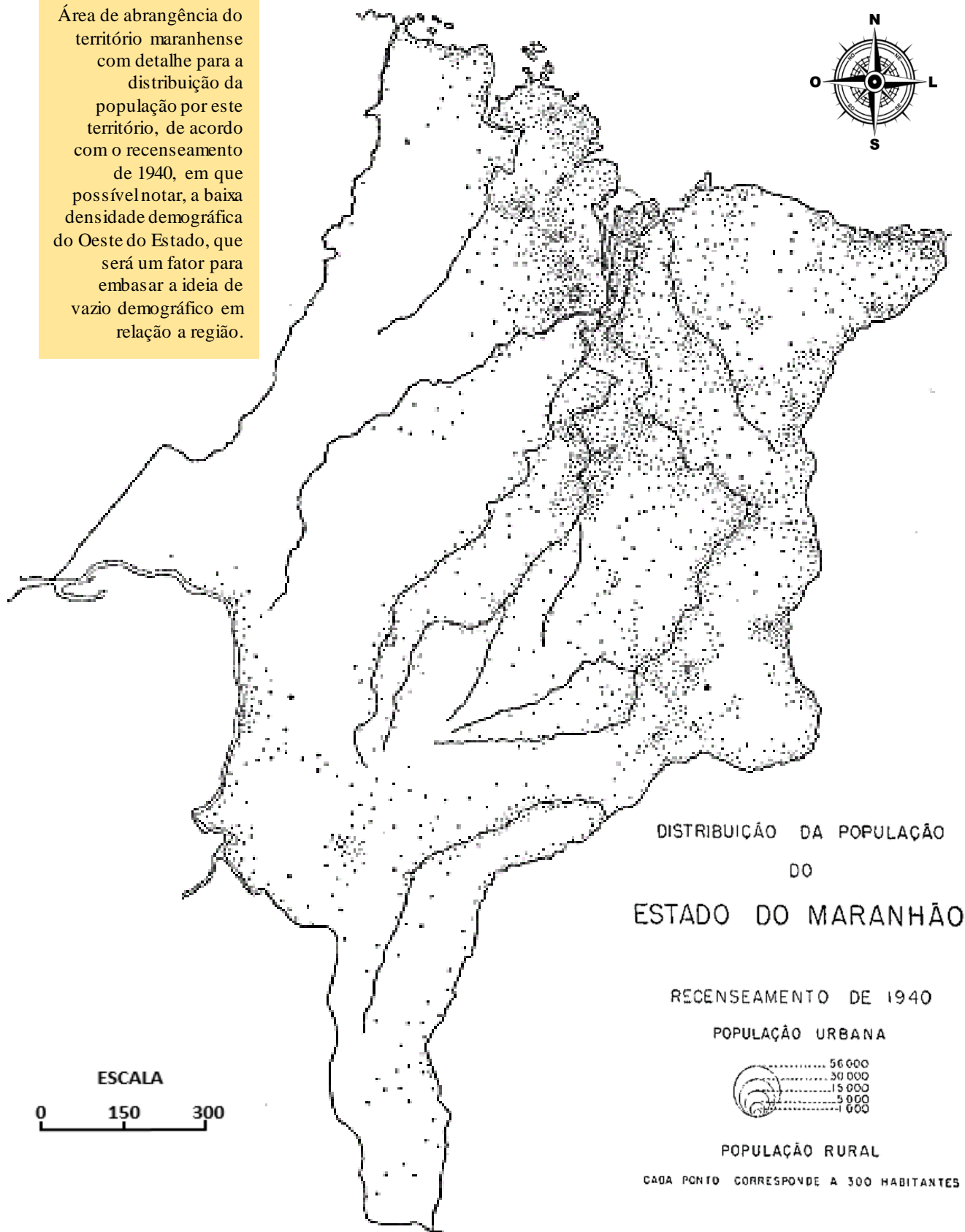
APROFUNDANDO OS CONHECIMENTOS

VÍDEO: *Ocupação da Pré-Amazônia Maranhense*, de Osvaldo Pereira Filho, de 2012.

LIVRO: *O mito da terra: uma análise da Colonização da Pré-Amazônia Maranhense*, de Alberto Arcangeli, de 1987.

TESE: *Construção do Eldorado Maranhense: experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim-MA (1930-1970)*, de Ferreira, Marcia Milena Galdez, de 2015.

Área de abrangência do território maranhense com detalhe para a distribuição da população por este território, de acordo com o recenseamento de 1940, em que possível notar, a baixa densidade demográfica do Oeste do Estado, que será um fator para embasar a ideia de vazio demográfico em relação a região.



Fonte: IBGE (1940), adaptado por Mailson Martinho (2021).

DIRETO DA FONTE

Acerca da existência de pessoas povoando o Alto Turi antes do PCAT, o próprio projeto afirma que isso já se dava desde a abertura da picada da linha do telégrafo, em 1945, ao trazer que:

“O afluxo de povoadores para a bacia do alto a médio Turiaçu começou aí pelo ano de 1945 quando da abertura, no rumo de Maracaçumé, da picada da linha do telégrafo nacional [...] e foi estimulado em 1959/60 pela vereda inicial prenunciadora da rodovia Teresina-Belém (BR-316), a oeste da linha do telégrafo, vereda para a qual se desviou definitivamente a migração por volta de 1964. Estimativas não censitariamente controladas 'fizeram-se de que o fluxo do migrantes, que experimentou um particular aumento quando da seca nordestina de 1958/59 alcançou sua maior intensidade desde então e até 1964. Calculou-se ainda que êsse contingente populacional, que estava em torno de 40.000 colonos espontâneos em 1962, teria subido já a 60 ou 65.000 em 1966. A reserva, pelo Govêrno do Maranhão, duma área de colonização de 30.000 km2 no noroeste do Estado com a finalidade de orientar a população deslocada, fez-se, (...), em 1961.”

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Projeto de Colonização do Alto Turi (Maranhão)**. Recife, 1972, p. 30.

Alberto Arcangeli fala sobre o deslocamento de pessoas para o Alto Turi já bem antes da demarcação do pico da BR-316:

“Desde o começo dos anos 50 inicia a ocupação desta parcela da fronteira agrícola pré-amazônica por grandes levas de imigrantes que adiantaram se, inclusive, a demarcação do pico da BR-316, executada durante o governo de Juscelino Kubitschek [...]”

ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra: uma análise da Colonização da Pré-Amazônia Maranhense**. São Luis, UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987, p. 185.

A existência de pessoas habitando o Alto Turi, bem antes do Projeto de Colonização do Alto Turi é trazido também por José Ribamar Trovão, em 2008:

“O projeto de colonização do Alto Turi [...], encontrou o parcialmente distribuído entre Pindaré Mirim e o Alto Turi 50 mil pessoas [...], alguns remanescentes dos migrantes que se dirigiam para a área de seringais e castanhais e que ficaram antes de atingir o destino, ou então que dali tinham regressado.”

TROVÃO, José Ribamar. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008, p. 26.

Dentre os primeiros que chegam ao Alto Turi, nas décadas de 1940 e 1960, estão maranhenses – especialmente do que são hoje as regiões de planejamento do Mearim e do Médio Mearim, no Centro

do Maranhão, dos Cocais e de Timbiras, no Leste Maranhense, e a Microrregião da Baixada Maranhense –, imigrantes de outros estados do nordeste brasileiro – em sua maioria, do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco, da Paraíba, de Alagoas e da Bahia – e até mesmo indivíduos de estados de outras regiões do Brasil, como o Norte, especialmente do Pará.

DIRETO DA FONTE

Ao tratar sobre a origem daqueles que migram para o Alto Turi, Luis Carlos Siqueira Manhães, em estudo de 1987, traz que:

“O movimento de camponeses se intensifica na década de 60. Cresce a pressão demográfica gerando desdobramentos da frente de expansão nas direções de Imperatriz e de Gurupi. Agora, além dos nordestinos, os maranhenses dos Cocais, do Mearim e da Baixada chegam à região atraídos pelas terras devolutas e pela abertura da BR-316, a estrada Maranhão-Pará que facilitava o escoamento da produção através do caminhoneiro. Com isso, a frente é canalizada pela faixa contínua da estrada, ocupando espontaneamente as regiões dos rios Turiaçu, Parauá, Maracaçumé e, já nos limites com o Estado do Pará, o rio Gurupi.”

MANHÃES, L. C. S. *Educação e lutas sociais na colonização dirigida: o Alto Turi maranhense: 1962-1984*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação, Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, 1987, p. 37.

Também em relação a origem daqueles que migram para o Alto Turi, Alberto Arcangeli em estudo de 1987, afirma que:

“Desde o começo dos anos 50 inicia a ocupação desta parcela da fronteira agrícola pré-amazônica por grandes levas de migrantes que adiantaram-se, inclusive, a demarcação do pico da BR-316, executada durante o governo de Juscelino Kubitschek [...]. Os migrantes vieram de praticamente todos os estados do Nordeste, muitos do próprio Maranhão, e também do Estado do Pará.”

ARCANGELI, Alberto. *O mito da terra: uma análise da Colonização da Pré-Amazônia Maranhense*. São Luís, UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987, p. 181-182.

Os que migram para o Alto Turi são, no geral, atraídos pela disponibilidade de **“terras sem donos”**, pelas condições climáticas favoráveis ao desenvolvimento da agricultura, pelos altos índices pluviométricos, pela riqueza de recursos hídricos e pela abundância de terras férteis existentes nessa região. Muito embora esses

FIQUE POR DENTRO

“Terras sem donos” são também denominadas de terras devolutas, assim sendo denominadas e definidas as áreas ou terras públicas que não são utilizadas ou não possuem uma destinação específica pelo poder público, bem como não integram o patrimônio de um particular.

FIQUE POR DENTRO

Latifundiário é o termo usado para denominar o proprietário de um latifúndio, isto é, o dono de uma grande propriedade rural, geralmente não utilizada para cultivo ou com seus recursos sendo explorados de forma extensiva.

processos migratórios possam também estar relacionados a decadência da exploração da borracha na Amazônia, as graves secas que comumente assolavam a região Nordeste, a dificuldade de absorção de mão de obra desta região e os conflitos agrários recorrentes em suas áreas rurais – aqui inclusive no próprio Maranhão –, ligados sobretudo a má distribuição da propriedade, ao despotismo dos coronéis, a expropriação de terras e a exploração da mão-de-obra camponesa, e com origem na insatisfação dos trabalhadores do campo diante das inúmeras e constantes explorações exercidas pelos **latifundiários**.

O processo migratório de maranhenses pelo interior deste estado e em direção ao Alto Turi está também associada a pressão demográfica que as áreas já habitadas sofrem com a chegada de nordestinos de outros estados e ao fato de que nessas áreas a terra se torna um bem cada vez mais raro e cobiçado pelos empresários.

Os nordestinos que chegam ao Maranhão advindos de outros estados e que se deslocam rumo ao Alto Turi, perpassam Codó em 1920, Pedreiras em 1940, Bacabal em 1950, em 1957 alcançam Vale do Pindaré, chegando ao Arraial de Santa Inês – hoje cidade de Santa Inês –, ponto de entrada para o Vale do Turiaçu, na época já caracterizada como área aurífera.

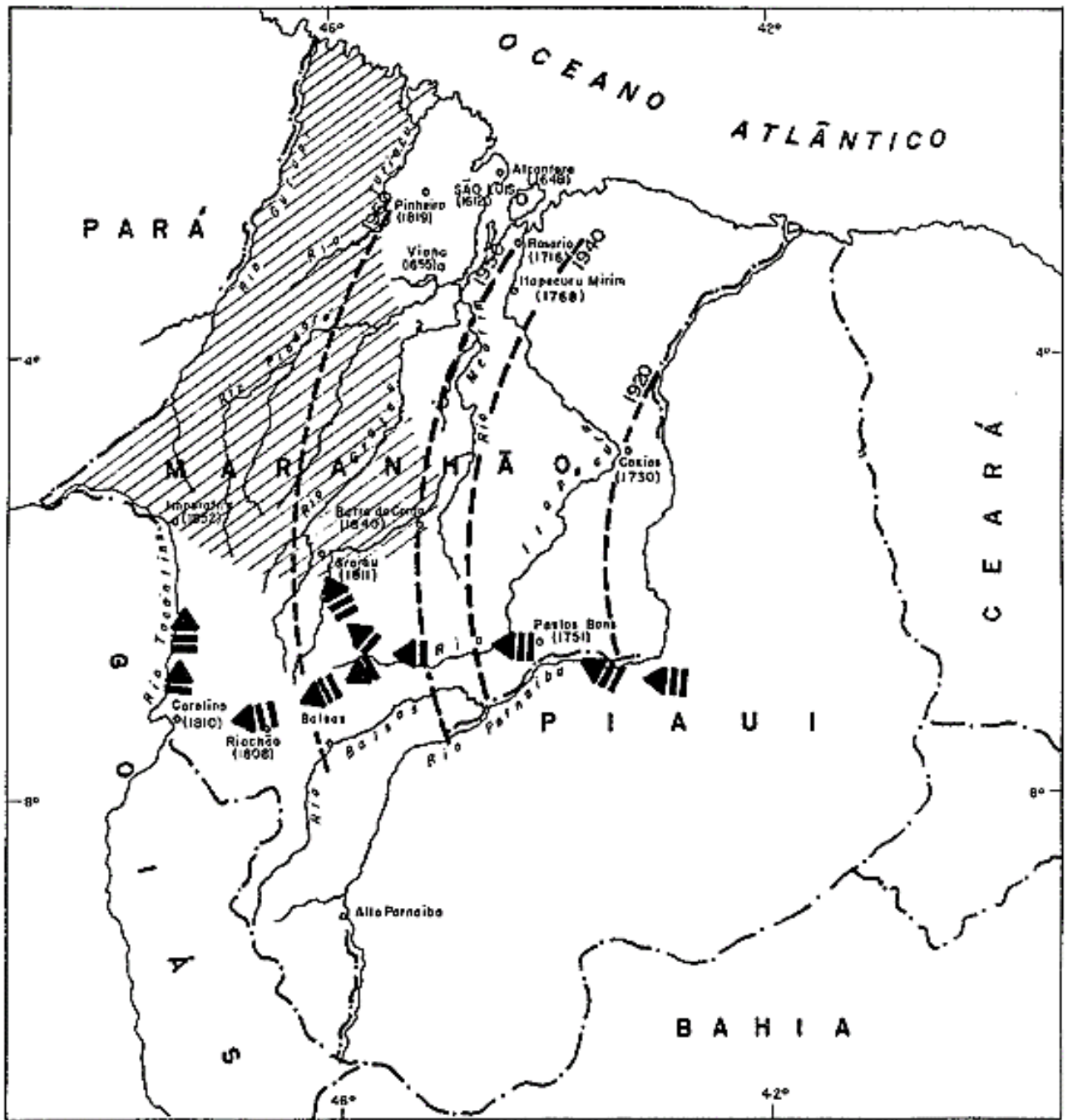
Seguindo para o oeste, a maior parte desses nordestinos se deslocam, posteriormente, na direção noroeste – muito embora uma minoria tenha se deslocado para o sudoeste, seguindo o caminho aberto pela frente pastoril –, tomando o caminho de Belém, na busca pelo Turiaçu, em 1959 chegam ao então Centro do Bom Jardim – atual cidade de Bom Jardim –, em 1960 ao Chapéu-de-Couro – hoje cidade de Governador Newton Bello – em 1961 alcança o posto do Alto Turi, as margens do Rio Turiaçu e de lá seguem rumo ao Vale do Gurupi, na divisa do Estado do Maranhão com o estado do Pará.

APROFUNDANDO OS CONHECIMENTOS

VÍDEO: *Ocupação da Pré Amazônia Maranhense, de Osvaldo Pereira Filho, de 2012.*

LIVRO: *O mito da terra: uma análise da Colonização da Pré-Amazônia Maranhense, de Alberto Arcangeli, de 1987.*

TESE: *Construção do Eldorado Maranhense: experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim-MA (1930-1970), de Ferreira, Marcia Milena Galdez, de 2015.*



CONVENÇÕES
 O (1612) FUNDAÇÃO DAS VILAS

▬▬▬ FRENTE PASTORIL

▨ FLORESTA DENSA

⋯⋯⋯ PROGRESSÃO DOS NORDESTINOS NO SEC. XX

Fonte: Droulers e Maury (1980), adaptado por Martinho (2021).

Detalhe do mapa do Maranhão com o processo de progressão dos nordestinos no século XX e da Frente Pastoral pelo território maranhense, onde é possível perceber o avanço dos nordestinos ditos da "Fuga Seca" rumo ao oeste e chegando até o Alto Turi.

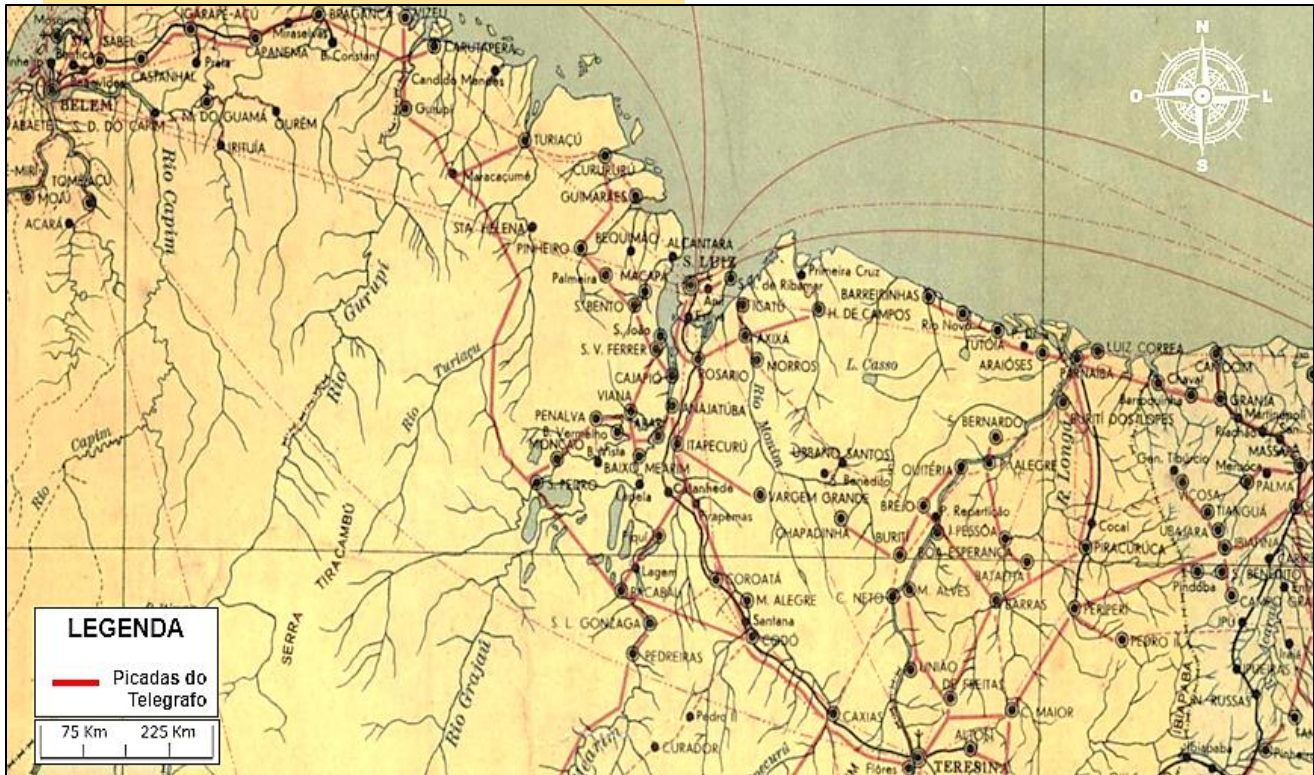
FIQUE POR DENTRO

A *estrada do fio*, segundo Andrade e Santos (2019), é um termo utilizado por aqueles que se deslocam pelo interior do Maranhão, especialmente os nordestinos – entre eles os maranhenses –, e que migram rumo a Amazônia Maranhense, como uma referência às picadas do telégrafo que antecedem o processo de abertura da Rodovia Pedro Teixeira – também denominada de BR-316 –, pertencente a um momento anterior ao processo de ocupação da região do Pindaré, e que segundo Luz e Florêncio (2011) serviu como base para o deslocamento de muitos daqueles que chegam ao Alto Turi.

Aqui cabe destaque as picadas do telégrafo ou a **estrada do fio**, como um norte orientador do deslocamento de muitos dos que chegam ao Alto Turi. Palco de árduas lutas entre indígenas e não indígenas, a linha telegráfica que atravessa a Amazônia Maranhense ao noroeste, cortando parte do território do Alto Turi, nas primeiras décadas do século XX, assim como outras linhas telegráficas que se deslocam pelo interior do estado do Maranhão, se caracteriza como uma verdadeira “estrada” de rodagem para essa área, sendo inclusive comum na memória dos primeiros imigrantes, ao se instalarem na região, ou dos habitantes dos povoados próximos, a referência a linha telegráfica como uma base para o deslocamento pelo Alto Turi.

Detalhe da parte norte do estado do Maranhão com o recorte das linhas telegráficas que cortam este estado, com destaque para linha de telégrafo que se desloca entre a Baixada Maranhense e o Alto Turi, e será um ponto fundamental para o deslocamento de imigrantes pelo Oeste Maranhense, uma vez que muitos desses, anterior à existência da rodovia ou mesmo da vereda que a antecedeu, utilizavam como referência essas linhas, constituindo o que Andrade e Santos (2019) chamaram de a estrada do fio.

Fonte: Brasil (1944), adaptado por Mailson Martinho (2021).



No geral, os movimentos migratórios rumo ao noroeste do estado do Maranhão se dão em grupos pessoas, constituídos de membros da mesma família, amigos, conhecidos ou simplesmente moradores da mesma cidade ou região.

Os que chegam ao Alto Turi, entre as décadas de 1940 e 1960, percorrem, por dias ou até mesmo meses, extensas distâncias pelo interior do Maranhão, cortando rios ou seguindo por veredas e estradas de chão abertas em meio a mata, a pé, no lombo de animais – como cavalos ou jegues – ou em veículos de tração a motor – como caminhões – ou de tração animal – como carroças – e, por vezes, se fixando, provisoriamente, em outras localidades deste estado.

DIRETO DA FONTE

Os meios usados para a locomoção até o Alto Turi, a constituição dos grupos migrantes e o processo de escolha do local para fincar morada, provisória ou permanentemente, é trazido por Manoel Correia de Andrade, no livro “Paisagens e Problemas do Brasil” de 1968:

“[...] As migrações, até a era do caminhão, eram feitas geralmente a pé e a cavalo; após a guerra de 1939-45, quando rodovias foram abertas em todas as direções e o caminhão passou a ser largamente usado no transporte de pessoas, as migrações e passaram também a ser feitas em caminhões até certo ponto. Daí em diante, até os pontos terminais da frente Pioneira caminhão como podem. Quem viaja entre o Pindaré e Turiaçu, por exemplo, encontram frequentemente famílias compostas por um casal e um grupo de filhos a caminhar, levando todos os seus pertences em um jegue. Após vários dias de caminhada, quando os pousos e roçadas vão escasseando e a mata chega intacta até a margem da picada, o migrante pára, escolhe um local para o seu rancho de palha de palmeiras, aproxima-se dos vizinhos e prepara-se para derrubada da mata e a formação do roçado. Às vezes ele aí deita raízes, fixa por muitos anos; mas quase sempre após dois ou três anos a terra começa a dar colheitas reduzidas ou o “grileiro” aparece cobrando a renda do roçado. [...]”

ANDRADE, Manoel Correia de. *Paisagens e Problemas do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1968, p. 99-100.

Ainda nas primeiras décadas do século XX, o deslocamento de pessoas pelo interior do Nordeste brasileiro – aqui especialmente

do Maranhão – é marcado por dificuldades e pela necessidade da superação de desafios estruturais, como a falta ou a deficiência das estradas de rodagem, e naturais, como as condições climáticas por vezes adversas, o relevo, a vegetação e os rios.

Embora já na segunda metade na década de 1950 fosse possível o traslado via carro até Santa Inês, localidade situada no Vale do Pindaré e porta de entrada para o Alto Turi, o deslocamento até ou pelo interior desta região somente era possível a pé ou a partir do uso de animais, por meio de uma estreita vereda, que antecede o que hoje é a BR-316, e pela qual não era possível o trânsito de carros.

DIRETO DA FONTE

A realidade dos deslocamentos de Santa Inês até o Centro do Zé Doca é trazido por Antônio Mendes da Luz e Michel Herbert Florêncio no livro “O município de Zé Doca: passado e presente” de 2011, ao falarem sobre o processo de migração do Senhor Aduino Pedro Lira e sua família ao Centro do Zé Doca:

“[...] O trajeto da pequena cidade de Santa Inês para o destino final, que era um pequeno lugarejo que estava surgindo, e que iria se transformar no futuro centro de Zé Doca, nas margens da futura BR-316, ainda era uma pequena vereda que não tinha acesso para carros. O trajeto foi feito todo a pé, seguido de perto pelos animais, que transportavam tudo que era necessário, inclusive mantimentos. Essa aventura durou 3 (três) dias. Quando foi no dia 18 de outubro de 1959, ele chegaram exaustos na pequena localidade no meio da mata [...].”

LUZ, A. M; FLORÊNCIO, M. H. *O Município de Zé Doca: passado e presente*. São Luis, MA: Café&Lápis, 2011, p. 81-82.

Cabe enfatizar que nesse período, a realidade maranhense favorecia o traslado, pelo interior deste estado, pelas vias fluviais, em virtude da abundância de rios navegáveis, mas também haja vista a situação de escassez e precariedade das rodovias do estado.

Roberto Galvão, em texto de 1955, relata a situação do Maranhão, até a primeira metade do século XX, quanto a estradas e os tipos de transporte:

“[...] Quanto às rodovias, é também precária a situação. Segundo R. Lopes, as estradas de rodagem do Maranhão não passam comumente de grandes veredas; “não temos estradas consolidadas, calçadas, cuidadosamente conservadas”. Diz ainda o mesmo autor, que as linhas telegráficas se transformaram, pouco a pouco, em “estradas” de rodagem; em 1927-28 foi aberta uma rede de estradas carroçáveis que atingiu Carolina.

As dificuldades de conservação das rodovias, devida às condições climáticas ou à descontinuidade administrativa, e às condições econômicas que tolhem o transporte rodoviário, impediram um maior desenvolvimento das comunicações terrestres maranhenses.

[...], é ainda bastante deficiente a rede rodoviária maranhense.

Quanto ao material rodante, dispunha o estado, em 1952, dos seguintes veículos de motor em tráfego, concentrados, em maioria, na capital.

Automóveis 714

Onibus 68

Caminhões 584

Motocicletas 152

Outras modalidades de transportes terrestres são: o tradicional carro-de-boi, as tropas de “bois-cavalos” nas zonas agrícolas e pastoris da baixada, as tropas de muares, no sertão, e o cavalo.

A navegação fluvial ocupa o mais importante papel nas interligações maranhenses; conta o estado com 99 portos fluviais, o que dá idéia da intensidade dessa navegação.

As linhas fluviais são feitas por pequenos vapôres, lanchas e barcos, [...].

Os vapôres fluviais são do tipo a que denominam comumente “gaiola” na Amazônia; além das lanchas e outras embarcações menores são usadas as “alvarengas” ou barcas-reboque.

A rede chamada maranhense abrange as linhas do Mearim, do Pindaré, do Itapecuru, do Munim e duas menores, de São Bento e Cajapió. Esta rede estende-se por cerca de 2 000 quilômetros de percurso. [...].”

GALVÃO, Roberto. Introdução ao conhecimento da área maranhense abrangida pelo plano de valorização econômica da Amazônia. Revista Brasileira de Geografia. Ano XVII. Nº 3. Julho-setembro de 1955, p. s/n.

Essa realidade começa a mudar quando da abertura de rodovias no norte e nordeste brasileiro – mais enfaticamente no pós Segunda Guerra Mundial –, em grande parte atrelada ao processo de estruturação e difusão do capitalismo no Brasil e reflexo de políticas direcionadas ao desenvolvimento de grandes obras públicas e a expansão do crédito para atividades econômicas, o que resulta também na introdução do caminhão como meio de transporte de grande uso no traslado dos nordestinos migrantes rumo ao Maranhão.

APROFUNDANDO OS CONHECIMENTOS

LIVRO: *Paisagens e problemas do Brasil*, de Manuel Correia de Andrade, de 1968.

No noroeste maranhense, a realidade começa a se modificar a partir da década de 1960, com o processo de implementação da BR-316, e o deslocamento pelo interior desta região, que anteriormente só poderia se dá a pé ou no lombo de animais, passa também a ser feito por meio de veículos automotivos, o que resulta em um número cada vez maior de pessoas migrando para o Alto Turi e leva o estado brasileiro ao desenvolvimento de políticas de povoamento para essa área, inicialmente subsidiadas pela SUDENE, no processo concebido como Colonização Dirigida, denominado de Projeto de Povoamento do Maranhão (PPM), executado pelo Grupo Interdepartamental de Povoamento do Maranhão (GIPM), e que posteriormente dá lugar ao Projeto de Colonização do Alto Turi (PCAT).

Bem antes da construção da BR-316 ou mesmo da implementação do PCAT, quando o deslocamento de pessoas pelo Alto Turi se dava a pé ou no lombo de animais, inúmeros povoados já existiam nessa região, dispersos ao longo da Linha do Telégrafo Nacional, do trecho da BR-22 – que posteriormente fara parte da BR-316 – ou ainda em espaços situados entre a aquela linha e esta rodovia.

Entre os lugarejos que se formam na região estava o Centro do Zé Doca, fundado entre anos de 1958 e 1959, quando um grupo de imigrantes constituído por maranhenses e nordestinos de outros estados e saídos das regiões do Mearim e Médio Mearim, perpassam o Vale do Pindaré e através da vereda de estrada, que cortava a densa floresta da Amazônia maranhense, existente no Alto Turi e que seria a base para a posterior implementação da BR – 316, chegam ao local, entre os rios Pindaré e Turiaçu, e ali fixam morada e passam a chama-lo de Centro do Zé Doca.

DIRETO DA FONTE

A colonização espontânea e a existência de povoados já antes do Projeto de Colonização do Alto Turi é evidenciado por Antônio Mendes da Luz e Michel Herbert Florêncio no livro “O município de Zé Doca: passado e presente” de 2011”:

“Em 1945, seguindo a linha do telégrafo, que ligava as capitais do Maranhão e do Pará, já existiam alguns povoados de lavradores, como Pinga-Fogo e Enseada [...] Deste modo, processou-se o inicialmente o povoamento desta região de modo espontâneo, sem nenhuma ação sistemática e organizada do governo ou de empresa privada estimulando este acontecimento até 1962.”

LUZ, A. M; FLORÊNCIO, M. H. O Município de Zé Doca: passado e presente. São Luis, MA: Café&Lápis, 2011, p. 81-82.



Trecho da estrada de chão que antecede a BR-316, onde é possível perceber aspectos característicos da área, como a vegetação amazônica e o relevo marcado por

Fonte: IPEA (1971).

Trecho da estrada de chão que antecede a construção na BR-316, onde é possível perceber um considerável desmatamento da vegetação as margens da estrada.



Fonte: IPEA (1971).

Os fundadores e pioneiros do Centro do Zé Doca se deparam com parte da Amazônia Maranhense, caracterizada pela presença de fauna e flora típica da Floresta Tropical Amazônica, com árvores de grande porte, mata predominantemente fechada e uma enorme diversidade de animais silvestres, mas também encontram ali um considerável número de povos nativos, os indígenas, populações que já habitavam o Alto Turi a centenas de anos, com os quais, por vezes, possuem contatos conflituosos, que levam esses a se refugiar nas áreas demarcadas pela FUNAI, as chamadas Terras Indígenas.

O nome Centro do Zé Doca tem assim origem na figura do imigrante cearense José Timóteo Ferreira ou, como era popularmente conhecido, Zé Doca, denominação esta que estava associada ao fato de seu pai, o senhor Raimundo Ferreira, ser também conhecido como Senhor Doca e ainda ao costume comum de se atribuir cognomes as pessoas tendo como referência o nome ou apelido dos seus pais. O nome do Centro do Zé Doca, está também associado a tradição, muito comum em regiões interioranas do Brasil, de se colocar o nome ou apelido do primeiro morador ou fundador da localidade antecedido do termo *centro*, como designação do local.

DIRETO DA FONTE

A fala de Maria Gomes de Carvalho, esposa de José Timóteo Ferreira, em entrevista cedida a TV cidade de Zé Doca, em 2000, retrata muito sobre como era região e o local onde a cidade é fundada antes deste acontecimento:

“Aqui quando era mato que nós chegamos, ele disse que ia butar esse nome, que era o nome dele, cidade de Zé Doca. [...] A primeira casa lá na Rua do comércio [...]. Tinha fatura de mato, tinha muito coco pra mulher quebrar, pra fazer azeite, pra temperar, tinha muito peixe, aí tinha Rio perto, eles pescava, agora tá tudo seco, era miór do que agora. Muita fatura, só tinha mato, todo mundo vinha aqui trabalhando, um de faça, otros de facão [...] só tinha mato, não tinha morador não [...]”.

CARVALHO, Maria Gomes de. *Esposa de Zé Doca e a história da cidade*. Entrevista concedida a TV Cidade de Zé Doca. In.: Página do Facebook da TV Cidade de Zé Doca. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=293108152345339>. Acesso em: 29 set 2020, s/n.

Ainda sobre o nome do lugarejo, com a chegada de novos migrantes nordestinos e em virtude desses acharem a denominação do lugarejo diferente e estranha, há tentativas de sua modificação, sendo para tanto cogitado os nomes de Santa Rita, São Sebastião do Central, Piracambu e até mesmo Moncilha, este último em referência a cidade de Monção, a qual o Centro do Zé Doca estava ligado. Todavia, no final prevalece o desejo dos pioneiros e da grande maioria da população local, que resiste a mudança do nome do lugarejo. Com a chegada da SUDENE, na primeira metade da década de 1960, o nome Zé Doca passa a ser registrado em âmbito municipal, estadual, nacional e até mesmo internacional, em referência a localidade, assim ajudando na difusão e na efetivação dessa designação para o local.

Embora desde o início de sua fundação não seja uma unanimidade entre seus habitantes, com passar dos anos o nome Zé Doca acaba ganhando maior aceitabilidade entre eles e se firmando nos cenários regional, estadual e nacional, a tal ponto que quando do seu processo emancipatório, entre os anos de 1987 e 1988, esta denominação passa também a ser dada ao novo município, criado pela Lei Nº 4865, de 15 de março de 1988, a cidade de Zé Doca.

DTRETO DA FONTE

A origem do nome de Zé Doca e tentativas de mudanças deste nome são trazidos por Antônio Mendes da Luz e Michel Herbert Florêncio no livro “O município de Zé Doca: passado e presente” de 2011, em:

“O nome primitivo de nosso município foi Centro do Zé Doca, obedecendo a uma tradição, em nossa Região, de colocar nas povoações o nome Centro seguido do nome do seu primeiro morador (fundador). Com a chegada de outros nordestinos, acreditamos que estes, achando o nome esquisito, procuraram, em vão, colocar outro topônimo em nosso lugarejo. Assim, tentaram chama-lo de Santa Rita, São Sebastião do Central, Piracambu e até mesmo Moncilha (derivado de Monção, a então sede do município). Apesar do esforço da população, predominou o nome original. Com a chegada da SUDENE este nome foi cadastrado nas repartições municipais, estaduais, federais e até mesmo fora do país. Ficou consignado o nome inicial que até hoje permanece: ZE DOCA.”

LUZ, A. M; FLORÊNCIO, M. H. **O Município de Zé Doca: passado e presente**. São Luis, MA: Café&Lápis, 2011, p. 55.

APROFUNDANDO OS CONHECIMENTOS

ARTIGO: *O mito fundante do Centro do Zé Doca: apontamentos e reflexões, de Mailson Martinho, de 2021.*

José Timóteo Ferreira é considerado o fundador deste lugarejo e teria chegado em 11 de julho de 1958, segundo o IBGE (2021), junto a familiares, amigos e conhecidos – como era comum nesses processos migratórios –, oriundos de outras regiões do Maranhão e de outros estados do nordeste, após passagem pela cidade de Pedreiras, na qual inclusive teria morado na zona rural, no povoado denominado de Angical.

PERSONAGENS NA HISTÓRIA

Zé Doca e o mito da fundação



A suposta foto de José Timóteo Ferreira é umas das muitas polêmicas da história deste personagem, pois embora a mesma seja pela a cultura histórica zedoquense atribuída a este personagem, para os familiares ainda vivos de José Timóteo Ferreira esta imagem é de um dos seus filhos e não do próprio Zé Doca.

Com uma história marcada por controvérsias e divergências históricas, José Timóteo Ferreira, o popular Zé Doca, teria nascido 11 de julho de 1929, na cidade de Camucim, no estado do Ceará, filho de Maria Ferreira de Araújo e José Raimundo Ferreira (ou Raimundo Antônio Ferreira como expresso em algumas fontes), também conhecido como senhor Doca, daí inclusive a origem do termo Zé Doca, em associação ao nome de seu pai.

Em 28 de janeiro de 1945, em Fortaleza, capital do estado do Ceará, casa-se com Maria Gomes de Carvalho (ou Maria do Socorro de Carvalho como também aparece em algumas fontes bibliográficas), popularmente conhecida como Dona Socorro, com quem teve 10 filhos (LUZ; FLORÊNCIO, 2011) ou 14 (BRASIL, 2021), muitos destes inclusive durante o processo migratório rumo ao Alto Turi e dos quais apenas três teriam sobrevivido, sendo eles conhecidos por Raimundo, Cícero e Ananias.

No ano de 1957, fugindo das secas que assolavam o estado do Ceará (LUZ; FLORÊNCIO, 2011) ou em busca de melhores condições de vida e a possibilidade de ter um “pedaço de chão” nas terras devolutas existentes no Maranhão (LEAL; MARTINHO, 2019), junto de seu pai – o senhor Doca –, sua esposa, seus filhos e outras famílias, José Timóteo Ferreira migra para o Maranhão, chegando a cidade de Pedreiras e ficando moradia no Povoado de Angical, após um processo de migratório que duraria em torno de 3 meses.

Após um certo período residindo naquela localidade José Timóteo Ferreira passa a trabalhar como “cabo de turma” de um grupo de cassacos – trabalhadores que atuavam na construção de estradas – realizando o desmatamento e limpeza de áreas a serem pavimentadas. É assim que o senhor Zé Doca, torna-se parte do grupo de trabalhadores que atuam na abertura de trecho da antiga BR-22, no trecho que hoje faz parte da BR-316. Trabalhando como o cassaco na abertura do trecho conhecido por Curva do Trindade, que hoje é o ponto limite entre as cidades de Bom Jardim e Governador Newton Bello, chega a localidade que posteriormente se tornaria povoado e receberia seu nome, isso por volta de 08 de junho de 1958, para o IBGE (2021). Na continuidade do seu trabalho como cassaco, chega ao Gurupi, na divisa do Pará com o Maranhão, derrubando árvores, abrindo caminho para a construção da estrada, voltando e construindo a primeira casa do que será, posteriormente, o Centro de Zé Doca.

Na localidade, junto a outras famílias, José Timóteo Ferreira e sua família, passam a viver do cultivo de subsistência e de uma tímida comercialização, entre si e entre os habitantes das localidades próximas, dos substratos de suas colheitas, especialmente o arroz, que posteriormente se tornaria um dos grandes produtos da produção agrícola do Centro de Zé Doca, como expõe Luz e Florêncio (2011). Um ano após sua chegada a região, mesmo sendo um dos pioneiros do Centro do Zé Doca, como dono de terras e agricultor, o senhor José Timóteo acaba não tendo sucesso em seus negócios, o que o leva ao endividamento e assim, sem conseguir vislumbrar possibilidades de quitação de suas dívidas com seus credores, ao suicídio, no dia 11 de julho de 1960, quando com 31 anos de idade, segundo Luz e Florêncio (2011), sendo encontrado morto na porteira de um cercado, nas proximidades do que hoje é a Rua da Paz, no centro da cidade de Zé Doca, com o dedo do pé engatilhado na **cartucheira**, deixando mulher e filhos.

A morte de José Timóteo Ferreira é um dos fatos de grande discussão na cultura histórica zedoquense, isso muito em função das inúmeras versões existentes sobre este fato, como também afirmam Luz e Florêncio (2011), sendo comum na literatura a afirmativa da sua morte por causas de adversidades locais (BRASIL, 2021), por tiro inexplicado, por vingança, acidente ou ainda por homicídio, como a própria viúva de Zé Doca afirma em entrevista concedida em TV Cidade. Sua morte teria causado extrema comoção entre os moradores do lugarejo e das regiões vizinhas e seu corpo teria sido enterrado no que hoje é o Cemitério Central, na Rua Princesa Isabel, embora em localização indefinida (LUZ; FLORÊNCIO, 2011).

Em relação ao ano da fundação do Centro do Zé Doca, há também divergências na produção histórica zedoquense, pois embora o IBGE, afirme que esse fato se deu em 1958, para a própria viúva do senhor Zé Doca, Maria Gomes de Carvalho e o Portal “O Mará”, essa fundação teria se dado em 1959.

APROFUNDANDO OS CONHECIMENTOS

REPORTAGEM: *Esposa de Zé Doca conta a história da cidade*, da TV Cidade Zé Doca, de 2021.

DIRETO DA FONTE

A narrativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acerca do processo migratório e da fundação do Centro do Zé Doca é a de que:

“No dia 8 de julho de 1958, chega por essas terras José Timóteo Ferreira, conhecido como “Zé Doca” e a sua esposa Maria Ferreira, acompanhada de 14 filhos, muitos deles nascidos na longa viagem que fizera, juntamente com cerca de 10 famílias, de Camocim (CE) até chegar nessa região. Homem empreendedor e de extrema coragem, começa então a derrubar a cabo de machado as primeiras árvores, criando o “Centro” (nome dado a povoados no interior do Maranhão) de Zé Doca que, mais tarde, se tornaria um belo vilarejo.”

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Zé Doca – História & Fotos**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/ze-doca/historico>. Acesso em: 29 set 2020, s/n.

Sobre esse assunto, por sua vez, o portal “O Mará”, em artigo sobre a “História de Zé doca” afirma:

“Zé Doca surge no dia 8 de julho de 1959, com a chegada de José Timóteo Ferreira, conhecido popularmente como Zé Doca, apelido que herdou de seu pai, o Sr. Doca.”

História de Zé doca. O Mará. Disponível em: <https://omara.com.br/2020/06/12/historia-ze-doca/>. Acesso em: 29 set 2021, s/n.

Já, a viúva do senhor José Timóteo Ferreira, a senhora Maria Gomes de Carvalho, em entrevista cedida à TV Cidade Zé Doca, expõe:

“Saí do Ceará em 57, andei 57 e 58, cheguei em 59, quando foi dia 11 de julho de 60, ele morreu.”

CARVALHO, Maria Gomes de. **Esposa de Zé Doca e a história da cidade**. In.: Página do Facebook da TV Cidade de Zé Doca. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=293108152345339>. Acesso em: 29 set 2020, s/n.

O grupo de pessoas que chega junto com o senhor José Timóteo Ferreira a localidade em que é fundado o Centro do Zé Doca, é constituído por maranhenses, oriundos especialmente do que hoje são as regiões de planejamento de Timbiras, dos Cocais, do Mearim e do Médio Mearim –, e nordestinos de outros estados,

APROFUNDANDO OS CONHECIMENTOS

LIVRO: *Zé Doca: passado e presente*, da Antonio Mendes da Luz e Michel Herbert Florêncio, de 2011.

originários principalmente do Ceará. São eles os pioneiros da fundação e do povoamento deste lugarejo.

DIRETO DA FONTE

No livro de Antonio Mendes da Luz e Michel Herbert Florêncio “O Município de Zé Doca: passado e presente”, de 2011, é exposto nominalmente aqueles que seriam os pioneiros da fundação e do povoamento de Zé Doca:

Eis os primeiros moradores do povoado de Zé Doca:

José Timóteo Ferreira (Zé Doca); Raimundo Moura (Major Corinto); José Farias; Adalton Lira; João Chaves Brito (João Coã); Romãozinho; Zeca Silva; João Borges; José Corino; Tomé (Docha); Zé Feitosa (Zé Cearense); Salvador; Cassiano; Beja; Antonio Ozéas; Raimundo Francisco; Otávio (Oleiro); Raimundo Silva Costa (Bebé); João Romão; Silvestre Rocha; João Lúcio; Pedro Rolinha (esposo de Dona Maria Rolinha); Bernardo Lima; José Alves; Benomir Rodrigues (seu Belo); Estêvão Farias; Caboclo Preto; Antonio Mendonça; Florêncio (esposo de Laurita); Antonio Lopes; Luís Roseno; Cândido; Zeca do Cândido; Teodoro; Zé Ventura; Antonio Moraes; Zé Moraes; Elias Mendes de Moura; Raimundo Pinheiro de Moura; Reinério Costa Rêgo; Benedito Araujo Luz; Antonio Caetano da Silva (Antônio Grande); Luís Pedro; Raimundo Cassiano; Otacilio; Albino; Vicente Paciência; Sebastiãozinho (Sebastiãozinho da Rodoviária); Zé do Peixe; Meliano; José Mariano dos Santos (Mariano Guela); Ecitom Apoliano; Manuel Cunha, Canuto Correia, João Militão, Sr. Bernardo (pai do Gevaldo), Valdemar Aires Pereira, Sr. De Lima, Manoel Gomes de Araújo (Santinho), e mais outros que, infelizmente, fogem às nossas memórias e até mesmo do nosso conhecimento, apesar dos nossos esforços.

LUZ, A. M.; FLORÊNCIO, M. H. O Município de Zé Doca: passado e presente. São Luis, MA: Café&Lápis, 2011, p. 69-70.

Embora pouco citadas na história de Zé Doca muitas mulheres tiveram importância ímpar no processo de pioneirismo, fundação e desenvolvimento desta localidade. Assim, além de Maria Gomes de Carvalho, mais conhecida como Dona Socorro, esposa do fundador da cidade e uma das pioneiras do povoamento do Centro do Zé Doca, outras personagens foram importantíssimas e protagonistas na história de Zé Doca.

Aqui cabe o destaque também a Maria Luiza da Luz, popularmente conhecida como Maria de Santana, que se destacou pelos trabalhos em prol da religião católica no então povoado; Isabel Martins Coelho, popular Irmã Bezinha, que se notabilizou como uma das grandes educadoras de Zé Doca, além de Maria Rolinha, Dona

Laurita, Dona Lili, Dona Chica Braba, Professora Nazira Cutrim, Nathália Mendonça, Josinha Cunha e outras muitas.

Assim, cabe também salientar que o processo migratório de maranhenses e de nordestinos de outros estados rumo ao Alto Turi, são assim de uma importância impar para a história e a formação desta região, inclusive no que se referem as construções culturais – como costumes, crenças e valores – e sociais – como a organização familiar estruturada no patriarcado –, que refletem da identidade coletiva das sociedades que se formam ao longo do Alto Turi, aqui especial a zedoquense.

O cotidiano dos primeiros moradores do Centro Zé Doca

Quando os primeiros migrantes chegam ao que hoje é caracterizada como a cidade de Zé Doca, encontram ali um espaço quase que inexplorado, com a predominância de vegetação típica da Amazônia Maranhense e uma vasta variedade de animais características desse tipo de ambiente, além de um número considerável de populações indígenas, que ali já habitam a centenas de anos.

A disponibilidade de terras devolutas, a riqueza da fauna e da flora, a fertilidade dos solos, os bons índices pluviométricos, a localização entre os rios Pindaré e Turiaçu e a decorrência de inúmeros igarapés, riachos, córregos e outras formações fluviais, estão os principais atrativos que fizeram com que o senhor José Timóteo Ferreira, o Zé Doca, por ali se estabelecesse, fincasse morada e fundasse o povoado que receberia seu nome, o Centro do Zé Doca, junto a outras pessoas – dentre os quais estavam seus familiares, amigos e conhecidos –, que com ele se deslocavam pelo interior do Maranhão a procura de terras onde pudessem se instituir.

O processo de fundação do Centro do Zé Doca segue uma lógica de povoamento que nas terras “devolutas” da Amazônia

Maranhense que se inicia com a escolha dos locais para a construção das residências e dos plantios, seguido pelo processo de limpeza das áreas selecionadas e de construção da residência e outros espaços.



Detalhe da realidade de uma das povoações que se formam a partir da frente pioneira no Alto Turi. Aqui é possível perceber a presença da mata, as habitações simples e o espaço estabelecido como campo para o cultivo, no qual é inclusive possível avistar o toco de uma árvore já derrubada.

Fonte: Andrade (1973).

Ali a escolha do local para o estabelecimento das moradias e dos plantios é diretamente influenciado pela existência ou proximidade as formações fluviais, que serão fundamentais a vida no local, como córregos e igarapés, entre esses estão os que posteriormente serão chamados de Igarapé do Major, nome dado em associação a um dos primeiros moradores da cidade, o senhor Major Corinto; e Igarapé do Gato, nome este ligado ao fato de no local ter sido avistado um “gato do mato”, como são popularmente conhecidas as onças na região.

O estabelecimento das moradias é também diretamente influenciado pela a vereda de estrada que antecede a BR-316 – uma vez que as primeiras residências do Centro do Zé Doca se colocam o mais próximo possível dela –, assim como pela existência de indígenas e o temor de ataques por essas populações, o que faz com que as casas sejam construídas bem próximas umas das outras.

DIRETO DA FONTE

A instituição dos *centros* na Amazônia maranhense, o estabelecimento dos migrantes e a construção das primeiras residências é trazido por Manoel Correia de Andrade, em 1973, em “Paisagens e Problemas do Brasil”, quando ele expõe que:

“Como a distância dos centros de população é grande e havia até recentemente perigo de ataques dos indígenas, procuravam os migrantes estabelecer-se em pequenos grupos, construindo as choupanas juntas ou próximas umas das outras, nos “aceros” da mata. Aos aglomerados assim formados chamavam de “centros”. Formou-se assim uma autêntica frente pioneira que atravessa vales e interflúvios, encontrando às vezes velhas cidades maranhenses e destruindo as grandes florestas. As novas cidades construídas e os velhos aglomerados que atravessam dezenas de anos parados adquirem um grande desenvolvimento e um extraordinário movimento comercial por um curto período.”

ANDRADE, Manoel Correia de. *Paisagens e Problemas do Brasil*. 4ª ed. (Revista e Atualizada) São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 97.

As primeiras casas do Centro do Zé Doca são construídas a partir do uso dos recursos e da matéria-prima disponíveis no próprio local e tendo como base, sobretudo, o método de **taipa a mão**, de conhecimento tanto dos maranhenses quanto dos nordestinos dos outros estados. A madeira usada nos pilares, na estrutura das paredes e do telhado provinha das árvores e arbustos.

As amarras de fibra vegetal ou **embiras** – como são também conhecidas na região – são extraídas das cascas das árvores ou dos cipós comuns na vegetação local. As paredes e o piso são revertidos de barro, material argiloso facilmente encontrado nesse espaço, muito embora fosse possível a existência de casas com as paredes formadas e revertidas por **palhas**.

Em relação ao piso, é importante ainda citar que, no seu processo de estruturação, usa-se o **método da terra batida**. Na cobertura do telhado utiliza-se, principalmente, as folhas **estaladas** das palmeiras – entre elas especialmente o babaçu – ou mesmo lonas de plástico. As portas e janelas são feitas a partir da madeira retida da vegetação local ou mesmo esteiras, que são divisórias produzidas a partir palha da palmeira do babaçu.

FIQUE POR DENTRO

Taipa a mão, Pau a pique, Taipa de sopapo ou ainda Taipa de sebe são os nomes dados ao método de construção de casas de taipa no qual as paredes são formadas a partir da madeira entrelaçada e formando vãos, posteriormente são preenchidas com barro.

Embiras é um nome atribuído a qualquer tipo de corda ou cordão produzida a partir de fibras vegetais, que pode ser usada para amarrar objetos, animais ou pessoas, ou ainda que pode também ser utilizada com a finalidade de fabricação de outras cordas.

Palhas é o termo usado para designar a folha de palmeiras como o babaçu, o ubim e outras, que quando seca é estalada servem para a construção de casas, desde suas paredes até a parte das cobertas.

Método da terra batida é um processo de compactação do piso das residências usado a bastante tempo e que tem como princípio básico uso de água para umidificar o solo no local onde se vai instalar a residência e concomitantemente o uso de instrumentos para bater e comprimir este mesmo solo, intuito de deixá-lo semelhante a uma pedra natural ou pelo mais sólido e compacto

Estaladas é o método utilizado com o intuito de deixar as folhas das Palmeiras próprias para as cobertas das casas e que se caracteriza pela abertura de cada uma das hastes que compõem a folha ou pindoba – como também é conhecida a folha da palmeira utilizada nesses processos.



Imagem de uma das primeiras construções de Zé Doca, no qual se pode perceber que suas paredes eram feitas a partir do uso do barro e da madeira, usada inclusive para os pilares da casa, sendo que o método de construção das paredes e do próprio espaço era de taipa a mão.

Fonte: Luz e Florêncio (2021)

A vida nos primeiros anos de povoamento do Centro do Zé Doca, é marcada pela mesma simplicidade que rege o cotidiano de muitos outros lugarejos pelo interior do Maranhão ou de outros estados do Nordeste, mas também pela dureza, imposta pelas condições naturais da Amazônia Maranhense e do Alto Turi, tais como a mata e o clima.

DIRETO DA FONTE

As condições de vida e as características das casas construídas pelo nordestino no interior da Amazônia Maranhense é evidenciado por Manoel Correia de Andrade, no livro “Paisagens e Problemas do Brasil”, de 1973, em:

“As condições de vida são as mais duras. A princípio um teto de palha sobre seis esteios é a sua habitação que vai pouco a pouco sendo complementada pela construção, também de palha, das paredes laterais e internas. O chão continua a ser de terra batida” (ANDRADE, 1973, p. 100).”

ANDRADE, Manoel Correia de. *Paisagens e Problemas do Brasil*. 4ª ed. (Revista e Atualizada) São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 100.

A afirmação de que as primeiras construções de Zé Doca eram de taipa e palha, inclusive no qual se utilizava a palha do babaçu – denominada de pindoba – como material para a coberta das casas, é evidenciado pelo senhor Cândido Bispo Rocha, em entrevista realizada no dia 07 de maio de 2022, quando este afirma que:

“Quando eu cheguei aqui ‘sioh’, lá na praça não tinha Armazém Paraíba não tinha nada. Tinham poucas casas, quando eu cheguei aqui em Zé Doca [...]. As casas eram de taipa, de palha, de Pindoba, quando eu cheguei aqui. [...]”

ROCHA, Cândido Bispo. Entrevista concedida a Mailson Martinho sobre a história de Cândido Bispo, da Associação de Bumba Meu Boi Parque da Buritizeira e da história de Zé Doca. Zé Doca, 2022, s/n.

No processo de fundação do Centro do Zé Doca, após a chegada, a demarcação e divisão de terrenos e a construção das primeiras casas, os primeiros habitantes passam a desenvolver suas roças. Ali a agricultura, ainda basicamente de subsistência, acaba se caracterizando como a principal atividade econômica da época, para tanto sendo necessário o árduo trabalho de derrubada de árvores ali existentes, muitas delas de grande porte e típicas da floresta amazônica.

Esse labor é realizado de forma manual, a cabo de machado ou por via de outros instrumentos de trabalho de uso comum nas regiões agrárias do Brasil, como a foice, a enxada, o facão e o **cutelo**, e assim se dá muito em função da dificuldade de acesso ao lugarejo, uma vez que a vereda de estrada de chão, que antecede o que é hoje a BR-316, era a principal via de acesso ao Centro do Zé Doca, mas também em função da distância deste lugarejo em relação a outros povoados, da indisponibilidade local de tecnologias mais sofisticadas e das condições financeiras de seus primeiros habitantes.

FIQUE POR DENTRO

Cutelo ou cotelo é instrumento de corte que possui uma lâmina curvada e, geralmente, um cabo de madeira, sendo muito usual no interior do Maranhão, para atividades de roçado e capinha.

DIRETO DA FONTE

O trabalho dos nordestinos agricultores que chegam e ficam morada no Alto Turi é trazido por Manoel Correia de Andrade, no livro “A Terra e o Homem no Nordeste”, de 1973, em:

“Os nordestinos quando são agricultores atravessam os cerrados e os cocais à procura da mata virgem; ao encontrá-la, destroem-na com o incêndio e passam a cultivar a terra com os produtos de subsistência e com arroz. Como a terra logo se esteriliza e se torna pobre, eles caminham para a frente derrubando novos trechos de mata para fazer outros roçados. A tarefa é árdua e não pode ser enfrentada individualmente, por isto eles se unem e em comum fazem a derrubada, a queimada ou “coivara”, processo que já era usado pelo indígena, e depois distribuem a área entre eles e cada um faz o seu roçado.”

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 4ª ed. (Revista e Atualizada) São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 97.

O dia a dia típico de lugares interioranos marcava o povoado em seus primeiros anos. Na falta de eletricidade o uso dos **lampiões**

FIQUE POR DENTRO

Lampiões ou lamparinas são instrumentos com funcionalidade similares a lanternas e luminárias, isto é, destinados à iluminação e bastante usual antigamente para a iluminação durante as noites, sendo geralmente constituído por uma armação de metal, que se utilizava da queima de algum combustível para a produção de luz, muito embora haja equipamentos deste tipo, elétricos.

Tempo da natureza é um termo Edward Palmer Thompson, historiador inglês, para fazer referência a temporalidade que independe do controle ou da vontade humana e que está associado a acontecimentos naturais, sendo percebido, por exemplo, pelo processo de envelhecimento dos indivíduos.

APROFUNDANDO OS CONHECIMENTOS

LIVRO: *Costumes em comum*, de Edward Palmer Thompson, de 1998.

ou **lamparinas**, se faz essencial para o iluminar das noites e o afugentar de animais perigosos.

Na ausência de relógios e calendários, a percepção e a mensuração do tempo, nos primeiros anos do Centro do Zé Doca, estão associadas as atividades cotidianas – domésticas ou laborais – ou aos eventos naturais, como o comportamento de corpos celestes – o movimento do sol, as fases da lua, a localização das estrelas –, o hábito de outros animais – o canto do galo – e o tempo das frutas, da seca e das chuvas, no que Thompson define como o **Tempo da natureza**, que condiciona a esses pioneiros uma forma de vida bem próxima e dependente da natureza.

Ali prevalece o patriarcalismo, com uma organização familiar patriarcal, no qual a figura masculina do pai, do avô, do tio ou mesmo do filho, é considerada a parte central das relações de poder e assim a principal autoridade de uma família. No geral, homens e mulheres exercem papéis distintos, específicos e fundamentais à vida e à sobrevivência no lugarejo. Aos homens, como de costume, cabem as atividades agrícolas, de plantio, cuidados e colheita das roças e, além disso, as atividades de caça, nas matas ainda presentes na região, e de pesca, especialmente nos riachos, igarapés e córregos existentes. Enquanto que às mulheres cabem as atividades domésticas, de limpeza das casas, lavagem de roupas e louças, preparo das refeições, cuidado das crianças, idosos e outras mais semelhantes ou atreladas a essas funções, muito embora no tempo do plantio e da colheita fosse comum o uso de toda a mão de obra possível e disponível – homens, mulheres, crianças e idosos – para a realização dessas atividades, assim sendo inclusive comum a ajuda mútua entre os vizinhos, o que favorece o estreitamento dos laços entre esses primeiros habitantes.

A criação de animais para fins domésticos é uma outra prática muito comum nos primeiros anos do Centro do Zé Doca. A manutenção de cães nas residências, para além do caráter afetivo que poderia existir em alguns casos, estavam associados a proteção das residências ou o auxílio as atividades de caça, enquanto que a criação

de bois, jumentos e cavalos, poderia estar ligada ao transporte de cargas ou a locomoção das pessoas pelo interior do lugarejo ou rumo a outros povoados.

Principal meio de transporte da época para o deslocamento da produção agrícola ou de outros produtos necessários a subsistência. Na época em que a bicicleta ou mesmo a motocicleta não eram popularizadas e que os automóveis não chegavam a determinados espaços, os animais se faziam como os principais meios de transporte aos que habitavam a região.



Fonte: Luz e Florêncio (2021).

Até o ano de 1960, o Centro do Zé Doca contava com apenas 15 residências, o que evidencia a presença de um pequeno contingente populacional nessa localidade na época, muito embora este fato, associado a limitada estrutura do lugarejo nos seus primeiros anos de fundação, fizessem com que povoações como Pinga Fogo, Enseada, Chapéu de Couro e Bom Jardim possuíssem mais expressividade e destaque que o Centro do Zé Doca.

Agricultura e comércio nos primeiros anos do Centro do Zé Doca

Nos primeiros anos do Centro do Zé Doca, a agricultura é a principal atividade econômica local e tem, por tanto, uma importância vital aos primeiros moradores do lugarejo. Esses pioneiros, que chegam entre a primeira e a segunda metade do século XX, são majoritariamente agricultores, que após a derrubada da mata

**APROFUNDANDO OS
CONHECIMENTOS**

**TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO: A
importância das atividades
comerciais para a
economia, história e
sociedade do município de
Zé Doca, de Alex Fabiano
Franco Jansen, Dalles
Anncasse Lira Castro e
Marcos Ferreira Santos, de
2019.**

e a queima e limpeza dos espaços onde constituem seus ranchos, constroem suas casas e desenvolvem seus plantios, passando a praticar uma agricultura basicamente de subsistência.



Imagem de um dos primeiros ranchos do então Centro do Zé Doca, no qual é possível notar um superficial desmatamento do espaço e a construção de moradias simples.

Fonte: Luz e Florêncio (2021)

DIRETO DA FONTE

Corroborando com a ideia da agricultura como base econômica dos pioneiros da colonização espontânea do Alto Turi e falando sobre o caráter de subsistência dessa agricultura e o destaque da cultura do arroz, Manoel Correia de Andrade em “Paisagens e Problemas do Brasil”, o Projeto de Colonização do Alto Turi e Antônio Mendes da Luz e Michel Herbert Florêncio no livro “O Município de Zé Doca: passado e presente”, trazem, respectivamente:

“Os nordestinos quando são agricultores atravessam os cerrados e os locais a procura da mata virgem; ao encontrá-la, destroem-na com incêndio e passam a cultivar a terra com produtos de subsistência e com arroz.”

ANDRADE, Manoel Correia de. **Paisagens e Problemas do Brasil** 4ª ed. (Revista e Atualizada) São Paulo: Brasiliense, 1973, p.97

“O colono espontâneo fixa-se primeiro na margem da estrada, na franja da floresta; faz o desmatamento de uns poucos hectares e planta arroz do sequeiro para comercialização e algumas lavouras de subsistência.”

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Projeto de Colonização do Alto Turi (Maranhão)**. Recife, 1972, p. 32.

“Em 1945, seguindo a linha do telégrafo, que ligava as capitais do Maranhão e do Pará, já existiam alguns povoados de lavradores, como Pinga-Fogo e Enseada. [...]. Nessa região, viviam da agricultura e pequenas criações bovinas e suínas. Não havia ainda estradas. O caminho era o rio, e a mata em virgem.”

LUZ, A. M.; FLORÊNCIO, M. H. **O Município de Zé Doca: passado e presente**. São Luis, MA: Café&Lápis, 2011, p. 43.

Entre as principais culturas de cultivo local estão o arroz, o feijão, a mandioca, o algodão, o milho e o fumo, muito embora mereçam destaque também a fava e o gergelim. O período das chuvas – que no Alto Turi, normalmente vai de novembro a junho – é muito proveitoso para o cultivo da maioria dessas culturas. A mandioca, por exemplo, é plantada logo com as primeiras chuvas, entre os meses de dezembro e janeiro, e a partir de seis meses já pode ser colhida, sendo que, dependendo das condições do local, pode suportar até dois anos para a colheita, isso quando cultivada em terrenos altos, já em locais baixos após 8 meses ela apodrece. O milho, por sua vez, plantado em janeiro, é colhido em julho. Já outras culturas como o algodão a fava, o feijão e o gergelim, quando plantados entre janeiro e fevereiro, podem ser colhidos entre agosto e setembro.

De certo, na agricultura local da época, nenhuma cultura tinha tanta importância e expressividade quanto o arroz. No geral, cultivado entre meses de janeiro e fevereiro, em espaços não inundados, e colhido entre maio e junho, o arroz se caracteriza como um dos produtos base da alimentação dos primeiros moradores e das gerações posteriores, mas também um produto de significativa importância econômica, inclusive para o desenvolvimento das relações comerciais e do próprio comércio, tão importantes a história de Zé Doca. Dentre as variedades de arroz cultivadas ali, é possível notar os tipos jacundá, preto, vermelho, come-cru ou zebu e o agulha.

APROFUNDANDO OS CONHECIMENTOS

LIVRO: *Geografia Econômica do Nordeste*, de Manuel Correia de Andrade, de 1970.

LIVRO: *Nordeste, espaço e tempo*, de Manuel Correia de Andrade, de 1970.



Exemplificação de uma plantação de arroz. Um tipo de cultura historicamente marcante na agricultura zedoquense, em virtude de sua expressiva importância, seja como base da alimentação dos primeiros moradores ou como pilar para o estabelecimento das primeiras relações comerciais.

As principais culturas cultivadas no Alto Turi, suas especificidades e seus períodos de cultivo e colheita são trazidas por Manoel Correia de Andrade no livro “Paisagens e Problemas do Brasil”, de 1973, em:

“As principais culturas são a mandioca, plantada em dezembro e janeiro, com as primeiras chuvas, o arroz, que aqui não é inundado, plantado em janeiro e fevereiro, o milho, também cultivado em Janeiro e o algodão tá em janeiro e fevereiro; associam ainda a essas culturas várias outras como a fava, o feijão e o gergelim.

Em maio e junho colincho arroz, em julho o milho, em Agosto e setembro algodão, a fava e o feijão, ficando no solo a mandioca que conforme a variedade, as condições de solo e as possibilidades de colocação no mercado, pode ser colhida desde os seis meses até os dois anos de idade.”

ANDRADE, Manoel Correia de. *Paisagens e Problemas do Brasil*. 4ª ed. (Revista e Atualizada) São Paulo: Brasiliense, 1973, p.105.

“Agricultura na zona pioneira bem diversa; [...] Depois, em dezembro, janeiro e fevereiro planta o arroz, o feijão, a mandioca, o milho e o fumo. A cultura do arroz ocupa uma área de 4 há 5 linhas de terra e são muitas variedades cultivadas, umas de ciclo vegetativo mais rápido (3 a 4 meses), como as conhecidas pelos nomes populares de Jacundá, de preto e de vermelho e outras de ciclo mais longo (5 meses) como a come-cru ou zebu. Cidades de melhor qualidade como o agulha vem sendo introduzidas. Obtém-se aí, em média, 25 alqueires por linha de terra, ou seja, 75 por hectare. O alqueire maranhense corresponde a 30 quilogramas de arroz com casca.

[...]

A mandioca é plantada com as primeiras chuvas e colhida seis meses após o plantio. Nos terrenos altos, em juntos, ela suporta no campo até dois, anos mas nos baixios, se não for corrida até os oito meses, apodrece.”

ANDRADE, Manoel Correia de. *Paisagens e Problemas do Brasil*. 4ª ed. (Revista e Atualizada) São Paulo: Brasiliense, 1973, p.107-108.

Aqui cabe frisar que para além da agricultura, a criação de animais, fosse para fins comerciais ou para a subsistência, era outra atividade muito comum nos primórdios de Zé Doca. Quando os primeiros migrantes aqui chegam, as práticas de criação de animais, já eram a eles bem familiares, o que facilitou a introdução dessas atividades na realidade local da época.

Nesse contexto, a avicultura – especialmente a criação de frango – e, principalmente, a suinocultura e a bovinocultura, são práticas que possuem uma certa importância para o cotidiano dos pioneiros, especialmente porque se constituíam como uma potencial

fonte de alimentação, mas também, no caso do gado, por se caracterizar como uma eventual via à tração de carroças, um meio de transporte puxado sobretudo por cavalos, jumentos e bois, muito comum na época e ainda hoje de grande uso nas regiões interioranas do Brasil.

Exemplificação da criação de gado, como atividade pecuarista, hoje forte em Zé Doca, mas que nos primórdios desta localidade era quase que inexistente ou voltada à subsistência.



Fonte: Alves Neto (2019).



Exemplificação da criação de frango, uma das possibilidades da avicultura, que é marcante nos primórdios do Centro de Zé Doca e que estaria destinada, sobretudo, a subsistência.

Fonte: Sítio Pema (2021)

Mesmo sendo a principal atividade econômica dos primórdios do Centro do Zé Doca, a agricultura era desenvolvida de

forma rudimentar, com práticas agrícolas que se baseavam no princípio do rodízio das áreas de plantio, onde os terrenos eram divididos em partes, isto é, loteados e assim, de forma separada e em tempos distintos, eram usados para o plantio das mais variadas espécies de grãos, cereais, leguminosas e outros vegetais, isso até que os nutrientes do seu solo se esgotassem.

Essas técnicas agrícolas acabam por acarretar um maior desgaste e empobrecimento do solo, condicionando assim a uma menor produtividade dos alimentos cultivados e influenciando diretamente em um comportamento comum entre os pioneiros do povoamento do Centro do Zé Doca, que será o de deixar o lote, a pouco usado, em desuso por um certo tempo, até que o mesmo pudesse repor seus nutrientes e de se deslocasse para outras áreas plantio, no que Antônio Mendes da Luz e Michel Herbert Florêncio, no livro “O Município de Zé Doca: passado e presente”, de 2011, vão chamar de agricultura itinerante ou no que Manuel Correia de Andrade, no livro “A terra e o homem no Nordeste”, de 1968, vai chamar de agricultura migratória.

Deste modo, após um período de 2 a 4 anos, com o empobrecimento do solo, a produtividade das roças cai, o capim furão aparece e condiciona o agricultor a procura de novas áreas para o cultivo, cada vez mais longe de sua morada, em distâncias que podem chegar a 5 ou 10 Km. Isso influenciará inclusive no deslocamento de muitos agricultores para outras áreas mais próximas de suas roças e, conseqüentemente, na formação de novos lugarejos.

A técnica de alternância das áreas de plantio e o abandono dos espaços pouco produtivos, tem grande importância para a ocupação de ambientes antes não habitados, para o processo expansão do Centro do Zé Doca ou mesmo para a ocupação de espaços que a posteriori virão a constituir o território de Zé Doca.

A itinerância de alguns agricultores do Alto Turi e a questão do empobrecimento do solo é evidenciado tanto pelo Projeto de Colonização do Alto Turi, quanto por Antônio Mendes da Luz e Michel Herbert Florêncio em “O Município de Zé Doca: passado e presente”.

“Com o desmatamento, porém, descobre-se a camada superficial arenosa do solo e começa imediatamente a invasão do “capim furão”, ou sapé [...]. No ano seguinte a primitiva lavoura abandonada, novo e mais penetrante desmatamento é procedido e mais uma vez é plantado o arrozal. Ano após ano, quando essa frente do deflorestamento já se acha distanciada uns 10 km da rodovia ou da picada o colono espontâneo muda-se para outra franja florestal mais próxima de estrada e o ciclo recomeça. Áreas extensas assim abandonadas, cobertas de capoeiras e capoeirões, vão se multiplicando onde outrora a hiléia dominava. [...]”

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Projeto de Colonização do Alto Turi (Maranhão)**. Recife, 1972. p. 32.

Nessa região, viviam da agricultura e pequenas criações bovinas e suínas. [...]. Após dois anos, a produção da roça caía, pois esses lavradores sócios usavam técnicas agrícolas primitivas. Não tinham adubos ou instrumentos agrícolas mecânicos. Era inevitável o aparecimento do capim furão, e o solo ficava pobre. A busca por um solo ideal para novos plantios levou o lavrador a fazer sua roca em lugares cada vez mais distante, 5 a 10 km da sua moradia. Isto fazia que ele mudasse também sua habitação para outro local, mais próximo da roça.

LUZ, A. M.; FLORÊNCIO, M. H. **O Município de Zé Doca: passado e presente**. São Luis, MA: Café&Lápis, 2011, p. 43.

Aqui é importante citar que quase concomitante ao processo de itinerância dos agricultores se dá a chegada e fixação dos primeiros comerciantes – entre esses os donos de indústrias de beneficiamento de arroz – no Centro do Zé Doca. Esses passam ali a ocupar os espaços disponíveis, abandonados ou não utilizados pelos lavradores locais e em muitos casos, junto as suas atividades comerciais, se ocupam também da pecuária, sendo assim fundamentais no processo de introdução e expansão dessa atividade no lugarejo.

Por vezes, sem recursos financeiros para arcar com os gastos decorrentes das práticas agrícolas ou mesmo sem a possibilidade de adquirir linhas de crédito junto a bancos públicos ou privados, o lavrador dos primeiros anos do lugarejo acaba ficando sujeito a

busca de empréstimos juntamente aos comerciantes locais ou da região, entre eles os donos de usinas beneficiadoras.

Esses financiamentos, dados a juros altíssimos, de oito a dez por cento ao mês, geralmente comprometiam a venda da produção, além de colocar o agricultor em uma situação de submissão perante o comerciante, uma vez que, no geral, a produção era vendida ao próprio comerciante que emprestara dinheiro e a preços bem inferiores ao do mercado. Assim, a exploração do agricultor pelo comerciante se dava, sobretudo, por duas vias, os elevadíssimos juros cobrados pelos empréstimos concedidos e os baixos preços pagos pela produção agrícola. Deste modo, essas circunstâncias possibilitaram a muitos dos comerciantes do lugarejo o acúmulo de capital e outras riquezas, a tal ponto que, juntos a pecuaristas e grandes latifundiários – que por vezes são próprios comerciantes – passam a constituir a elite local.

Não obstante, esses comerciantes exercerão um papel importantíssimo no processo de transição de uma economia agrícola basicamente de subsistência, prevalecente nos primeiros anos do Centro do Zé Doca, para uma economia agrícola mais comercial, destinada tanto ao abastecimento local quanto a outras regiões do Maranhão e do Brasil e que tem como o seu principal produto de comercialização, o arroz.

Aqui, é importante dizer que além das casas de beneficiamento de arroz – as chamadas indústrias ou usinas –, destinadas a captação, o beneficiamento e venda deste produto no local, nos lugarejos próximos ou em outras regiões, o comércio, que no início do povoamento de Zé Doca era uma atividade econômica bem tímida e sem muita expressividade, se caracterizava também pelo abastecimento da demanda local, a partir das primeiras **mercearias, quitandas, bodegas** – as populares casas de secos e molhados –, além dos ambulantes ou caixeiros viajantes, e tinha como principais produtos de consumo os gêneros alimentícios e as bebidas.

FIQUE POR DENTRO

Mercearias, quitandas e bodegas são termos comumente usados para se referir a pequenos estabelecimentos comerciais, que podem vender os mais variados tipos de produtos, desde alimentícios até utensílios de trabalho.



Exemplificação de uma mercearia, mercadinho, quitanda ou bodega, como também são conhecidos os pequenos estabelecimentos comerciais pelo interior do Brasil, com organização própria e específica, onde os produtos eram dispostos em prateleiras e no próprio balcão, de onde o dono do estabelecimento geralmente gerencia todo o espaço, esses locais se caracterizam como verdadeiros meios para o abastecimento da demanda local, ainda hoje sendo marcantes nos bairros e povoados de Zé Doca.

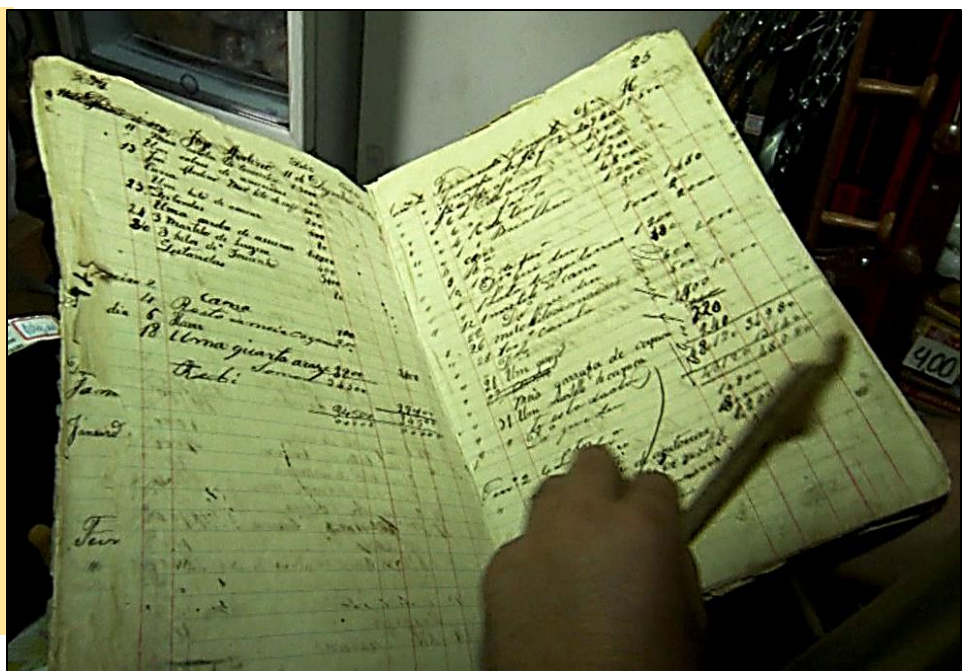
Fonte: Conheça Minas (2021).

Nas relações comerciais, era comum o sistema de “venda na folha”, em que geralmente o agricultor adquire os produtos, de seu desejo ou necessidade, **fiados** e com um certo tempo de carência para pagar. Esses produtos, por sua vez, são anotados e registrados pelo comerciante em algum meio, em geral um caderno, no qual constam o nome do comprador e a descrição do tipo, da quantidade e do valor de cada produto levado, daí o nome dessa forma de relação comercial ser definida como “venda na folha”. Por vezes, esta forma de venda será condicionante da submissão do agricultor perante o comerciante, haja vista ser um meio de endividamento dos lavradores.

FIQUE POR DENTRO

Fiado é o tipo de compra e venda no qual o cliente pega o produto para pagar posteriormente, sendo assim uma baseada em relações de confiança entre o vendedor e o comprador, mas que também pode trazer prejuízos ao vendedor em caso de não possuir controle dos produtos ou quantidades vendidas ou mesmo se o comprador não pagar o débito, isto é, honrar o compromisso de pagamento.

Exemplificação de um caderno de anotações para a venda pelo sistema fiado ou “venda na folha”, existentes nos estabelecimentos comerciais que desenvolviam esse tipo de relação comercial e onde se encontravam os nomes, produtos, preços, quantidades compradas, datas das compras e outras possíveis informações que o dono do estabelecimento acreditava ser importante.



Fonte: Globo Repórter (2015).

Para além dessa forma de compra e venda, baseada no fiado, no controle via registro e na carência de tempo para pagamento ou ainda de outras tradicionalmente pautadas no dinheiro e no avista, no Centro do Zé Doca, como comum nos diversas povoados da região na época, era bastante habitual o uso das produções agrícolas locais e, principalmente, dos excedentes dessas produções, como moeda de troca comercial. Deste modo, era muito comum os moradores da localidade, bem como de outros lugarejos, trocar os excedentes produzidos de arroz, feijão, milho, macaxeira, mandioca e outros, em produtos que não possuíam e que eram importantes e usuais no cotidiano, como alimentos processados, ferramentas de trabalho, roupas, utensílios domésticos e até mesmo combustíveis, como o querosene, para uso em lampiões.

DIRETO DA FONTE

As relações de compra e venda estabelecidas nos diversos lugarejos que se formam ao longo do Alto Turi, entre esses o Centro do Zé Doca, são trazidas por Manoel Correia de Andrade, no livro “Paisagens e Problemas do Brasil”, de 1973:

“Enquanto a lavoura cresce, compra fiado ou toma empréstimos aos Comerciantes localizados nas proximidades a juros altos (7 a 8% ao mês). A venda da produção fica assim comprometida por preços inferiores aos dominantes na época da colheita. Repete-se aí o sistema “venda na folha”, dominante nas zonas de pequena lavoura no Nordeste.”

ANDRADE, Manoel Correia de. **Paisagens e Problemas do Brasil**. 4ª ed. (Revista e Atualizada) São Paulo: Brasiliense, 1973, p.100.

A existência do fiado como relação comercial presente já desde os primórdios do Centro do Zé Doca é evidenciado por Margarida Ferreira Santos, em entrevista cedida no dia 20 de abril de 2022, ao afirmar que:

“Desde que me entendo por gente já existia a compra fiada no Zé Doca. Eu me lembro que, o meu pai, já em 65, falava dessa tal compra fiada. Naquela época, assim como se faz hoje, a gente ia no mercadinho com a lista de compras, ou entregava essa lista pro dono do mercadinho, ou ia dizendo o que queria e ele ia pegando e anotando no caderninho cada coisa pega. Toda vez que a gente queria algo, ia lá no mercadinho, levava anotado ou dizia ao dono do comércio e ele pegava, entregava e anotava. O prazo pro pagamento daquela conta era de 30, 45 e em casos em que a gente pedia mais um prazo 60 dias.”

SANTOS, Margarida Ferreira. **Entrevista cedida a Mailson Martinho via aplicativo WhatsApp sobre a história de Zé Doca**. Zé Doca, 2022.

Ainda sobre as relações comerciais dos primórdios de Zé Doca, para além das altas taxas de juros cobradas pelos comerciantes nas compras fiado ou nos empréstimos concedidos, outra forma de exploração recorrente em relação aos agricultores e comum é o estabelecimento de preços abusivos em produtos de necessidade vital aos trabalhadores do campo, como medicamentos.

DIRETO DA FONTE

Ao se referir a memória daqueles que chegam ao Alto Turi antes da Colonização Dirigida em relação aos preços abusivos que se atrelavam a certas mercadorias, Luiz Carlos Siqueira Manhães, em “Educação e lutas sociais na Colonização Dirigida: o Alto Turi maranhense: 1962-1984” de 1987, traz:

“Os trabalhadores que chegaram na região do Alto Turi nessa época, puxando pela memória, afirmavam várias vezes que “por um comprimido para acabar com a malária era um alqueire de arroz”

MANHÃES, Luiz Carlos Siqueira. **Educação e lutas sociais na colonização dirigida: o Alto Turi maranhense: 1962-1984**. Dissertação (Mestrado em Educação) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1987, p. 33.

Deste modo, percebe-se o quão a agricultura, primeiramente, e pouco depois o comércio para além de serem as principais atividades econômicas dos primeiros anos de Zé Doca, serão influentes sobre a própria forma de viver dos pioneiros deste lugarejo.

O poema “O Zé em dimensão 3D” de Raimunda Maria de Lima Rocha, popular Tia Dabia, membro fundadora da Academia Zedoquense de Letras, traz inúmeras reflexões sobre a história de Zé Doca, de seus primórdios aos dias atuais.

O Zé em dimensão 3D

*Zé foi chamado. Zé foi contratado.
Traz o burro, bota a carga, bota a foice e o machado.
Bota o falcão, bota a farinha, bota o sal bota feijão.
Cadê a espingarda Zé? Tá na carga.
E o dinheiro? Tá no matulão.
Zé, chegamos, começa aqui.
Zé, puxa rama, corta pau, arranca rouco,
tira folha, faz vereda, faz pinguela.
Zé estica a linha bate o nível, olha a tutanguira Zé!
Olha o tempo, lá vem os queixadas.
Zé não atira no porco da frente, que o de traz te estrangula.
Chega a noite!
Zé, faz a toqueira.
Enquanto um Zé dorme, outro Zé vigia,
Zé escuta o esturro da onça,
Já é madrugada, ouça o gargarejo do capelão.
Amanheceu o dia, vamos continuar.
Zé, o que estar acontecendo aqui?
É o começo de uma estrada,
que vai rasgar o Maranhão meio a meio,
pra vizinhar com outros estados
e vai se chamar Maranhão-Pará ou vice-versa.
Terminamos Zé!
Vamos embora!
Não eu não vou, eu vou ficar aqui!
Eu também!
Tira madeira, corta ubim, cobre a barraca,
derruba a mata, queima, planta!
Cria-se ali um Zé, sem nome, sem registro,
Zé vai pra roça!
Vai nascer o primeiro filho de Zé,
Nasceu, amém!
Vamos a lida!*

*Apanha arroz, quebra milho.
Tudo colhido, a safra está garantida.
O que aconteceu Zé?
Nada, me deixa, vou pra roça.
Cadê o Zé?
O Zé foi pra roça, o Zé foi caçar.
Cadê o Zé? Cadê o Zé?
Não sei!
Encontram o Zé.
O Zé estar morto!
O que foi?
Um tiro!
Como foi? Quem foi? Por que foi?
Ninguém nunca vai descobrir.
Morre o primeiro Zé,
Zé faz estrada.
Chegou a Sudene, chegou a saúde.
Faz escola, chama o padre.
Chegou a firma, faz mercado, faz clube.
Chegou o mensageiro, o Zé vai ligar,
Zé faz hospital, faz casarão,
Chegou a ambulância.
Estourou a bomba.
Zé, faz correio, faz cartório e rodoviária,
Morreu o doutor.
Zé se dividem.
Uma vez, duas vezes!
Zé tem eleição!
Polícia matou, atacaram o hospital com tiros e bombas!
Roubaram o correio.
Assaltaram o banco.
Sai prefeito, entra prefeito, se esconda, se cuida,
lá vem a pandemia.
Corre, corre!
Ufa, já estava sem fôlego,
É uma roda menina, em dimensão 3D!
Fazendo de todos Zés, uma massa crescente, em dimensão ML.*

SUGESTÕES DE ATIVIDADES

Prezado Professor, considerando a temática deste capítulo e o texto complementar trazido na página anterior, sugere-se, para o melhor trabalho com seus discentes, as seguintes atividades:

Atividade 1: Realizar atividade de fixação com intuito de elencar questões sobre o cotidiano dos primeiros moradores, o processo de migração, as atividades econômicas e a organização social nesse período.

Atividade 2: Trabalhar com os discentes uma atividade de pesquisa que os levem a realização de entrevistas com os moradores da cidade, no sentido de levantar informações sobre quem foi o senhor Zé Doca e como era o cotidiano da localidade no tempo em que este ainda era vivo.

Atividade 3: Desenvolver debate sobre o cotidiano dos primeiros moradores e os elementos daquela época que ainda hoje são presentes no cotidiano dos alunos e que são trazidos pelo poema do texto complementar.

AS PRINCIPAIS CORRENTES MIGRATÓRIAS DA COLONIZAÇÃO DE ZÉ DOCA

FIQUE POR DENTRO

Imigração, é como se define o movimento de chegada ou entrada a um determinado lugar, realizados por um indivíduo ou um grupo de indivíduos.

Emigração, é como se caracteriza o movimento de saída de um determinado local, desenvolvido por um indivíduo ou um grupo de indivíduos.

O processo de ocupação humana dos mais variados ambientes da Terra – como já visto no capítulo 1 deste livro – se dá, sobretudo, em função do deslocamento de pessoas pelo planeta, em ações que decorrem de tempo e do percurso de extensas distâncias. A esses processos de deslocamentos, dá-se o nome de migrações que, por sua vez, se diferencia em **imigração** e **emigração**.

Esses deslocamentos, no geral, são influenciados por fatores de atração e repulsão, que recaem sobre os que migram e que encontram-se associados a aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos ou naturais.



Detalhe da obra de Candido Portinari, pintado no ano de 1944, na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro e atualmente localizada no Museu de Arte de São Paulo (MASP) ou Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (SP). Denominada de “Retirantes”, a obra é um painel em óleo sobre tela, que retratar uma família de retirantes nordestinos, em seu processo migratório, trazendo uma ênfase nos diversos problemas enfrentados por essa família e que influenciam o seu deslocamento, entre os quais estão a situação de extrema pobreza, a fome, as doenças e a seca, evidenciando assim a esperança no processo migratório como uma busca por melhores condições de vida.

As migrações são assim eventos marcados pelo intercâmbio cultural de pessoas ou sociedades, capazes de possibilitar trocas de experiências, conhecimentos, costumes e crenças, e de viabilizar um momento único de vasta e riquíssima diversidade cultural.

Todavia, esses mesmos processos, quando regados pelo preconceito, pela discriminação e pelo ódio, podem também ser alimentos para desavenças, conflitos e até mesmo guerras entre os que chegam e os que ali já viviam.

Deste modo, em relação aos processos migratórios e sua importância à ocupação e à colonização do Maranhão, é muito comum na literatura o destaque especial às vias litorânea e pastoril.

A via litorânea é aquela que se inicia com a invasão dos franceses, seguido por sua expulsão pelos portugueses, no início do século XVII e as ações de ocupação e povoamento, do que se considera o norte do Maranhão, pela Coroa Portuguesa, jesuítas e pessoas ligadas a esta coroa, através dos vales dos rios Itapecuru, Pindaré, Mearim e Munim, com o desenvolvimento de agricultura de subsistência e a agroexportação.

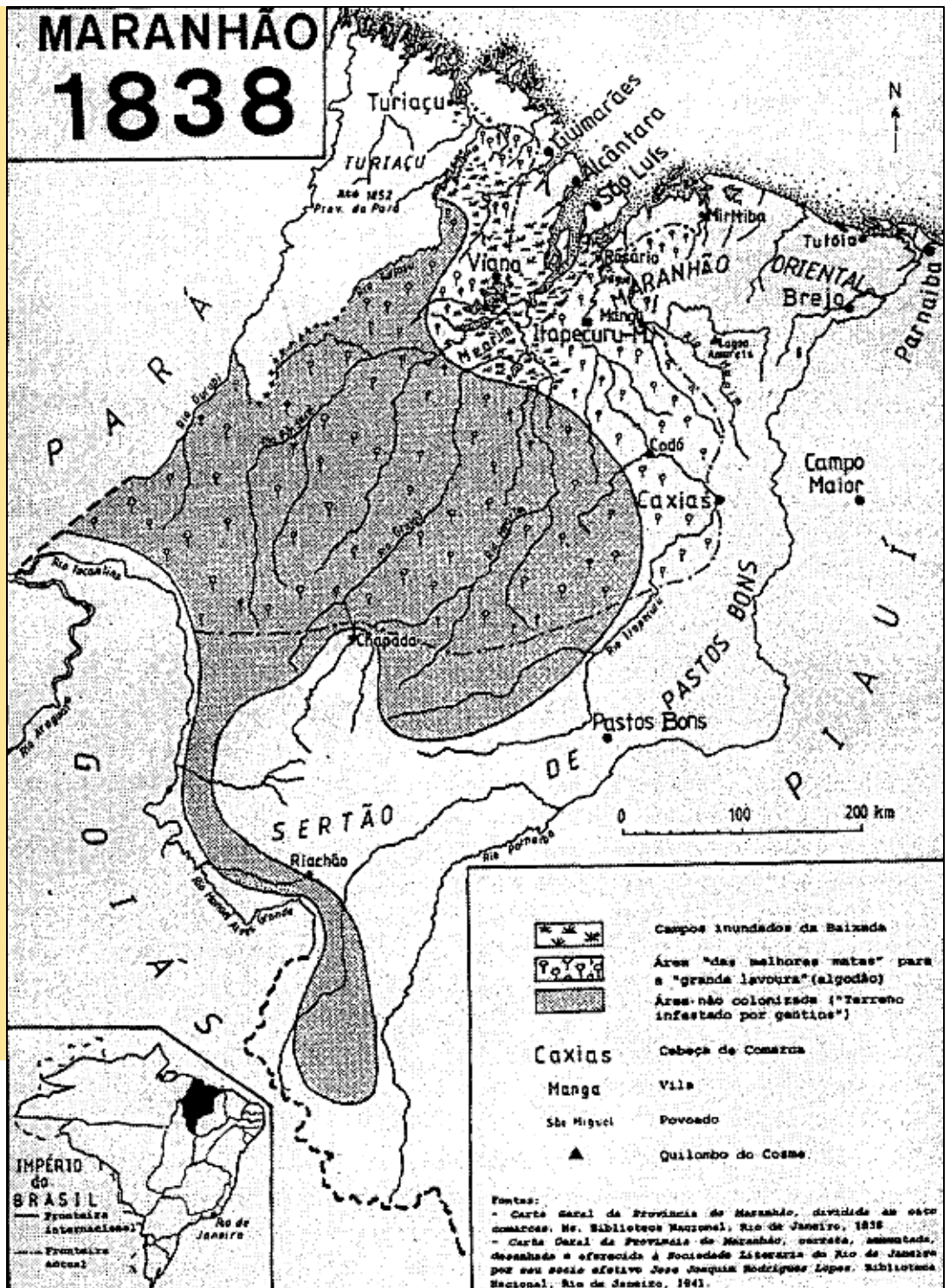
Por sua vez, a via pastoril, é aquela que se inicia em meados século XVIII, sendo caracterizada pela ação de pessoas comuns, que percorrem o interior do nordeste a procura de terras para criação do gado – daí o nome os caminhos do gado – avançando pelo interior da Bahia e Piauí, chegando a região sudeste do Maranhão, onde se fixam na região que denominam de Pastos Bons – hoje cidade de Pastos Bons –, haja vista a boa qualidade da terra para a atividade pastoril.

No entanto, somente essas vias não serão suficientes para o processo de ocupação e colonização do território maranhense, uma vez que, até meados do século XIX, este estado possuía boa parte de suas terras ainda não colonizadas.

**APROFUNDANDO OS
CONHECIMENTOS**

LIVRO: *O processo de ocupação do território maranhense*, de José Ribamar Trovão, de 2019.

Mapa da província do Maranhão em 1838, no qual se pode perceber, no período, uma extensão área ainda não colonizada no interior deste estado, entre as quais esta parte do Oeste do Maranhão, especialmente boa parte do que se concebe hoje como o Alto Turi. Ai fica claro que, boa parte deste mesmo espaço abrange as chamadas áreas “das melhores matas” para a “grande lavoura”, evidenciando outra característica a estabelecida acerca dessa espaço que é a de ricas terras férteis.



Fonte: Assunção. (1988), Galves (2015).

Assim, para além da Frente Litorânea e da Frente do Gado, houve outros processos de ocupação do Maranhão, que não se enquadram ou que se distinguem dessas frentes, mas que também foram de suma importância para o povoamento e a colonização deste estado.

A ocupação do centro, do sudoeste e do noroeste do Maranhão, se faz de forma distinta ao povoamento do litoral ou norte – agroexportador – e sul ou sudeste – pecuarista –, sendo caracterizada pela interação e vivência com populações indígenas, quilombolas e caboclos que tem a lavoura, a caça e a coleta como seus principais meios de sobrevivência.

DIRETO DA FONTE

Ao falar sobre os diferentes processos de ocupação do território maranhense, Marcia Milena Galdez Ferreira, em sua tese, de 2015, intitulada “Construção do Eldorado maranhense: experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim-MA (1930-1970)”, traz:

“Em termos de ocupação e construção de espaço, a história geografia regional tende a pensar o Maranhão através de dois grandes processos: a frente litorânea e a frente pastoril. A frente litorânea inicia-se com a ocupação dos franceses e, principalmente, portugueses no início do século XVII pela ilha de São Luís, em uma sociedade composta por brancos, índios e caboclos que vivem em torno de uma economia de subsistência. [...].

A frente pastoril tem início provavelmente na primeira metade do século XVIII com a chegada de homens que guiam os caminhos do gado desde a Bahia, passando pelo Piauí e adentrando no sudeste da capitania do Maranhão, dotado de pastos bons para o gado. [...].

Outros espaços do Maranhão não se enquadram nessa distinção norte (agroexportação) e sul (pecuária) estabelecida por outros estudos. O centro, sudoeste e noroeste do estado apresentam processos distintos de constituição. Sua história é marcada pela experiência de índios, quilombolas e caboclos que vivem da lavoura, caça e coleta durante boa parte do século XX,”

FERREIRA, M. M. G. *Construção do Eldorado Maranhense: experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim-MA (1930-1970)*. Tese (Doutora em História Social) - Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015, p. 21-22.

No contexto do povoamento e da colonização do Maranhão, no século XX, ganha destaque o fluxo migrante oriundo de outros estados nordestinos – os denominados por José Ribamar Trovão de migrantes da seca ou expropriados do Nordeste – em direção ou pelo interior deste estado, assim como, de migrantes do próprio Maranhão, que passam pelo interior deste estado em busca de terras disponíveis e melhores condições de vida.

A ideia de um Maranhão, com abundância de terras férteis, produtivas e sem dono e de um ambiente de viáveis períodos chuvosos e com riquíssima malha fluvial, figura na mentalidade dos

APROFUNDANDO OS CONHECIMENTOS

LIVRO: *Caminhos do Gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*, de Maria do Socorro Coelho Cabral, de 1992.

LIVRO: *Fronteiras: a expansão camponesa na Pré-Amazônia Maranhense*, de Maristela de Paula Andrade e Murilo Santos, de 2019.

migram de tal forma a produzir, em relação a este estado, a perspectiva de um lugar em que pudessem conquistar um pedaço de chão, em que fossem os reais proprietários, para produzir o próprio sustento e alcançar melhores condições de vida.

As áreas pouco povoadas existentes no interior do Maranhão e caracterizadas como terras “devolutas” ou “terras livre”, passam a ser atrativos para os que se deslocam em direção ou pelo interior deste estado. Aqui, destacam-se as terras situadas no noroeste maranhense, que ainda na primeira metade do século XX passa a atrair cada vez mais migrantes maranhenses e de outros estados do nordeste.

Entre as décadas de 1940 e 1950, uma leva de pessoas, oriundas de outros estados do Nordeste, chegam ao estado a procura de terras férteis para o desenvolvimento da agricultura. Estas pessoas que estão geralmente fugindo das enormes secas, que neste período se alastram pelo denominado Sertão do Nordeste, especialmente pelos os estados do Ceará, Pernambuco e Piauí. Todavia, entre os que chegam, há também aqueles que procuram por “terras devolutas”, para se apossarem e cultivarem, sendo o Maranhão, caracterizado na época como estado repleto dessas terras, além de possuir também abundância de água e de terras cultiváveis.

Esta corrente migratória, junto a maranhenses emigrantes de outras regiões deste estado, se deslocam em direção ao oeste do Maranhão, habitando áreas provisoriamente ou ficando morada em espaços pouco ou não habitados nessa região. Os que continuaram o processo de busca pelas “terras sem dono”, chegam a região que hoje é denominada de Vale do Pindaré e, como que em um processo de continuidade, adentram o espaço atualmente concebido como Alto Turi, no noroeste do estado, conseqüentemente fundado inúmeros lugarejos, que posteriormente darão origem as muitas cidades que se situam na região, entre as quais está Zé Doca.

Para além da fuga da seca, a dificuldade de absorção de mão de obra e os conflitos agrários nas áreas rurais do Nordeste brasileiro, os abusos dos coronéis e a situação de extrema pobreza com que

muitos dos que migram viviam em seus locais de origem, são também fatores de repulsão desses indivíduos de seus locais de origem.

Os processos migratórios têm assim uma importância significativa para a fundação e o desenvolvimento de Zé Doca, bem como para a compreensão histórica desta cidade, de seu povo e de sua cultura, uma vez que tudo isso é diretamente influenciado por aqueles que ali chegam e ficam morada, haja vista que cada migrante traz consigo um arcabouço de conhecimentos, valores, costumes e crenças, que serão valiosos para a constituição identitária da sociedade zedoquense.

Dentre os diversos povos que migram e ficam morada no lugarejo que hoje é a cidade de Zé Doca, sendo assim fundamentais à formação da identidade zedoquense, merecem destaque os maranhenses, do que hoje são as regiões de planejamento de Timbiras, dos **Cocais**, do **Mearim** e do **Médio Mearim** e da Microrregião da **Baixada Maranhense**, e nordestinos de outros estados, especialmente do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Bahia.

FIQUE POR DENTRO

*Os termos **Mearim, Médio Mearim, Cocais e Timbiras**, aqui empregados, fazem referência as **Regiões de Planejamento do Maranhão**, uma subdivisão do território maranhense 32 áreas, instituídas pela Lei Complementar 108/2007 e organizadas de acordo as aptidões e outras especificidades locais. A Região de Planejamento do Mearim abarca 09 municípios e tem Bacabal como polo. A Região de Planejamento do Médio do Mearim compreende também 09 municípios e tem Pedreiras como sede. A Região de Planejamento dos Cocais abrange 05 municípios e tem Codó como município-sede. E a Região de Planejamento de Timbiras também compreende 05 municípios e Caxias como polo. Já, o conceito de **Baixada Maranhense**, aqui utilizado, está associado a uma das 21 microrregiões do Maranhão, sendo está constituída por 21 cidades, situadas nos entornos do Golfão Maranhense, caracterizadas pela presença de grandes planícies que, nas chuvas, formam enormes lagos.*

A fuga da seca, do flagelo e da miséria: migrantes nordestinos rumo ao Maranhão

As primeiras décadas do século XX, são assim de grande intensidade migratória em relação ao Maranhão, bem como também em direção ao Alto Turi Maranhense. Aqui, ganha destaque a figura do migrante nordestino que, oriundo dos mais distintos estados desta região – em geral do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Bahia e até mesmo do Maranhão –, tem um papel especial nesse processo de povoamento.

Este é também um processo marcado pela experiência com índios, quilombolas e caboclos que vivem da lavoura, caça e coleta

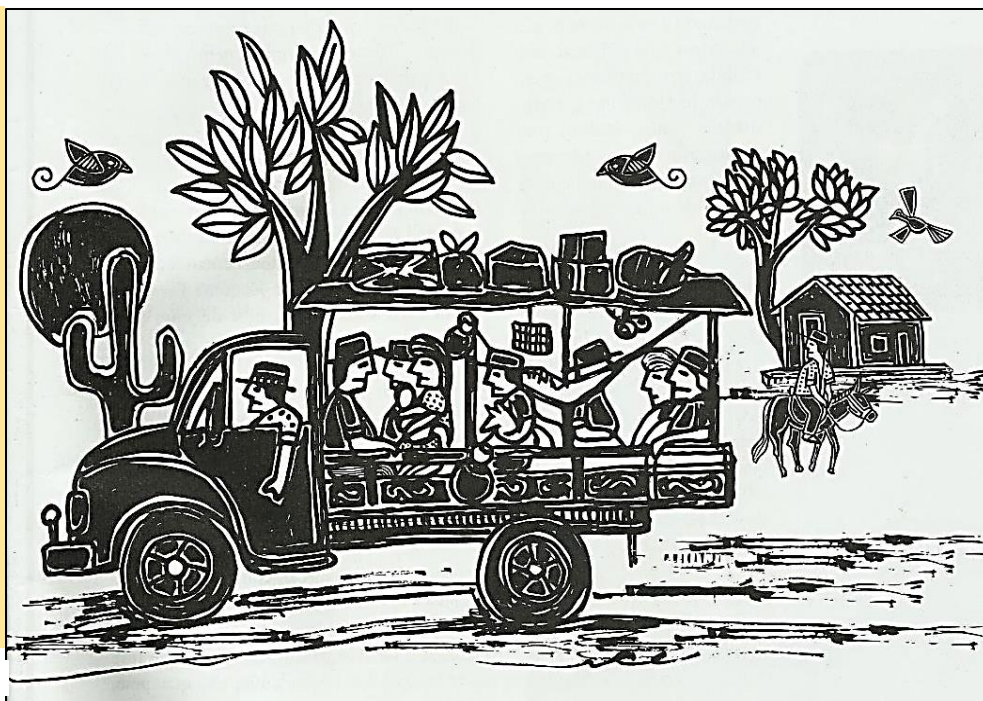
APROFUNDANDO OS CONHECIMENTOS

ARTIGO: A invenção do Eldorado Maranhense em Narrativas de Migrantes Nordestinos (1930-1970): aportes teóricos metodológicos, de Márcia Milena Galdez Ferreira, de 2016.

e que se inicia de forma tímida, em meados da primeira metade do século XX, perpassando as áreas decadentes dos vales e trazendo-lhes um sopro de vida, caracterizando-se pela ocupação de espaços existentes no Maranhão e localizados entre as áreas ocupadas pelo avanço das frentes de expansão litorânea e pastoril.

O rumar de nordestinos em direção ao noroeste maranhense, onde se localiza o Alto Turi e, conseqüentemente, o Centro do Zé Doca, tem como principal base motivacional ou fator de repulsão, a fuga das graves secas que assolavam o sertão nordestino de tempos em tempos e que como resultado levava muitos a uma situação de flagelo, fome e miséria. Aqui, cabe citar, que esse rumar se faz, inicialmente, por livre iniciativa e com recursos próprios, no processo que, como já dito neste livro, é definido como um Colonização Espontânea.

Arte tipicamente nordestina que busca representar o processo migratório via “Pau de Arara”, meio de transporte usual nesses processos rumo ao Maranhão. Ai é possível perceber a forma como as pessoas são transportadas, as características desse meio de transporte e inclusive elementos do cotidiano do sertanejo, como o mandacaru.

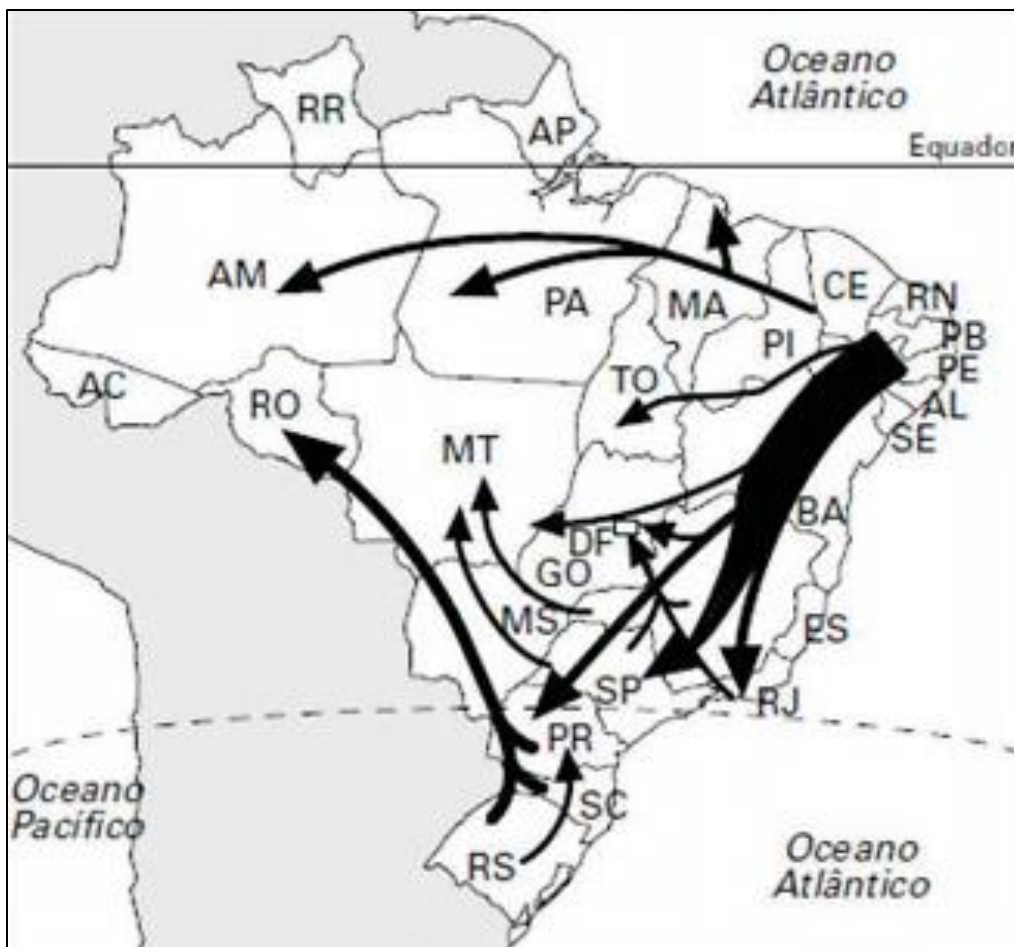


Fonte: Sales (2020).

Todavia, para além dessa ideia de fuga da seca, muitos outros migrantes se deslocam rumo ao Maranhão a partir de um imaginário de existência, neste Estado, de abundância de terras férteis e devolutas, ricas em águas, chuvas e rios, e no qual poderiam obter um pedaço de chão para desenvolver seus plantios ou criar seus

animais, almejando melhores condições de vida. É sobre essa fabula que se constrói a concepção de mudança de vida que rege muitos dos migrantes que chegam ao Maranhão, entre as décadas de 1930 e 1970, entre os quais estavam aqueles que foram responsáveis por colonizar as regiões do Pindaré e do Alto Turi.

A dificuldade de absorção de mão de obra do Nordeste e os conflitos agrários nas áreas rurais desta região, ligados sobretudo a má distribuição da propriedade, ao despotismo dos coronéis, a expropriação de terras e a exploração da mão-de-obra camponesa, e com origem na insatisfação dos trabalhadores do campo diante das inúmeras e constantes explorações exercidas pelos latifundiários, são também fatores que influenciam no processo migratório de nordestinos – e aqui também maranhenses – em relação Amazônia Maranhense, onde a Região do Alto Turi se encontra situada.



Mapa do Brasil com destaque para os diversos fluxos migratórios de nordestinos, no século XX, pelo interior do Brasil, onde é possível inclusive perceber que os destinos dessas populações foram os mais diversos, entre eles o Maranhão, no qual são imprescindíveis para a formação histórica, social e cultural deste estado.

Fonte: Simielli (2006).

As causas para o processo de migração de camponeses nordestinos rumo ao Alto Turi, são evidenciados por Alberto Arcangeli, no texto “O mito da terra: uma análise da Colonização da Pré-Amazônia Maranhense”, de 1987, em:

“As causas apontadas pelos próprios camponeses [...] revelam que sua constante migração representou uma fuga à cobrança da renda da terra, cobrança extorsiva praticada pelos proprietários fundiários que, complementada pela exploração do capital usurário na esfera da circulação, empobreceu-os ao ponto de tornar sua saída uma necessidade de sobrevivência. Mesmo quem agüentou por mais tempo esta situação, acabou por ter que sair, sendo simplesmente expulso das terras de arrendamento, já destinadas as mais nobres finalidades pelo aparecimento do capital produtivo nos antigos latifúndios. Outros, que durante anos a fio foram posseiros em terras devolutas, tendo a estas legalmente direito, tornaram-se vítimas da grilagem; o aparecimento da cerca de arame, justificada por títulos falsos de propriedades, expulsou-os de suas casas e expropriou seus meios de produção de forma violenta. Outros ainda declaram ter fugido ao aparecimento da capoeira nas terras de arrendamento e devolutas em que trabalhavam, o que denuncia o total desinteresse dos órgãos oficiais de fomento agrícola em relação à situação dos pequenos produtores, cuja agricultura é secularmente mantida num estágio tecnológico absolutamente primitivo. Além do mais, o surgimento da capoeira representa uma possibilidade de expulsão natural, sem atritos, ao homem de sua terra, que é às vezes cercada e ocupada pelo gado, quando abandonada pelo antigo ocupante. Em proporção menor, outra causa é apontada como motivadora da vinda ao Alto Turi: a seca do Nordeste. É este outro fator que periodicamente favorece a migração. A mata e as chuvas abundantes das terras maranhenses sempre representaram grande atrativo para o retirante nordestino, e muitos destes acabaram por fixar-se na fronteira agrícola, cansados das promessas demagógicas e das ações paternalistas do poder público relativas à solução do problema da seca em seus lugares de origem.”

ARCANGELI, Alberto. *O mito da terra: uma análise da Colonização da Pré-Amazônia Maranhense*. São Luis, UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987, p. 182-183

Esses fatores, entendidos como de atração e repulsão em relação aqueles que migram, servem para refletir acerca do termo espontâneo, uma vez que evidencia que essa espontaneidade, por vezes, pode se apresentar ligada e influenciada pelos mais variados aspectos.

Em relação a adentrada dos migrantes no território do Maranhão, embora haja referências de nordestinos adentrando este estado pela estrada de ferro São Luis-Teresina ou através do desembarque em navios no porto de São Luis, esse processo se dá, sobretudo, por três vias: o porto de Tutóia, a cidade de Floriano e a cidade de Teresina.

De forma inicial e por via marítima, muitos migrantes nordestinos adentram o Maranhão pelo Porto de Tutóia e de lá passam a se deslocar no sentido leste-oeste, transitando pela parte oriental do litoral maranhense e no sentido norte-sul, deslocando-se pelo nordeste maranhense.

Outras levas de nordestinos entram o Maranhão por vias terrestres, atravessando o Vale do Parnaíba, e tendo as cidades de Floriano e Teresina como portas de entrada para este estado.

Os que adentram o Maranhão pela cidade piauiense de Floriano, se deslocam pelo interior deste estado, no sentido oeste, alcançando diversas cidades ali já existentes e até mesmo fundando mesmo novos municípios, no sul e sudoeste maranhense, fundamentais ao povoamento dessas regiões, eles são geralmente pecuaristas, embora haja também aqueles que se voltam ao desenvolvimento da agricultura.

Já aqueles que utilizam como porta de entrada a cidade de Teresina, capital do Piauí, chegam à cidade maranhense de Caxias e de lá, em dois sentidos, seguem pelo interior do Maranhão, também alcançando diversos municípios e povoados ali já existentes ou fundando novas cidades.

Os que chegam ao Maranhão no período das chuvas ou trazendo o gado, se deslocam para o sudoeste do estado, em direção à cidade de Barra do Corda e em seguida rumo as cidades de Carolina e Imperatriz, situadas na divisa com o Tocantins.

Por sua vez, aqueles que adentram o território maranhense no período de estiagem, são geralmente agricultores e rumam para o noroeste, seguindo o curso do Rio Itapecuru, ou para o oeste, em busca das áreas drenadas pelos Rios Grajaú, Mearim e Pindaré, se deslocando ao sul das áreas ocupadas pelos maranhenses situados ao norte do estado, subindo o curso desses rios e atravessando os cerrados e os cocais, na busca pela mata virgem.

DIRETO DA FONTE

O processo de deslocamento e as atividades econômicas dos nordestinos que migram para e pelo Maranhão, é evidenciado, respectivamente, por Manoel Correia de Andrade e José Ribamar Trovão, em:

Os criadores com seus rebanhos se distribuem pelos cerrados fazendo uma pecuária semelhante à das caatingas nordestinas e os agricultores procuram as terras de matas ciliares dos altos cursos do Mearim, do Grajaú e do Pindaré.

ANDRADE, Manoel Correia de. *Paisagens e Problemas do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1968, p. 99.

A ramificação que usou como “porta” Floriano, dirigiu-se para o oeste, [...], dedicando-se principalmente a pecuária. Outros, ocupam áreas novas [...], dedicando principalmente à pecuária e a agricultura de produção de alimentos.

A partir de Floriano, um segundo ramo se dirigiu para o oeste, [...], praticando preferencialmente a pecuária. Um terceiro ramo, saído de Caxias, buscou o sudoeste. Uma parte se dedicou à pecuária, [...]. Outros procuraram as matas ciliares dos altos cursos do Mearim, do Grajaú e do Pindaré.

TROVÃO, José Ribamar. *O processo de ocupação do território maranhense*. São Luís: IMESC, 2008, p. 26-27.

Em 1920, encontram-se no oeste de Codó. Vinte anos mais tarde, em 1940, alcançam a cidade de Pedreiras. Em 1950 chegam a Bacabal e ali reorganizam o seu espaço rural produtivo. Em 1957, alcançam o Vale do Pindaré, chegando ao então Arraial de Santa Inês – hoje cidade de Santa Inês –, ponto de entrada para o Vale do Turiaçu, na época já caracterizada como área aurífera.

Seguindo para o Oeste e, posteriormente, para o Noroeste, na busca pelo Turiaçu, em 1959 atingem o então Centro do Bom Jardim – atual cidade de Bom Jardim –, em 1960 chegam ao Chapéu de Couro – hoje cidade de Governador Newton Bello –, já em 1961 alcança o posto do Alto Turi, as margens do Rio Turiaçu e de lá seguem rumo ao Vale do Gurupi, na divisa do Maranhão com o Estado do Pará.

É nesse avanço migratório rumo ao Alto Turi, situado no noroeste maranhense, que entre os anos de 1958 e 1959, uma leva de migrantes nordestinos – entre os quais estavam também maranhenses do Mearim e do Médio Mearim – fixam morada em

APROFUNDANDO OS CONHECIMENTOS

LIVRO: *Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*, de Otávio Guilherme Velho, de 1972.

área situada entre os rios Turiaçu e Pindaré e fundam o lugarejo que passa a ser denominado de Centro do Zé Doca.

Esse processo pioneiro de deslocamento em direção ao Maranhão, se fez com dificuldade e pela persistência dos migrantes nordestinos, que rumam em grupos – geralmente constituído por familiares, amigos, conhecidos ou simplesmente moradores da mesma cidade ou região – por vários dias e até meses, de suas terras natais até seus destinos – aqui entendidos não como local pré-determinado, mas como aquele que o emigrante escolhe para morar definitivamente, sendo esta escolha muitas vezes feita durante o próprio processo migratório – por vezes ficando morada provisória em algumas localidades, para posteriormente dar continuidade a sua jornada.

Essa Jornada é inicialmente realizada a pé ou no lombo de animais, como cavalo, burros ou jegues, pelo percurso de longas distâncias, seguindo por veredas e estradas de chão, abertas em meio a mata ou a floresta e cortando rios, até que se pudesse encontrar um pedaço de “chão sem dono”.

Arte tipicamente nordestina voltada a representar o processo migratório de uma família nordestina a pé, forma que levou muitos desses migrantes ao Maranhão. Na representação é possível perceber a quantidade de pessoas na família, a forma como cada um é transportado, de acordo com sua idade, os pertences carregados pela família e o uso do jumento como meio fundamental para esses deslocamentos.

Fonte: Villa (2012).



A abertura de rodovias no norte e nordeste brasileiro, pós o fim da Segunda Guerra Mundial, em grande parte atrelada ao processo de estruturação e difusão do capitalismo no Brasil e reflexo

de políticas direcionadas ao desenvolvimento de grandes obras públicas e a expansão do crédito para atividades econômicas, possibilitou a introdução do caminhão como meio de transporte de grande uso no traslado dos nordestinos migrantes rumo ao Maranhão. Todavia, como em alguns trechos da jornada não era possível o deslocamento desse tipo de veículos, muitos realizavam ainda uma boa parte do seu trajeto a pé ou em lombos de animais.



Foto de um dos primeiros transportes coletivos de Zé Doca, pertencente à família Florêncio, uma das pioneiras nesse ramo. O caminhão foi muito usual no transporte de pessoas nos primórdios do lugarejo e se fez um meio imprescindível para a ligação de Zé Doca com os demais povoados do Alto Turi e de outras regiões.

Fonte: Luz e Florêncio (2012).

DIRETO DA FONTE

Os meios utilizados pelos nordestinos migrantes no processo de deslocamento pelo Maranhão e a composição desses grupos é evidenciado por Manoel Correia de Andrade, no texto *Paisagens e Problemas do Brasil*, de 1968:

“As migrações, até a era do caminhão, eram feitas geralmente a pé e a cavalo; após a guerra de 1939-45, quando rodovias foram abertas em todas as direções e o caminhão passou a ser largamente usado no transporte de pessoas, as migrações passaram também a ser feitas em caminhões até certo ponto. Daí em diante, até os pontos terminais da frente Pioneira caminhão como podem. Quem viaja entre o Pindaré e Turiaçu, por exemplo, encontram frequentemente famílias compostas por um casal e um grupo de filhos a caminhar, levando todos os seus pertences em um jegue. Após vários dias de caminhada, quando os pousos e roçadas vão escasseando e a mata chega intacta até a margem da picada, o migrante pára, escolhe um local para o seu rancho de palha de palmeiras, aproxima-se dos vizinhos e prepara-se para derrubada da mata e a formação do roçado. Às vezes ele aí deita raízes, fixa por muitos anos; mas quase sempre após dois ou três anos a terra começa a dar colheitas reduzidas ou o “grileiro” aparece cobrando a renda do roçado.”

ANDRADE, Manoel Correia de. *Paisagens e Problemas do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1968, p. 99-100.

A importância de cearenses, piauienses, potiguares, pernambucanos, alagoanos, paraibanos, baianos e de outros migrantes nordestinos que rumam para o Maranhão e ficam morada em Zé Doca, perpassa o aspecto histórico, fundacional ou de colonização, uma vez que reflete também no social, no econômico e no cultural desta sociedade.

No aspecto social, é inegável a importância desses imigrantes à composição da sociedade zedoquense. Economicamente, por sua vez, foram eles também imprescindíveis a introdução e o desenvolvimento de uma econômica local de base agrária e comercial, ligada a uma concepção capitalista da terra, como um meio para a produção e o enriquecimento.

Todavia, é no aspecto cultural que se percebe, com maior ênfase, as marcas deixadas por esses nordestinos na sociedade zedoquense, isso pois, muito do que caracteriza a cultura deste povo está intimamente ligado aqueles imigrantes. Assim, a visão de mundo, os costumes, os valores e as crenças são alguns dos aspectos perceptíveis da influência de nordestinos de estados para além do Maranhão sobre o arcabouço cultural de Zé Doca. A presença de termos e expressões típicas do dialeto nordestino no vocabulário zedoquense, como **“aperriar”**, **“carão”**, **“do tempo do ronca”**, **“foi mal”**, **“invocado”**, **“liso”**, **“oxente”** e **“que nem”**, deixa claro as marcas e as influências que aqueles que chegam de outros estados do nordeste tem sobre a sociedade zedoquense.

Junto a maranhenses do Mearim e do Médio Mearim, são os que chegam de outros estados do Nordeste, os responsáveis pela introdução das bases catolicismo no lugarejo, que desde então passa a ser a principal comunidade religiosa de Zé Doca.

Neste trabalho, destacam-se as atuações das famílias Mendes de Moura, liderada pelo senhor Elias Mendes de Moura, e Araújo Luz, comandada pelos os senhores Benedito Araújo Luz e Reinério Costa Rego, além das famílias dos senhores Raimundo Francisco

FIQUE POR DENTRO

“Aperriar” o mesmo que estar agoniado ou ainda o mesmo que incomodar, atrapalhar, perturbar, desviar a atenção ou “encher o saco”.

“Carão” o mesmo que repreender, dar uma bronca, chamar a atenção de uma determinada pessoa ou um grupo de pessoas.

“Do tempo do ronca” é uma expressão usada para fazer referência a algo que é muito antigo, muito anterior ao tempo atual.

“Foi mal” expressão popularmente usada como forma de pedido de desculpas ou de perdão.

“Invocado” diz-se de uma pessoa que se apresenta irada, irritada, com raiva; emburrada, cismado ou ainda, geralmente desconfiando de alguém.

“Liso” expressão usada para se referir a uma pessoa ou evidenciar uma situação em que a própria pessoa emissor da expressão se encontra sem dinheiro ou quebrado financeiramente.

“Oxente” expressão usada para evidenciar uma surpresa, um espanto ou estranheza em relação a algo ou algum acontecimento.

“Que nem” expressão informal que equivale as conjunções comparativas como, tal qual e outras.

Ribeiro e Sérgio Soares, todas oriundas do povoado Santa Teresa do Zé Gato – hoje pertencente a Cidade de Lago da Pedra –, muito embora muitos deles fossem naturais de outros estados do Nordeste.

Assim, é muito pela ação da família Araújo Luz, especialmente do senhor Reinério Costa Rego, que no dia 12 de outubro de 1961, é celebrada a primeira missa no Centro do Zé Doca, pelo padre Wilson Cordeiro, da paróquia de Penalva, e pouco tempo depois é construída a primeira igreja desta localidade, a capela da atual Igreja Nossa Senhora da Imaculada Conceição da Comunidade Santa Tereza, situada na Rua Santa Tereza, no centro da cidade de Zé Doca.

Imagem da Praça Reinério Costa Rego e da Igreja Nossa Senhora da Imaculada Conceição da Comunidade Santa Tereza, a primeira igreja do Centro do Zé Doca, responsável pela introdução do catolicismo, hoje principal denominação religiosa da cidade de Zé Doca.



Fonte: Rafael Diniz (2022).

Aqui cabe dizer que, no processo de introdução das bases cristãs no então Centro do Zé Doca entre os personagens que merecem destaque estão os senhores Elias Mendes de Moura, Benedito Araújo Luz e Reinério Costa Rego.

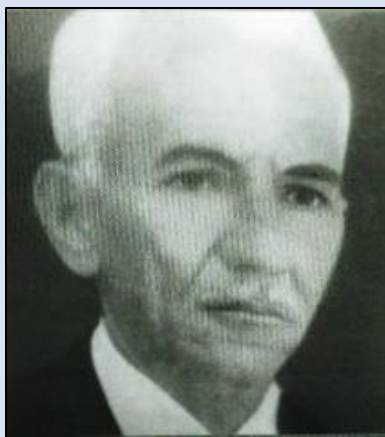
Liderança e Pioneirismo: os homens das bases católicas de Zé Doca

Na História do município de Zé Doca, em função do pioneirismo e das contribuições ligadas ao processo de desenvolvimento desta cidade – entre as quais se destacam os trabalhos voltados a implementação das bases do catolicismo na localidade – as famílias Mendes de Moura e Araújo Luz se caracterizam como de significativa importância, desempenhando ali um papel de protagonismo. Constituídas tanto por maranhenses, oriundos especialmente da região central deste estado, quanto por nordestinos de outros estados, a frente dessas famílias destacam-se personagens de relevância histórica, social e cultural para Zé Doca, entre os quais estão os senhores Elias Mendes de Moura, Benedito Araújo Luz e Reinério Costa Rego.



Reinério Costa Rego (foto ao lado) nasce em Pau dos Ferros, Rio grande do Norte, em 30 de dezembro de 1924, mas logo cedo se muda para Simplício Mendes, no Piauí, onde se casa com Júlia Araújo Luz e ali permanece ali até 1951, quando migra para o Maranhão enfim morada em Santa Tereza do Zé Gato, na época pertencente a Bacabal e hoje pertencente Lago da Pedra. Em 1962, junto a familiares e amigos migra para Zé Doca, passando a habitar o espaço que denominam hoje de Rua Santa Tereza, em homenagem a Santa Tereza do Zé Gato, a localidade de onde emigram. Em função, de sua seriedade e respeito se notabiliza como uma autoridade local, chegando a ser eleito vereador e exercendo outros cargos no funcionalismo público, como o de Chefe do Posto de Revenda de Insumos Agrícolas, do então Centro do Zé Doca. Reinério Costa Rego falece em 25 de agosto de 2001 e em sua homenagem a praça da Rua Santa Tereza é nomeada de Praça Reinério Costa Rego.

Por sua vez, Benedito Araújo Luz (foto ao lado) nasceu em Simplício Mendes, no Piauí, em 23 de julho de 1932. Na década de 1960 se muda para Santa Teresa do Zé Gato, município de Lago da Pedra, no Maranhão, onde se casa com Luzia Costa Rego, irmã de Reinério Costa Rego, em 1953, mudando-se em seguida para Uberlândia, Minas Gerais, e retornando 4 anos mais tarde a Santa Teresa do Zé Gato. Em 1961, chega ao então Centro do Zé Doca, onde passa a viver, primeiramente, da agricultura e, em seguida, do comércio. Ali, Benedito Araújo Luz se destacou também como político, sendo eleito vereador de Monção pelo MDB e desenvolvendo um trabalho significativo em prol do povoamento das vilas Barroso e Major Corinto. Benedito Araújo Luz falece em 30 de outubro de 1988.



Nascido aos 05 de março de 1914, em Fradinho, lugarejo localizado próximo ao povoado Buriti, na época pertence a Oeiras e hoje cidade de Ipiranga do Piauí, Elias Mendes de Moura (foto ao lado), é um personagem da história de Zé Doca que se notabilizou por sua simplicidade, honestidade e trabalho. Casado com Joaquina Júlio de Souza e Pai de 7 filhos, após passagens por Picos, Uruçuí – ambas no Piauí – e Santa Inês - no Maranhão -, finca morada no então Centro do Zé Doca, no ano de 1963, desenvolvendo um papel fundamental para esta sociedade, principalmente como colaborador de obras religiosas e sociais, dentre as quais se destacam a construção da atual Igreja Nossa Senhora da Imaculada Conceição da Comunidade Santa Tereza, situada na Rua Santa Tereza, e do Centro Social de Zé Doca, que posteriormente passaria a se chamar União Progressista dos Moradores de Zé Doca, a UPM. Foi Vereador e Presidente da Câmara municipal de Monção, eleito com 806 votos de um total de 5.765. Faleceu em 1995 e como reconhecimento pelos trabalhos prestados, há hoje na Vila do Bec uma praça em seu nome, a Praça Elias Mendes Moura ou, como é popularmente conhecida, Praça do Viva Zé Doca.

A influência nordestina é perceptível também nas festividades juninas zedoquenses. Desde o carácter religioso, de

comemoração e devoção a Santo Antônio, São Pedro e São João, no qual é inclusive comum o acendimento de fogueiras em referência a esses santos, a incorporação de elementos tradicionais, tais como os ritmos – forró, xaxado, baião, xote – ou as danças típicas como as quadrilhas juninas, nota-se o incremento nordestino na cultura zedoquense.



Vista parcial da Praça do Viva Zé Doca, na Vila do Bec, em períodos de festividades juninas. As Festas Juninas em Zé Doca se constituíram como verdadeiras manifestações desta sociedade, dotadas de influências e traços de maranhenses e nordestinos de outros estados, estes são momentos de verdadeiro enaltecimento da cultura local.

Fonte: Prefeitura Municipal de Zé Doca (2022).

Ali, a devoção a Santo Antônio ganha destaque a partir da categorização deste como o Santo Padroeiro de Zé Doca, o que acaba por colocar o Festejo a Santo Antônio, organizado pela igreja católica e por sua comunidade de fieis, como uma das mais tradicionais festividades desta localidade.

Vista parcial da parte frontal da Paróquia Catedral de Santo Antônio e da estátua de Santo Antonio, situados na Praça da Matriz, em que é possível observar parte da ornamentação e da organização do espaço no qual, até início dos anos 2000, era a realizado Festejo de Santo Antônio, festividade tradicional de Zé Doca, organizada todos os anos pela Igreja Católica.



Fonte: Diocese de Zé Doca, 2012

Repentista é um poeta que desenvolveu ou produz seus poemas de forma repentina ou através de improvisos, caracterizados assim como repentes, sendo que esses poetas intimamente ligados as tradições da literatura oral e da literatura de cordel.

Cordelista é um escritor de cordéis, um gênero literário popular no Brasil, especialmente do nordeste, que se caracteriza pela construção de poemas em forma de rima, apresentados em folhetos, marcados também pela presença de ilustrações e pela organização em cordas.

Violeiro é uma pessoa que sabe tocar viola, um instrumento musical de corda parecido ao violino, mas um pouco maior.

Não obstante, ao longo da história desta localidade, a presença de personagens típicos da cultura nordestina, como o **repentista**, o **cordelista** e o **violeiro**, na sociedade zedoquense é outro bom exemplo da marca deixada por aqueles que migram de outros estados do Nordeste para Zé Doca. Aqui, entre os repentistas e cordelistas, cabe citar os nomes de Antônio Raimundo Sousa – senhor Tote –, Raimundo Casciano Silva, Raimunda Rodrigues de Assis Bezerra – Dona Mundinha –, Raimunda Maria de Lima Rocha – Tia Dabia –, Francisco Cavalcante Brito – Chico Brito – e Francisco Cardoso Macedo – senhor Cozino –, enquanto que entre os violeiros – também conhecidos como cantadores – merecem destaque o senhor Raimundo Nonato de Lima – o Mundico Cantador – e o casal Rosinha Alves e Vital Ferreira, muito embora alguns desses personagens não sejam provenientes de outros estados do Nordeste, mas de outras regiões do próprio Maranhão.

Por tudo isso, percebe-se que a imigração de nordestinos do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco, da Paraíba, de Alagoas, da Bahia e de outros estados tem uma importância ímpar para a cidade de Zé Doca.

Expropriados na busca por “terra devolutas” e melhores condições de vida: migrantes maranhenses rumo ao Alto Turi

No processo de povoamento e constituição da sociedade zedoquense, para além dos que migram de outros estados do Nordeste brasileiro, os que chegam a Zé Doca advindos de outras localidades do Maranhão são também importantíssimos à história, à sociedade e à cultura deste lugar.

Os imigrantes maranhenses que chegam a Zé Doca são majoritariamente do Leste – com destaque aqui para a Região dos Cocais e de Timbiras –, do Centro do estado – especialmente do

FIQUE POR DENTRO

Aforamento ou taxa de foro é um tipo de “aluguel” que a pessoa que faz uso do imóvel, denominado de foreiro, paga ao dono do local, sendo ela uma taxa obrigatória e caracterizada como uma compensação ou contraprestação pelo uso da área, no geral paga anualmente e podendo ser quitada de forma parcelada ou à vista.

Mearim e do Médio Mearim – ou do Norte – principalmente da Baixa Maranhense – e deixam suas terras natais, no geral, em função de conflitos agrários – ligados sobretudo a expropriação da terra, a exploração da sua mão-de-obra ou ao aumento do valor do **aforamento** –, na busca por um pedaço de chão nas terras devolutas do Alto Turi ou guiados pelo imaginário de mudança de vida.



Mapa do Maranhão com destaque para as principais correntes de imigrantes maranhenses que se deslocam rumo a Zé Doca e são, assim, importantíssimos à formação desta sociedade.

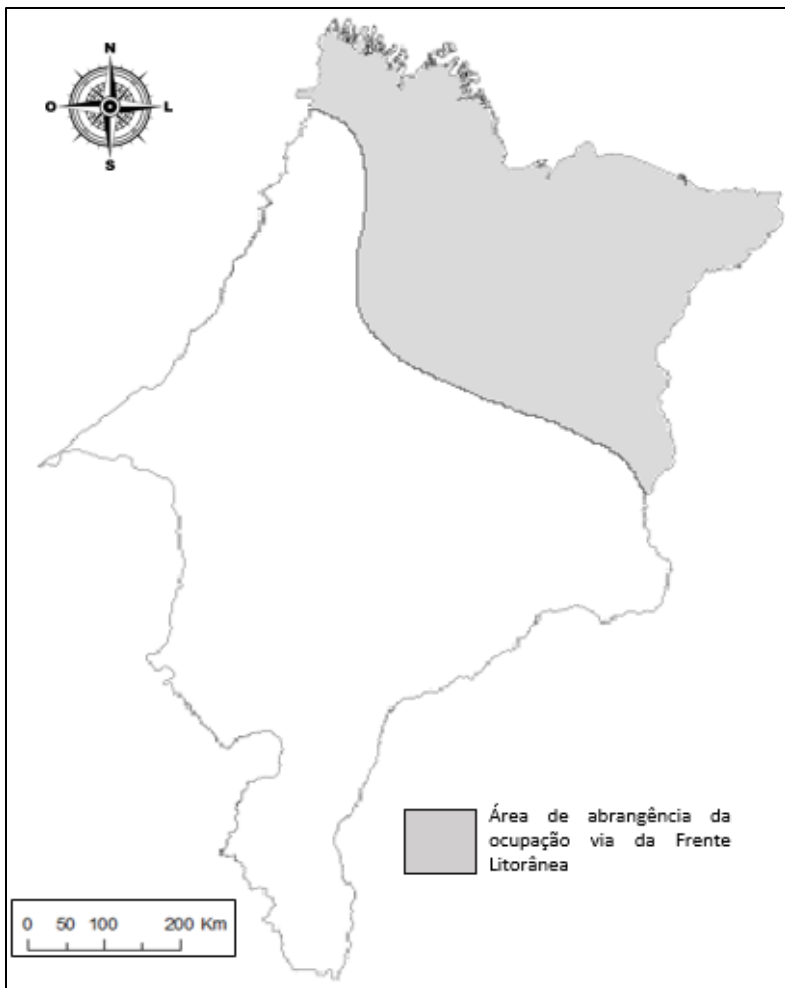


Fonte: Martinho (2012).

Esses migrantes são, sobretudo, oriundos de processos do povoamento do território maranhense mais antigos, que ocorrem no século XVII, pela Frente Litorânea ou no século XVIII, com a Frente Pastoril.

No que concerne a ocupação do espaço maranhense, cabe aqui dizer que Frente Litorânea é aquela que se dá no sentido do litoral para o interior, caracterizada pelo avanço dos maranhenses que Otávio Guilherme Velho e Manuel Correia de Andrade denominam de civilização do babaçu, do arroz e do algodão, que chegam a porção inferior e média do Rio Itapecuru e aos cursos inferiores dos Rios Turiaçu e Pindaré, constituindo assim alguns lugarejos, situados em uma faixa entre 200 a 300 km do litoral, que posteriormente darão origem as cidades de Pindaré-Mirim, Bacabal, Pedreiras, Codó e Caxias. Por sua vez, a Frente Pastoril ou Frente Pecuarista é aquela que se inicia pela ocupação de áreas hoje pertencentes a Pastos Bons, Grajaú e Barra do Corda, chegando as orlas dos chamados vales úmidos do Maranhão, no Mearim, Grajaú, Pindaré e Turiaçu, e na borda da floresta amazônica em Imperatriz.

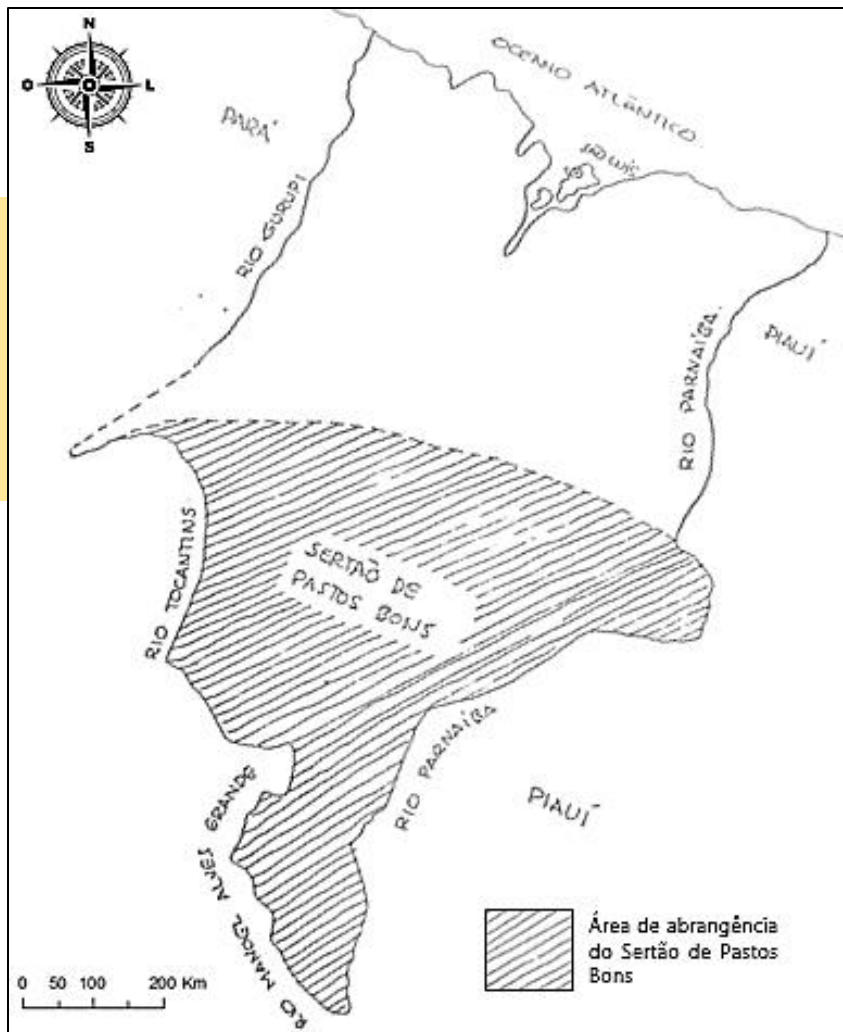
Todavia, para além dessas frentes, entre os maranhenses que chegam a Zé Doca, há também aqueles que descendam de nordestinos de outros estados que migram, em décadas anteriores, para este estado, fugindo da seca, dos conflitos agrários ou buscando melhores condições de vida, e que passam a ocupar terras, especialmente, no Leste, no Norte e na parte central deste estado. Nesse processo, o contato com aqueles que aqui já habitavam permite a esses imigrantes a aquisição e assimilação de muito da cultura maranhense.



Mapa do Maranhão com destaque para a área de abrangência da ocupação daqueles que parte do litoral rumo ao interior do estado e que são caracterizados como a Frente Litorânea, sendo esses importantíssimos ao processo de ocupação mais antigo deste estado, que se inicia nos primórdios da colonização.

Fonte: Martinho (2022).

Mapa do Maranhão com destaque para a área de abrangência da ocupação da Frente Pastoral, caracteriza pela ação de criação de gado, que chegam por volta do século XVIII e passam a se difundir pelo sul do Maranhão, formado inúmeras cidades.

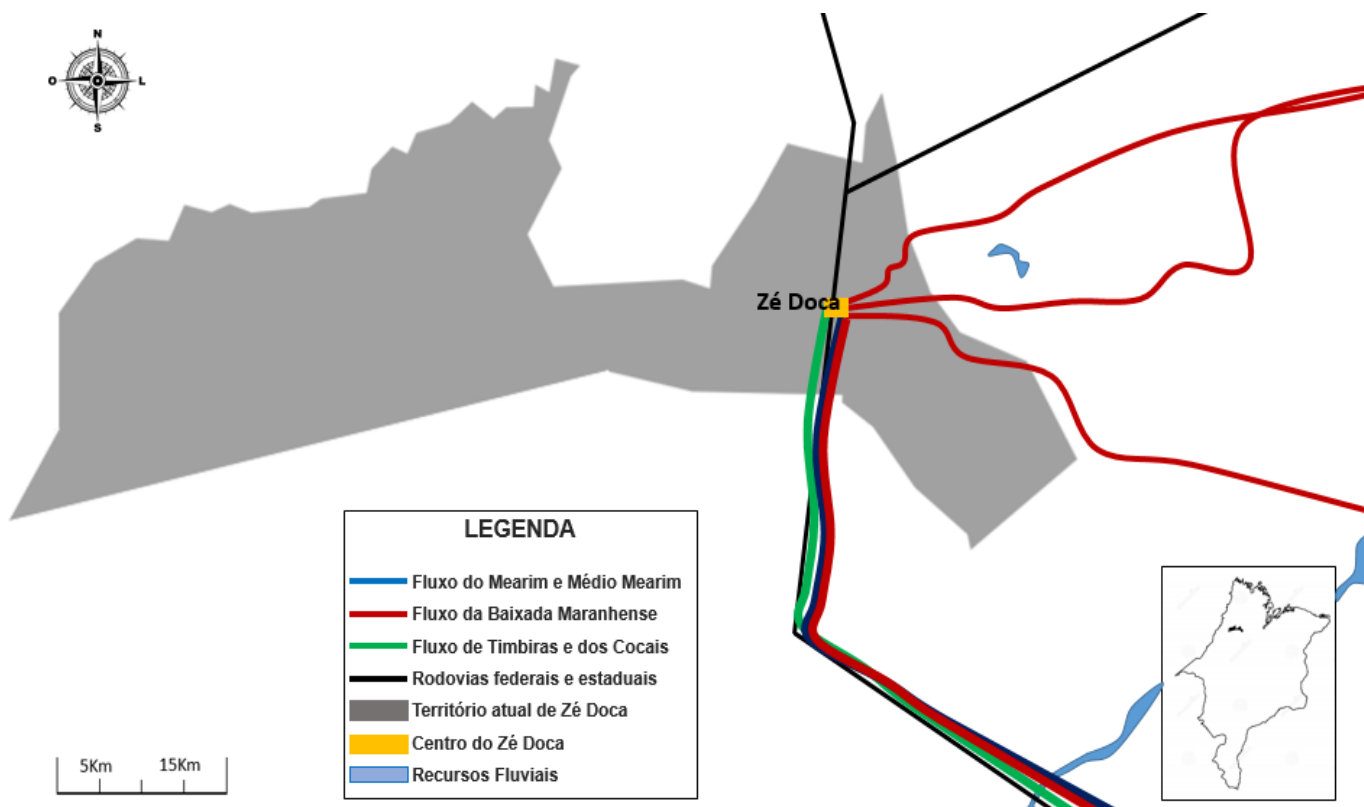


Fonte: Cabral (1992).

Os que emigram do Leste, do que hoje são as regiões de planejamento de Timbiras e dos Cocais – sobretudo de Caxias, Coelho Neto, Codó, Timon, Timbiras, Peritoró e outros – para o Alto Turi – região em que Zé Doca se institui –, no geral, seguem o percurso já traçado pelos nordestinos, se deslocando rumo a oeste, chegam as cidades de Pedreiras, Bacabal e outras no Mearim e no Médio Mearim, de lá rumam para o Pindaré, perpassando o Arraial de Santa Inês – hoje cidade de Santa Inês, foi um povoado instituído no entorno do ponto final da estrada de Ferro do Engenho Central, que rapidamente ganha destaque, muito em função de sua estrutura e é considerado a porta de entrada para a área de densa floresta e o Alto Turi – e o Centro do Bom Jardim e de lá, agora no sentido noroeste, alcançam o Chapéu de Couro e, logo depois, o Centro do Zé Doca.

Aqueles que são oriundos do Mearim e Médio Mearim – especialmente de Bacabal, Pedreiras, Poção de Pedras e outros –, se deslocando no sentido oeste e noroeste, chegam ao Alto Turi e ao Centro do Zé Doca, após passagens pelo Pindaré, também perpassando o Arraial de Santa Inês, o Centro do Bom Jardim e o Chapéu de Couro.

Por sua vez, os imigram Microrregião da Baixada Maranhense – de localidades como Pinheiro, Viana, Monção, Penalva, Vitória do Mearim, Santa Helena e outros – muito em função da proximidade desta região com o Alto Turi, chegam a Zé Doca, basicamente, por quatro pontos: o caminho via Vale do Pindaré, ao sul e passando pelo Arraial de Santa Inês, o Centro do Bom Jardim e o Chapéu de Couro; a estrada das curimatãs, localizada a nordeste do lugarejo; a estrada do Alto Alegre, também conhecido como Alto Alegre da Linha, a oeste deste povoado e a estrada do Pinga-Fogo a sudeste deste centro.



Mapa da área e dos limites atuais do município de Zé Doca, com sua localização e abrangência no território maranhense, o tracejado das atuais BR-316 e MA-006, que se deslocam pelo território zedoquenses, os recursos fluviais de grande expressividade e próximos a cidade, além da localização do então Centro do Zé Doca. Nesse mesmo mapa percebe-se os fluxos das distintas correntes migratórias de maranhenses que chegam, fixam morada e são fundamentais à formação da sociedade zedoquense, entre os quais estão: os migrantes do Mearim e do Médio Mearim, situados no centro do Estado; da Baixada Maranhense, situado no Norte do Maranhão e de Timbiras e dos Cocais, localizadas no Leste Maranhense.

Fonte: Martinho (2022).

Para além dessas vias, e em um contingente menor, há também, é claro, aqueles que imigram para Zé Doca, advindos de outras localidades do Maranhão, como o próprio Vale do Pindaré, nos quais cabem citar a cidade de Pindaré-Mirim e o Arraial de Santa Inês.

Em tempos de escassez de estradas que permitissem a rodagem de veículos automotivos pelo interior do Maranhão, antes da construção da BR-316 e quando existia apenas uma vereda de estrada, os que chegam ao Centro do Zé Doca pela parte sul deste lugarejo, advindos dos Cocais, do Mearim ou da Baixada Maranhense, até Santa Inês, possuem a opção do deslocamento via automóveis, mas a partir dali o trajeto se faz, sobretudo, a pé ou no lombo de animais, tais como jumento e o cavalo.

Ainda nos primeiros anos deste lugarejo, quando já existiam outras vias de acesso ao Centro do Zé Doca, os imigrantes da Baixada Maranhense que se direcionam a este lugarejo, pela estrada

“Cofos” uma espécie ou variedade de cesto, com formato alongado, bastante usado no interior do Maranhão para guardar, acondicionar ou transportar produtos, alimentos e objetos, sendo neste estado, no geral, produzido a partir da folha de palmeiras, com destaque para a palhada babaçu.

das Curimatãs – a noroeste –, a estrada do Alto Alegre – a oeste – ou a estrada do Pinga-Fogo – a sudeste – somente consegue chegar ali, a pé ou no lombo de burros e cavalos.

A existência dessas vias associada a proximidade do Centro do Zé Doca com a Baixada Maranhense permite o desenvolvimento de uma significativa rede de comunicação entre esses espaços, baseada especialmente no comércio.

As relações comerciais que se estabelecem, a partir da estrada das curimatãs, da estrada do Alto Alegre da linha ou da estrada do Pinga-Fogo, entre Zé Doca e as muitas localidades situadas na Baixada – entre as quais cabem destaque Monção, Pinheiro, Viana, Penalva e seus povoados – se faz com bastante dificuldade, uma vez que, dependendo da localidade, era comum que as pessoas se deslocassem por várias horas ou até dias a pé ou no lombo de jumento, cavalo ou outros animais, por estradas de chão, carregando “cofos” ou sacos com suas produções para comercializarem em Zé Doca ou localidades vizinhas.

APROFUNDANDO OS CONHECIMENTOS

VÍDEO: *Boi da Buritizeira da vila Barroso de Zé Doca - vídeo institucional da prefeitura municipal, de Valmir Trindade, de 2020.*

CAPÍTULO DE E-BOOK: *Características e contexto histórico de formação do Boi Brilho de São João da Associação Bumba Meu Boi União do Povo, de Zé Doca – MA, de Allan Wudison Oliveira Leal, Carlyfran Viana Ramos, Leide Laura Martins da Costa, José Henrique de Paula Borralho, José Jailton Ferreira Santos, Mailson Martinho, Maria de Lourdes Silva Lima e Vera Rejane Gomes, de 2020.*

DIRETO DA FONTE

Ao falar sobre o seu deslocamento e de sua família do Povoado Porão, interior de Pinheiro, até o Centro do Zé Doca, para a venda de parte de sua produção agrícola e dos substratos extraídos do babaçu, Paulina Martins – atualmente residente em Zé Doca – expõe as circunstâncias em que se davam esse deslocamento e confirma a existência de pequeno contato comercial entre Zé Doca e localidades da baixada, quando expõe:

“Naquele tempo era muito dependioso. [...] Nós saía de casa cedinho, antes do sol do nascer, montando o jumento, com os ‘cofos’ carregados de coco que nós quebramos, dos azeites que a gente fazia e de outras coisas que plantava na roça, pra chegar em Zé Doca cedo e pra dar tempo de vender e voltar no mesmo dia pra casa. [...] Naquele tempo a gente chegava a Zé Doca pela estrada do Alto Alegre, que a gente chamava também de Alto Alegre da linha, mas tinha também gente que vinha pela estrada das curimatãs, outros pela BR e um outro pessoal vinha pelo Pinga-fogo.”

MARTINS, Paulina. Entrevista cedida a Mailson Martinho sobre a história de Zé Doca. Zé Doca, 2021, s/n.

FIQUE POR DENTRO

Arraiás são festividades típicas do nordeste brasileiro, dotada de caráter religioso, em que se homenageiam três santos católicos - Santo Antônio (no dia 13 de junho), São João Batista ou simplesmente São João (dia 24) e São Pedro (dia 29) – e onde há também a representatividade do homem do campo, a partir das músicas, das danças – entre as quais estão as Quadrilhas Juninas, em Zé Doca com destaque para Flor do Sertão, Tico Tico no Fubá, Aliança de São João e Rainha de São João – e das comidas típicas – tais como Mingau de Milho, o bolo de Fubá e outros – que fazem parte dessas festas.

Festas de Bumba Meu Boi, Festas do Boi ou Boiadas são manifestações culturais do Maranhão, que se caracteriza pela encenação dançante de brincantes em relação a morte e a ressurreição de um boi e que é diferenciada em vários sotaques, em Zé Doca, sendo marcante o Sotaque de Pindaré ou da Baixada, marcada pelo Cazumbas e pelo ritmo mais compassado e movido aos sons da matraca.

Embora com suas diferenças e especificidades históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais – que podem ser associadas inclusive a seus processos de povoamento ou colonização – muitos são os elementos que aproximam os maranhenses que migram para Zé Doca e que, por influência desses migrantes, serão também perceptíveis na sociedade zedoquense.

Para além da língua do colonizador português e da religiosidade, de base predominantemente católica – em alguns casos marcada pelo sincretismo religioso entre essa denominação e religiões de matrizes africana ou indígena – outras características são comuns aos maranhenses que migram para Zé Doca e acabam, assim, sendo presentes também nesta sociedade.

Nas manifestações culturais, os típicos Festejos Juninos – ligados ou influenciados pelo catolicismo e em devoção a santos católicos –, os **Arraiás Juninos** – marcados pela apresentação de danças folclóricas, como as Quadrilhas Juninas, e pela presença de comidas típicas, como a Canjica e o Mingau de milho – e as **Festas de Bumba Meu Boi** – com seus variados sotaques – são exemplos de festividades que marcam as sociedades das quais, os maranhenses que migram e fixam morada em Zé Doca, são originários.

Típica representação de um boi das festividades de Bumba Meu Boi, em que se nota toda uma caracterização diferenciada e única, dotada de brilho e desenhos específicos. O boi é um dos principais personagens do enredo que conduz o Bumba Meu Boi uma das mais típicas manifestações culturais do Maranhão e também de Zé Doca, introduzido nesta cidade pelos imigrantes da Baixada Maranhense.



Fonte: Graneiro (2017).

Como resultado da influência desses imigrantes, é notável na cultura zedoqueense a existência tanto dos Festejos Juninos – com destaque aqui para o Festejo de Santo Antônio, o padroeiro da cidade –, quanto dos Arraiás – realizados, ao longo do tempo, nos mais distintos espaços desta localidade, até se firmar na Praça do Viva – e das Festas de Bumba Meu Boi, Festas do Boi ou Boiadas, como são também denominadas essas festividades em Zé Doca.

As festas de Bumba Meu Boi giram em torno da encenação da história da morte e ressurreição de um boi. Em Zé Doca, entre essas festividades destacam-se: a do Boi Brilho de São João ou Boi do Carriá, organizada pela Associação Bumba Meu Boi União do Povo; a do Boi Ligeiro Mímo de São João ou Boi do Senhor Cândido Bispo, ligado ao Centro de Cultura Alto Turi-Parque da Buritizeira e a Boiada do Senhor Chico do Boi que, no geral, traz encenações de outras localidades, especialmente da Baixada Maranhense.

Aqui é importante dizer que os bois pertencentes a Associação Bumba Meu Boi União do Povo e ao Centro de Cultura Alto Turi-Parque da Buritizeira, sofrem influência direta do Sotaque da Baixada ou Pindaré, caracterizada por um toque mais lento e suave, desenvolvidos a partir de pandeiros pequenos e **matracas**, e pela presença de figuras como o Boi, a Catirina, o Pai Francisco, o Patrão, a Dona ou Mãe Maria, os Índios e as Índias, os Vaqueiros, os Cazumbas e os Bailantes.

VÍDEO: *Boi da Buritizeira da vila Barroso de Zé Doca - vídeo institucional da prefeitura municipal, de Valmir Trindade, de 2020.*

APRESENTAÇÃO DE PESQUISA: *a brincadeira de Bumba-Meu Boi 'Ligeiro Mímo De São João' Em Zé Doca- Maranhão. Paulo Ricardo Lima Lopes, Ana Luísa Mafra Santos e Gerson Carlos Pereira Lindoso, 2010.*

VÍDEO: *Boi da Buritizeira da vila Barroso de Zé Doca - vídeo institucional da prefeitura municipal, de Valmir Trindade, de 2020.*

CAPÍTULO DE E-BOOK: *Características e contexto histórico de formação do Boi Brilho de São João da Associação Bumba Meu Boi União do Povo, de Zé Doca – MA, de Allan Wudison Oliveira Leal, Carlyfran Viana Ramos, Leide Laura Martins da Costa, José Henrique de Paula Borralho, José Jailton Ferreira Santos, Mailson Martinho, Maria de Lourdes Silva Lima e Vera Rejane Gomes, de 2020.*

FIQUE POR DENTRO

A **matraca** é um instrumento musical, no geral, constituído de dois pedaços de madeira que podem ser ligados ou não por um fio, barbante ou cordão e que do contato entre esses dois pedaços de madeira produz um som característico. Esse instrumento é muito usado no sotaque da Baixada ou Pindaré, nas festas de Bumba Meu Boi, no Maranhão.



Apresentação do Bumba Meu Boi Ligeiro Mímo de São João, um dos bois criados pelo senhor Cândido Bispo Rocha, onde é possível notar diversos personagens característicos dessa manifestação cultural zedoqueense, como as Índias Guerreiras e os Cazumbas, e que servem para evidenciar a influência do Sotaque da Baixada sobre o Bumba Meu Boi zedoqueense.

Cândido Bispo e luta pela preservação das manifestações culturais afro-brasileiras em Zé Doca



A história do município de Zé Doca é marcada por personagens que se destacam pelas contribuições singulares que trazem a formação desta cidade e de sua sociedade. Em meio a esses, uma figura que merece reconhecimento, por suas ações no campo social e cultural é o senhor Cândido Bispo Rocha.

Natural do povoado Carú, pertencente a cidade de Viana, Cândido Bispo ou Cândido Preto, como também é popularmente conhecido em Zé Doca, chega nesta cidade por volta da década de 1960, trazendo o seu arcabouço cultural que terá enorme influência sobre a própria cultura zedoquense, sendo assim um dos introdutores do Bumba Meu Boi e da Umbanda em Zé Doca.

Já em Zé Doca, funda o Bumba Meu Boi Parque da Buritizeira, um boi dotado de traços do Sotaque da Baixada, com o qual passa a se apresentar em eventos pela cidade e em outras localidades, inclusive na capital maranhense, a cidade de São Luis.

Em 20 de junho de 1998, junto amigos, funda a Associação de Bumba Meu Boi do Parque da Buritizeira, com sede na Rua Timon, número 674, na Vila Barroso e ali firma um dos mais importantes redutos das influências da Baixada Maranhense sobre a sociedade zedoquense, pois neste mesmo espaço se estabelece Associação de Umbanda Espírita e Cultura Afro-Brasileiro de Zé Doca, no Centro de Cultura Alto Turi Parque da Buritizeira.

Os trabalhos de Cândido Bispo porem não se limitam apenas ao campo cultural, pois em frente à sua associação, ele funda também a Creche Municipal Cândido Bispo Rocha, no número 681, da Rua Timon, voltada a prestação de atendimento educacional das crianças da Vila Barroso.

Atualmente, Cândido Bispo, com seus 91 anos de idade, continua incentivando e representando a cultura zedoquense, com seus eventos de Bumba Meu Boi, realizados na associação, no mês de junho, mas também se apresentando em outros eventos em Zé Doca e outras localidades.

O reggae é outro exemplo de manifestação cultural introduzida em Zé Doca pelos que chegam de outras localidades do Maranhão. As origens deste ritmo no lugarejo estão atreladas aos imigrantes da Baixada Maranhense que, entre as décadas de 1970 e 1980, chegam ao então Centro do Zé Doca e ali passam a habitar áreas periféricas situadas na Vila Barroso, no Bairro São Francisco e na Vila Nova, bairros recém criados em Zé Doca. É a partir dessas áreas que o reggae se difunde na localidade e, com o passar do tempo, se torna um dos ritmos mais populares entre os zedoquenses.

As origens do reggae em Zé Doca, as suas características e a importância dos imigrantes da Baixada Maranhense para o processo de introdução desse ritmo na sociedade zedoquense é evidenciado pelas falas de Alessandro Oliveira da Silva – conhecido no movimento regueiro de Zé Doca como Alex Marley – e Francisco Duciano da Silva – mais conhecido na comunidade regueira zedoquense como Duci Brown –, em entrevistas realizadas via aplicativo WhastApp, quando esses expõem, respectivamente, que:

“[...] Ele chegou aqui através de pessoas que saíram da Baixada Maranhense, da cidade de Viana, Matinha, que chegaram aqui por volta dos anos 70, final dos anos 70 e começo dos anos 80. O reggae teve origem nas periferias de Zé Doca, ali na Vila Barroso, que é um bairro que tem muita gente vindo da baixada, tinha uma discoteca na Rua Coroatá, chamada Discoteca Vento Norte. Ali é onde se tem notícia das primeiras músicas de reggae tocadas em Zé Doca, que é o reggae vindo da Jamaica. [...] os pioneiros, donos de clubes [...] chegaram aqui no final dos anos 70 e início dos anos 80 advindos da baixada, entre os moradores que migraram pra cá. Entre os moradores da Vila Barroso e [...] Bairro São Francisco tem muita gente dessas localidades, Viana, Penalva, Matinha, São Bento, eles trouxeram o reggae pra cá. Onde tocou aqui primeiramente foi na Discoteca Vento Norte, aqui na rua Coroatá, Vila Barroso e também na Vila Nova, no Clube Império do Reggae, o dono dele [...] chamam [...] de Pé de Galo, [...]”

SILVA, Alessandro Oliveira da. Entrevista cedida a Mailson Martinho via aplicativo WhastApp sobre o Reggae em Zé Doca. Zé Doca, 2022.

“Não sei detalhadamente sobre como o reggae chega aqui em Zé Doca ou por quem de forma mais específica ele chega, mas é certo que chegou lá por meados dos anos 80, trazido por aqueles que chegavam aqui, em Zé Doca, vindo da baixada. São essas pessoas, de Viana, de Monção, de Pinheiro, de Penalva, de Matinha e de outras localidades da baixada, que trazem o reggae para Zé Doca. Isso fica claro quando olhamos para o reggae aqui, com grandes festas, onde tocam os melôs ou as pedras - como chamamos as músicas de reggaes - movidas, geralmente, por radiolas, onde ficam os DJ's. O reggae é com toda certeza um ritmo marcante na história da nossa cidade, basta olha ao longo da nossa história que percebemos que outros ritmos vem e vão, mas o reggae vive, [...]”

SILVA, Francisco Duciano da. Entrevista cedida a Mailson Martinho via aplicativo WhastApp sobre o Reggae em Zé Doca. Zé Doca, 2022.

Dotado de traços característicos do reggae maranhense, seus eventos, realizados ao ar livre ou em clubes ou salões da cidade – dentre os quais cabem destaque a Discoteca Vento Norte, o Império do Reggae e o Clube do Ozarias –, são marcados, sobretudo, pelos paredões de som, as populares radiolas, comandados pelos DJ's, nos quais são tocadas as “pedras” ou os “melôs”, como são popularmente conhecidas as músicas deste ritmo. Músicas essas que, no geral, são dançadas em pares e de modo bem juntinhos.

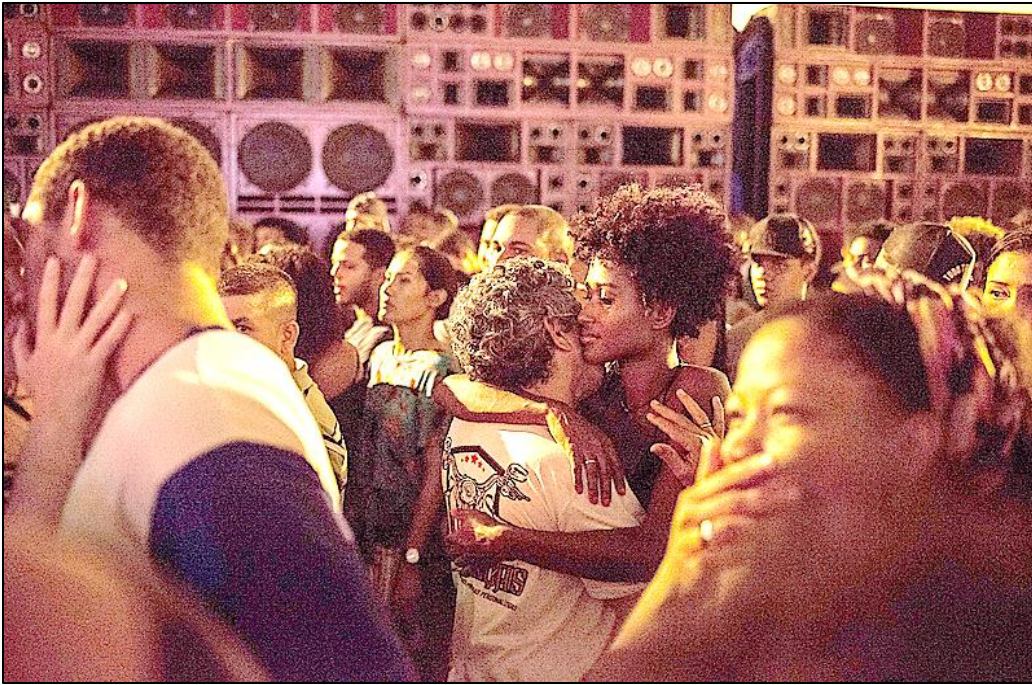


Foto da inauguração do Museu de Reggae do Maranhão, uma exemplificação de festa de Reggae, onde é possível notar a forma de dança característica deste ritmo, o agarradinho, além da aparelhagem também específica dessa manifestação, as denominadas radiolas.

Fonte: Barros (2020), Marcelino (2020)

FIQUE POR DENTRO

Tampor de Crioula é uma manifestação cultural de matriz afro-brasileira, praticada por descendentes de escravizados africanos, que envolve a dança circular realizada por mulheres, o canto e percussão de tambores e desenvolvidas em louvor a São Benedito, um dos santos mais populares entre a população negra do Brasil.

Festa do Divino é uma importante expressão religiosa do Brasil, de origem católica e realizada no dia de Pentecostes, em culto ao Espírito Santo, que celebra a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos e Nossa Senhora, como intuito de simbolizar a descida do Espírito Santo sobre a humanidade.

Umbanda Matracas é uma religião monoteísta, afro-brasileira, que é fundada por Zélio Fernandino de Moraes nos primeiros anos do século XX, dotada de sincretismo religioso que misturam elementos do candomblé, do espiritismo kardecista e do catolicismo e tem como princípios basilares a Luz, a Caridade e o Amor.

Aqui, uma fala importante e necessária a se fazer acerca do reggae em Zé Doca, recai sobre a forma como, ao longo da história, parte da população zedoquense, muito em função das origens periféricas desse ritmo ali, acabam por construir no seu imaginário, uma visão errada, deturpada e, por vezes, preconceituosa, de violência, de perigo e de marginalidade, para com este ritmo, seus participantes e seus eventos. Em vista disso, a busca por espaço e aceitação social fará parte da luta deste ritmo em Zé Doca.

Outras manifestações culturais que marcam a sociedade zedoquense e são diretamente influenciadas pelos imigrantes maranhenses, especialmente os oriundos da Baixada Maranhense, são: o **Tampor de Crioula**, que tem na pessoa do senhor Ozaria um dos seus grandes incentivadores; a **Festa do Divino**, que é ainda hoje realizada pela senhora Maria Nogueira Ramos – popular Dona Maroquinha – e a **Umbanda**, que tem suas atividades incentivadas pelo senhor Candido Bispo Rocha e a Associação de Umbanda Espirita e Culto Afro-Brasileiro de Zé Doca, uma instituição filantrópica de caráter religioso, que é aberta em 10 de novembro de 2003. Aqui, é importante também explicitar que, assim como o reggae, essas manifestações, muito em função de suas origens em bairros periféricos – como a Vila Barroso e Bairro São Francisco –, sofrem preconceito, por parte da sociedade zedoquense.

Embora talvez não influenciada diretamente pelos migrantes maranhenses, a capoeira é também outra manifestação que marcante em Zé Doca e que merece ser lembrada por sua caracterização como expressão cultural afro-brasileira, que também marca o Maranhão e seu povo. Assim, em Zé Doca essa manifestação ao longo de sua história é liderada pelos mestres Chocolate, Filho, Pedro, Jackson, Ivan, João Alcântara e Bigode e atualmente tem a sua frente o Mestre Capoeira Ribamar;

Os imigrantes da Baixada Maranhense, que constituem ou dos quais descendem boa parte da população de Zé Doca, com seu sotaque diferenciado, acabam também por influenciar muito na constituição do vocabulário zedoquense. Neste sentido, além de ser possível ainda hoje, sobretudo em bairros como a Vila Barroso e o Bairro São Francisco, observar pessoas com o sotaque característico dos que vivem na Baixada Maranhense, é muito comum também o uso de termos e expressões típicas do dialeto dos povos da Baixada no vocabulário zedoquense, como “**piqueno**”, “**arremedar**”, “**té doido**”, “**mangar**”, “**perainda**”, “**imbigo**”, “**de um tudo**”, “**garapé**” e “**consertar peixe**”, o que torna evidente as marcas e as influências que aqueles que chegam da Baixada Maranhense tem sobre a sociedade zedoquense.

Na economia, a agricultura, basicamente de subsistência ou voltada ao atendimento da demanda local e o extrativismo animal e vegetal como as atividades econômicas de maior destaque local, em alguns casos tendo a pecuária como outra atividade de expressão, é um ponto em comum a essas populações advindas de outros espaços do Maranhão e que também marcam a sociedade zedoquense.

No extrativismo animal, a caça – especialmente de tatus, pebas, pacas, veados e aves – e a pesca – favorecida pela vasta rede fluvial e lacustre presente no Maranhão – se destacam como atividades importantíssimas à subsistência e à economia das sociedades do Mearim, do Médio Mearim, dos Cocais e da Baixada Maranhense e assim também de Zé Doca.

FIQUE POR DENTRO

*Segundo Flavio Braga em “Dicionário de Baixadês: termos, expressões e provérbios populares da Baixada Maranhense”, de 2014, **piqueno** é uma criança do sexo masculino, um menino, um garoto; **arremedar**, é o mesmo que imitar a fala ou os gestos de outra, com o intuito de zombar ou ridicularizar essa pessoa; **té doido**, expressão que equivale a frase, você está louco; **mangar** é o mesmo que zombar, fazer deboche; “**perainda**” o mesmo que aguarde mais um pouco; “**imbigo**” é o mesmo que umbigo; “**deum tudo**” o mesmo que em abundância, em grande quantidade ou ainda para expressar a existência de variadas coisas; “**garapé**” é uma variação de igarapé e “**consertar o peixe**” é o ato de retirar as escamas de as vísceras do peixe.*

APROFUNDANDO OS CONHECIMENTOS

LIVRO: *Dicionário de Baixadês*, de Flavio Braga, de 2014.

Já, no extrativismo vegetal ganha destaque o babaçu, fruto de uma palmeira, de denominação homônima, com vasta presença no interior do Maranhão e da qual basicamente tudo pode ser aproveitado, sendo ele é tão significativo as populações deste estado – especialmente aos mais pobres – que autores como Manuel Correia de Andrade e Otávio Guilherme Velho, falam da existência de uma Civilização do Babaçu.

Na alimentação, por exemplo, a amêndoa ou coco do babaçu pode ser direcionada ao consumo direto, a produção de um leite para uso em cozidos ou ainda ao desenvolvimento do “azeite de coco”, um óleo bastante utilizado na culinária local e de significativo valor comercial. A casca do coco é viável tanto para o uso em rações, como para a produção de carvão vegetal, de considerável valor energético. A palmeira, por sua vez, possui também inúmeras utilidades. Seu tronco por ser usada como adubo ou no cercamento de quintais e casas e suas palhas na cobertura das residências.



Detalhe de palmeiras de coco babaçu, onde é possível notar as partes e as características específicas desta palmeira, como as palhas – espécies de folhas desta planta – e os cachos de coco ali produzidos e que podem se fazer capazes de proporcionar meios para a vida e comodidade de pessoas, como alimentos – amêndoa, azeite e óleo –, material energético – carvão – e outros substratos.

Fonte: Castro (2021).

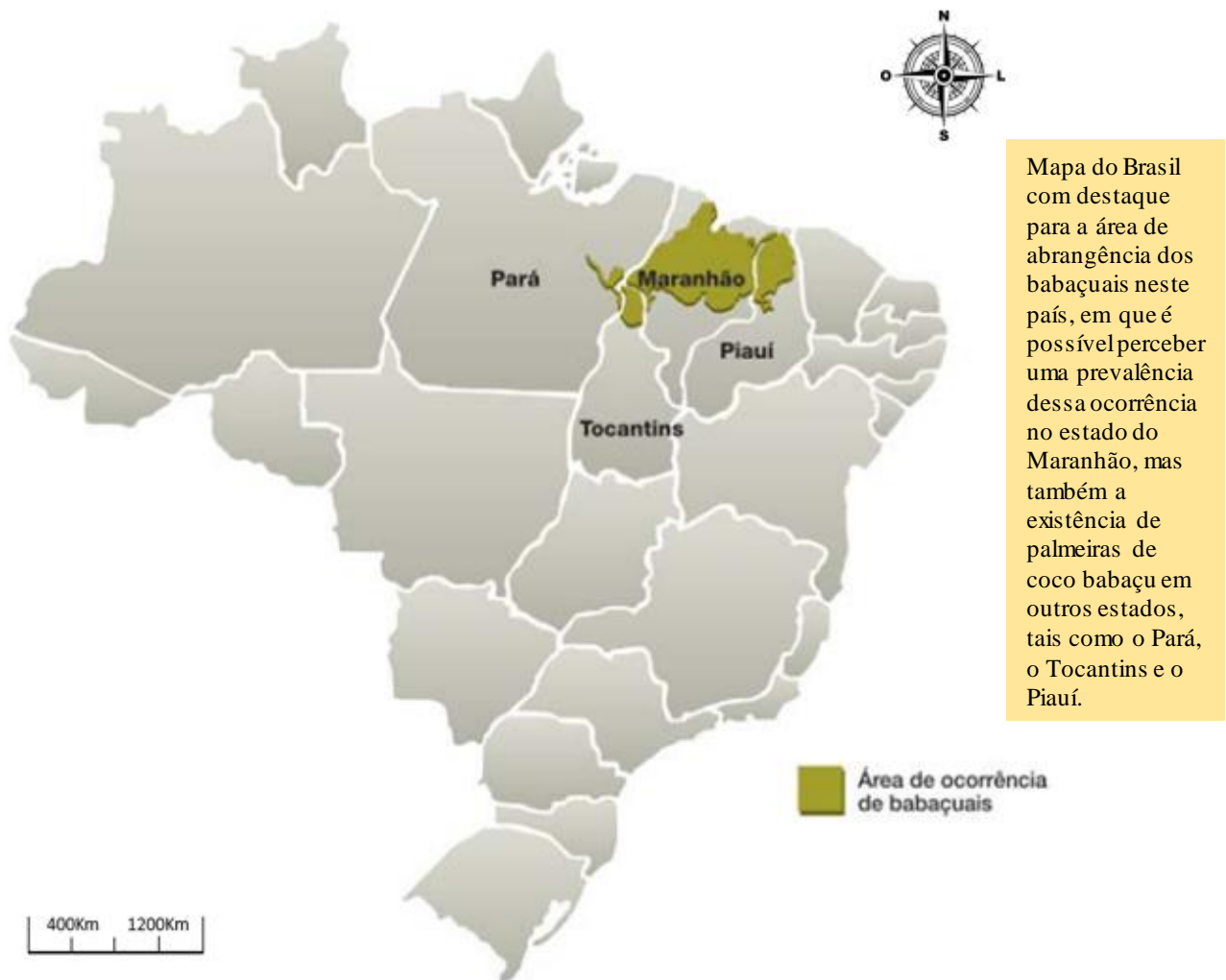
Exemplificação dos substratos retirados da palmeira do babaçu, no qual é possível notar o próprio coco babaçu, o azeite, a amêndoa e o carvão, materiais bastante difundidos no Maranhão, a ponto de fazer com que autores como Manuel Correia de Andrade e Otávio Guilherme Velho, falesem da existência de uma Civilização do Babaçu.

Fonte: Castro (2021).



O extrativismo do babaçu é responsável também pela existência de uma figura de destaque no contexto social maranhense, especialmente quando se pensa na classe dos trabalhadores do campo ou nos grupos que vivem das atividades extrativistas, que é a quebradeira de coco, personagem que, por sua vez, tem seu modo de vida diretamente influenciado por essa atividade econômica.

Presentes nos estados do Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí, as quebradeiras de coco são, no geral, mulheres que vivem do extrativismo do babaçu, coletando e quebrando o fruto para a extração da amêndoa, utilizada *in natura* ou para a produção de derivados como o leite e o azeite, destinados ao próprio consumo ou a revenda, muito embora, como complemento de renda, algumas se utilizassem das cascas para a produção de carvão vegetal ou mesmo das palmeira e suas palhas, para o cercamento de terrenos ou a construção e cobertura de suas casas.



Com o processo de privatização e concentração de terras, o acesso aos babaquais, por vezes, controlado ou impedido pelos latifundiários, na base da violência ou mesmo, em alguns casos, com a cobrança de uma taxa pelo coco coletada, se torna cada vez mais difícil e passa a compor parte da luta dessas trabalhadoras.

A sujeição a exploração dos comerciantes locais, intermediários no processo de venda dos subprodutos do babaçu produzidos pelas quebradeiras de coco e dentre os quais se destaca a amêndoa, é outro problema enfrentado por essas trabalhadoras. Assim, a oferta de valores baixíssimos, a adulteração das balanças para pagar menos ou mesmo o condicionamento da venda das amêndoas a troca por produtos de seu estabelecimento são algumas das ações que refletem essa exploração.

Não obstante, o processo de degradação ambiental das áreas de babaquais, alicerçado na expansão das monoculturas, especialmente da pecuária, e na derrubada desregrada das palmeiras de babaçus, fora outro fator que afetou e reduziu o acesso das quebradeiras a essas palmeiras e seus produtos.

Em vista dessas questões a organização coletiva das quebradeiras de coco, acaba por se fazer uma necessidade cada vez mais emergente. Assim, inspiradas em movimentos de luta de outros grupos, como os seringueiros contrários a derrubada dos seringais no Acre, surgem as associações de quebradeiras de coco pelas mais diversas localidades pelo interior do Maranhão, entre os quais, Zé Doca.

A Associação das Quebradeiras de Coco Babaçu de Zé Doca, fechada desde de 2019, foi uma instituição de caráter privada, fundada em 18 de dezembro de 1997, que se colocava em defesa de direitos sociais, especialmente das populações mais desprovidas, e que teve a sua frente por muito tempo e como uma das grandes personagens desse movimento a senhora Francisca de Sousa Rocha, popular como Chica Braba.

APROFUNDANDO OS CONHECIMENTOS

CARTILHA: *Acesso à terra, território e recursos naturais: a luta das quebradeiras de coco babaçu, da Francinaldo Matos Joaquim Shiraishi e Vitória Ramos, de 2015.*

Chica Braba e a Associação das Quebradeiras de Coco Babaçu de Zé Doca



Embora pouco citadas pelas fontes que tratam sobre Zé Doca, na história deste município muitas foram e são as mulheres protagonistas, que se destacam em função de seus trabalhos e de ações nos campos da política, da cultura, da economia e em prol da sociedade zedoquense.

Entre essas mulheres, não há como não lembrar da figura de Dona Chica Braba, uma personagem impar na história de Zé Doca e com um legado significativo, ligado especialmente a organização e a luta das quebradeiras de coco babaçu nesta cidade.

Natural da cidade de Barras, situada no Estado do Piauí, Francisca de Sousa Rocha ou Dona Chica Braba, como é popularmente conhecida, nasce em 29 de janeiro de 1942 e chega a Zé Doca em outubro de 1975, em uma época em que esta localidade possuía apenas poucas ruas, e ali reside por mais de 38 anos, até que decide se mudar para a cidade de Parauapebas, no Estado Pará, onde atualmente reside.

Em Zé Doca, foi uma das precursoras e organizadoras do grupo de mulheres que viviam da quebra do coco babaçu e da venda de seus substratos, como a amêndoa, o azeite e o carvão.

As quebradeiras de coco, como são conhecidas a mulheres que se destinam a essa atividade econômica, em seus primórdios em Zé Doca se reuniam debaixo de árvores, para tratar sobre questões de interesse comum e buscar melhorias para as suas vidas, tendo como uma das líderes e referências, a senhora Chica Braba

Através da ação de um casal italiano, por intermediário pela igreja católica e sob a liderança de dona Chica Braba, o grupo das quebradeiras de coco fundam a Associação das Quebradeiras de Coco Babaçu de Zé Doca, na época com sede na Rua dos Coqueiros, sem número, no Bairro Santa Terezinha, e hoje caracterizada como inapta. Nesse espaço, ao qual Dona Chica Braba fica por muito tempo a frente como presidente, orientações, debates e ações voltadas ao fortalecimento daquelas que viviam da quebra do coco babaçu, através de parcerias, são desenvolvidas com o intuito de promover uma melhor qualidade de vida a essas pessoas.

Com o intuito de buscar melhorias às quebradeiras de coco babaçu de Zé Doca, Dona Chica Braba se lança candidata ao legislativo desta cidade nas eleições de 2004, mas não consegue se eleger. Todavia, o seu vasto legado de trabalho e representatividade em prol dessas trabalhadoras fazem de Dona Chica uma das personagens mais significativas da História de Zé Doca e de seu povo.

Assim, fica claro aqui que esses aspectos servem para evidenciar a importância desses povos, originários da região da Baixada Maranhense, do Médio, do Médio Mearim, de Timbiras ou dos Cocais, para constituição e a formação da cidade de Zé Doca e de seu povo, especialmente no que tange aos seus aspectos históricos, econômicos, sociais e culturais.

A letra da música “Fotografia 3x4” de autoria de Belchior reflete bem sobre o processo migratório de nordestinos para a região sudeste, mas traz também elementos comuns deste processo ao desenvolvido por migrantes nordestinos em direção ao Maranhão, especialmente aqui ao Alto Turi, tais como as dificuldades e as enormes distancias percorridas a pé, a esperança de conseguir aqui melhores condições de vida e os problemas enfrentados para a adaptação ao novo espaço.

*Eu me lembro muito bem do dia em que eu
cheguei
Jovem que desce do norte pra cidade grande
Os pés cansados e feridos de andar léguas tirana
É lágrimas nos olhos de ler o Pessoa
É de ver o verde da cana
Em cada esquina que eu passava, um guarda me
parava
Pedia os meus documentos e depois sorria
Examinando o três-por-quatro da fotografia
É estranhando o nome do lugar de onde eu vinha
Pois o que pesa no norte, pela lei da gravidade
Disso Newton já sabia, cai no sul grande cidade
São Paulo violenta, corre o rio que me engana
Copacabana, Zona Norte
É os cabarés da Lapa onde eu morei
Mesmo vivendo assim não me esqueci de amar
Que o homem é pra mulher e o coração pra
gente dar
Mas a mulher, a mulher que eu
amei
Não pode me seguir, não
Desses casos de família e de dinheiro eu nunca
entendi bem
Veloso, o sol não é tão bonito pra quem vem do
norte e vai viver na rua*

*A noite fria me ensinou a amar mais o meu
dia
É pela dor eu descobri o poder da alegria
É a certeza de que tenho coisas novas
Coisas novas pra dizer
A minha história é, talvez
É talvez igual a tua, jovem que desceu do
norte, que no sul viveu na rua
É que ficou desorientada, como é comum no
seu tempo
É que ficou desapontada, como é comum no
seu tempo
É que ficou apaixonado e violento como,
como você
A minha história é, talvez
É talvez igual a tua, jovem que desceu do
norte, que no sul viveu na rua
É que ficou desorientada, como é comum no
seu tempo
É que ficou desapontada, como é comum no
seu tempo
É que ficou apaixonado e violento como,
como você
Eu sou como você
Eu sou como você
Eu sou como você que me ouve agora
[...]*

BELCHIOR, Antônio Carlos Gomes. **Fotografia 3x4**. In: BELCHIOR, Antônio Carlos Gomes. Alucinação, 1976

SUGESTÕES DE ATIVIDADES

Prezado Professor, considerando a temática deste capítulo e o texto complementar trazido na página anterior, sugere-se, para o melhor trabalho com seus discentes, as seguintes atividades:

Atividade 1: Realizar debate sobre a imagem trazida no início do capítulo da obra “Retirantes” de Cândido Portinari e a música “Fotografia 3x4” de Belchior trazida no tópico “Texto Complementar” deste capítulo, com o intuito de refletir sobre como a perspectiva de miséria, pobreza, fome, seca e outras, que é comumente associada a figura do migrante nordestino, bem como das condições em que o processo migratório de nordestinos em direção ao Maranhão, se dá.

Atividade 2: Desenvolver exercício de fixação, que elenque e trabalhe as características das principais correntes migratórias do povoamento de Zé Doca.

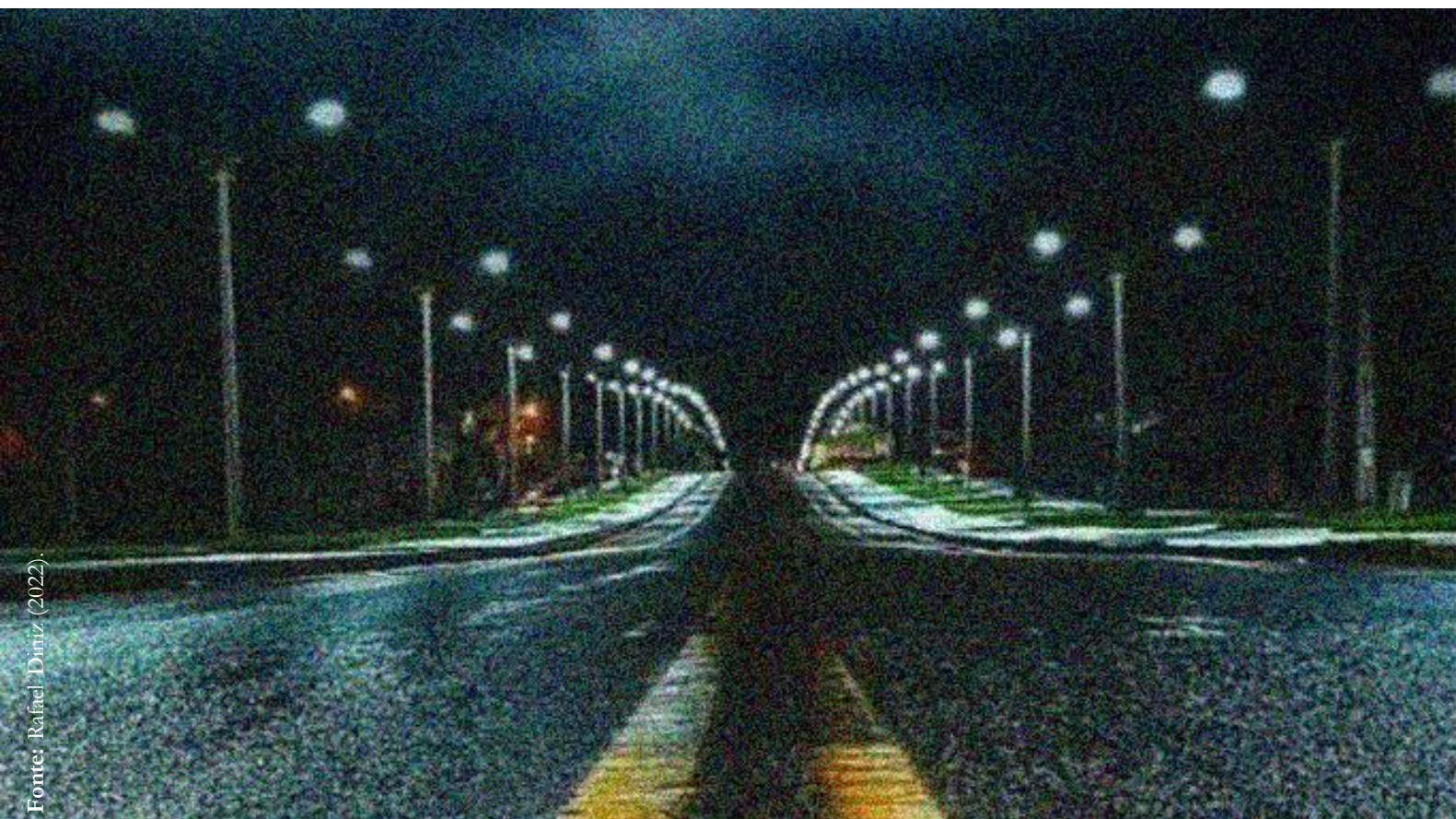
Atividade 3: Realizar debate sobre a importância das populações da Baixada e de outros migrantes maranhenses para formação cultural da cidade de Zé Doca e de sua população.

UNIDADE

III

“Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas — desalojadas — de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha.”

Trecho do texto **“A identidade cultural na pós-modernidade”** de Stuart Hall de 2006.



Fonte: Rafael Diniz (2022).

A COLONIZAÇÃO DIRIGIDA E A FORMAÇÃO DA CIDADE DE ZÉ DOCA

O CENTRO DO ZÉ DOCA, O PROJETO DE POVOAMENTO DO MARANHÃO E O 2º BEC

Até a década de 1940 o Maranhão, com apenas 65 municípios e uma população 1 235 169 habitantes – dos quais a imensa maioria, cerca de 85%, viviam na zona rural – era caracterizado como um estado com extensas áreas vazias ou de baixíssimas densidades demográfica, algo em torno de 200 mil km², entre as quais estavam incluídas regiões de babaçuais, de cerrados e da Floresta Pré-Amazônica.

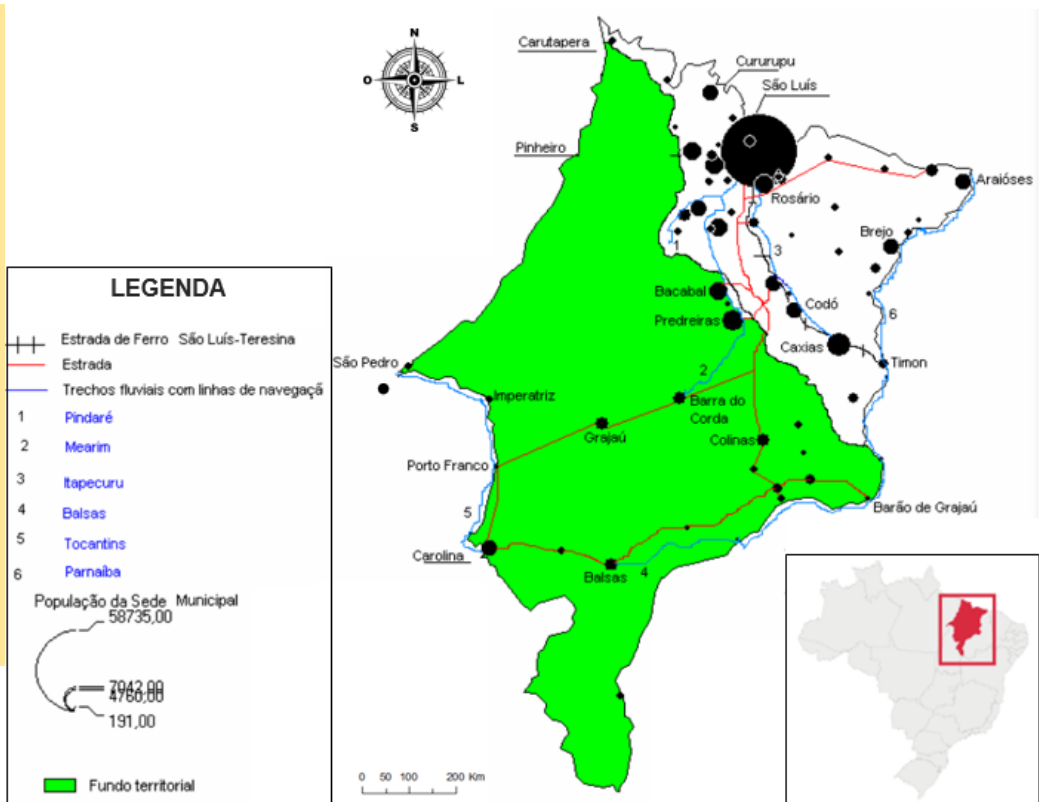
A ideia de extensas terras desabitadas no Maranhão e com potencial de ocupação e exploração, definidas como ‘fundos territoriais’ por Antônio José de Araújo Ferreira em sua tese “Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense”, de 2008, servem para embasar, ao longo do século XX, inúmeras políticas territoriais de integração econômica e povoamento em relação ao Maranhão.

FIQUE POR DENTRO

Fundos territoriais é um conceito que se associa a ideia de terras desabitadas e com o grande potencial para a ocupação e exploração econômica e que, portanto, se caracterizam também como reservas espaciais que podem ser destinadas ao uso no futuro.

Mapa da articulação espacial do Maranhão em 1940, com as delimitações deste estado, a distribuição populacional pelo território deste estado e a abrangência do que Antônio José de Araújo Ferreira define como fundos territoriais, isto é, das áreas pouco ou desabitadas do Maranhão, com potencial de ocupação e exploração econômica.

Fonte: Egler (1951); Brasil (1984); Fernandes (2003); Ferreira (2008); Adaptado por Martinho (2022).



FIQUE POR DENTRO

Maranhão Novo é o nome dado ao projeto de desenvolvimento econômico estabelecido pelo governo de José Sarney – ocorrido entre 1966 e 1970 – para o Maranhão, sendo que essa era também a expressão utilizada como slogan eleitoral e de governo. Projeto esse que girava em torno de uma série de ações destinadas a melhoria estrutural, pavimentação das rodovias e a instituições importantíssimas a sociedade maranhense, como: a Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão (CAEMA); as Centrais Elétricas do Maranhão (CEMAR); a Companhia de Habitação Popular do Maranhão (COHAB); a Companhia de Valorização da Baixada Maranhense (CODEBAM); a Companhia de Telecomunicações do Maranhão (TELMA), o Centro Educacional do Maranhão (CEMA), o Centro de Processamento de Dados do Maranhão (PRODATA) e outras ações, especialmente na capital (COSTA, 2020).

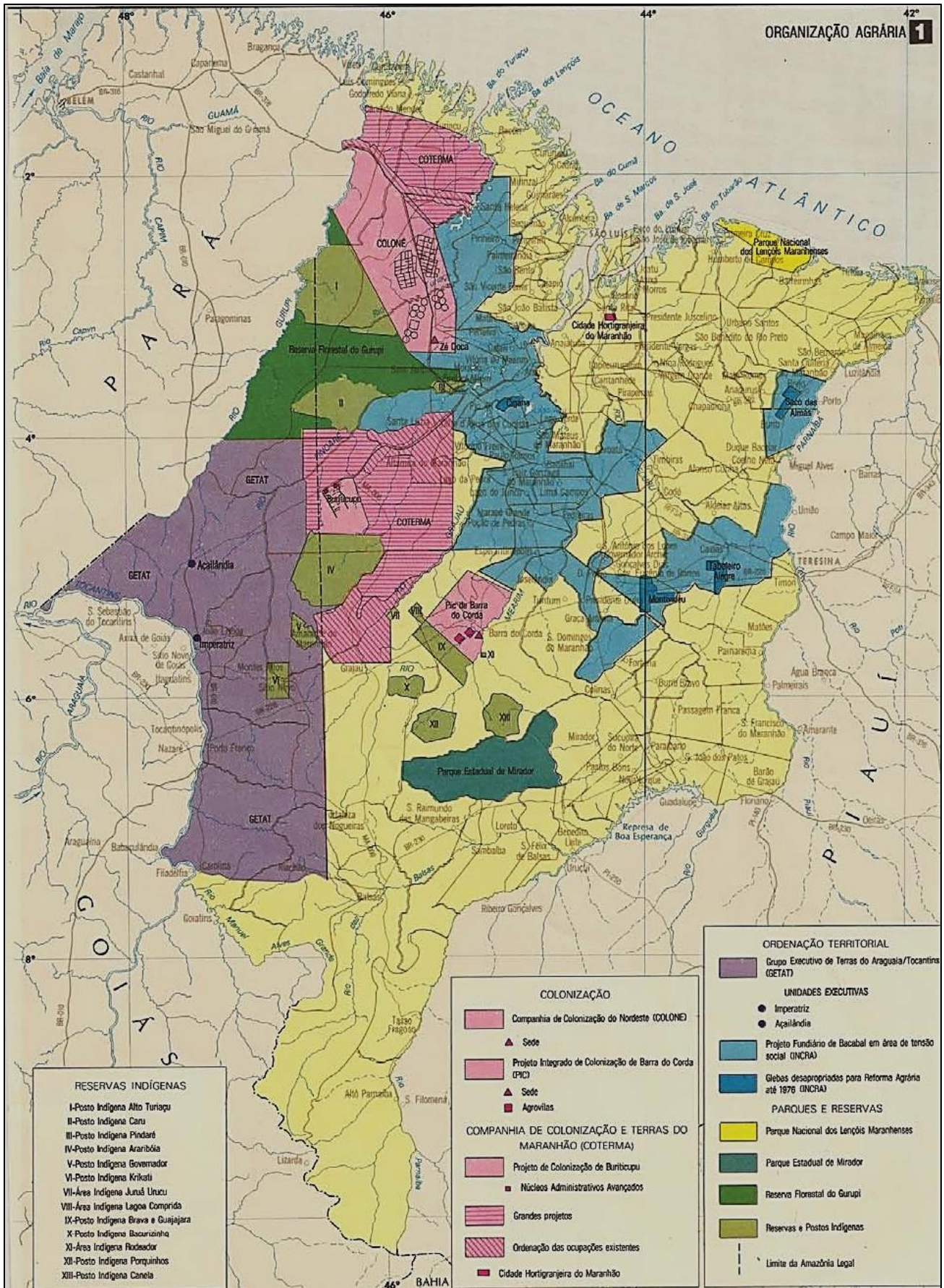
*A denominada **Marcha para o Oeste** foi um projeto de governo de Getúlio Vargas desenvolvido durante o Estado Novo, que possuía como intuito a promoção da integração econômica e do crescimento populacional das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil.*

É com o intuito de colonizar os denominados “vazios demográficos” do Maranhão que, ao longo do século XX, vários projetos de povoamento, são incentivados, orientados ou patrocinados pelo estado brasileiro, e em alguns casos até o próprio governo maranhense.

No contexto dessas políticas territoriais voltadas ao povoamento do Maranhão, cabe destaque aos projetos de colonização que se dão entre as décadas de 1940 e 1970 e entre os quais se destacam a Colônia Agrícola de Barra do Corda (1942), o Projeto Pioneiro de Colonização (1973) – de responsabilidade exclusiva do estado maranhense, com origem no projeto “**Maranhão Novo**” do governo de José Sarney –, o Projeto de Povoamento do Maranhão (1962) e o Projeto de Colonização do Alto Turi (1972), esses dois últimos diretamente ligados a história de Zé Doca.

Na primeira metade do século XX, no período da história do Brasil denominado de Estado Novo, na Era Vargas, a **Marcha para o Oeste** e sua ideia de Colônias Agrícolas Nacionais, entre as quais se incluía a Colônia Agrícola de Barra do Corda no Maranhão, é um exemplo dessas de políticas de povoamento de áreas pouco habitadas ou inexploradas presentes no território maranhense.

Aqui cabe frisar também a importância dos projetos de ordenação territorial no Maranhão, como ações de destaque, especialmente quando se pensa na questão da terra, de suas políticas de uso e de distribuição, mas também em função de suas ações voltadas a criação de Unidades de Conservação e a demarcação de Terras Indígenas, entre as quais está a Terra Indígena Alto Turiacu, com parte de seu território atual situado em Zé Doca, como já exposto no capítulo 2 deste livro.



Fonte: Brasil (1984) Ferreira (2008).

Mapa das políticas territoriais implementadas no Maranhão entre os anos de 1942 e 1980, onde é possível ver e diferenciar as políticas de colonização e as de ordenação territorial, além das reservas indígenas criadas. Cabe destaque aqui o Projeto de Colonização do Alto Turi, de responsabilidade da COLONE e desenvolvido em área no noroeste do Maranhão.

As áreas situadas na Amazônia Maranhense são abarcadas pela atuação de três projetos de povoamento: o Projeto Pioneiro de Colonização (1973), o Projeto de Povoamento do Maranhão (1962) e o Projeto de Colonização do Alto Turi (1972).

O Projeto de Povoamento do Maranhão (PPM), predecessor do Projeto de Colonização do Alto Turi (PCAT), se caracteriza como uma política de colonização de terras situadas no oeste e noroeste do Maranhão e marcada pela interferência do estado brasileiro, a partir da criação e ação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), do Grupo Interdepartamental de Povoamento do Maranhão (GIPM) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Todavia, cabe aqui de frisar que, embora houvesse em relação a área do PPM, uma ideia pré-concebida de terras virgens e desabitadas, já com a chegada ao Alto Turi dos primeiros contingentes de técnicos ligados ao GIPM, essa visão começa a ser desconstruída quando, em 1962, constata-se que nos 30 mil km² correspondentes a área do projeto, já existiam total 45.181 habitantes.

No entanto, as ações desse projeto, transfiguradas nas atuações da SUDENE, possibilitam uma intensificação do processo migratório rumo a essa região, assim a partir da segunda metade da década de 1960, a Região do Alto Turi, passa por um processo de intensas mudanças, que influenciam diretamente no seu crescimento populacional, no desenvolvimento dos diversos lugarejos ali já existentes ou mesmo na formação de novas povoações, que mais tarde dariam origem as inúmeras cidades dessa região.

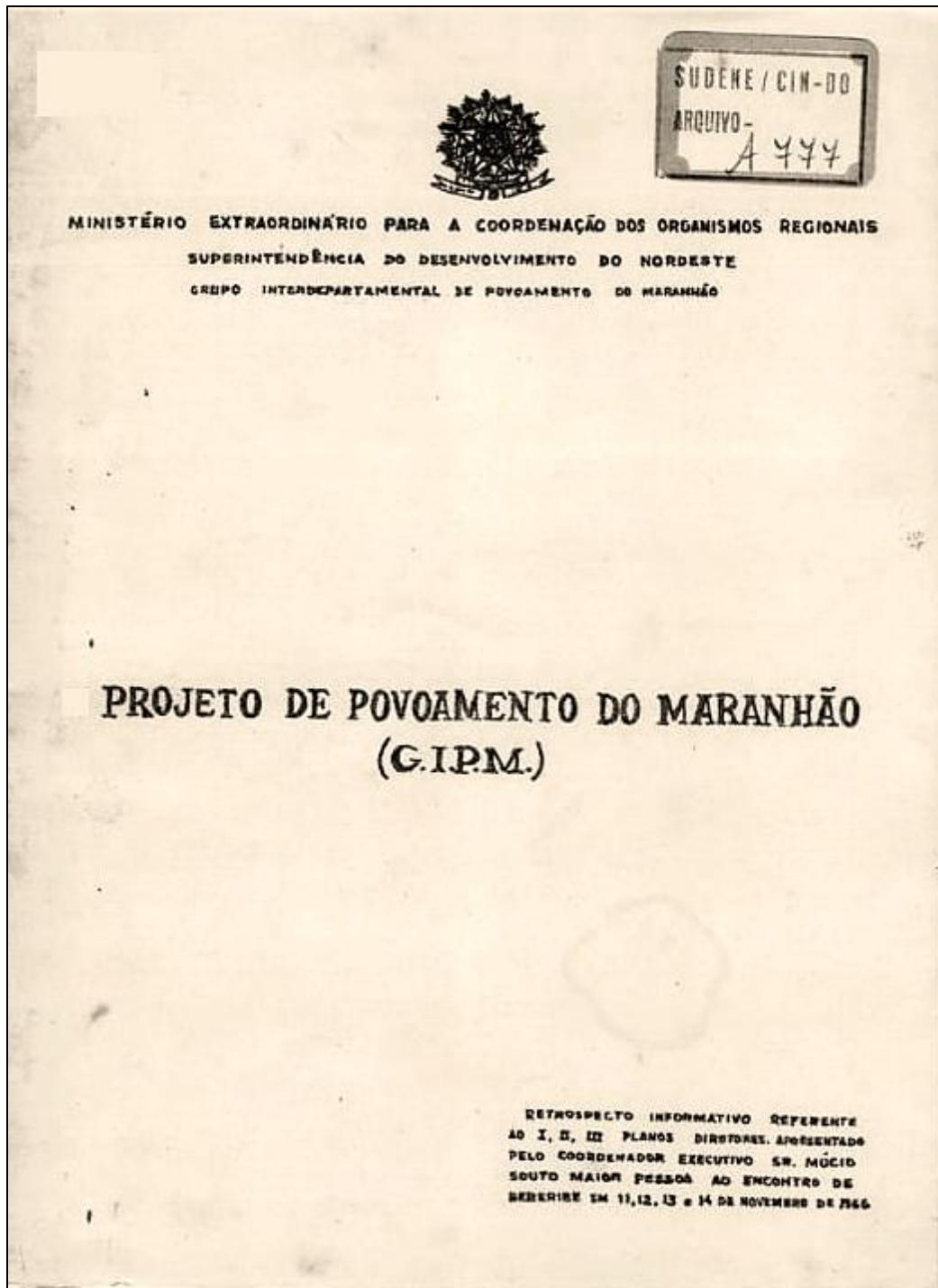
O Projeto de Povoamento do Maranhão e o trabalho da SUDENE

O Projeto de Povoamento do Maranhão (PPM) é o predecessor do Projeto de Colonização do Alto Turi (PCAT) e tem

suas origens na discussão sobre a colonização maranhense como parte de um plano de desenvolvimento para o Nordeste, trazidas pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, coordenado por Celso Furtado, no estudo intitulado “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”.

LIVRO: *O Nordeste e a saga da Sudene: 1958-1964*, de Celso Furtado, de 2009.

LIVRO: *A SUDENE e o projeto de povoamento da Amazônia maranhense: uma experiência instigante*, de Maria das Graças Corrêa de Oliveira, de 2012.



Recorte da capa do Projeto de Povoamento do Maranhão, o texto base da política pioneira de colonização para o oeste e o noroeste maranhense, desenvolvido pelo estado brasileiro e que precede aquilo que posteriormente será o Projeto de Colonização do Alto Turi.

Fonte: Brasil (1966)
Adaptado por
Martinho (2021)

Operação Nordeste é o nome dado ao documento produzido por Celso Furtado e o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) com informações sobre a real situação do Nordeste do Brasil e com orientações acerca de possíveis ações a serem desenvolvidas nesta região para a diminuição das problemas que a afetava.

O Plano de Metas foi um programa voltado a industrialização e modernização desenvolvido pelo governo de Juscelino Kubitschek, que possuía um ambicioso conjunto de trinta objetivos, organizados em cinco setores e com direcionados a produção de energia, ao transporte, a indústria, a educação e a alimentação.

O estudo “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste” é apresentado em 1959, na mesma cerimônia em que Juscelino Kubitschek se reúne com parlamentares, ministros, governadores do Nordeste e dom Helder Câmara para o lançamento da **Operação Nordeste** – caracterizada por Juscelino como a “Meta 31”, do seu **Plano de Metas** para o Brasil – uma nova política de governo destinada a esta região.

Ali também é dado o pontapé inicial para a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com o encaminhamento ao congresso de projeto de lei para a criação dessa nova agência, fato que se efetiva pelo estabelecimento da Lei Nº3.692 de 15 de dezembro de 1959.

DIRETO DA FONTE

O processo de criação da SUDENE e sua relação com a Operação Nordeste é evidenciado por Rosa Freire d’Aguiar Furtado no texto introdutório “A batalha da Sudene” do livro “O Nordeste e a Saga da Sudene: 1958-1964” de Celso Furtado, traz que:

No 17 de fevereiro de 1959, no salão do Palácio do Catete, parlamentares, ministros, governadores do Nordeste e dom Hélder Câmara, sentaram-se em torno de uma grande mesa tendo, um em cada cabeceira, o presidente Juscelino Kubitschek e Celso Furtado. Era o lançamento da Operação Nordeste, a nova política que o governo implementaria na "região problema" onde a seca, no ano anterior, deixara meio milhão de flagelados. [...], a Meta 31, como foi chamada a Operação, [...]. Na cerimônia do Catete, o presidente também assinou mensagem ao congresso encaminhando projeto de lei para criação da nova agência, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, e um decreto instituindo o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, que, com sede no Recife, implementaria a nova política enquanto a lei não fosse aprovada. A frente dos dois órgãos - o Condeneo, até fins de 1959, e em seguida a Sudene, até o golpe militar de março de 1964 -, Celso Furtado.

FURTADO, Rosa Freire d’Aguiar. Introdução - A batalha da Sudene. In.: FURTADO, Celso. **O Nordeste e a Saga da Sudene: 1958-1964**. Rio de Janeiro. Contraponto. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009, p. 7.

Inicialmente constituída como autarquia subordinada diretamente à Presidência da República, sob o comando de Celso Furtado, a SUDENE se caracteriza como parte fundamental da Operação Nordeste, uma política de intervenção sobre o Nordeste, criado pelo governo de Juscelino Kubitschek, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região.

É percebendo a impossibilidade de absorção de toda a mão-de-obra disponível na região, especialmente nos campos, e com o intuito prover meios para a ocupação desse excedente, sobretudo no aumento da produção de alimentos, cada vez mais necessária, que a ideia de ampliação da fronteira agrícola ganha força, pela incorporação, a economia regional, das áreas ainda ausentes, caracterizados pelos vales úmidos devolutos do Maranhão e da Bahia.

Todavia, no livro “Elegia para uma Re(li)gião”, de 1993, Francisco de Oliveira ao refletir sobre o esforço intervencionista do Estado no processo de criação da SUDENE, afirma que este se dá muito em função do aumento dos conflitos de classes recorrentes na região e como tentativa de superação desses conflitos, além da difusão das formas de valorização do capital vigentes no centro-sul para o Nordeste, a partir do poder do Estado.

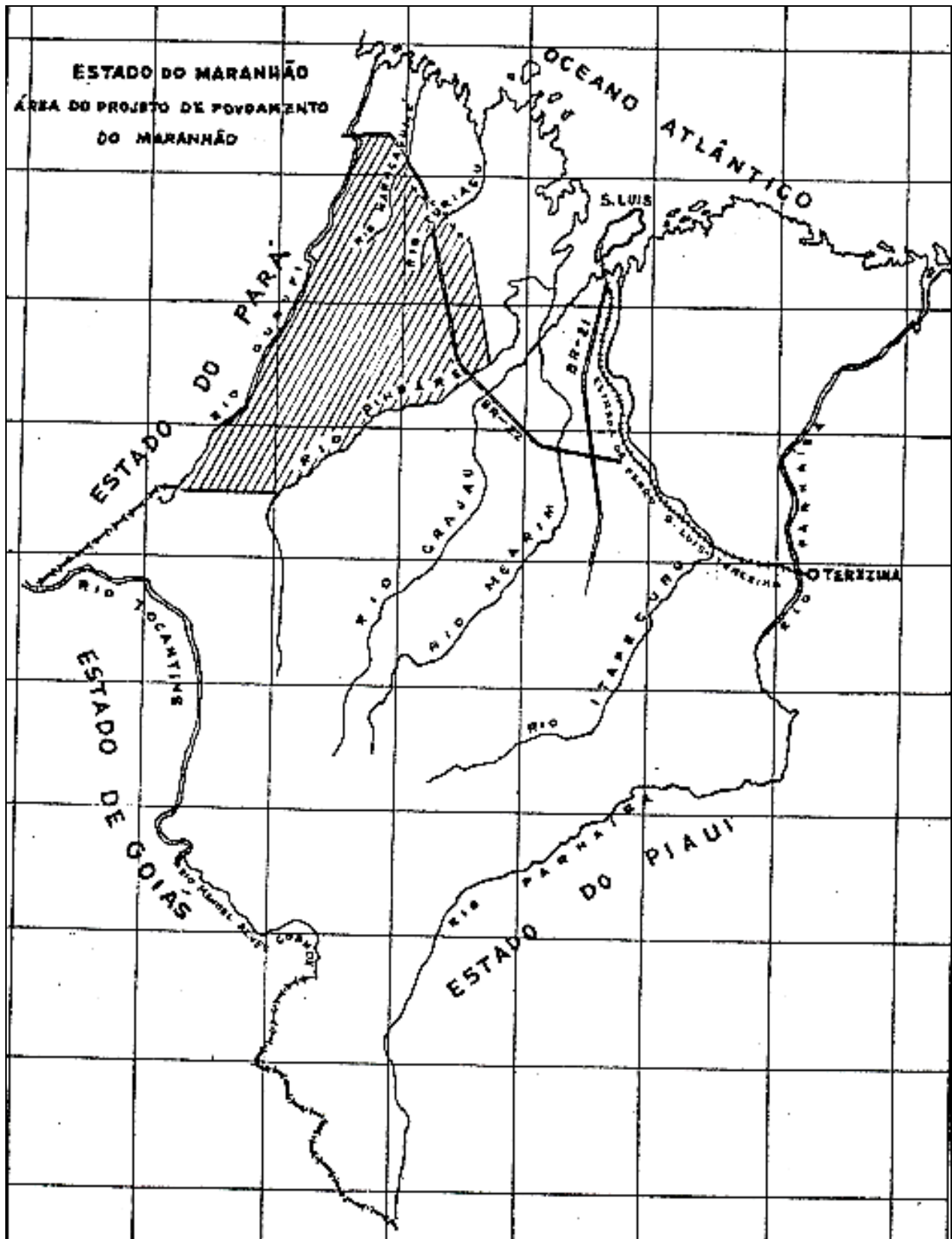
Em relação a política de expansão da fronteira agrícola no Maranhão, cabe aqui dizer que tanto a existência de uma estrada já em construção, a BR-22, que serviria para o escoamento, quanto o fluxo migratório já existentes em direção aos vales deste estado, serão fatores que favoreceram esse processo. Nesse contexto, a SUDENE escolhe como espaço para a implementação do projeto, uma extensa área situada no noroeste do Maranhão, que já vivenciava um fluxo migratório espontâneo e foi reservada pelo governo deste estado.

APROFUNDANDO OS CONHECIMENTOS

DOCUMENTÁRIO:
Sudene: 60 anos de desenvolvimento regional, da Sudene, de 2019.

VÍDEO: *O pensamento e legado de Celso Furtado | Especiais, da TV UERJ, de 2020.*

DOCUMENTO: *Projeto Povoamento do Maranhão (G.I.P.M.), do Ministério do Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais – SUDENE - de 1966.*



Mapa do Maranhão com destaque para a localização e área de abrangência do que deveria se caracterizar como o Projeto de Povoamento do Maranhão, que ali, estaria sobre a responsabilidade da SUDENE. No mapa é possível observar também o traçado daquilo que seria a BR-22, hoje BR-316.

Fonte: Brasil (1966).

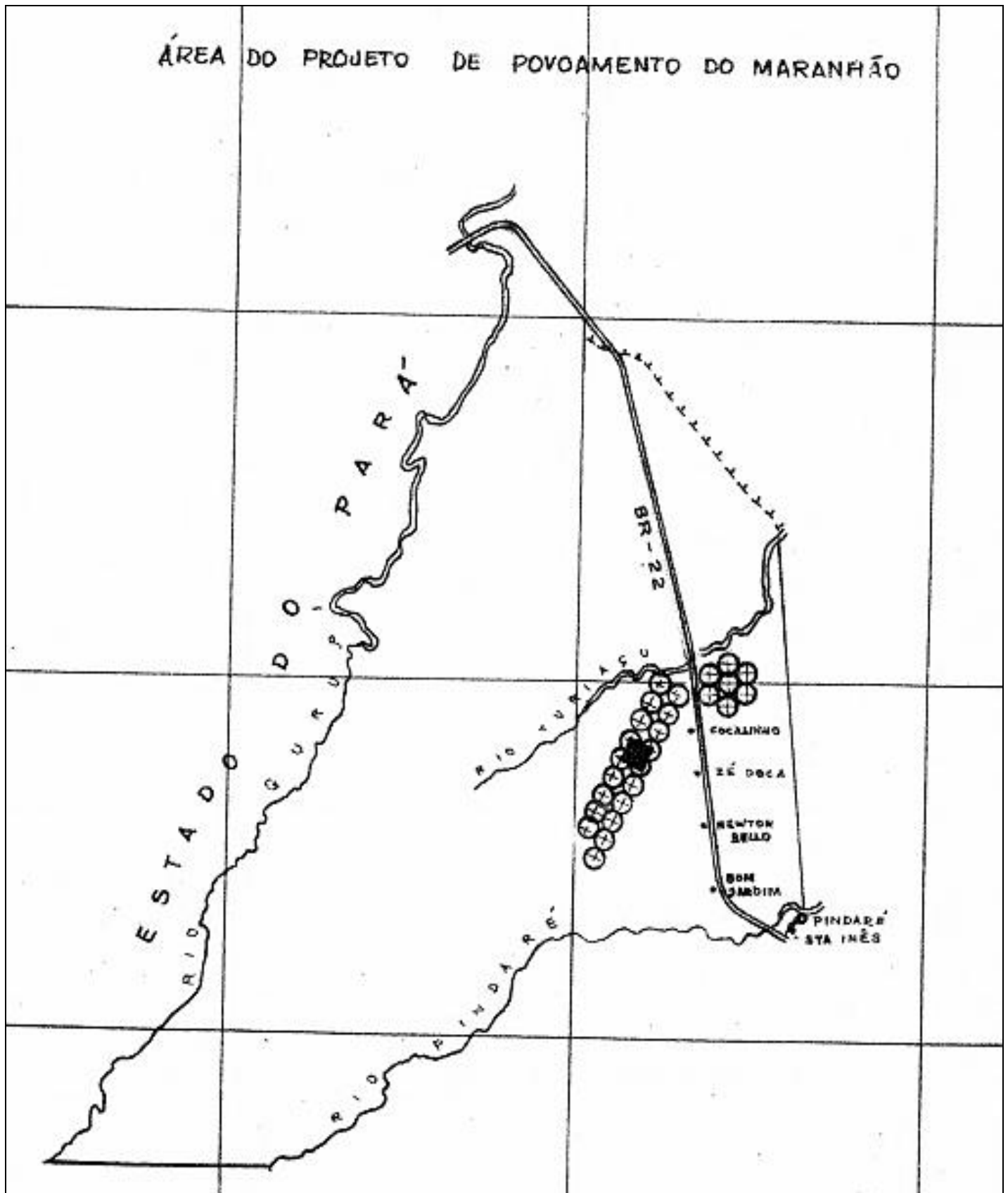
Acerca desse processo de escolha, cabe dizer que, o I Plano Diretor da SUDENE, trazia consigo a proposta de instauração de um processo de colonização nas “áreas ausentes” do nordeste brasileiro. Neste contexto, as alternativas que emergem e ganham força são o sul do estado da Bahia, o sul do Maranhão - a região de Balsas - e também noroeste deste estado.

Aqui em função da necessidade de desapropriações de terras, um processo que seria geraria altos custos política e financeiramente, as áreas ao sul do Maranhão e da Bahia são consideráveis. Por sua vez, as terras úmidas da Pré-Amazônia Maranhense, que concentrava 40% de terras públicas disponíveis, se caracterizou como um espaço bastante atrativo.

No Maranhão essa política tem início como o Grupo de Povoamento do Maranhão (GPM), ligado ao Departamento de Política Agrícola e Agrária (DPAA), que é posteriormente transformado no Projeto de Povoamento do Maranhão (PPM).

Essa área é delimitada de um lado pelo rio Pindaré, em trecho que vai de Pindaré-Mirim até o encontro deste rio com o paralelo 4° 23' Sul. Daí, no sentido oeste, vai seguindo o mesmo paralelo até o encontro com o Rio Gurupi. Deste rio, seguindo para o Norte, vai até o encontro com a então BR-22, hoje BR-316. Deste ponto segue até Maracaçumé, em continuidade pela linha do telégrafo nacional, vai até Curva Grande e de lá, por uma linha reta e seca, vai até Pindaré Mirim.

A área reservada para o projeto e entendida como detentora das características exigidas para o projeto de colonização preconizado, que corresponde a boa parte da região Pré-Amazônica situada no Estado do Maranhão e abrange aproximadamente 30.065 km² ou algo em torno de três milhões de hectares.



Recorte dos limites da Área do Projeto de Povoamento do Maranhão, situado no noroeste deste estado e de responsabilidade da SUDENE, esse é caracterizado como o projeto predecessor do Projeto de Colonização do Alto Turi (PCAT). Ai também é possível notar o traçado da BR-22, os nucleamentos em círculos e a existência de alguns lugarejos, entres os quais estavam Zé Doca.

Fonte: SUDENE (1966).

Em 1961, com a elaboração do I Plano Diretor da SUDENE é instituído o Projeto de Povoamento do Maranhão, com o objetivo de expansão da produção de alimentos para o atendimento da demanda em potencial das áreas urbano-industriais nordestinas, o aumento e a melhoria qualitativa da produção de matéria-prima para o mercado interior, a ocupação dos excedentes da força de trabalho das zonas semiáridas do Nordeste e a criação de condições para desenvolvimento de atividades econômicas estáveis, de base agroindustrial, nas novas áreas de povoamento. Deste modo, o PPM estabelece também a ideia da família como a unidade básica, econômica e social, que viveria em sua própria casa e trabalharia com suas próprias terras.

DIRETO DA FONTE

A expansão da fronteira agrícola como diretriz geral I Plano Diretor da SUDENE e as metas do PPM, são evidenciadas em “O Projeto de Colonização do Alto Turi” de 1972.

“Dentre as diretrizes gerais da política de desenvolvimento regional estabelecidas pelo I Plano Diretor da SUDENE (1960/1961), uma foi postulada em termos de deslocamento da fronteira agrícola visando incorporar a economia da região as terras úmidas do sul da Bahia e do Maranhão. Instituiu-se então o PPM (Projeto de Povoamento do Maranhão), que elaborou um documento em que se detalhavam metas, tais como: a) expandir a produção de alimentos na forma sugerida pela demanda potencial das áreas urbano-industriais nordestinas; b) incrementar e melhorar qualitativamente a produção das matérias primas para o mercado interno; c) ocupar em níveis mais altos de produtividade os excedentes da força de trabalho das zonas semi-áridas; d) criar condições, nas áreas de povoamento novo, para uma atividade econômica estável, de base agro industrial. A unidade econômica e social básica seria a família, vivendo em sua própria casa e trabalhando suas próprias terras.”

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **O Projeto de Colonização do Alto Turi (Maranhão)**. Recife, p. 39.

Não obstante, em sua redação inicial, de 1960, o I Plano Diretor previa também a implementação de 25 mil habitantes na área. Já em 1961, no processo de execução desse plano, quando se elabora definitivamente o projeto de povoamento, instituindo a meta de 25 mil famílias, a serem estabelecidas em parcelas anuais de 5 mil, se inicia a implementação da estrutura de apoio.

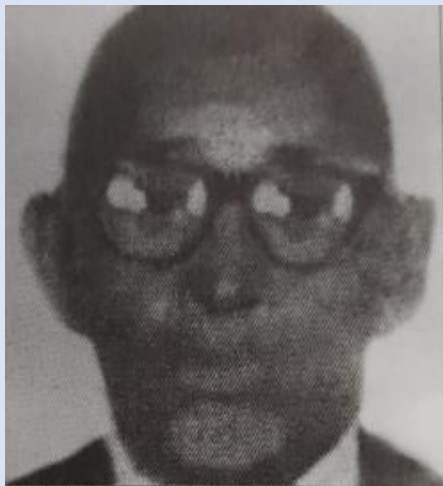
A curto prazo o projeto previa a prevalência de uma agricultura de subsistência, enquanto que a médio e longo prazo, o desenvolvimento de atividades industriais semipermanentes ou permanentes. Além disso, era previsto também o aproveitamento da madeira proveniente da floresta, retirada quando da implementação dos lotes, por sua vez estruturados em 50 hectares e divididos em grupos comunitários de 50 lotes.

Neste contexto, o processo de colonização do noroeste maranhense, orientado pela SUDENE, se inicia nas áreas de florestas primárias ainda remanescentes em Zé Doca e seus entornos, onde a picada que antecede a BR-316 já era em boa parte ocupada pela colonização espontânea.

É em julho de 1962 que o primeiro agrupamento de técnicos da SUDENE, que integravam o Grupo Interdepartamental de Povoamento do Maranhão (GIPM) e que mais tarde constituiriam o Projeto de Colonização do Alto Turi, se deslocam para o noroeste maranhense, se instalando primeiramente em Pindaré Mirim e somente um ano depois dentro da área do Projeto, constituindo escritórios em Zé Doca e em Alto Turi, as margens da picada da BR-316.

No processo de estabelecimento de suas bases no então Centro do Zé Doca, cabe aqui dizer, que um personagem local tem significativa importância para aceitação desta instituição pela comunidade deste lugarejo, o senhor Silvestre Fernandes Rocha.

Silvestre Fernandes Rocha, pioneirismo e liderança



Na década de 1960, quando haviam poucos povoados na região do Alto Turi, que no geral se situavam as margens da vereda do que no futuro daria espaço a BR-316, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), chega a região, com intuito de desenvolver uma política de povoamento para essa área, que será denominada ali de Projeto de Povoamento do Maranhão (PPM). Em alguns povoados na região a SUDENE encontra certa resistência, mas no vilarejo de nome Centro do Zé Doca essa instituição encontra homens dispostos a colaborar com projeto, dentre esses está o senhor Silvestre Fernandes Rocha, um dos primeiros habitantes da localidade.

Oriundo do Piauí, Silvestre Rocha chega a Zé Doca junto as primeiras levas de migrantes e se notabiliza como uma das lideranças locais, se destacando por sua disposição em sempre ajudar o próximo e a comunidade, e sua sensatez em concordar com ações que pudessem viabilizar o desenvolvimento local, como foi com a implementação da SUDENE em Zé Doca e com o desenvolvimento do PPM, em que não mediu esforços, tanto para o convencimento da comunidade acerca da aceitação dessas ações, como para que as mesmas se concretizassem, se caracterizando assim como um elo forte entre a comunidade da localidade e a equipe da SUDENE.

Em uma época em que o respeito e o reconhecimento da comunidade poderiam dar a um determinado membro de uma localidade o status de uma autoridade do lugar, Silvestre Fernandes é reconhecido como uma das primeiras autoridades no Centro do Zé Doca, o que lhe faz ser lembrado como um dos primeiros delegados do Centro do Zé Doca.

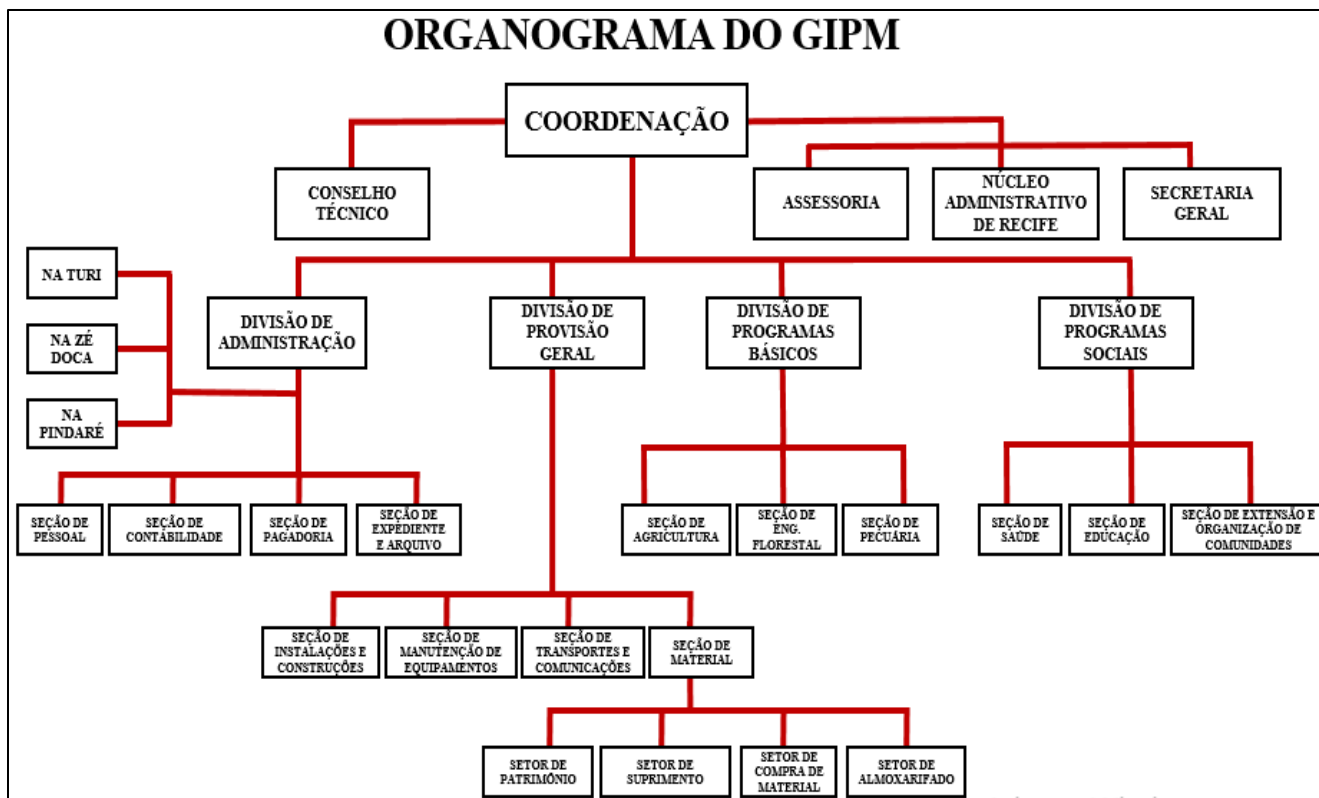
Orientado e assessorado das assistentes sociais Dra. Carmem e Dra. Socorro, Silvestre Rocha se une a alguns outros companheiros e fundam o Centro Social de Zé Doca, que depois se tornaria a União Progressista dos moradores de Zé Doca (UPM), uma instituição que tinha como finalidade o desenvolvimento de ações sociais para a comunidade.

Conta-se que Silvestre Rocha era tão empolgado e se sentia tão próximo a SUDENE e de seu projeto de colonização, que por vezes se referia ao patrimônio da instituição como seu ou da comunidade. Em virtude de seus inúmeros trabalhos prestados à comunidade zedoquense, Silvestre Fernandes Rocha possui em sua homenagem uma escola, situada na situada na Vila Barroso, a Escola Municipal Silvestre Fernandes Rocha.

Nesse processo, diversos são os problemas com os quais esses técnicos se deparam, sobretudo, ligados a comunicação na área, haja vista a insuficiência de estradas e o desconhecimento da realidade do espaço, sobre a qual recaía a própria situação populacional, uma vez que a ideia que se tinha em relação a este espaço era a de terras virgens, desabitadas e devolutas, isto é, não possuía uma população previamente instalada, muito embora, já em 1962, esse área, que compreendia um total de 30.000 Km², possuía 45.181 habitantes, em maioria posseiros e colonos espontâneos.

Entre outros problemas que o GIPM vai enfrentar no seu processo de instalação na área pretendida para o projeto destacam-se a falta de uma organicidade do projeto e a insuficiência de recursos destinados à ou pela SUDENE.

ORGANOGRAMA DO GIPM



Organograma do Grupo Interdepartamental de Povoamento do Maranhão, o GIPM, responsáveis pela tentativa de implementação do Projeto de Povoamento do Maranhão, no qual é possível perceber que toda a estrutura tem como base uma coordenação e é dividida em conselhos, núcleos, seções e setores e, estruturados no sentido de viabilizar uma ação mais eficiente.

Fonte: Brasil (1966) adaptado por Martinho (2022).

O período entre os anos de 1962 e 1965 são, por sua vez, dedicados a um processo preliminar de estudos e conhecimento da área do noroeste maranhense, com o intuito especial da formação de uma estratégia viável e consistente, que fosse capaz de considerar os diversos fatores da época, para a implantação do Projeto de Colonização do Alto Turi (PCAT), de acordo com as intenções originais do PPM. Muito embora, já em 1964, na área de Zé Doca, começasse a funcionar as primeiras aldeias agrícolas planejadas.

Um ponto importante a ser aqui citado é que após 1965 o Grupo Interdepartamental de Povoamento do Maranhão (GIPM), ligado a SUDENE e órgão executivo do Projeto de Povoamento Maranhão (PPM), ganha nova denominação, passando a ser

denominado de Projeto Piloto de Colonização do Alto Turi, o PCAT, que tem como grande desafio o controle da crescente invasão das terras por migrantes espontâneos.

No ano de 1966, o Terceiro Plano diretor da SUDENE reconhece as dificuldades existentes e adia a Colonização Dirigida, considerando assim o projeto como experimental e direcionando suas atividades prioritariamente para a pesquisa dos universos econômico e social do Alto Turi.

Embora a falta de continuidade no apoio financeiro, político e logístico tenha prejudicado as políticas de povoamento desenvolvidas pela SUDENE em relação ao noroeste maranhense, a reprogramação do projeto permite que em 1968, já com informações mais contundentes sobre a área pensada à colonização, fosse declarada viável a implantação do projeto na referida área, que inclusive já contava com experiências anteriores de assentamentos.

Assim, a partir de 1967, inicia-se uma nova etapa, com o planejamento físico da Colonização Dirigida no Alto Turi, na qual são realizadas as demarcações dos núcleos circulares, cada um constituído por 50 lotes de 50 hectares reproduzir seguindo assim o modelo de colonização de Israel.

Ali, até o ano de 1972 são instaladas 875 famílias, que possuem como principal atividade econômica a produção do arroz. Esses primeiros assentamentos encontram-se situados na Subárea I do Projeto, nos arredores do Centro do Zé Doca, sede na coordenação do PCAT.

Entre os anos de 1967 e 1970, a SUDENE realiza na área um intenso trabalho de pesquisa e de desenvolvimento de infraestrutura e serviços, entre os quais estão a criação de escolas e de hospitais de emergência, a ampliação dos serviços de extensão rural de ação comunitária, a criação da Cooperativa Mista do Alto Turi (COMALTA), o estabelecimento de um sistema de radiocomunicação com a capital maranhense – São Luís –, a abertura das primeiras estradas vicinais para interligação entre os núcleos, a aquisição de veículos e máquinas agrícolas de grande porte, a

implementação de serrarias e unidades de beneficiamento de arroz, a construção do núcleo habitacional dos seus técnicos, a perfuração de poços, o levantamento dos recursos naturais, o desenvolvimento de estudos agroindustriais, de mercado, de experiências agrícolas e pecuárias.

Aqui é importante citar que até o ano de 1972, embora o Projeto de Povoamento do Maranhão vislumbra-se uma área que abrangesse boa parte da Amazônia Maranhense, as operações desse projeto concentram-se principalmente ao sul do Rio Turiçu, na Área de Zé Doca, com 2080 km² e que apresentava 15 núcleos com 875 famílias implantadas sob controle. Concomitantemente desenvolve-se tentativas de reorganização de um espaço de 1500 km² com 12 mil famílias de colonos espontâneos que se estabelecem ao longo da BR-316.

Em fins de 1968, a partir de visita de missão composta de técnicos da Organização Internacional de Agricultura e Saúde (FAO), do Banco Mundial (BIRD), essas instituições exprimem interesse em financiamento de uma área nova ou uma área virgem, extensão entre 200 a 300 mil hectares. É assim que, a partir do relatório produzido por essa missão surge a indicação do PCAT como suscetível a ser contemplado.

Já em 1969, através de convênio firmado entre o governo brasileiro – representado pela SUDENE – e o governo britânico, contrata-se o escritório de consultoria *Hunting Technical Services Limited*, que ao visitarem o Alto Turi, no episódio conhecido como Missão Inglesa, desenvolvem estudos entre 1970 e 1971 e um relatório com um planejamento econômico para uma colonização que envolvesse não somente os colonos nucleados – os ditos dirigidos –, mas também os colonos espontâneos. No processo de implementação do novo projeto, como financiador do projeto, o Banco Mundial, exige a criação da Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE), uma empresa de economia mista, com sede em São Luís e que seria subsidiária da SUDENE.

A COLONE iniciaria suas atividades em 1972 incorporando o acervo físico e técnico montado pela SUDENE em dez anos de trabalho e as 875 famílias já assentada nos núcleos circulares. Esta empresa teria entre seus principais acionistas a própria SUDENE, o Banco do Nordeste e o Governo do Estado do Maranhão. A participação deste Estado como acionista se deve ao fato da incorporação ao patrimônio da COLONE das terras do projeto, que perfaziam um total de 939.000 hectares ou uma área de 9.390 km². Ali, prepara-se então o projeto de assentamento para até 1976 teria assentado 5000 famílias em uma primeira etapa.

Aqui cabe dizer que, as terras do novo projeto correspondiam acerca de um terço da área originalmente pensada pelo Projeto de Povoamento do Maranhão. Os outros dois terços do PPM não abarcadas pelo PCAT, se destinariam a composição de reservas indígenas e a ocupação por pequenos produtores posseiros ou por grandes latifundiários.

Nesse contexto, o primeiro modelo de comunidade agrícola núcleo rural foi o Circular Radial, que se apresentava dividido em 50 setores de raio de 2800 m com uma parte central, também em formato de círculo, de 400 m de diâmetro e prestador de serviços da pequena comunidade constituída.

Ao longo dos mais de 14 anos entre a criação e a atuação da SUDENE e a idealização e realização Projeto de Povoamento do Maranhão, destacam-se como principais eventos: a escolha da área; a aprovação do I Plano Diretor; a elaboração de um projeto global de povoamento do noroeste do Maranhão; a redefinição do dimensionamento do projeto; a instalação das equipes técnicas e de uma estrutura de apoio na área; a implementação e o desenvolvimento do projeto de colonização na Área Zé Doca; a elaboração de estudos de viabilidade do PCAT (Novo Projeto) e a criação da Companhia de Colonização do Nordeste, a COLONE.

DISCRIMINAÇÃO	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72
PRINCIPAIS EVENTOS														
- Escolha da área	█													
- Aprovação do I Plano Diretor.			█											
- Elaboração de um projeto global de povoamento do Noroeste do MA			█	█										
- Redefinições quanto ao dimensionamento do projeto.					█	█								
- Instalação das equipes Técnicas e de uma estrutura de apoio na área.				█										
- Implantação e desenvolvimento do projeto de colonização na Área Ze Doca.						█	█	█	█	█	█	█	█	█
- Elaboração de Estudos de Viabilidade do PCAT (novo Projeto).												█	█	
- Criação da Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE - SUDENE).														█

Descrição das ações da SUDENE em prol da implementação do projeto de povoamento do Maranhão, no noroeste deste estado, desde a sua criação, em 1959, até 1972 quando a COLONE passa a atuar em parte da área, a partir de um novo projeto, o Projeto de Colonização do Alto Turi (PCAT).

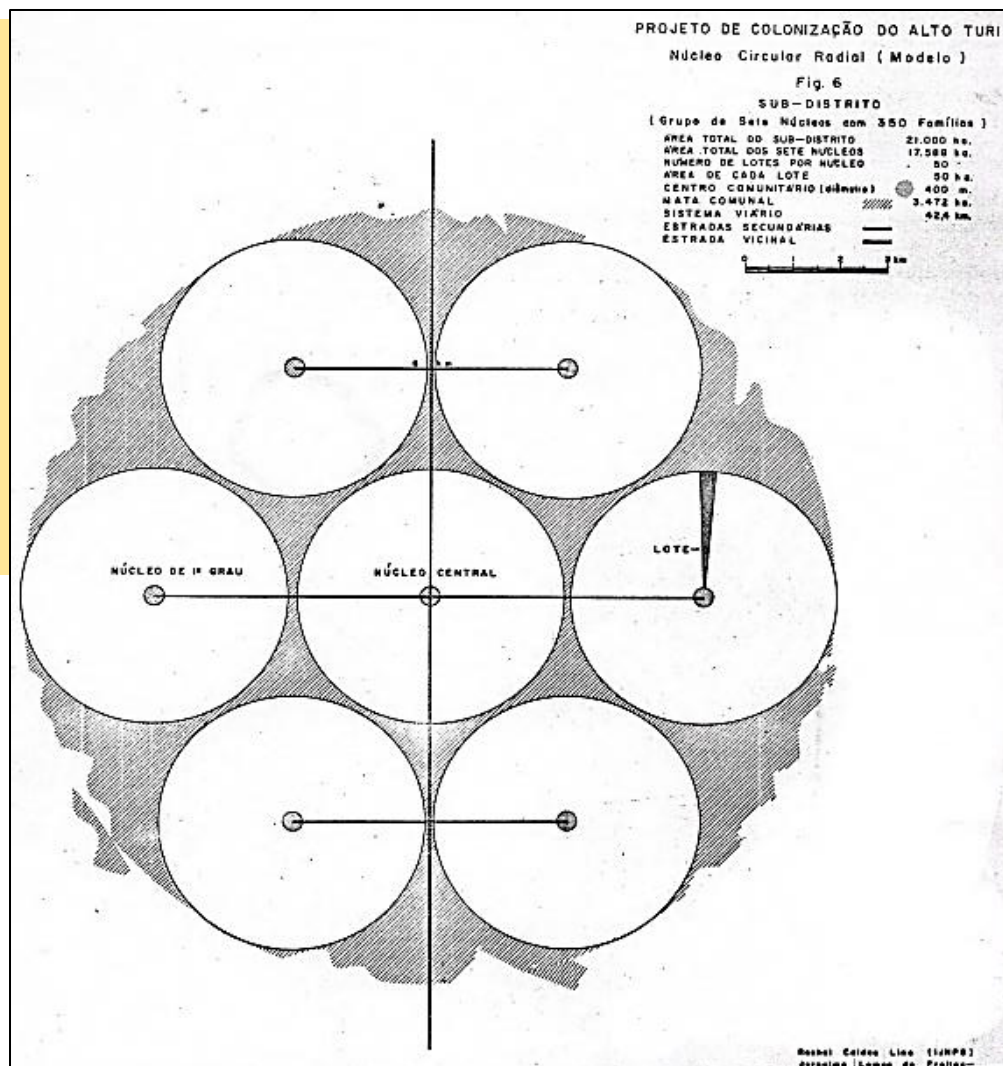
Fonte: Brasil (1966).

Organização espacial, trabalho e cotidiano dos colonos do PPM e do PCAT

Como já dito aqui, a organização do espaço no Projeto de Povoamento do Maranhão tinha como base estrutural as aldeias agrícolas, em que prevaleciam a agricultura de subsistência e onde a família, vivendo em sua própria casa e trabalhando em suas próprias terras, era tida como unidade econômica e social elementar

Nesse contexto, o primeiro modelo de comunidade agrícola ou núcleo rural – como também eram definidas essas unidades básicas de organização espacial – foi o Circular Radial, que se dividia em 50 setores, cada um com um raio de 2800 m, e uma parte central, também em formato de círculo, de 400 m de diâmetro e que servia como espaço para a prestação de serviços a pequena comunidade constituída.

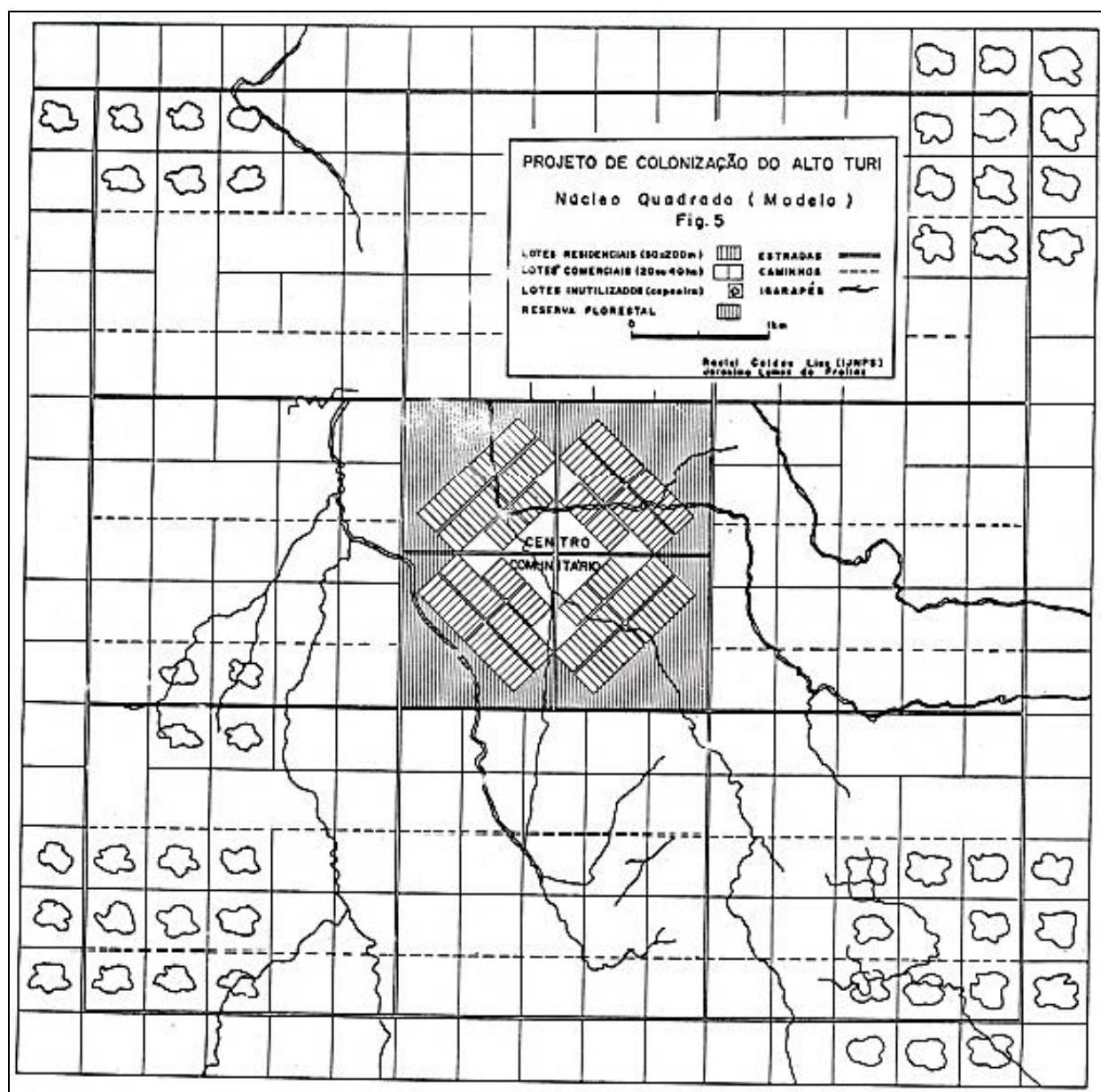
Exemplificação da organização dos modelos de núcleos circulares, que o Projeto de Povoamento do Maranhão (PPM) inicia a implementação no Alto Turi e que o Projeto de Colonização do Alto Turi também usará como base para nuclear seus colonos.



Fonte: Brasil (1972).

Ali cada setor representava um lote, que era dividido em 30 hectares a serem destinados ao cultivo e 20 hectares para a reserva florestal do próprio lote. Não obstante, nos intervalos entre os núcleos circulares e nas suas periferias existia um conjunto de florestas definidas como comunitárias.

Outra forma de organização experimentada pela SUDENE é a do núcleo quadrado, com lotes agrupados em forma de uma rede retangular, no qual no centro geométrico dos núcleos havia um quadrado de 25 hectares, destinado a serviços e cercado de lotes residenciais de um hectare, no qual cada colono tem sua casa e é induzido ao cultivo de um pomar doméstico.



Fonte: Avaliação setorial(Finanças), M. S. M., 1968; Controle Orçamento DDA/SUDENE, 1972.

Modelo de núcleo quadrado que a SUDENE, através do projeto de povoamento do Maranhão tentará implementar no Alto Turi e que também será tomado como base pelo Projeto de Colonização do Alto Turi, para o processo de nucleamento de seus colonos.

Cada um dos lotes dos núcleos quadrados apresentavam um total de 40 hectares, com distâncias distintas do centro comunitário. Atravessando esses núcleos existe ali um traçado de estrada, que permitia o deslocamento dos moradores pelo núcleo, o acesso aos lotes e a ligação entre esses lotes e o centro comunitário.

Aqui é importante citar que um dos problemas enfrentados pelos lotes, tanto de núcleos circulares quanto de núcleos quadrados,

era a presença de solos úmidos, encharcados, de elevada acidez e dureza ou pobres em nutrientes orgânicos. Fato este que se dá muito em função do estabelecimento desses lotes à revelia, sem os devidos estudos prévios de topografia, pedologia e hidrologia.

DIRETO DA FONTE

A problemática dos lotes inúteis, cobertos por capoeirões, é trazido em “O Projeto de Colonização do Alto Turi”, de 1972, que expõe:

“[...] tanto o núcleo quadrado (A₁) quanto os circulares tiveram sua localização determinada à revelia de prévios levantamentos topográficos, pedológicos e hidrológicos. Disso resulta que, de modo especial no núcleo A₁, muitos lotes corresponderam a solos hidromórficos inundáveis, à margem dos igarapés, e outras áreas com dominância de couraças lateríticas imediatamente expostas pelo desmatamento. A representação, [...], de vários lotes inúteis, cobertos pela capoeira, ilustra outras tantas frustrações, nesse particular, da localização arbitrária dos modelos.”

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. *O Projeto de Colonização do Alto Turi (Maranhão)*. Recife, 1972, p. 51.

No Alto Turi, as áreas de abrangência do projeto, encontram-se situadas nas proximidades do então Centro do Zé Doca, ao longo da BR-316. A oeste da BR-316 são constituídos um conjunto de três núcleos circulares, possuidores de 150 famílias e denominados de Bb, G1 e G2, um núcleo quadrado com 200 famílias denominado A1 e conjunto de cinco núcleos circulares com 250 famílias, denominados Ad, Cc, Cs, Eldorado e 5. A leste dessa rodovia, por sua vez, são formados um núcleo circular com 25 famílias, denominado de Paxiúba e um conjunto de cinco núcleos circulares, com 250 famílias, denominados de 7, 8, 9, 12 e 13. Esses núcleos hoje se distribuem entre os territórios de Zé Doca, Pedro do Rosário e de Araganã se caracterizando como povoados desses municípios.

Nos centros comunitários desses núcleos, com o intuito de dar suporte a população ali presente, são instituídos: um Centro social; uma escola primária; um depósito de armazenamento da produção agrícola; uma praça de esportes; uma igreja e uma pequena área comercial.

A presença de toda uma estrutura montada em relação aos núcleos é evidenciada em “O Projeto de Colonização do Alto Turi”, de 1972, quando este afirma que:

“Em cada centro comunitário de qualquer desses núcleos foram demarcados um centro social, uma escola primária, um depósito para armazenamento da produção agrícola, uma praça de esportes, uma igreja e pequena área comercial, estando a maior parte já em funcionamento.”

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. *O Projeto de Colonização do Alto Turi (Maranhão)*. Recife, p. 52.

Esses núcleos estavam situados a uma distância de 15 a 48 Km do Centro do Zé Doca que, como já dito aqui, era sede administrativa do Projeto, e dispunha de uma infraestrutura bem sólida que englobava a sede da Cooperativa Mista do Alto Turi Limitada, a Unidade Mista de Saúde, escolas primárias e ginasiais, a estação experimental e um campo de pouso para aviões. Bem próximo a Zé Doca, a uma distância de 8 Km e também situada à margem da BR-316, o povoado Cocalinho, era outro que apresentava uma boa infraestrutura, no qual se destacavam o espaço de almoxarifado, oficinas, uma serraria, uma carpintaria e uma casa de força.

Aqui cabe dizer que, a partir de 1963, com a instalação da SUDENE em Zé Doca e de toda a infraestrutura implantada ali por essa superintendência, o lugarejo passa experimentar um crescimento econômico e populacional.

A iminência da construção da rodovia, a instalação da SUDENE no Centro do Zé Doca e a implantação de um projeto de colonização para as terras do Alto Turi, que necessitava de pessoas para a habitação dos núcleos e de mão de obra para as atividades de estruturação de Zé Doca e dos núcleos que se formam ao seu redor, estão entre os principais fatores de atração de pessoas em relação a esta localidade.

Por sua vez, o crescimento populacional deste lugarejo, aliado a chegada da SUDENE ali e o estabelecimento de toda uma infraestrutura voltada a dar suporte a esta superintendência e suas atividades no local, foram também fatores de influência para a implementação de uma rede comercial em Zé Doca, que visasse o atendimento da demanda local, a geração de emprego e renda ali, e a captação da produção local, não comercializada pelos colonos e posseiros, junto a COMALTA, a partir, sobretudo, do sistema de venda na folha ou a crédito. Esses fatores fizeram inclusive com que o comércio com o tempo se tornasse uma das atividades econômicas mais fortes do lugarejo.

Em vista de tudo isso, logo nos primeiros anos de sua existência, ainda na primeira metade da década de 1960, o Centro do Zé Doca passa a despontar como um dos principais lugarejos da Região do Alto Turi.



Vista parcial do então Centro do Zé Doca entre as décadas de 1960 e 1970, onde é possível perceber o traçado das primeiras ruas e parte da BR-316 que corta o lugarejo e será fundamental para o desenvolvimento desta localidade.

Fonte: Portal O Mará (2020).

No processo de exploração do lote o desmatamento, a limpeza e o preparo do solo serão ações fundamentais para o desenvolvimento de atividades econômicas, dentre as quais se destacam a agricultura de subsistência. Ali, a abertura de estradas

vicinais, que ligava os núcleos a BR-316 e, conseqüentemente, ao Centro do Zé Doca, onde eles poderiam negociar sua produção, foi uma ação importantíssima.

Aqui também cabe a reflexão sobre como, por vezes, o uso de equipamentos pesados para fins agrícola, acaba não sendo recomendado, muito em virtude da sua onerosidade e de sua capacidade de arruinar os solos, já em condições precárias.

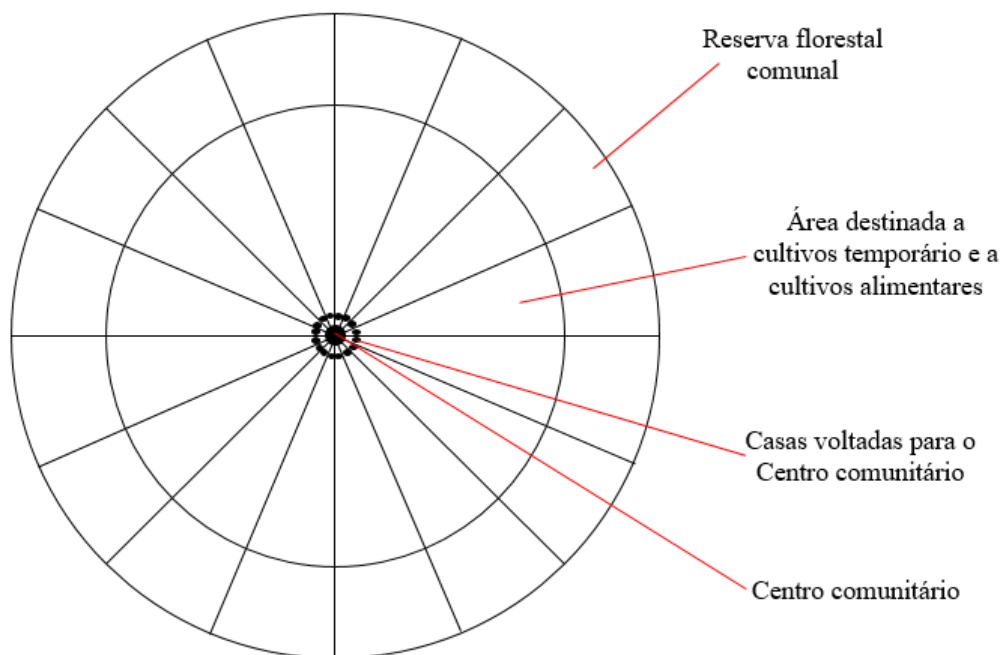
Em vista disso, nos trabalhos ligados ao campo, como a demarcação, a broca, a derrubada, a queima, o encoivamento e a própria queima da coivara, quer em matas ou capoeiras, passam serem realizados de forma manual, com emprego de uma significativa mão de obra.

Essa situação demandará de uma necessidade cada vez maior de mão de obra para o trabalho manual no campo, nas atividades de demarcação, broca, derrubada, queimada e encoivamento. Neste contexto, entre as situações possíveis pode se destacar o sistema de ajuda mútua existente entre os colonos, no qual eles se organizavam para a realização desses processos nos lotes, de forma alternada e de modo que um ajudasse o outro.

Além disso havia também a possibilidade de captação de mão de obra externa, a partir do pagamento de diárias e no qual o trabalhador que ali chega para ajudar nas atividades do campo, por vezes, passa a viver como agregado, sendo comum ser um parente do colono oriundo de outras regiões do Maranhão ou de outros estados do Nordeste.

Nos lotes, ganha destaque a perspectiva agroflorestal, na qual dos 50 hectares distribuídos por lote, 30 são destinados a lavoura e 20 ao extrativismo de madeiras. Ali cada lote é explorado por uma família que desmata entre 3 a 4 hectares por ano onde é feita sua capoeira, inicialmente, para o plantio, sobretudo, de arroz, milho, feijão e mandioca.

Exemplificação da estrutura e divisão do Modelo de Núcleo Circular, onde é possível notar uma parte reservada a preservação da floresta, uma área destinada a cultivos alimentares e cultivos temporários, um espaço para as residências dos colonos e o local dos centros comunitários.



Fonte: Oliveira (2012) adaptado por Martinho (2022)

Com a ideia do desenvolvimento de uma produção para o comércio, o projeto busca introduzir outras culturas nas práticas agrícolas dos núcleos, como a banana, o cacau, a seringueira, o dendê, o rami e a pimenta do reino. Além disso, incentiva as lavouras de subsistência voltadas à produção de mandioca, inhame, feijão, batata-doce, milho, arroz e leguminosas. Outra ideia trabalhada é a de divisão dos núcleos em atividades econômicas distintas. Assim, enquanto uns estariam voltados as práticas agrícolas outros explorariam a suinocultura, por exemplo.

Todavia, algumas dessas ideias ficam apenas no plano experimental, muito em virtude da falta de conhecimentos mais precisos sobre a realidade daquele espaço, especialmente no que concerne as condições climáticas, topográficas, pedológicas e hidrológicas do espaço. Assim, do planejado, somente o arroz é introduzido inicialmente para fins comerciais, seguido, posteriormente, do amendoim, do milho, da mandioca, da pimenta-do-reino e da fruticultura.

Acerca do plantio, uma característica importante das práticas desenvolvidas nas áreas do projeto é a do consórcio de culturas, no qual após a queimada, espera-se as primeiras chuvas para o plantio de arroz e milho. Ali, enquanto arroz é plantado com espaçamentos

desordenados, o milho apresenta-se distribuídos em covas que variam de 1 a 2 m e com linhas separadas entre 2 a 4 m. Neste contexto, outro modelo de consórcio comum é o do feijão com a mandioca.

Com intuito de melhoria do padrão alimentar, os colonos são incentivados ao plantio de hortas domésticas, no qual são introduzidas algumas hortaliças que facilmente se adaptam a região, são elas o tomate, o quiabo, a alface, o repolho de verão, a couve, a abóbora, a berinjela, o coentro, o maxixe, a cebola e outros.

A fruticultura é outra atividade econômica grande estímulo pelo projeto, ganhando destaque ali culturas como o caju, a jaca, o coco da Bahia, a manga, a banana, a laranja, a lima, o limão, o mamão, o sapoti, o jenipapo e o abacaxi.

Ainda em relação ao cultivo, por sua vez, outras culturas de destaque são o amendoim, introduzido nos lotes em 1967, com intuito de diversificar a lavoura e aumentar renda familiar, e a pimenta do reino, que é introduzida em 1966. Aqui cabe dizer também que, na criação de animais destacam-se a suinocultura e avicultura.

Contudo, o arroz era certamente o meio de dominante impacto na renda familiar, correspondendo algo entre 75 e 80% dessa renda. Os outros 20 ou 25% eram também impactados pelos produtos obtidos na lavoura, entre os quais estavam o amendoim, o milho, o feijão – caracterizado como principal produto da subsistência –, a pimenta do reino e a fruticultura, além da extração florestal e do tímido criatório de animais.

O abastecimento, a disponibilidade de crédito e a comercialização da produção agrícola era intermediado pela Cooperativa Mista Alto Turi Limitada (COMALTA). Neste contexto, cabia a COMALTA disponibilizar aos colonos associados os produtos de necessidade básica, como o querosene, o sal, o sabão, o fósforo, o óleo comestível, o açúcar e outros. Além disso era essa cooperativa quem também captava empréstimos junto aos bancos – entre eles o Banco do Estado do Maranhão, o Banco do Brasil e o

Banco do Nordeste – para o financiamento do plantio e da colheita dos colonos, que no geral era feita a partir da disponibilidade de 50% do valor das produções comerciais.

A comercialização da produção dos colonos era também feita através da COMALTA que, nos próprios depósitos existentes nos núcleos, recebia, por exemplo, produção de arroz e amendoim, retirava o valor do financiamento dado ao colono e pagava pelo excedente. Dali esses produtos eram transportados para uma usina de beneficiamento em Pindaré Mirim e, por seguinte, seguia o fluxo normal de comercialização.

Entre os anos de 1962 e 1972, o governo brasileiro, através da SUDENE, aplica um total demais de 29 milhões de cruzados no projeto, que tinham como finalidade desde ações de coordenação, administração e assessoramento, a organização e o desenvolvimento das comunidades.

ANO	CR\$
1962	330.3332 00
1963	849.709,00
1964	948.767,46
1965	2.047.390,98
1966	2.668,948,44
1967	3.527,107,35
1968	4.174.498,70
1969	3.644.248,00
1970	3.518.221,48
1971	4.988.358279
1972	2.688.378,86
TOTAL:	29.385.962,06

Dados sobre os valores investidos pelo governo brasileiro entre os anos de 1962 e 1972, em cruzeiros, expressos no Projeto de Colonização do Alto Turi.

Fonte: Brasil (1972) adaptado por Martinho (2022)

A BR-316 e o 2º Batalhão de Engenharia de Construção

No processo histórico de formação e desenvolvimento da cidade de Zé Doca e de muitos outros municípios situados na Região

FIQUE POR DENTRO

Segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), as rodovias podem ser classificadas em rodovias radiais – que nascem na Capital Federal e se deslocam em direção aos extremos do país –, longitudinais – que cortam o país no sentido norte-sul –, transversais – são aquelas que se deslocam pelo país no sentido leste-oeste –, **diagonais** – que se deslocam seja no sentido noroeste-sudeste ou no nordeste-sudoeste – e ainda as de ligação – que podem se deslocar em qualquer sentido e tem como finalidade realizar a ligação de uma rodovia a outra.

do Alto Turi, a BR-316 se caracteriza como uma estrutura fundamental e de considerável protagonismo.

Também denominada de Rodovia Capitão Pedro Teixeira, a BR-316, é uma **rodovia federal de caráter diagonal** que atravessa diversos estados da região Nordeste do Brasil, para interligar a cidade de Belém, no Estado do Pará, seu ponto inicial, a cidade de Maceió, no Estado de Alagoas, seu ponto final, segundo dados de IBGE de 1983. Neste contexto, a ideia de integração do Norte com o Nordeste brasileiro é um dos fatores que permeiam e objetivam o processo de construção da BR-316.



Detalhe da parte mais nordeste do Brasil, com ênfase para a divisão territorial dos estados desta região e destaque para o trajeto da BR-316 ao longo desta região, percorrendo e interligando os mais distintos Estados desta região, bem como ligando alguns Estados nordestinos a região Norte, uma vez que o trajeto da BR-316 vai desde a cidade de Maceió, Estado de Alagoas, a cidade de Belém, capital do Pará, já na região Norte do Estado.

Fonte: Wikipédia (1972).

Historicamente, o processo de construção da BR-316, se inicia com o projeto voltado ao desenvolvimento do país, criado e implementado por Juscelino Kubitschek em seu governo, que com o jargão “50 anos em 5”, que visava o progresso nacional através do Plano de Metas, privilegiando os setores de bens de consumo sofisticados, de bens intermediários e de infraestrutura.

Assim, a partir do Plano Nacional da Indústria Automobilística, de 1956, e da criação do Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), várias indústrias de automóveis passam a se implementar no país, o que influencia diretamente na necessidade de criação de novas rodovias.

Deste modo, com o intuito de atender essa nova demanda, o governo JK, através do GEIA, passa desenvolver uma política de abertura de novas estradas por todo território nacional, com destaque para BR-010 ou Rodovia Belém-Brasília – inaugurada em 1960, de caráter radial, ela liga a então capital Brasília a cidade de Belém, capital do Estado do Pará – e a Rodovia Capitão Pedro Teixeira, a BR-316.

Foto de Juscelino Kubitschek apresentando as principais estradas desenvolvidas ou a serem desenvolvidas pela Meta Rodoviária, um programa do governo deste estadista em que privilegiam e dão ênfase a construção de estradas pelo território brasileiro, como uma forma inclusive de incentivar a indústria automobilista neste país.



Fonte: Blog de Geografia (2022).

É neste contexto que essa rodovia surge, a priori como um trecho da BR-010, que interliga a cidade de Santa Maria do Pará (PA) a capital paraense Belém. Todavia, sua ampliação logo passaria a ser necessidade, tendo início no final da década de 1960, como o intuito de interligar o estado do Pará ao Maranhão.

Esse processo de construção da BR-316, tem como principal força de trabalho operários, que geralmente iniciavam as obras, realizando uma pré-limpeza das localidades e entornos que receberiam os trechos dessa rodovia, inclusive derrubando, a machado, muitas árvores que ali existiam, para que depois o maquinário chegasse e realizasse os serviços mais especializados, de limpeza, terraplanagem e pavimentação.



Foto de uma das etapas do processo de construção da BR-316 no noroeste do Maranhão, a terraplanagem, técnica construtiva voltada a cortar, retirar os excessos, aterrar, compactar e planificar um terreno, com o intuito de dar consistência e firmeza ao solo. Como mostra a imagem na construção do trecho da BR-316, há o uso de maquinário pesado, como o de compactação e raspagem.

Fonte: Brasil (2008).

Com a saída de Juscelino do governo e a posterior implementação do Regime Militar no país, este governo passa a dar continuidade ao projeto de integração nacional, e assim a BR-316 tem sua abrangência ampliada, passando a interligar o Estado do Pará aos diversos estados do Nordeste brasileiro, chegando até a cidade de Maceió, capital do Estado de Alagoas.

Aqui cabe dizer que, com o intuito de viabilizar condições mínimas a implementação do projeto de povoamento, a SUDENE em negociação junto a outras instituições públicas federais busca: a orientação no relacionamento com as etnias presentes na área do projeto, junto ao Serviço de Proteção dos Índios (SPI); a orientação para o enfrentamento às endemias locais, junto ao Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) – que inclusive dá nome ao principal hospital público do centro e da cidade de Zé Doca, o Hospital do

SESP – e ao Departamento Nacional de Endemias Rurais, essas duas ligadas ao Ministério da Saúde; o melhoramento do trecho da estrada Bacabal-Pindaré, junto ao DNER; e a construção da BR-316 até o Alto Turi, junto ao Pelotão de Engenharia do Exército, influenciando diretamente nesse processo de construção.

Imagem de trecho da BR-316 em construção, na qual é possível notar a placa com informações sobre o processo de construção desta rodovia, como o batalhão do exército responsável pela construção e a denominação da rodovia.



Fonte: Brasil (2008).

Neste sentido, entre as inúmeras contribuições dessa rodovia para a região do Alto Turi e, conseqüentemente, a própria cidade de Zé Doca, cabe enfatizar que, no próprio processo de escolha da Amazônia Maranhense pela SUDENE, para a implementação de um projeto de colonização, a BR-316, na época ainda em construção e denominada de BR-22, teve uma significativa influência. Assim também, o traçado que antecede da BR-22, posteriormente BR-316, será um ponto de referência para o afluxo de pessoas em relação ao Alto Turi, bem como para a implementação de inúmeros povoados, entre os quais estão o Centro do Zé Doca.

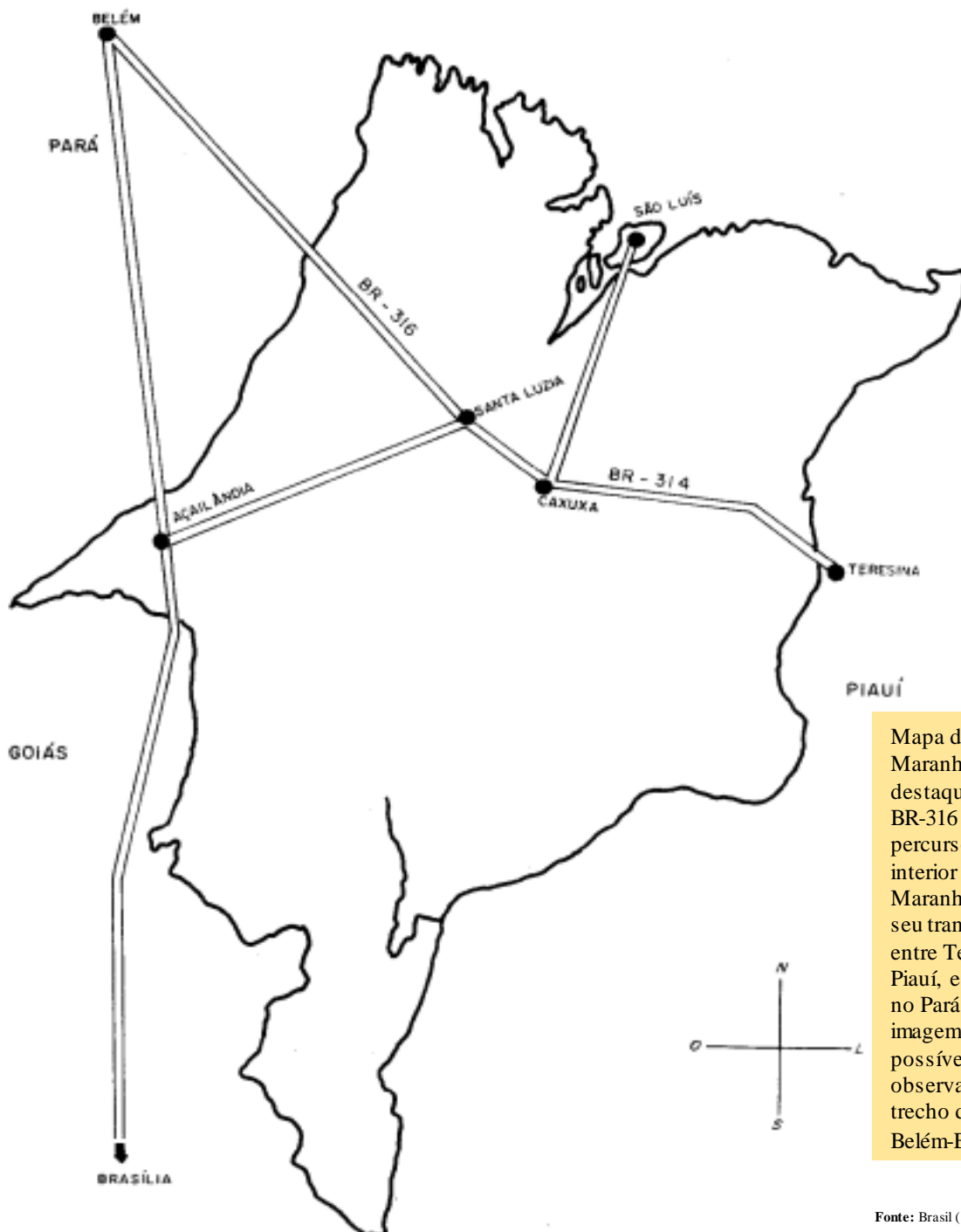
Aqui cabe ainda dizer que o processo de nucleação realizado pela SUDENE é também diretamente influenciado pelo traçado da BR, situado os rios Pindaré e Turiáçu, uma vez que ali, no sentido sudeste-noroeste, são constituídos em torno de 500 núcleos. Contudo, a relevância mais visível se associa ao fato de que a BR-316, ao longo da história do Alto Turi ou mesmo do próprio

APROFUNDANDO OS CONHECIMENTOS

DOCUMENTÁRIO: *Série BR-316: um desafio para homens e máquinas, da RBATV OFICIAL, de 2017.*

Maranhão, se caracteriza como uma importância via para o escoamento da produção local e o afluxo de pessoas para e pelo Alto Turi, sendo assim uma significativa via de ligação do Maranhão com o Pará.

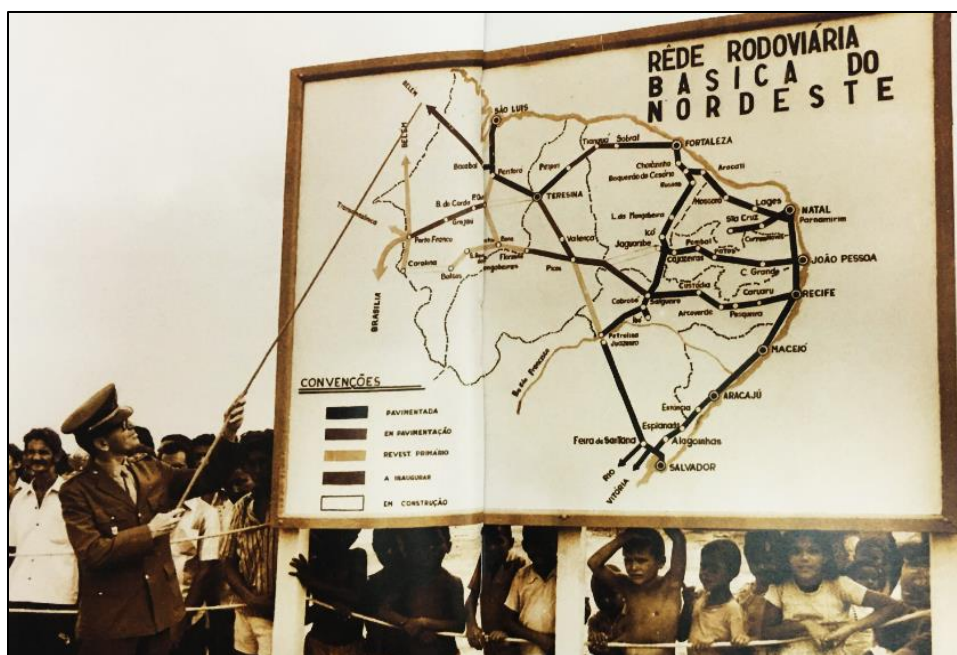
Todavia, cabe refletir também que a construção da estrada e de outras estruturas ao longo da Região do Alto Turi, serão fatores de influência para a valorização comercial da terra dessa região, o que resultara na atração cada vez maior de grileiros e latifundiários em relação a esse espaço e, conseqüentemente, no assédio aos posseiros, para a venda de suas terras, e até mesmo no aumento de conflitos agrários.



Mapa do Maranhão com destaque para a BR-316 e seu percurso pelo interior do Maranhão, em seu traslado entre Teresina, no Piauí, e Belém, no Pará. Nessa imagem é possível também observar um trecho da rodovia Belém-Brasília.

Fonte: Brasil (1972).

Em relação a decisão pela construção da BR-316, cabe também dizer que, os 100 quilômetros já pavimentados entre Belém e Gurupi, a pavimentação da rodovia Teresina-São Luís e as melhorias e pavimentação do trecho Bacabal e Caxuxa, realizadas pelo governo do Estado do Maranhão, são fatores preponderantes e que influenciam para que, em 1971, se decidisse por concluir uma obra que proporcionasse uma ligação entre a cidade de Belém, capital do Pará, e a cidade de Teresina capital do Piauí.



Na imagem, o Major Rech, o então chefe da Secção Técnica do 2º Bec Const demonstrando no mapa a necessidade de expansão da malha rodoviária, em direção, especialmente, ao Norte do Brasil. Nessa mesma imagem é possível notar o conjunto de rodovias que já existiam ou existiriam no Nordeste do Brasil, com a distinção daquelas que já estavam pavimentadas, das que estavam em processo de pavimentação, das que estavam a inaugurar, das em processo de revestimento primário e das em construção.

Fonte: Brasil (2008).

Desta forma, fica sobre a responsabilidade das construtoras Zenith, ECIT e EIT, sobre supervisão do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) – que posteriormente, em 2011, é substituído pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) –, as obras de pavimentação asfáltica da BR-316, do trecho paraense entre o quilômetro 100 e o Rio Gurupi.

Enquanto esse processo de pavimentação é realizado no território paraense, no Estado do Maranhão é entregue ao tráfego um trecho situado nas proximidades do povoado Caxuxa, no entroncamento da BR-316 com a BR-135 no sentido Belém-Teresina

e com isso se torna possível a interligação entre todas as capitais brasileiras situadas no litoral.

Esse trecho acaba se caracterizando também como o primeiro segmento rodoviário da integração Norte-Nordeste pavimentado, com plataforma de 12 metros, pista de rolamento de 7 metros, além de tratamento superficial duplo de 83 quilômetros de areia e asfaltamento de 280 quilômetros, permitindo uma velocidade de 80 km/h, o que possibilitou uma considerável diminuição no tempo gasto, fosse em viagens entre Belém-São Luís ou entre Belém-Teresina, para menos de 12 horas.



Trecho da BR-316 pós processo de terraplanagem e antes de seu processo de pavimentação, no qual é possível perceber a uniformidade da estrada em contraste a vegetação típica da Amazônia Maranhense.

Fonte: Brasil (2008).

No processo de construção da BR-316, um dos grupos de trabalhadores que merecem destaque é o dos **cassacos**. Oriundos, sobretudo, de outras regiões do Maranhão ou de outros Estados do Nordeste, esses trabalhadores, que atuaram também em obras de trechos da antiga BR-22 nas proximidades da atual cidade de Santa Inês e que posteriormente viriam a compor a BR-316, foram protagonistas nos processos de limpeza das áreas que dariam posteriormente lugar a essa rodovia.

Por vezes, vivendo em condições precárias e tendo que conviver com as circunstâncias adversas da Amazônia Maranhense, esses trabalhadores são, no geral, os responsáveis pela realização de atividades pesadas e que requerem muito de sua força de trabalho, muito embora ganhem salários irrisórios, por vezes, incapazes de suprir suas necessidades mais vitais, evidenciando aqui um verdadeiro exemplo da mais-valia, tal qual concebe Marx.

Entre os cassacos, uma figura que desponta é a do fundador da cidade de Zé Doca, o senhor José Timóteo Ferreira, que chega por esta localidade, entre 1958 e 1959, através de seu trabalho como cabo de turma dos cassacos que passam a atuar na frente de ampliação da BR-316, que iria até a divisa do Maranhão com o Pará, lá se unido com o trecho que saía da cidade de Santa Maria do Pará (PA).

Por sua vez, ao 2º BEC, fica com a incumbência da construção de trecho entre o Rio Mearim e o Rio Gurupi na divisa com o Pará, perfazendo um total de 363 Km, em áreas do Oeste Maranhense situadas entre 50 a 200 Km de distância da costa deste Estado, na época pertencentes, sobretudo, a cidades da Baixada Maranhense e que atravessava os rios Mearim, Grajaú, Pindaré, Turiaçu, Paruá, Maracaçumé e Gurupi, além de outras formações fluviais, tais como igarapés, lagos e córregos.

Criado pelo Decreto nº 42.921, de 30 de dezembro de 1957 e instituído em 13 de maio de 1958, o 2º BEC inicia seus trabalhos com atividades voltadas ao amparo aos mais necessitados, especialmente os piauienses atingidos pelas enchentes de 1960, mas já a partir desta década passa a atuar em obras de ferroviárias e rodoviárias, com destaque a BR-316.

Ali, esse batalhão atua realizando as mais variadas atividades que, no geral, se iniciam com processo de estudo e demarcação da área, seguido pelo desmatamento, pela limpeza e pelo serviço de terraplanagem, para, por fim, realizar o processo de pavimentação e sinalização da estrada.



Foto da Usina de Asfalto N° 1 trabalhando no km 293 da BR-316, no qual é possível perceber todo maquinário e toda a estrutura da época usada para o processo de pavimentação asfáltica dessa rodovia.

Fonte: Brasil (2008).

Assim, no que concerne a construção do trecho da BR-316 de responsabilidade do 2º BEC, nota-se que o trabalho deste batalhão foi de uma importância ímpar. Neste contexto, cabe destaque a bravura e a persistência dos trabalhadores do 2º BEC que, para a concretização de uma obra de tamanha envergadura, conseguem vencer as condições adversas da região, tais como as baixadas pantanosas, os relevos com diversas nuances, a enorme presença de rios, lagos e igarapés, a vegetação muitas vezes fechada e típica da Floresta Amazônica, o alto índice pluviométrico, além da existência de clima tropical e úmido, propício a diversas doenças, como a malária, na época uma das mais devastadoras enfermidades.

Para tanto, além dos equipamentos que o 2º BEC já dispunham, de forma suplementar, faz-se necessário também o aluguel de máquinas, entre as quais estavam 40 moto-scrapers, 68 tratores de esteiras – sendo 35 do tipo D-8 –, 53 motos niveladoras, 25 pás-carregadeiras, 4 pavimentadoras, 2 usinas de asfalto, 8 distribuidoras de asfalto, 28 rolos auto propulsados, além de 200 outros equipamentos e 1150 viaturas, entre as quais estavam cerca de 800 basculantes.

A lista de maquinário necessário ao 2º BEC para o processo de construção da BR-316, é trazida por Antônio Mendes da Luz e Michel Herbert Florêncio no livro “O município de Zé Doca: passado e presente” de 2011, ao exporem que:

“Também os equipamentos próprios do segundo BECnst, tiveram de ser suplementados com aluguel de máquinas, de tal modo que foi preciso empregar 40 moto-scrapers, 68 tratores de esteiras, dos quais 35 D-8, 53 motos niveladoras, 25 pás-carregadeiras, 4 pavimentadoras, 2 usinas de asfalto, 8 distribuidoras de asfalto, 28 rolos auto propulsados. Além de 200 outros equipamentos e 1150 viaturas, das quais cerca de 800 basculantes.”

LUZ, A. M.; FLORÊNCIO, M. H. **O Município de Zé Doca: passado e presente**. São Luis, MA: Café&Lápis, 2011, p. 50.

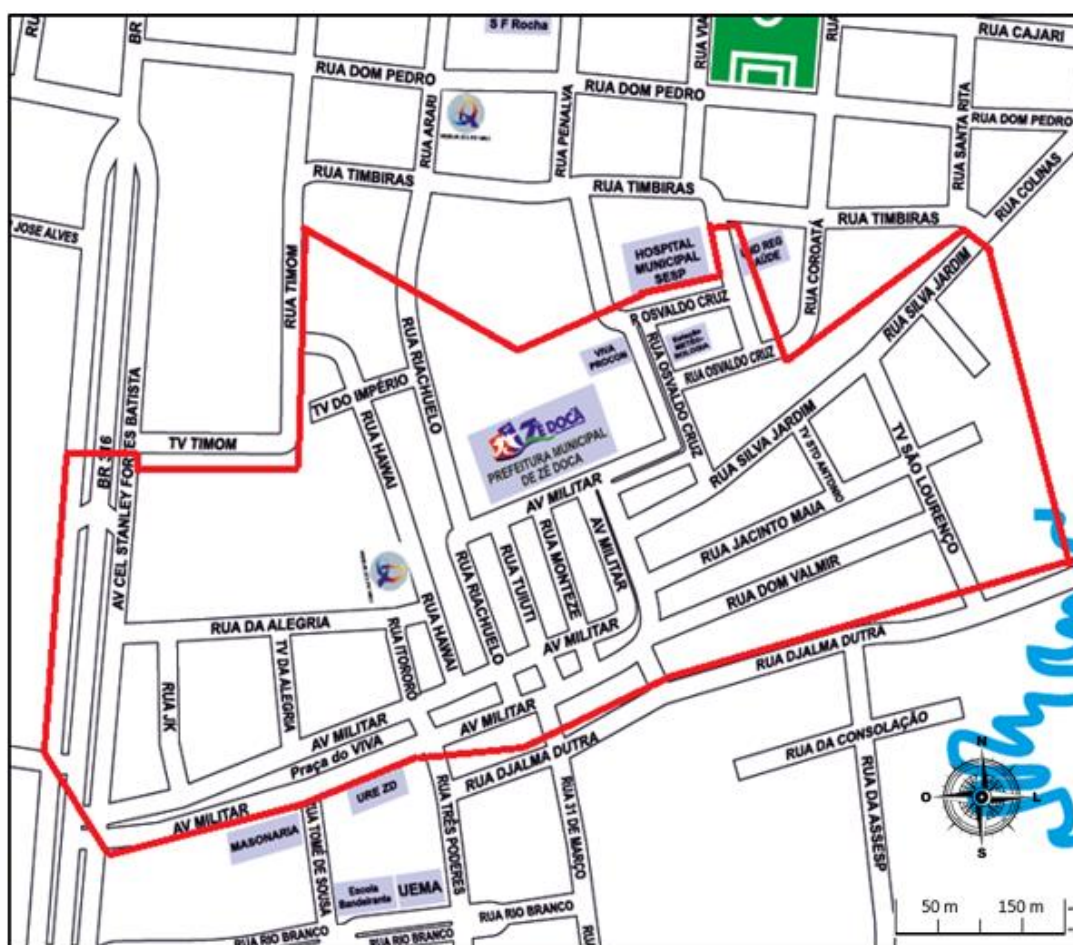
No processo de construção da BR-316, o 2º Batalhão de Engenharia de Construção finca estrutura no então Centro do Zé Doca e ali, para dar suporte aos seus trabalhadores – militares ou civis –, constrói toda uma infraestrutura de ruas, casas e outras espaços, que servirão de moradia, lazer e prestação de serviços tanto a esses personagens, quando a própria comunidade zedoquense. É neste contexto que surge a Vila do Bec ou Vila do Batalhão – como era também conhecida, nos primórdios de sua construção –, situada na época no extremo norte do então Centro do Zé Doca.

Após anos de atividades a BR-316 ou Rodovia Capitão Pedro Teixeira, enfim é entregue no dia 4 de março de 1974, como um fruto do trabalho dos brasileiros, especialmente os maranhenses e outros nordestinos, que na labuta foram capazes de construir quilômetro por quilômetro de uma rodovia com mais de 2.000 km, que se desloca do Pará a Alagoas, tornando-se de suma importância as populações que vivem nos seus entornos.

Com o término das obras da BR-316 e a saída deste batalhão do lugarejo, as casas ali construídas são ocupadas pelos que ali já viviam ou por pessoas advindas de outras áreas do Maranhão ou dos outros estados do Nordeste. Com o passar dos anos a Vila do Bec ganha cada vez mais destaque e acaba por se tornar um dos principais bairros do Zé Doca, abrangendo para além de residências um

conjunto de outras estruturas que somente enfatizam a sua relevância deste bairro e entre as quais estão, atualmente, a Praça Elias Mendes Moura – Praça do Viva Zé Doca –, a Prefeitura Municipal de Zé Doca e as secretarias de Cultura, de Educação e de Meio Ambiente.

Na Vila do Bec as influências do 2º Batalhão de Engenharia de Construção são evidentes, por exemplo, no nome de boa parte dos logradouros deste bairro. Ali, além da presença da Avenida Militar, direta alusão ao exército brasileiro, as ruas Hawaii, Riachuelo, Tuiuti, Itororó, fazem menção a um conjunto de batalhas travadas e vencidas pelo exército brasileiro na Guerra do Paraguai, e Rua Montese, é uma referência a Batalha de Montese travada e vencida na Segunda Guerra Mundial pela exército brasileiro, ao lado dos aliados e contra o exército nazista. Isso deixa claro a valorização do exército na construção dos espaços da Vila do Bec, assim como também evidencia a tentativa de construção de uma memória positiva em relação ao 2º Batalhão de Engenharia de Construção e o próprio exército brasileiro.



Recorte do mapa do perímetro urbano de Zé Doca de 2019 com as delimitações atuais da Vila do Bec, bairro construído pelo 2º Batalhão de Engenharia de Construção, em sua estadia na localidade, quando da necessidade para a construção da BR-316.

Fonte: Santos (2019)
Adaptador por
Martinho (2019).

A influência do 2º Batalhão de Engenharia de Construção na formação da Vila do Bec, em Zé Doca, é trazida por Dheivilla Chris Oliveira Matos *et al*, no capítulo “A Vila do Segundo Batalhão de Engenharia de Construção” do livro “Zé Doca: a história da formação dos principais bairros e suas ruas” de 2019 e organizado por Allan Wudison Oliveira Leal e Mailson Martinho, em:

“A vinda do Segundo Batalhão de Engenharia de Construção (2º BEC) para Zé Doca, não traz apenas desenvolvimento com a construção da BR 316, mas também se torna crucial para o povoamento desta cidade, possibilitando a chegada de inúmeras pessoas, das mais diversas regiões do Maranhão e do Brasil, o que forma direta contribui com o surgimento de um novo bairro, que com o tempo acaba por se tornar a Vila do Bec.

A composição estrutural da Vila do Bec, um dos primeiros e principais bairros da cidade de Zé Doca, se dá pela presença de avenidas, ruas e travessas, que por sua vez, possuem nomes com as mais variadas origens, dentre as quais fazem referência a nomes de batalhas vencidas pelo Brasil em guerras, a períodos da história deste país, a nomes de personagens ilustres da história da cidade de Zé Doca, do estado do Maranhão, do Brasil ou presentes e a características presentes naquelas ruas no processo de implementação 2º BEC.

Em relação a composição dos logradouros deste bairro, segundo a Lei Municipal Nº 492 de 15 de dezembro de 2017, eles se distinguem em Avenida Militar 1 – que faz o contorno a Praça Elias Murad, mais conhecida como Praça Viva –, Avenida Militar 2 – que se desloca em frente da Prefeitura –, Rua JK, Travessa a Alegria (entendida aqui como Travessa Alegria), Rua Itororó, Rua Havaí, Rua Riachuelo, Rua Tuiuti, Rua Montese, Travessa Santo Antonio, Travessa São Lourenço, Travessa do Império, Rua Silva Jardim, Rua Jacinto Maia, Rua Dom Valmir e Rua Osvaldo Cruz.”

MATOS, D. C. O.; FERREIRA, E. L. de A.; SILVA, F. D. S. da L.; CARVALHO, J. M. de.; GONÇALVES, J. M.; PONTES, J. L. R.; FEITOSA, L. A.; MARTINHO, M.; OLIVEIRA, R. da C. A vila do Segundo Batalhão de Engenharia de Construção. In: LEAL, A. W. O.; MARTINHO, M. (Orgs.). **Zé Doca: a história da formação dos principais bairros e suas ruas**. 1ª Ed. São Paulo, SP: Lesto Editora, 2019, p. 82.

Contudo, com o término da construção da rodovia e a consequente necessidade de saída desse batalhão, muitos daqueles que trabalhavam para o 2º BEC acabam decidindo por fincar morada em Zé Doca, passando a constituir parte da população deste local e serem de fundamental importância para o desenvolvimento do lugarejo e a formação da cidade.

Os recortes do texto “Introdução - A batalha da Sudene”, de Rosa Freire d’Aguiar Furtado, presente no livro “O Nordeste e a Saga da Sudene: 1958-1964”, de 2009, de Celso Furtado, traz alguns apontamentos relevantes à compreensão do que foram os debates e a luta acerca da “Operação Nordeste” e da criação da SUDENE.

No dia 17 de fevereiro de 1959, no salão do Palácio do Catete, parlamentares, ministros, governadores do Nordeste e dom Helder Câmara, sentaram-se em torno de uma grande mesa tendo, um em cada cabeceira, o presidente Juscelino Kubitschek e Celso Furtado. Era o lançamento da Operação Nordeste, a nova política que o governo implantaria na “região problema” onde a seca, no ano anterior, deixara meio milhão de flegelados. Para JK, a Meta 31, como então foi chamada a Operação, chegava tarde mas demonstrava que ele tinha enfim um plano para o Nordeste, [...]. Na cerimônia do Catete, o presidente também assinou mensagem ao Congresso encaminhando projeto de lei para a criação da nova agência, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, e um decreto instituindo o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, que, com sede no Recife, implantaria a nova política enquanto a lei não fosse aprovada. À frente dos dois órgãos executivos — o Codena, até fins de 1959, e em seguida a Sudene, até o golpe militar de março de 1964 —, Celso Furtado.

Os recortes de imprensa indicam que a Operação Nordeste foi recebida por alguns políticos nordestinos com incredulidade, suspeição ou mesmo manobra contra a candidatura de Jânio Quadros. Outros acharam a solução mais acertada, pois o presidente lançava um plano de salvação regional sem descer a reivindicações locais [...]

Tratava-se de um esforço de coordenação, de um ataque global ao problema para evitar que verbas e interesses muito particulares continuassem a se perder em terreno movediço. É o que se depreende dos textos de Celso aqui reunidos. [...].

[...] No discurso de posse na Sudene, em 8 de janeiro de 1960, salientava a originalidade do órgão que criava novos espaços para o entendimento das forças políticas, novas formas de interferir no campo econômico, e nova concepção de ação administrativa. [...]

O habilidoso artifício da concepção da Sudene foi, sem dúvida, a criação de um órgão colegiado amplo, o Conselho Deliberativo, em que tinham assento os nove governadores da região, tendo seus votos o mesmo peso, independentemente do tamanho de cada estado. [...].

À medida que Celso foi enfrentando os interesses dos latifúndios, do açúcar, o manejo de verbas, a distribuição de favores, o uso de bens públicos para fins privados, o firmamento foi se anuviando. [...]

As pressões recrudesciam agora para se obter o afastamento dele ou uma considerável redução de seus poderes, que deveriam ser mais “consultivos”, enquanto os executivos caberiam a alguém mais dócil aos interesses contrariados. Essas pressões se frustraram pois a Operação Nordeste foi lançada por Juscelino Kubitschek, e Celso foi mantido na Sudene pelos dois presidentes seguintes, Jânio Quadros e João Goulart.

FURTADO, Rosa Freire d’Aguiar. Introdução - A batalha da Sudene. In.: FURTADO, Celso. **O Nordeste e a Saga da Sudene: 1958-1964**. Rio de Janeiro. Contraponto. Centro Intemacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009, p. 7 - 14.

SUGESTÕES DE ATIVIDADES

Prezado Professor, considerando a temática deste capítulo e o texto complementar trazido na página anterior, sugere-se, para o melhor trabalho com seus discentes, as seguintes atividades:

Atividade 1: Aplicar exercício de fixação que elenque informações sobre processo de formação do Centro do Zé Doca, o trabalho da SUDENE no Alto Turi e a importância da construção da BR-316 para o povoamento da região e para o desenvolvimento de Zé Doca.

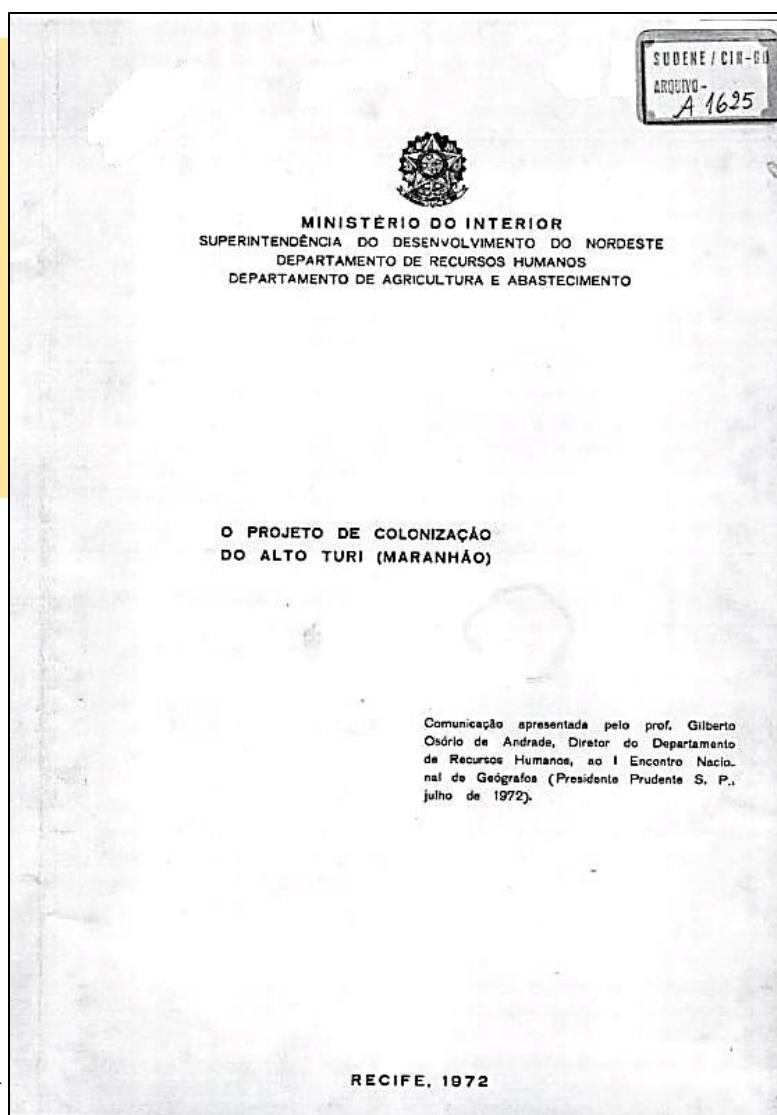
Atividade 2: Desenvolver debate sobre o cotidiano, a organização espacial e os meios de trabalho dos colonos do Projeto de Povoamento do Maranhão (PPM) nos primórdios da sua implementação.

Atividade 3: Desenvolver momento de discussão que possibilite a reflexão do Projeto de Povoamento do Maranhão (PPM), bem como sobre a importância da SUDENE para a ocorrência do mesmo, trazendo para discussão os recortes do texto “*Introdução - A batalha da Sudene*”, de Rosa Freire d’Aguiar Furtado, apresentados trazido no tópico “Texto Complementar”, no sentido de refletir também sobre como a criação desta instituição se faz com um intenso processo de debate.

O CENTRO DO ZÉ DOCA E O PROJETO DE COLONIZAÇÃO DO ALTO TURI

Como já dito anteriormente, a Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE) nasce de uma exigência feita pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) – ou simplesmente Banco Mundial como é também conhecido – para o financiamento de um novo projeto de povoamento das áreas situadas na Amazônia Maranhense, o Projeto de Colonização do Alto Turi.

Recorte da capa do documento basilar desenvolvido pelo governo federal através da SUDENE, que traz novos direcionamentos para a colonização das áreas devolutas do Alto Turi, o Projeto de Colonização do Alto Turi, que fica sob responsabilidade da COLONE, sendo o documento basilar que define inclusive uma área de abrangência mais delimitada para o projeto.



Assim, é a partir da assinatura de um contrato, firmado entre o governo brasileiro e o Banco Mundial, e no qual este banco se responsabilizava pela cessão de um empréstimo de 6,7 milhões de dólares para aquele governo, que é então criada a Companhia de Colonização do Nordeste, a COLONE.

Criada em 19 de maio de 1972, a COLONE passa então a ser a responsável pelo gerenciamento e a execução do Projeto de Colonização do Alto Turi, o PCAT, tendo como objetivo primordial a promoção do alargamento da fronteira agrícola do noroeste do Estado do Maranhão, na Pré-Amazônia Maranhense.

Entre os principais acionistas dessa companhia estavam a SUDENE – acionista majoritária –, o Banco do Nordeste e o Governo do Estado do Maranhão que, para tanto, incorpora ao patrimônio da COLONE as terras que seriam o objeto do projeto de colonização, com 939 000 hectares, entre o povoado Rosilândia, na parte sul da área e o povoado de Boa Vista do Gurupi, ao norte e a margem do Rio Gurupi, na divisa entre o Maranhão e o Pará, onde a ideia inicial era o assentamento, até 1976, de 5.000 famílias em uma primeira etapa.

Um dos problemas iniciais vivenciados pela COLONE no processo de implantação do novo projeto estava no fato de que, para instalação de 5200 famílias em lotes de 50 hectares, seria necessário a expulsão dos posseiros minifundistas ou a desocupação de parte dos latifúndios, ali já existentes mesmo antes da criação desta companhia. Outro problema se relaciona a questão da mobilidade contínua dos colonos pelas áreas do PCAT, que tem efeito direto na aceleração da invasão de terras por colonos espontâneas, chegando a aproximadamente 20 mil famílias.

Situado no noroeste do Estado do Maranhão, o Projeto de Colonização do Alto Turi apresentava como limites: a sul, o povoado de Rosilândia na BR-316, pelo qual perpassava uma reta perpendicular a essa rodovia com 20 quilômetros de extensão por cada lado da mesma; a sudoeste, se encontrando com as terras da FUNAI e por esse limite seguindo na direção noroeste, até o Rio

APROFUNDANDO OS CONHECIMENTOS

MONOGRAFIA: *A atuação da Companhia de Colonização do Nordeste – “COLONE”, no município de Zé Doca – MA, de Lúcio Flávio Ferreira Torres, de 2011.*

Gurupi, já ao norte da área; seguindo o traçado do Gurupi, vai até o povoado de Boa Vista do Gurupi e de lá segue o caminho da BR-316 até o povoado Encruzo, desse ponto, segue na direção nordeste, perfazendo outra reta até chegar acerca de 20 Km desta rodovia, de onde segue paralelamente até o encontro a reta ao sul, perpendicular à BR e que atravessa a Rosilândia.

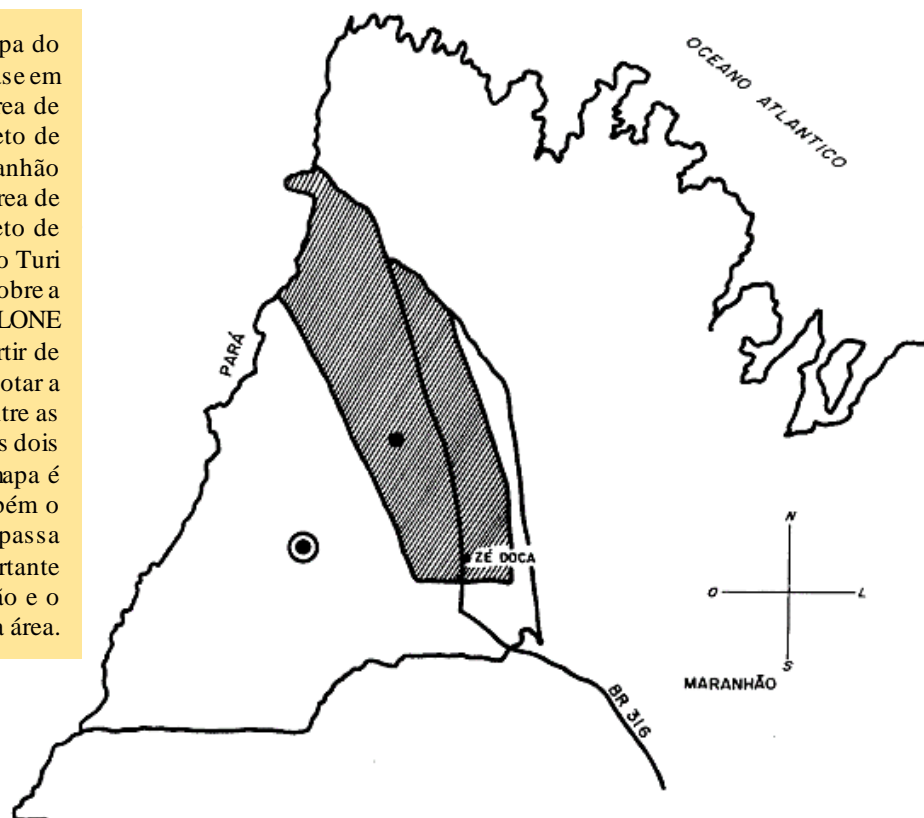
DIRETO DA FONTE

Os limites do PCAT são trazidos por Lúcio Flávio Ferreira Torres, em sua monografia de conclusão do Curso de História na UEMA, de 2011 e intitulada “A atuação da Companhia de Colonização do Nordeste – “COLONE”, no município de Zé Doca – MA”, em:

“O projeto de Colonização do Alto Turi corresponde a uma área de 939.000 hectares, situada a noroeste do Estado do Maranhão, o limite sul da área tem como marco o povoado de Rosilândia na BR-316, por onde passa uma reta perpendicular a essa rodovia, 20 quilômetros para cada lado da mesma. A sudoeste, essa reta se encontra com as terras da FUNAI, seguindo por esse limite, rumo a noroeste, ate o Gurupi, ao norte da área. Daí segue ate pelo Gurupi, a jusante, ate o povoado de Boa Vista do Gurupi, na mesma rodovia e por essa direção do Maranhão, ate o povoado Encruzo. Desse ponto, toma rumo nordeste através de outra reta ate alcançar cerca de 20 kilometros da referida rodovia, de onde segue paralelamente à mesma ate encontrar a reta sul, que passa por Rosilândia. O eixo mais longo da área, mais ou menos semelhante a um retângulo, tem cerca de 207 quilômetros ao longo da BR-316, desde Rosilândia ate Boa Vista do Gurupi.”

TORRES, Lúcio Flávio Ferreira. A atuação da Companhia de Colonização do Nordeste – “COLONE”, no município de Zé Doca – MA. Monografia (Licenciatura Plena em História). Universidade Estadual do Maranhão, São Luis, 2011, p. 16.

Recorte do oeste do mapa do Maranhão com ênfase em comparação entre a área de abrangência que o Projeto de Povoamento do Maranhão deveria abarcar e a área de abrangência do Projeto de Colonização do Alto Turi (PCAT) que fica sobre a responsabilidade da COLONE e entra em ação a partir de 1972, sendo possível notar a imensa diferença entre as áreas de abrangência dos dois projetos. No referido mapa é possível notar também o traçado da BR-316 que passa pela região e se faz importante a colonização e o desenvolvimento da área.



Fonte: Arcangeli (1987).

- ÁREA ORIGINAL DO PCAT (30.000 Km²)
- ÁREA ATUAL DO PCAT (9.390 Km²)

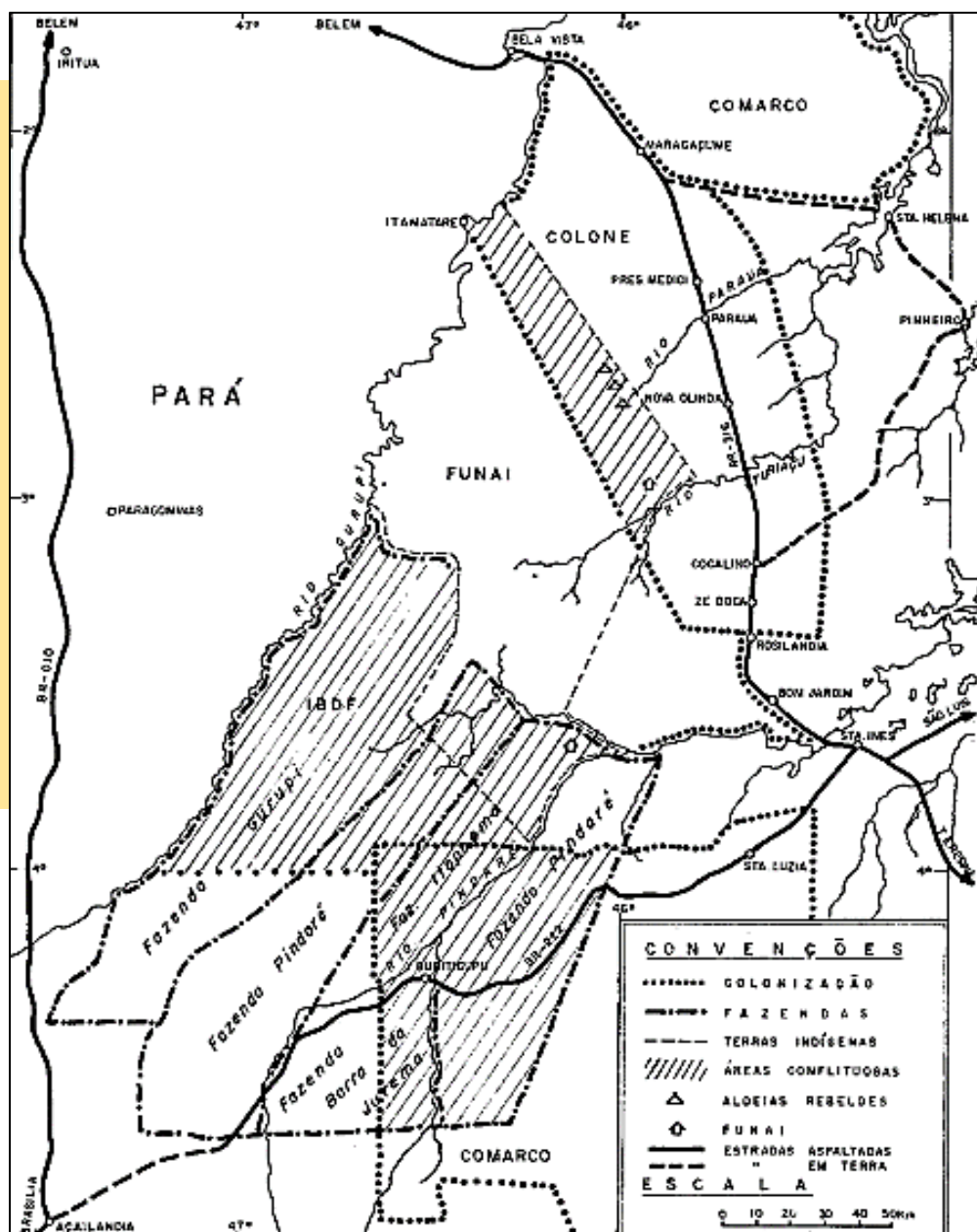
A área discriminada para a implementação do novo projeto de colonização deixaria de abranger os cerca de 3 milhões de hectares, como previa o I Plano Diretor da SUDENE e passaria a corresponder algo próximo a um terço de toda aquela área pensada originalmente pelo Projeto de Povoamento do Maranhão. Os outros dois terços já apresentavam-se destinados há reservas indígenas e a ocupação por pequenos produtores posseiros ou por grandes latifundiários.

Mesmo dentro do território de abrangência da COLONE, especialmente nas áreas mais distantes dos aglomerados urbanos ou dos núcleos de colonização, haviam áreas conflituosos de disputa pela terra, inclusive terras indígenas sobre controle da FUNAI, que envolviam, no geral, grandes latifundiários, grileiros, colonos espontâneos – posseiros ou não – e populações indígenas.

APROFUNDANDO OS CONHECIMENTOS

ARTIGO: *Colonização da amazônia maranhense, de Martine Droulers e Patrick Maury, de 1980.*

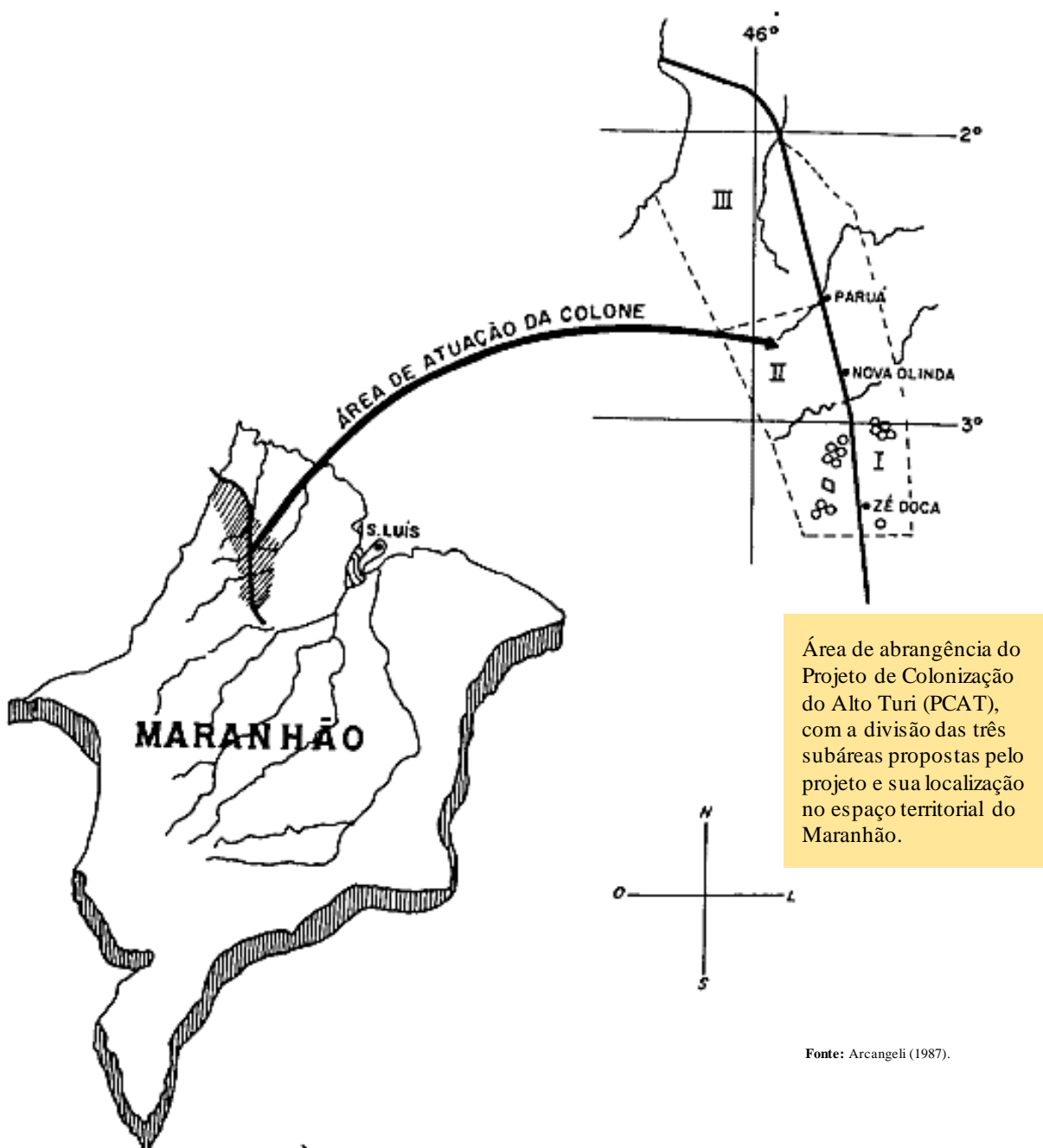
Recorte da parte oeste do Estado do Maranhão, na divisa com Pará, da área que abrange boa parte do Projeto de Povoamento do Maranhão, que se torna bem menor com o Projeto de Colonização do Alto Turi. Pelo mapa, é possível perceber que boa parte dessa área encontrava-se ocupada por fazendas, espaços pertencentes a FUNAI, Terras Indígenas, áreas conflituosas ou ainda por aldeias rebeldes.



Fonte: Droulers e Maury (1980), adaptado por Martinho (2021).

A partir de 1972, a SUDENE transfere seu acervo físico e técnico, estruturado nos 10 anos de atuação no noroeste maranhense, à COLONE, o que inclui suas atividades, de criação de infraestrutura e prestação de serviços técnicos a comunidade da região, entre as quais estão as 875 famílias já assentadas nos núcleos circulares.

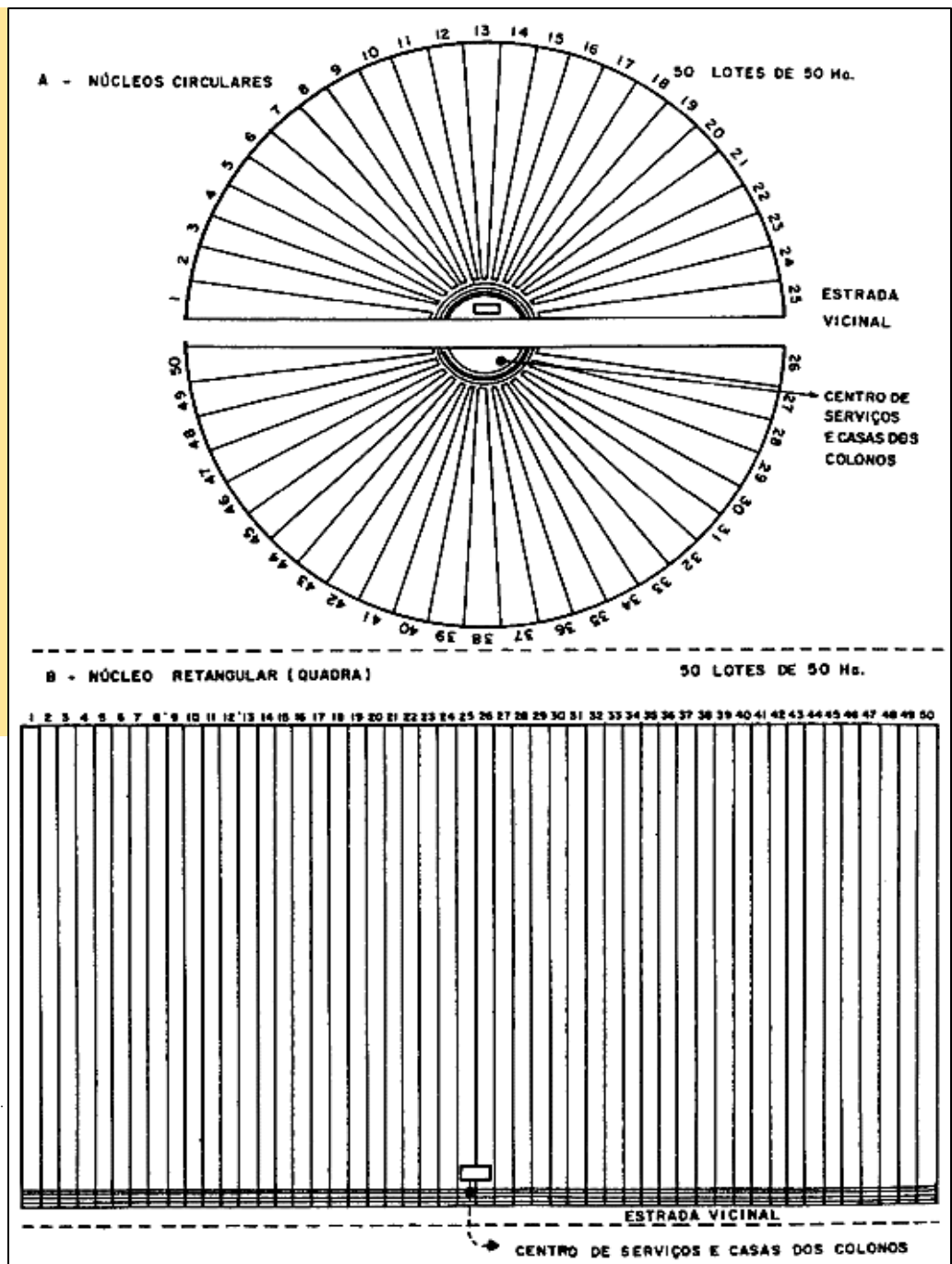
Assim, essa companhia passa a gerir o Projeto de Colonização do Alto Turi, delineando suas redefinições sobre ele, através da atuação nos núcleos e nas quadras existentes. Deste modo, inicialmente, o novo projeto engloba as Áreas Zé Doca e Alto Turi – ou Área Nova – e tem suas ações direcionadas não somente aos colonos nucleados pelo PCAT, como também aos colonos espontâneos, apresentando assim como objetivo fundamental a expansão da fronteira agrícola no noroeste do Maranhão.



Na Área Zé Doca a organização espacial, como já descrito em capítulo que trata sobre a SUDENE, se dava com a estruturação de núcleos tanto no formato circular quanto no formato quadrado, em ambos os casos com a presença de um centro comunitário e divididos em lotes onde se localizavam as residências e que, por sua vez, encontravam-se subdivididos em área para cultivo e área de reserva florestal.

Na Área Alto Turi o modelo de estruturação dos núcleos adotado pelo projeto é o da colonização linear espontânea, que tinha por intenção a diminuição dos problemas com comunicação, comuns nos modelos anteriores e prevalentes na Área Zé Doca.

Modelo exemplificativo da estrutura dos nucleamentos circulares e retangulares, nos quais é possível perceber a quantidade de lotes existentes, a dimensão dos lotes, a localização das estradas vicinais e o local onde são estabelecidos os centros de serviços e as casas dos colonos. Essas formas de nucleamento são marcantes tanto no PPM quanto no PCAT.



Nos primórdios de sua atuação, na elaboração dos objetivos gerais do PCAT, a COLONE busca a vinculação de suas atividades as políticas oficiais, integrando assim o I Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, vigente entre 1972 e 1974, a Política de Integração Nacional e a transformação da agricultura tradicional.

As ideias de alargamento da fronteira agrícola, visando a absorção da mão de obra excedente do semiárido nordestino e o conseqüente aumento da produção de alimentos, racionalizando os trabalhos desenvolvidos nos grandes e nos pequenos núcleos de colonização já implementados e provendo o aproveitamento das áreas ociosas com intuito de aumento da oferta de emprego no meio rural, são perspectivas que guiam o trabalho da COLONE, no PCAT.

Por sua vez, em obediência ao contrato firmado com o BIRD, entre os objetivos específicos, além da execução de um plano para fixação de 5200 famílias na área do Alto Turi, antecedido por estudos topográficos e demarcação de lotes individuais com cerca de 50 hectares, pelo desenvolvimento de estabelecimentos agrícolas e fazendas e pela providência de pesquisas, assessoria e outros benefícios ao colono, o PCAT visava também o planejamento e a construção de cerca de 306 km de estradas de acesso e trilhas e a melhoria de 80 km de estradas de acesso, a expansão da estação de pesquisa de pastagens sediada em Zé Doca e a instalação de uma subestação em Nova Olinda, com intuito de produção de sementes de capim, de realização de pesquisas de melhoramento de pastagens, de treinamento de especialistas para o trabalhos com pastagens tropicais e de sua utilização como terras para criação de gado.

Além disso, o PCAT visava também a construção ou equipagem de cerca de 60 escolas, um hospital e 10 centros de saúde – entre os quais estavam dispensários e mini postos –, o melhoramento e ampliação de uma Serraria existente no povoado Cocalinho, a conclusão de estudos acerca da comercialização do arroz, da carne e da madeira e o levantamento dos recursos hídricos

da área do projeto, bem como a preparação de outros possíveis projetos. Não obstante, projeto objetivava ainda, o estabelecimento de duas cooperativas, uma em Zé Doca e uma Nova Olinda, destinadas ao fornecimento de serviços de comercialização e crédito, a médio prazo para compra de gado, arame farpado e outros utensílios, e a curto prazo para a comercialização.

Fica também sob a incumbência da COLONE a abertura de estradas de penetração aos diversos povoados que se formam nos entornos de sua sede, bem como a construção de escolas, hospitais e outros órgãos de assistência básica aos colonos, a prestação de assistência social as famílias assentadas na região, a seleção dos colonos para o povoamento das áreas de sua abrangência, a regularização das terras pertencentes aos posseiros que já se situavam ali, o desenvolvimento da extensão rural, além de prestação de serviços técnicos especializados aos colonos da região, de modo estes pudessem desenvolver suas atividades da melhor forma possível, além do intermédio a obtenção de créditos rurais aos agricultores da região, por meio do Banco do Nordeste do Brasil S/A.

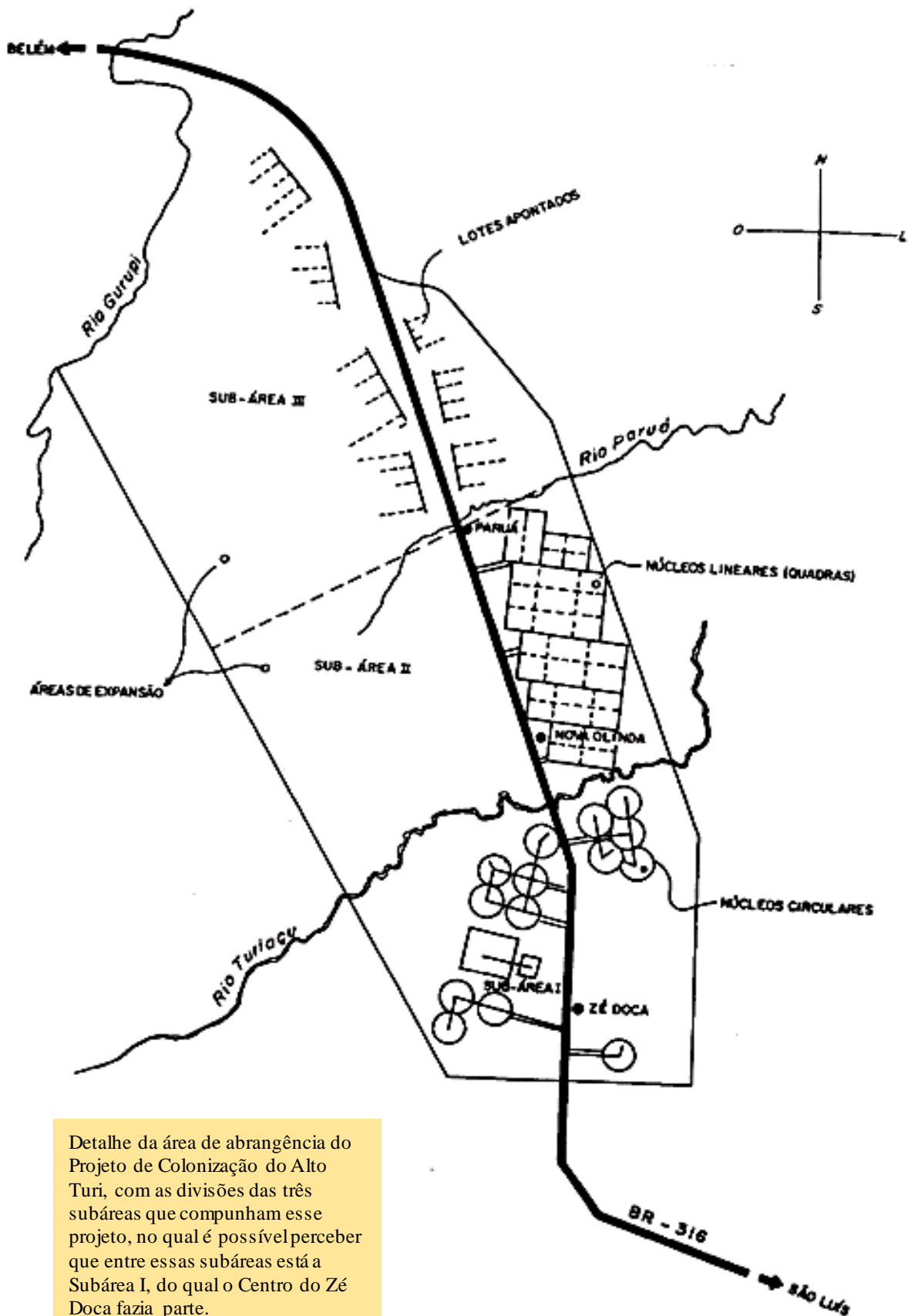
Organização econômica-espacial, trabalhadores, atividades inter-núcleos e o papel de Zé Doca na subárea I

No PCAT, com o intuito de melhor organizar seus espaços de atuação e desenvolver uma colonização racionalizada, a COLONE subdivide a Região do Alto Turi em três subáreas, onde passa a atuar desenvolvendo atividades diferenciadas e considerando o tempo e os investimentos a serem realizados.

da área até o Rio Turiaçu, correspondendo acerca de 25% do total da área do PCAT, possuindo 14 núcleos circulares, estabelecidas desde os tempos da SUDENE e que totalizam 675 lotes destinados as famílias, entre os quais 13 possuíam 50 lotes de 50 hectares e 1 núcleo – conhecido como Paxiúba –, possuía 25 lotes com a mesma extensão dos outros. Além disso, nessa área havia também um único núcleo quadrado, denominado de A-1 ou Quadrão – hoje conhecido como Povoado Quadro – que possuía 200 lotes residenciais de 1 ha e 200 lotes operacionais de 50 ha cada.

A Subárea II, também denominada de “Área de Nova Olinda” ou “Área Nova”, com população estimada em 13 000 habitantes e área de 250 000 hectares ou 27% da área do PCAT, sendo cortada pela BR-316 desde o Rio Turiaçu, ao sul, até o Rio Parauá, ao norte, sendo que no lado esquerdo da BR-316, no sentido Maranhão-Pará, vários povoados foram aparecendo de acordo com o avanço da frente de expansão no Maranhão, enquanto que no lado direito dessa mesma rodovia implementa-se 2125 lotes, distribuídos em 47 quadras, com o máximo de 48 lotes de 50 hectares em cada quadra. Estima-se que nessa área já em 1974 a população fosse de 13 000 habitantes distribuídos, sobretudo, nos povoados da beira da estrada como Nova Olinda, Santa Luzia, Parauá e Piçarreira.

Por sua vez, a Subárea III, também denominada de “Área de Expansão”, com área de 448 000 hectares, algo em torno de 48% do total da área do PCAT, vai do Rio Parauá, ao sul, ao Rio Gurupi, na divisa com o Estado do Pará. Embora esse projeto até o final da década de 70, atuasse de forma mais enfática somente nas subáreas I e II, já desde o final da década de 1960, haviam pessoas residindo na subárea III, à beira da BR-316, em localidades que atualmente correspondem as cidades de Presidente Médici, Maranhãozinho, Boa Vista do Gurupi e Maracaçumé, e onde seus líderes e organizações comunitárias passam a tratar com a COLONE sobre o processo de demarcação dos lotes.



Detalhe da área de abrangência do Projeto de Colonização do Alto Turi, com as divisões das três subáreas que compunham esse projeto, no qual é possível perceber que entre essas subáreas está a Subárea I, do qual o Centro do Zé Doca fazia parte.

Fonte: Manhães (1987)

A Subárea III será, inicialmente, marcada por dificuldades relativas ao processo de distribuição dos lotes, diretamente relacionadas a densidade das florestas, a falta de estradas vicinais e ao acentuado número de pequenos produtores interessados em adquirir um lote, fato este que, junto ao interesse dos médios e

grandes posseiros de se apropriar dessas terras, influenciará na ocorrência de inúmeros conflitos pela terra, ligados a grilagem e a resistência dos pequenos produtores, nos anos 1970.

O sistema de produção previsto inicialmente se baseava no cultivo do arroz sequeiro e na criação de gado para corte. Esse gado que é introduzido a partir do segundo ano, dando-se preferência as raças Gir e Nelore, passa a ocupar as pastagens que substituem áreas de anterior cultivo de arroz. Ali a ideia era que a partir do 12º ou 14º ano o sistema agropastoril estivesse plenamente desenvolvido.

Esse processo obedeceria um fluxo determinado que se inicia com a introdução de cultivos de arroz, caracterizado como o principal produto durante os 14 primeiros anos, e a preparação de 2 hectares de área residencial no lote, onde serão também desenvolvidos o pomar e a horta.

A etapa seguinte seria do estabelecimento da rotação de culturas que deveriam ser desenvolvidas em área de 3 hectares, das quais seriam disponibilizado 0,5 hectare para currais, 0,5 hectare para o plantio de arroz, 0,5 hectare para o plantio de amendoim e 1,5 hectare para o capim elefante e leguminosos. Na terceira etapa deste processo previa-se o estabelecimento das pastagens, que seriam a base à atividade pecuarista.

Outra potencialidade prevista à exploração seria a madeira que em 19 anos poderia gerar 1,5 metros cúbicos e um valor estimado de CR\$ 120 milhões. Excluindo-se os gastos relativos a essa exploração florestal, os custos estimados com projeto seriam de CR\$ 86 360 000,00 ou US\$ 17 300 000,00.

Todavia, nas área do PCAT, o sistema agropastoril que a COLONE toma como modelo e passa a desenvolver é um projeto denominado de “modelo econômico” que tem como objetivo primordial o desenvolvimento de práticas ligadas, sobretudo, ao cultivo da pimenta-do-reino, a pecuária – aqui especialmente o gado – e a exploração da seringa.

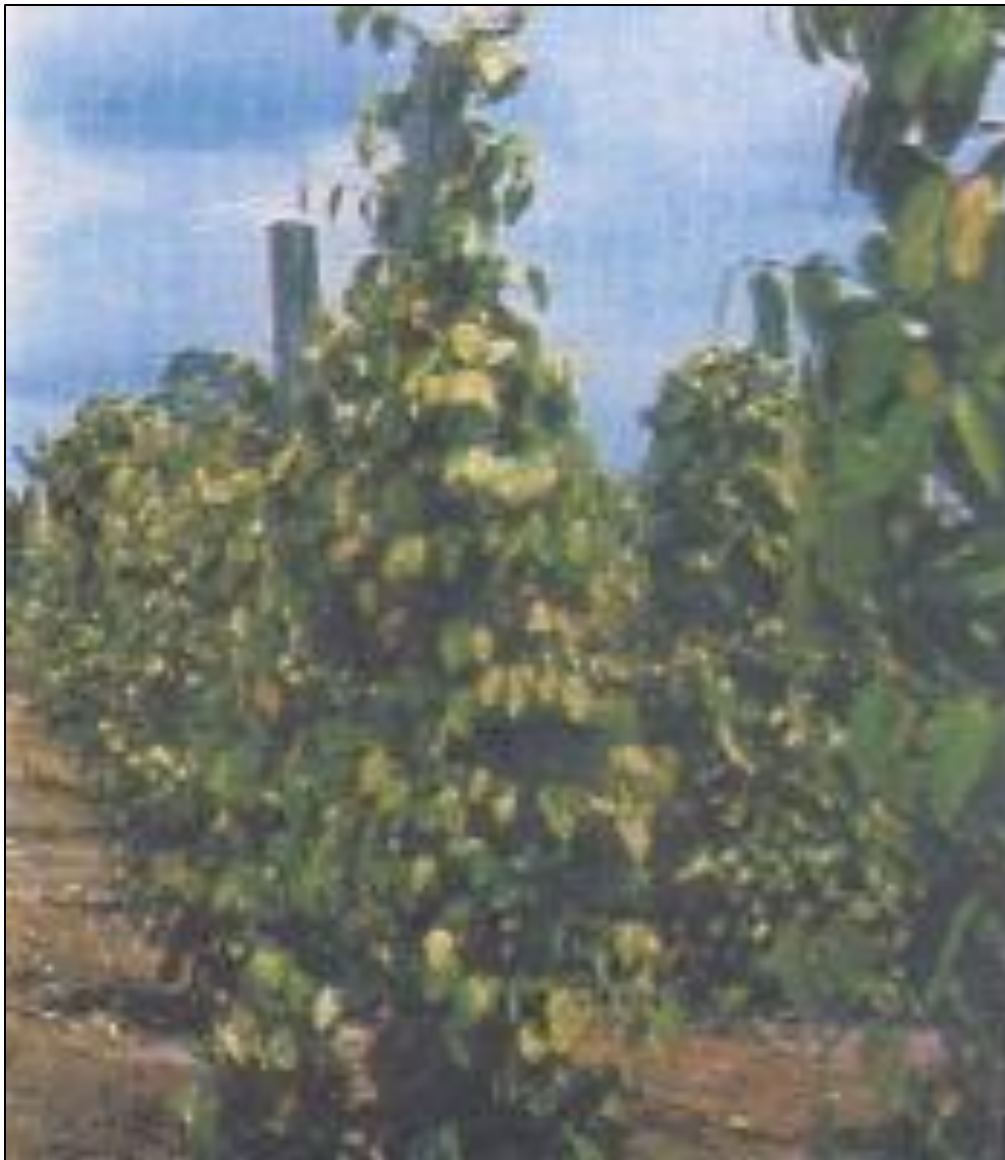


Foto de uma plantação de pimenta-do-reino no período PCAT. Essa foi uma das culturas mais importantes das atividades agrícolas do projeto, ao ponto de caracterizar a Região do Alto Turi e o Centro do Zé Doca como grandes produtores desta cultura.

Fonte: Torres (2011)

O desenvolvimento das atividades econômicas agropecuaristas, base do projeto de modelo econômico da COLONE para o Alto Turi, estavam previstas por meio nos créditos assumidos no contrato com o Banco Central. Esses créditos ficaram a cargo da Banco do Nordeste que repassa aos nucleados do modelo econômico, através do intermédio da COMALTA.

Esse projeto de oração de atividades econômicas agropecuárias será o orgulho da COLONE, que em contrapartida dispõem aos colonos deste projeto, toda uma infraestrutura de prestação de serviços, assistência técnica, financiamento e comercialização do que é ali produzido.

O “modelo econômico” implementado pela COLONE e sua finalidade, são evidenciados na fala de Manoel da Costa Luz, em entrevista cedida a Lúcio Flávio Ferreira Torres para o trabalho de conclusão do curso de História da UEMA, de 2011, intitulado “A atuação da Companhia de Colonização do Nordeste – “COLONE”, no município de Zé Doca – MA”, em que aquele coloca que:

“Dando continuidade no projeto de colonização, a COLONE criou um projeto chamado “modelo econômico”, com implantação do projeto de pimenta do reino, pecuária e a seringa. O Banco do Nordeste veio para Zé Doca em função da COLONE, haja visto ser um dos acionistas da empresa e através dele e da Cooperativa Mista do Alto Turi Ltda (COMALTA) e que eram elaborados e aprovados pelo BNB os financiamentos aos colonos.”

LUZ, Manoel da Costa. Entrevista sobre o “modelo econômico”. In: TORRES, Lúcio Flávio Ferreira. **A atuação da Companhia de Colonização do Nordeste – “COLONE”, no município de Zé Doca – MA.** Monografia (Licenciatura Plena em História). Universidade Estadual do Maranhão, São Luis, 2011, p. 21.

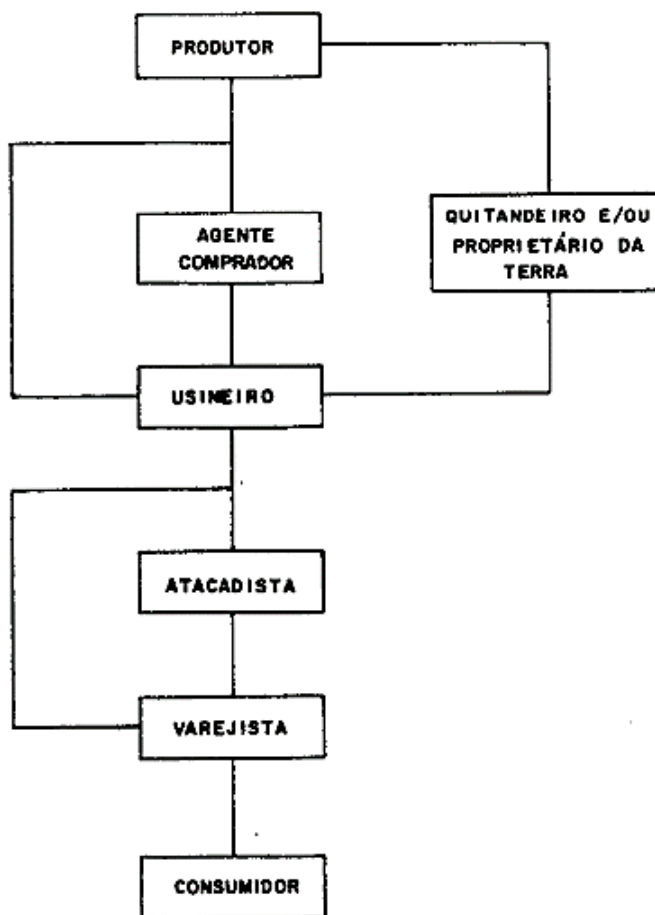
Embora nas relações de mercado a produção geralmente estivesse atrelado a venda a COMALTA, em alguns casos era possível também a existência de uma relação comercial entre o camponês - colono ou não - e o comerciante local.

No caso dos colonos, os produtos que não eram comercializados com a COMALTA poderiam ser usados como moeda de troca o mesmo vendido a esses comerciantes.

No caso dos posseiros ou sem terra, a comercialização do excedente agrícola era comum e, neste caso, geralmente associado à venda na folha ou ao sistema de crédito, que deixava camponês subalterno aos comerciantes.

Em função dessa rede, forma-se toda uma estrutura que se beneficiará da produção e será importante à chegada do produto ao consumidor.

Fluxograma das relações comerciais existentes no Alto Turi e no Centro do Zé Doca e estabelecidas entre os produtores e demais agentes, entres os quais se destacam o dono das terras, o quitandeiro e o usineiro, até o consumidor. Aqui fica claro que as relações entre os que produzem e os que levam ao consumidor pode se dar de forma direta ou através de intermediários.



Fonte: CEPA-MA, Arcangeli (1987)

Em relação ao povoamento da área, logo nos primórdios do projeto, a população da área do PCAT, já era de 57 918 pessoas, aproximadamente 11 584 famílias, e um quantitativo de 12 717 habitantes a mais que o da área original do PPM, que em 1962, apresentava 45 181 pessoas, habitando cerca de 3 milhões de hectares. E, já em 1973, a densidade demográfica da área chega a 6,17 habitantes/km², muito aquém da densidade demográfica do final da década de 1960, que era de 2 habitantes/km².

Já em 1977, estimativas davam conta de que o contingente populacional da área do projeto era de 130 mil habitantes, com aproximadamente 26 000 famílias, que apresentavam em média em sua composição 5 membros. Contudo, Alberto Arcangeli em “O mito da terra: uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense”, de 1987, considerando que o número de colonos

assentados em 1979 foi de 3898, afirma que da população total da área menos de 15% integra Colonização Dirigida, enquanto que no mínimo 85% seriam e colonos espontâneos, nessa área.

Ainda em 1977, na área do PCAT, 2300 famílias encontravam-se assentadas em lotes de 50 hectares nos núcleos circulares da Subárea I e nos núcleos retangulares da Subárea II, sendo que dessas, 300 estavam implementadas no modelo econômico da missão em inglesa.

Alem dessas, outras 1000 famílias podiam ser consideradas como assentadas pelo formato que a COLONE dominava de regularização fundiária e que tinha como objetivo a incorporação de colonos espontâneos a Colonização Dirigida, pelo reconhecimento de sua posse fundiária. Essas famílias contavam com mesmo tipo de assistência proporcionada pela COLONE aos nucleadas. Cabe também dizer que, já em 1980, o PCAT apresentava um total de 315 mil pessoal.

Na caracterização da força de trabalho presente nas áreas de abrangência do PCAT, para Alberto Arcangeli no livro “O Mito da Terra: uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense” de 1987, percebe-se uma certa complexidade e necessidade de maior especificação dos papéis desempenhados pelos distintos grupos de trabalhadores que ali se estabelece.

Deste modo este autor classifica trabalhadores em *Colonos com “modelo econômico”*, *Colonos sem “modelo econômico”*, *Colonos com “lote apontado”*, *Colonos posseiros e Colonos sem terra*.

Os *colonos com “modelo econômico”* seriam os camponeses já inseridos a bastante tempo no esquema da Colonização Dirigida, que receberam lote de 50 hectares nos núcleos na Subárea I ou em partes dos núcleos da Subárea II, que movidos pela racionalidade capitalista, dispõem do modelo econômico gado-pimenta, implantado pelos responsáveis pela colonização, que dispõem também a esses colonos de toda uma infraestrutura, como técnica, financiamento e comercialização de seus produtos via cooperativa,

além de serviços básicos de educação, saúde e infraestrutura viária e energética. Serão esses orgulho e o cartão de visita do PCAT e da COLONE, modelo do que será certo no projeto desde o GTDN.

Os *colonos sem “modelo econômico”* seria o grupo composto por famílias de presença mais recente na área, também inseridos na colonização dirigida, que recebendo um lote de 50 hectares atingidos por estradas vicinais presentes, sobretudo, na Subárea II do projeto, muito embora existam também na Subárea I. Esses colonos dedicavam-se especialmente ao cultivo do arroz, que é complementado por plantios de milho, feijão e mandioca - utilizada para produção de farinha - e também se beneficiam, mesmo que de forma menos intensa e completa, dos serviços que atingem os colonos com modelo econômico.

É na subárea III, que é possível encontrar o *colono com “lote apontado”*, esses são camponeses posseiros ou colonos espontâneos, cuja posse antiga é substituída por um lote apontado, também com 50 hectares. Nesses lotes, não atingidas pelas estradas e onde os colonos não residem, são produzidos prioritariamente o arroz, com outras culturas de subsistência e a malva, bastante difundida no Pará. Em relação aos serviços que os atingem, esses se limitam basicamente a saúde, educação – no geral precárias – e a linhas de crédito rural, intermediadas pela COMALTA ou conseguidas diretamente junto ao Banco do Brasil, que só chega bem depois de já instalados.

Os *colonos posseiros* são os remanescentes da forma primitiva de ocupação da área, que não possuem apoio direto da coordenação da colonização e que esporadicamente conseguem financiamento junto ao Banco do Brasil para suas roças. São esses também os mais atingidos pela exploração do capital usurário e pela grilagem presente na área, normalmente residindo mata adentro, longe da BR, para além dos núcleos de colonização, onde existem povoados inteiros de colonos posseiros. No geral, eles vivem da produção do arroz, do feijão, do milho, da mandioca, desenvolvendo

uma agricultura itinerante, o que pressupõe uma constante derrubada das matas, para o desenvolvimento de suas roças.

Nas três subáreas é possível encontrar também os *colonos sem terra*, camponeses de migração recente, que não dispõem terra, haja vista essas já terem sido tomadas pela Colonização Dirigida, perdidas para a grilagem ou vendidas por situações de emergência ou na esperança de encontrar um lugar melhor. Na condição de expropriados, esses se localizam ao longo da BR, na espera de qualquer oportunidade de trabalho, representando assim a reserva de força de trabalho para os colonos detentores de terra, para grandes posseiros abusivos ou mesmo para os capitalistas da área.

Nas relações de trabalho, esses camponeses sem terra, se diferenciaram em:

- a) *Assalariados temporários*, que trabalham provisoriamente nas fazendas de gado, nas grandes posses abusivas - na extração de madeira, na plantação de capim ou no erguimento de cercas - ou nos próprios núcleos de colonização;
- b) *Assalariados permanentes*, que também atuam nas fazendas de gado e nas grandes posses abusivas, além de carros madeiros, serrarias, usinas de beneficiamento de arroz e nas cerâmicas instaladas na área e voltadas a fabricação de telhas e tijolos, mas como trabalhadores contínuos e definitivos;
- c) *Pequenos arrendatários* que atuam tanto nas fazendas ou grandes posses abusivas, quanto nos próprios núcleos de colonização;
- d) *Moradores*, diferenciados em agregados ou encostados, que vivem principalmente nos núcleos de colonização; e
- e) *“Posseiros sem terras”*, também denominados de itinerante, são trabalhadores que vivem da descoberta de terras não aproveitadas ou de baixa fertilidade, onde desenvolvem suas pequenas roças para subsistência, estando

sujeitos a expulsão, haja vista viverem do que é esquecido pelos outros.

Nas relações de trabalho os colonos sem terra seriam, possivelmente, a classe de trabalhadores que no transcorrer do ano são capazes de passar por todas essas relações de trabalho, por vezes exercendo várias delas ao mesmo tempo, no sonho de um dia ter um lote para trabalhar.

Dados sobre a caracterização e a composição da força de trabalho da Região do Alto Turi no ano de 1982 e de acordo com estimativas na COLONE, onde é possível perceber as categorias de colonos existentes na região e seus quantitativos em valores e percentuais, estimados.	Categorias	Quantidade de familiares	%
		Colonos com “modelo econômico”	968
	Colonos sem “modelo econômico”	2.534	9
	Colonos com “lote apontado”	4.421	17
	Colonos posseiros	8.000*	30
	Colonos sem terra	11000*	40
	TOTAL	26.923	100

Fonte: COLONE, 1982.

* Valores estimados

Aqui cabe dizer que os excedentes de força de trabalho não absorvidos – no geral, filhos crescidos de Colonos, migrantes recém-chegados, colonos empobrecidos, colonos expulsos de suas antigas posses e colonos sem terra, cansados ou impedidos de seria encostados, arrendatários ou assalariados – na busca por trabalho e melhores condições de vida ou se localizam nas áreas dos pequenos aglomerados urbanos que já se formavam no Alto Turi, entre os quais está o Centro do Zé Doca, passando a constituir o contingente populacional desses lugarejos e aumento sua população urbana ou procuram os grandes centros urbanos, como São Luís, atraídos pela possibilidade de conseguirem emprego com implementação de grandes projetos, como a Alcoa e o Carajás, ali também contribuindo para o aumento populacional.

O processo de isolamentos aos quais muitos dos colonos estavam submetidos, em função da distância entre os núcleos e

também pela falta de ações da COLONE para manutenção de um maior contato entre esses seres, em muitos casos resultou em distanciamentos, divisões e até mesmo na falta do desenvolvimento de uma consciência e identidade social.

DIRETO DA FONTE

A situação de isolamento dos colonos e as problemáticas que permeavam esse isolamento é trazido por Luiz Carlos Siqueira Manhães em “Educação e lutas sociais na Colonização Dirigida: o Alto Turi maranhense – 1962-1984”, de 1987, quando este autor expõe que:

“Desde o início dos trabalhos da equipe de Organização de Comunidades percebeu-se que os colonos viviam isolados em função da distância entre os núcleos (os mais próximos tinham de 6 a 12 quilômetros de estrada os separando) e também porque nenhum programa ou atividade da COLONE colocava os colonos de todos os núcleos em contato organizado.

Esse isolamento dividia os colonos, pulverizando os seus interesses e impedindo o surgimento de uma consciência e identidade social comuns.

Se, em cada núcleo, a solução dos problemas sempre fora individualizada, na soma dos núcleos a situação ainda era mais grave, porque várias reivindicações comuns eram desconhecidas pela totalidade dos colonos.”

MANHÃES, L. C. S. *Educação e lutas sociais na colonização dirigida: o Alto Turi maranhense: 1962-1984*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação, Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, 1987, p. 228.

Com a sede da COLONE ou da COMALTA no Centro do Zé Doca, esse lugarejo passa a ser não somente uma base de apoio dos colonos ou mesmo um lugar para aquisição de informações acerca do que estava acontecendo na colonização de dirigida, mas também um ponto de encontro entre aqueles que habitavam os diversos núcleos no entorno lugarejo.

Da necessidade cada vez mais latente da manutenção de momentos de interação entre os colonos do PCAT da Subárea I, vão surgindo ações desenvolvidas pela equipe de Organização de Comunidades voltadas a integração dos colonos e dos núcleos.

Uma dessas é **Feira de Produtores dos Núcleos**, que surge a partir da solicitação de grupos de colonos desejosos por uma “Feira Livre” em Zé Doca. Assim, considerando que a cooperativa comercializava apenas o arroz produzido por eles nos lotes e

FIQUE POR DENTRO

Segundo Manhães (1987) a Feira de Produtores dos Núcleos foi uma feira livre, organizada em Zé Doca no período em que este lugarejo ainda era distrito de Monção, que ocorria aos domingos e no qual os colonos dos mais distintos núcleos se organizavam para a comercialização, em barraquinhas, dos mais variados produtos produziam em seus lotes, tais como frutas, legumes, farinha e carnes.

repassava também apenas a parte do financiamento feita junto ao Banco Mundial para o gado e a pimenta que compunham o modelo econômico, com o intuito de adquirirem maiores lucros e vendo a possibilidade de comercialização de frutas, legumes, farinha e carnes que poderiam ser produzidos em seus lotes, por vezes deixado de lado, pela falta de compradores, após reuniões entre os representantes dos núcleos interessados, foi organizado esses momentos em Zé Doca.

Aqui cabe dizer que já desde a época da SUDENE haviam algumas tentativas de organização e implementação de feiras similares, sendo muito em cima da reflexão do fracasso dessas tentativas que se organizou a Feira de Produtores dos Núcleos, inclusive com o cálculo e determinação da produção necessária para o atendimento a clientela e a decisão pelo domingo, para a realização da feira.

Os preços bem abaixo dos produtos ali vendidos em comparação a oferta dos mesmos no mercado municipal será fator de atração da comunidade local, fazendo com que os produtos ofertados nas barraquinhas acabassem antes das 11 horas da manhã, resultando no encerramento da feira ainda bem cedo.

Essas feiras eram também momentos de interações e trocas sociais, nas quais os moradores dos núcleos e do Centro do Zé Doca se encontravam, reencontravam e trocavam informações, conhecimentos e experiências. Todavia, meses depois do seu início, em função de problemas de comunicação com a COLONE, de questões relacionadas a logística e, sobretudo, de embate com o poder político municipal, que por sua vez estavam ligados aos interesses desses, que eram na maioria fazendeiros-pecuaristas e comerciantes e que compunham a classe hegemônica local.

Outra atividade internúcleos que ganha destaque e reúne a população nuclear e os habitantes do Centro do Zé Doca, permitindo a interação, a troca de informações e a discussão dos problemas comuns, seria a organização do Torneio Inter-Núcleos de Futebol. Iniciados entre os anos de 1978 e 1979 e geralmente organizados no

período de “verão”, quando as chuvas torrenciais que acometiam a Pré-Amazônia cessavam e quando já se estava na época do pós-colheita, de menor intensidade de trabalho, esses eventos caracterizavam como verdadeiros momentos de confraternização.

Nessa atividade, a COLONE tem um papel fundamental no apoio material, na maioria dos campos situados em cada núcleo, na uniformização jogadores, na disposição dos troféus e medalhas e no transporte dos jogadores e das torcidas de um núcleo para outro ou para Zé Doca ou mesmo de Zé Doca para esses núcleos.

Os jogos que ocorriam nos sábados e domingos, eram marcados também pela presença de considerável número de pessoas que aproveitam o momento para se conhecerem, para a interação social, mas também para a discussão de questões e problemas que emergiam das suas atividades diárias, sobretudo ligados a produção. Ali também surgiu uma prática ainda hoje é muito comum nesses momentos, que é a do comércio itinerante de cafezinho, de bolo, de laranja e outros produtos, que os próprios moradores locais criavam para atender a plateia presente.

Deste modo se faz importante a reflexão de que ao considerarmos que, no boa parte dos colonos e dos moradores de Zé Doca viviam em função do suprimento de suas necessidades básicas, limitando-se a uma vida de trabalho, descanso e trabalho, onde os poucos momentos de distração se limitavam aos cultos religiosos, a um bate-papo na “boca da noite” e a escuta do rádio, esses momentos de interação entre os núcleos permitiam também a participação em atividades lúdicas, que muito contribuíram para sociabilidade, o lazer e a distração desses colonos e de moradores do Centro do Zé Doca.

Aqui cabe enfatizar que este lugarejo, sede da COLONE e da COMALTA, na época já com 10 mil habitantes, dispunha de uma ampla estrutura urbana que incluía ruas, avenidas e praças, além de escolas primárias e secundárias, postos de saúde, hospitais públicos e privados, um comércio bem estruturado e espaços de confraternização e lazer, entre quais se incluíam clubes de festas e

áreas de banho e apreciação, com destaque aqui para a estrutura desenvolvida pela COLONE, na parte leste do centro de Zé Doca e que englobava Colônião Clube, um espaço para festas, e a Prainha, um local para banho, lazer e práticas desportivas.



Vista parcial do Balneário Prainha, local construído pela COLONE na década de 1970 e que se caracterizou como um espaço de intensas atividades sociais em Zé Doca, até meados da década dos anos 2000, quando foi desativada, situação em que se encontra hoje.

Fonte: Página de Notícias Naã Ramos (2015)

Vista parcial do prédio do antigo Colônião Clube, situado nas proximidades da Prainha, na parte Oeste de Zé Doca, este espaço se torna marcante, por sua importância com um lugar de sociabilidade, em que a população local se utiliza para a realização de festividades, reuniões e eventos esportivos.



Fonte: Arnobio Verde (2021).

Nos fins de sua atuação na área, muitos foram os desgastes e conflitos ocorridos entre a COLONE e os colonos, estando sobretudo

ligados a questão do titulação da terra. Assim, a imposição de cláusulas duras e que desfavoreciam os colonos fez com que esses se organizar e se colocassem contra os abusos ali impostos pela companhia.

É certo que as contribuições da COLONE para os moradores do Alto Turi foram significativas, tanto no que se refere a legalização da posse da terra, o que possibilitou a muitos o alcance ao tão sonhado pedaço de chão, como na questão de formação técnica, permitindo aos trabalhadores desenvolvessem suas atividades de forma mais eficiente e rentável, de tal modo que a Região do Alto Turi ganhasse destaque como produtora de arroz, milho, farinha, mandioca e pimenta-do-reino.

Em relação a Zé Doca é inegável que esta instituição fora importante, seja na melhoria da infraestrutura do lugarejo, que possibilitou o crescimento, o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida daqueles que ali já habitavam ou passam a habitar, ou na atração de investidores, comerciantes, usineiros e outros tipos de empresários capazes de trazer emprego e renda a Zé Doca.

Aqui cabe frisar também que embora o Projeto de Colonização do Alto Turi liderado pela COLONE tenha conseguido minimizar a problemática da distribuição de terras na região este não conseguiu os resultados esperados, não conseguindo impedir o avanço, por exemplo, da grilagem ou mesmo a minimização das desigualdades sociais no Alto Turi.

Os recortes do texto “*A questão agrária no Maranhão: Lei de Terras, grilagem e conflito*”, presente no livro “*Conhecendo e debatendo a História do Maranhão*”, de 2018, de Joan Botelho, traz algumas questões que permeiam a realidade agrária no Maranhão, tais como a grilagem e a disputa pela terra, evidenciando também sobre como a Lei de Terras de Sarney será um agente potencializador dessas problemáticas.

O período da história brasileira, compreendido entre as décadas de 1950 e 1960, caracterizou-se pela existência de uma identidade populista, respaldada no discurso modernizador e desenvolvimentista, [...]. Esse modelo, adotado pelo presidente JK, priorizou a construção de obras de infraestrutura como hidrelétricas e rodovias, [...]. A modernização esteve lastreada na aplicação de capitais nacional e estrangeiro, como também na criação de órgãos fomentadores desse modelo de desenvolvimento, como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), O Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

A viabilização desse projeto deu-se, sobretudo, com a construção de Brasília, [...], e como a construção de rodovias, como [...] a BR 316 [...]. A construção de estradas de rodagem, [...], atraiu projetos para região, [...]. Destacam-se os projetos agropecuários, [...], que contaram com a entrada de uma parcela da população de outros estados [...]; fato este que gerou um incremento, não só do comércio, como também do mercado de terras, possibilitando a sua valorização, [...] É nesse contexto que surgiu o fenômeno da grilagem no Maranhão, caracterizada pelo confisco de grandes extensões de terras consideradas devolutas e, até então, ocupadas por camponeses, pequenos Produtores Rurais, que retiravam da terra sobrevivência. [...].

Quando a Lei de Terras foi instituída pelo governador José Sarney, na década de 1960, agravou-se a luta no campo, com os conflitos entre grileiros e pulseiras como resultado da legitimação do latifúndio no Estado. Respectiva lei é parte integrante do discurso “modernizador” do governo de Sarney, e ao se estabelecer, na década de 1960, provocou a reestruturação do mercado formal de terras, possibilitando a concentração fundiária por empresas e particulares, projetando a grilagem na Amazônia Legal. A consequência mais flagrante da grilagem foi a usurpação das terras dos camponeses, provocando grande êxodo curau e conflitos em várias regiões do Maranhão, [...].

Instituições como a COMARCO (Companhia Maranhense de Colonização), depois ITERMA (Instituto de Terras do Maranhão), criadas para interagir nas relações agrárias, assumiram papéis secundários no tocante a grave questão da terra e seus conflitos. Antes os conflitos, grandes grupos econômicos e latifundiários passaram a contratar pistoleiros e grupos paramilitares, encomendando assassinatos e criando situação de pavor na região.

O estabelecimento da violência promoveu a perseguição de políticos, advogadas, religiosas e, principalmente, de sindicalistas militantes, em engajadas na defesa dos camponeses e pequenas proprietárias.

[...] Atualmente, o processo de desapropriação de terras e estabelecimento de assentamentos rurais, pelo INCRA, é tímido e lento, projetando a omissão do estado, frente a grave situação vivida pelos trabalhadores rurais. [...].

BOTELHO, Joan. A questão agrária no Maranhão: Lei de Terras, grilagem e conflito. In: **Conhecendo e debatendo a História do Maranhão**. São Luis: Gráfica e Editora Impacto, 2018, p. 321-325.

SUGESTÕES DE ATIVIDADES

Prezado Professor, considerando a temática deste capítulo e o texto complementar trazido na página anterior, sugere-se, para o melhor trabalho com seus discentes, as seguintes atividades:

Atividade 1: Realizar debate sobre a importância do Projeto de Colonização do Alto Turi e do ação da COLONE para o desenvolvimento de Zé Doca.

Atividade 2: Trabalhar com os discentes uma pesquisa que os permitem entrevistar moradores da cidade de Zé Doca que ali viviam no período da COLONE, com o intuito de levá-los ao conhecimento sobre a importância desta instituição para a sociedade zedoquense da época.

Atividade 3: Desenvolver momento de discussão que possibilite a reflexão do Projeto de Colonização do Alto Turi, de responsabilidade da COLONE e dos recortes do texto de Joan Botelho, “A questão agrária no Maranhão: Lei de Terras, grilagem e conflito”, trazido no tópico “Texto Complementar”, no sentido de evidenciar a importância deste projeto para uma tentativa minimização desses problemas agrários, mas também refletindo sobre o real direcionamento que o projeto toma.

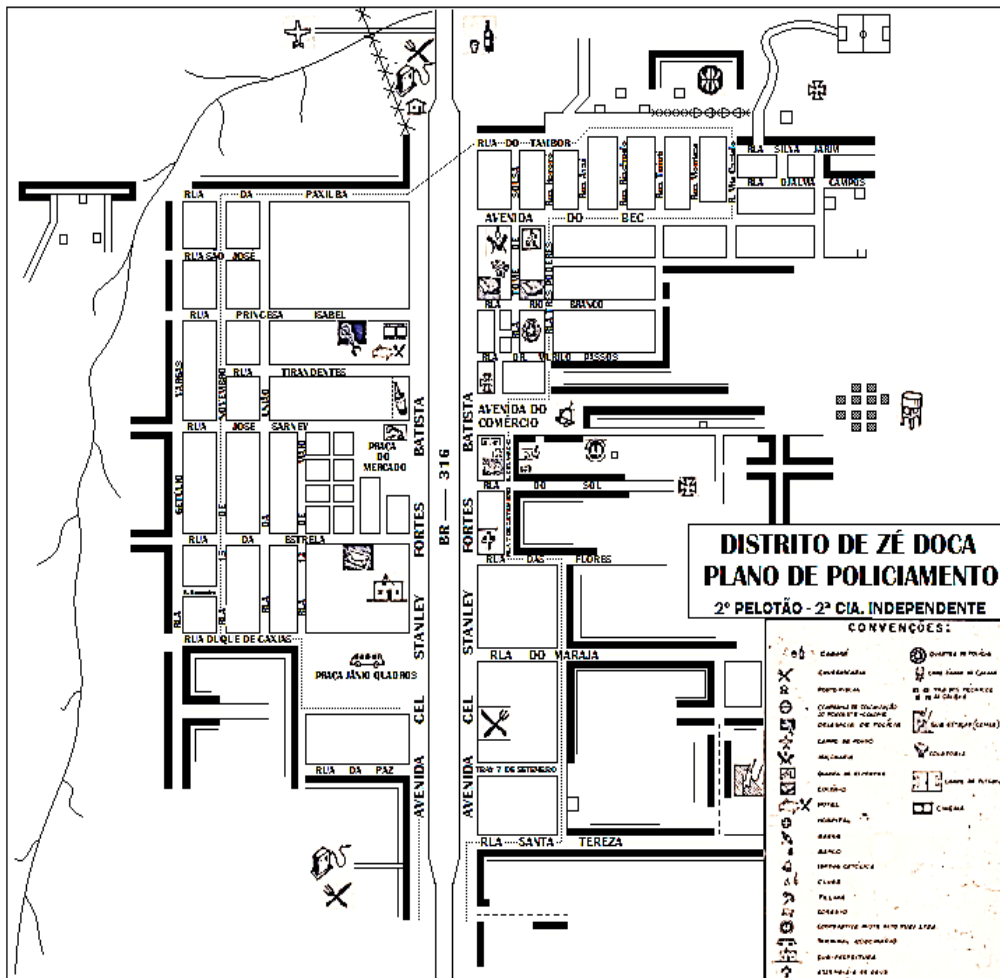
7 A CIDADE DE ZÉ DOCA

FIQUE POR DENTRO

Embora por vezes usadas de forma similar, as concepções de povoado, vila e distrito é preciso entender que esses conceitos possuem conotações distintas. O povoado é entendido como um pequeno aglomerado rural ou urbano, que não possui autonomia administrativa. Vila, por sua vez, é um aglomerado de pessoas com categoria inferior a uma cidade, embora superior a uma aldeia. Já o Distrito é uma divisão territorial e administrativa que apresenta certa autoridade e autonomia administrativa, judicial ou fiscal. Neste caso, Pinto (2003) afirma que distrito é uma subdivisão municipal, com sede em uma vila, que, por sua vez, se caracteriza como um povoado de maior contingente populacional. Assim também, é importante saber que o distrito possui a mesma denominação de sua vila e que é criado por meio de lei municipal (Pinto, 2003).

A década de 1980 marca um período na história de Zé Doca de crescimento e afirmação. Até então retratada como centro, com o processo de crescimento geográfico, econômico e populacional, a caracterização espacial deste lugarejo passa a abranger outras definições como povoado, vila e distrito.

Como já dito aqui em capítulos anteriores, Zé Doca nasce na segunda metade da década de 1950, como um pequeno aglomerado de pessoas, caracterizado como um centro e em área que até a segunda metade da década de 1980 estava ligada geográfica, política e administrativamente a cidade de Monção.



Mapa do Plano de Policiamento do Distrito de Zé Doca, entre as décadas de 1970 e 1980, desenvolvido por José Gonçalves, no qual é possível perceber a existência de certa estrutura no local, como ruas, praças e avenidas, além de diversos estabelecimentos comerciais, como bares, restaurantes, postos de combustíveis e outros.

Fonte: Arquivo da Diocese de Zé Doca (2019), desenhado por José Gonçalves e adaptado por Martinho (2019).

Ainda na primeira metade da década de 1980, com um população superior a do próprio distrito sede do município de Monção, Zé Doca já dispunha de uma boa e ampla infraestrutura, que se estabelece muito em função da construção da BR-316, pelo 2º BEC, e da atuação da SUDENE e a COLONE, com suas respectivas políticas de povoamento para a região, e que será inclusive um fator de influência para a caracterização do Distrito de Zé Doca, como o principal povoado do Alto Turi.

Segundo “Estudo da Realidade do Distrito de Zé Doca”, presente no livro “Zé Doca: Passado e presente”, de 2011, e desenvolvido por Antônio Mendes da Luz, em 1986, quando na presidência da Câmara Municipal de Monção, ainda na primeira metade da década de 1980, no serviço de apoio agropecuário, o Distrito de Zé Doca dispunha da CIBRAZÉM para o armazenamento da produção, da COMALTA para a compra, venda e armazenamento dos insumos produzidos, da EMATER para a assistência técnica e extensão rural e da COLONE para o processo de regularização fundiária, assentamento familiar e assistência técnica aos colonos. Para o financiamento dos custeios com a produção rural e industrial existiam no distrito uma agência do Banco do Nordeste do Brasil, uma agência do Banco do Estado do Maranhão e um posto avançado do Banco do Brasil.

Imagem da fachada da Agência do Banco do Brasil S. A. de Zé Doca em meados da década de 1980, que compunha a rede de agências bancárias que foram importantíssimos ao financiamento das produções agrícolas e da pecuária zedoquense.



Fonte: IBGE (2022).

Ali também muitos sindicatos, associações comunitárias e outras organizações já haviam sido instituídas. Entre eles cabe destaque o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Sindicato dos Arrumadores, além da Associação dos Criadores de Zé Doca - AGROPEZE -, da União Progressista dos Moradores de Zé Doca – a UPM –, do Lions Club de Zé Doca e da Maçonaria.

Nos serviços de saúde, o Distrito de Zé Doca já dispunha na década de 1980, de gama de hospitais, clínicas e postos de saúde para servir a população. Entre esses se destacam o Hospital do SESP, o Hospital São Francisco, a Policlínica São Lucas, a Clínica Santa Cecília e a Casa de Saúde e Maternidade Doutor Afonso Barros.

Na educação, nesse período Zé Doca também já dispunha de uma vasta rede de instituições escolares, públicas e privadas, voltadas a oferta do ensino de 1º e 2º graus. Entre as quais cabem destaque o tradicional Instituto Fundamental Brasileiro, o Colégio Senador Alexandre Costa, o Colégio Senador José Sarney, a Unidade Integrada Nelson Serejo de Carvalho e a Escola Municipal Princesa Isabel.

Em relação aos estabelecimentos industriais da cidade, ainda segundo o “Estudo da Realidade do Distrito de Zé Doca”, de Antônio Mendes da Luz, de 1986, nesse período Zé Doca possuía 20 serrarias, 10 carpintarias, 2 movelarias, 21 usinas de beneficiamento de arroz, 2 olarias mecanizadas e 5 olarias artesanais.

Com relação aos estabelecimentos comerciais, ainda primeira metade da década de 1980, o Distrito de Zé Doca já possuía 10 supermercados, 20 armazéns, 5 lojas de eletrodomésticos, 14 farmácias, 7 hotéis, 3 postos de gasolina, 7 restaurantes e outros 200 estabelecimentos de pequeno porte. Aqui cabe destaque ao Centro de Abastecimento de Zé Doca, um dos espaços comerciais mais movimentados do distrito.



Imagem parcial do centro de abastecimento de Zé Doca na década de 1980. Espaço esse que foi de suma importância para a população local e a satisfação das suas necessidades básicas, assim como um destacável espaço comercial na cidade.

Fonte: IBGE (2022).

Em relação a outros espaços existentes na localidade, voltados ao lazer e entretenimento, além de vários bares e bordeis, haviam também 5 clubes esportivos e 1 clube social, entre esses cabe destaque ao Colônião Club, sucessor da Sociedade Esportiva da Sudene, um dos primeiros clubes sociais de Zé Doca

Entre outras estruturas de prestação de serviço presentes em Zé Doca, já na década de 1980 estão: uma Subprefeitura Municipal de Monção, uma agência da CEMAR – na época denominada de Centrais Elétricas do Maranhão –, uma Delegacia de Polícia, um Quartel da Polícia Militar – o 2º Pelotão –, uma agência da Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão – a CAEMA –, um Cartório do Primeiro Ofício, um Centro de Apoio a Pequenas e Médias Empresas – o CEAG –, um Posto do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição - o INAN –, um Posto do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – o INCRA –, uma Coletoria Estadual e um Posto Fiscal da Fazenda.



Vista parcial do prédio da Coletoria Estadual, no ano de 1982, situado em Zé Doca, espaço este que já na época, evidenciava uma certa autonomia desse distrito em relação a Monção.

Fonte: IBGE (2022).

No campo religioso, o distrito se caracteriza como sede residencial do então Bispo da Diocese de Cândido Mendes, Dom Walmir Alberto Valle, e pela presença de 3 igrejas católicas e de 5 outras denominações religiosas cristãs, entre as quais está a Assembleia de Deus, que ganha destaque na localidade, muito em função dos trabalhos do senhor Jose Arcanjo de Deus e Silva, um dos precursores desta denominação religiosa em Zé Doca.



Vista da parte frontal da Catedral de Santo Antônio de Pádua, no ano de 1982. Situado na Avenida do Comércio, na parte central de Zé Doca, esse é um espaço histórico que evidencia a importância e a influência do catolicismo na localidade.

Fonte: IBGE (2022).

Além de um campo de pouso para pequenas e médias aeronaves, em sua malha viária, com a abertura da BR-316, havia também terminal rodoviário, na época denominado de terminal rodoviário José Simão da Costa, voltado ao atendimento daqueles que necessitavam se deslocar para São Luís, Belém, Santa Inês, Bacabal, Caxias, Pedreiras, Imperatriz e outras localidades. No traslado para povoados próximos a Zé Doca algumas empresas se especializam um serviço de deslocamento de pessoas, entre essas cabem destaque a Expresso Cirilo que, além de linhas entre Zé Doca e cidades da Baixada Maranhense, como Penalva, Viana e Pinheiro, desenvolve também um traslado entre Zé Doca e Nova Conquista.



Vista parcial do Terminal Rodoviário José Simão da Costa, no ano de 1982, no então Centro do Zé Doca. Construído na época em que Francisco Barroso fora prefeito de Monção, esse foi um importante espaço de chegada de imigrantes na década de 1980 e de interligação de Zé Doca com os núcleos próximos e outras localidades do Maranhão e de outros estados.

Fonte: IBGE (2022).

No campo das comunicações cabe destaque a implementação de uma agência dos Correios e telégrafos e a implementação de um posto do sistema de Telecomunicações do Maranhão, a TELMA, implantada em Zé Doca no ano de 1982.

Na década de 1980, com uma área de 4300 km², o Distrito de Zé Doca, abrangia mais de 50% do território de Monção, que era de 8267 km², o que deixa claro a sua importância para composição territorial daquela cidade.



Fonte: IMESC (2010)

Essa mesma área correspondia a um território muito maior que aquele no qual se institui o Centro do Zé Doca, lugarejo inicial do qual o Distrito de Zé Doca se forma e que, na época, corresponde a sede deste distrito e a uma parte considerável do que hoje é a zona urbana do município de Zé Doca.

Deste modo, esse distrito abarcará boa parte da Subárea I do PCAT, além do território que hoje pertence ao município de Governador Newton Bello, possuindo na época como limites: ao norte, o município de Turiaçu; ao sul, os municípios de Bom Jardim e Açailândia; a oeste, terras pertencentes ao município de Carutapera; e a leste, terras do distrito sede do município de Monção, que se situava a 108 Km de distância de Zé Doca.



Caracterização da localização, área e das delimitações atuais do município de Zé Doca. Com o processo emancipatório essa Zé Doca passaria a ter uma abrangência que no mapa corresponde, além de sua atual conformação, áreas do que hoje são os municípios de Araganã e Governador Newton Bello, até 1994, quando esses são desmembrados de Zé Doca e se tornam cidades.

Fonte: Portal Imirante.com (2016).

O Distrito de Zé Doca gozava de uma certa autonomia econômica e política em relação ao seu município sede, a cidade de Monção. A autonomia econômica se dava muito em função do

comércio, da agricultura e da pecuária, que na localidade, já desde a década de 1970, se colocam como sólidos e fortes, capazes de atender não somente a necessidade do povoado ou mesmo da Subárea I, mas também outras localidades próximas, que abrangiam tanto as subáreas II e III do PCAT como localidades externas a esse projeto de povoamento, entre as quais estavam a própria sede da cidade de Monção e as cidades de Pinheiro, Santa Helena, Carutapera, Luis Domingues e Bom Jardim.

Deste modo, cabe aqui enfatizar que a economia do Distrito de Zé Doca, neste período, girava basicamente entorno da agropecuária – na qual se destacavam a produção de arroz, milho, feijão, mandioca e a bovinocultura, suinocultura e avicultura –, o extrativismo – com especial destaque a extração de madeira da rica Amazônica Maranhense na qual Zé Doca se situava e do babaçu – e o comércio que, como já dito, atendia tanto a demanda local quanto de outros centros consumidores.

DIRETO DA FONTE

As principais atividades econômicas de Zé Doca na década de 1980, são trazidas por Antonio Mendes da Luz, em “Zé Doca no ano de 1986”, no livro “Zé Doca: Passado e Presente” de Antonio Mendes da Luz e Michel Herbert Florêncio, de 2011, ao afirmar que:

A economia [...] é originada basicamente:

- a) Agropecuária, com destaque na produção de arroz, milho, feijão, mandioca, bovinocultura, suinocultura e avicultura.*
- b) Extrativismo - exploração de madeira e babaçu.*
- c) Comércio - O comércio de Zé Doca é bastante movimentado, hoje visto que atende vários centros consumidores da região, tais como: Bom Jardim, Turiçu, Cândido Mendes, Santa Helena, Carutapera, Luís Domingues e Pinheiro.*

LUZ, A. M. Estado da realidade do Distrito de Zé Doca, 1986. In: LUZ, A. M. FLORENCIO, M. H. O Município de Zé Doca: passado e presente. São Luís, MA: Caf&Lápis, 2011, p. 97.

No aspecto político, o considerável contingente de eleitores do Distrito de Zé Doca, dava a essa localidade a possibilidade de uma certa influência e até mesmo superioridade no processo eleitoral, especialmente quando se pensava nos componentes da Câmara Municipal de Monção.

Isso ficou visível na eleição de 1982, para o pleito que iria de 1983 a 1988, no qual João Gusmão foi eleito à Prefeitura Municipal de Monção, com um total de 3314 votos, tendo como Vice-Prefeito o senhor José Carlos Martins. Ali, a hegemonia política do Distrito de Zé Doca se faz na superioridade do número

APROFUNDANDO OS CONHECIMENTOS

VÍDEO: *Parabéns Zé Doca-MA, pelos 34 anos! Rememorando o Antigo Zé Doca-MA, de Arnobio Verde, de 2021.*

de vereadores que compunham a Câmara Municipal daquela cidade, onde entre os 13 candidatos eleitos 9 pertenciam a Região da Zona da Mata, nome pela qual também era caracterizada a área de abrangência do Distrito de Zé Doca.

Partido	Candidato	Votos Nominais
PDS	Maria do Rosário Costa Leite	540
PDS	Francisco Xavier de Assunção	376
PDS	Antonio Sabino da Costa	365
PDS	José Adeil Gomes Nunes	310
PDS	Antonio Mendes da Luz	306
PDS	Adilson Cunha Mendonça	281
PDS	João Costa	280
PDS	Josemir da Hora Anjos	277
PDS	Adonias Candido de Oliveira	272
PDS	Jose Gonçalves dos Santos	265
PDS	Mateus Carvalho de Sousa	260
PDS	José Ferreira Araújo	259
PMDB	Anastácio Papa Silva	215

Lista nominal dos candidatos eleitos ao legislativo da cidade de Monção para o pleito que vai de 1983 a 1988. Segundo Luz (2011) dos 13 eleitos, 9 pertenciam a área de abrangência do Distrito de Zé Doca, na época denominada de Zona da Mata, o que evidencia certa hegemonia política desta localidade. Entre os eleitos, cabe frisar o nome de José Gonçalves dos Santos, grande intelectual local, responsável pela produção dos símbolos municipais.

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (2019) e Luz (2011).

Outro ponto importante a se considerar, quando se pensa na autonomia que o Distrito de Zé Doca já possuía na década de 1980, é a presença de uma Subprefeitura Municipal de Monção, instituída ali com o intuito dar suporte a população do local, mas que serve também para evidenciar e enfatizar a importância política desse distrito no período.

Foto de 1982 com vista parcial da parte frontal da Subprefeitura Municipal de Monção em Zé Doca, um importante exemplo da autonomia que este distrito já possuía, na época, em relação a Monção.



Fonte: IBGE (2022).

Emancipação é o mesmo que se tornar livre ou independente, sendo que no contexto aqui trazido, refere-se a liberdade política e administrativa de uma localidade em relação a outra.

Todos esses fatores servem para embasar o pensamento vigente na época, que era a necessidade da **emancipação** do distrito em relação a cidade de Monção e a consequente criação de um novo município, a cidade de Zé Doca.

O processo emancipatório de Zé Doca e o governo de intervenção de Nagib Haickel

Como já dito aqui, os anos de 1980 são de afirmação política, econômica e administrativa para Zé Doca, pois é nesta década que a referida localidade alcança o patamar de cidade, após o seu desmembramento da cidade de Monção.

O processo emancipatório de Zé Doca não se faz como um acontecimento ao acaso, aleatório, isolado ou acidental, mas é sim resultado de múltiplas circunstâncias e fatores que permitem a esta localidade um considerável crescimento, tanto em aspectos demográficos quanto territoriais, assim como a formação de uma infraestrutura socioeconômica que lhe possibilitará um considerável destaque na região e certa autonomia quanto a cidade de Monção, município ao qual estava ligado.

Esse processo de desenvolvimento muito se deve aos trabalhos da SUDENE e da COLONE no Centro do Zé Doca, bem como também a implantação da BR-316 no Alto Turi, uma vez que esses se caracterizam como fatores de atração de migrantes e de toda uma rede em prestação de bens e serviços a esse lugarejo.

Não obstante, a emancipação de Zé Doca é também um resultado da ação das forças políticas presentes na localidade na época, que na necessidade de aquisição de maior autonomia e poder político passam a defender e difundir a ideia da formação de uma nova cidade.

As condições de superioridade de Zé Doca em relação a Monção, que evidenciavam a necessidade de emancipação daquele distrito em relação a esta cidade, é trazido por Antonio Mendes da Luz em “Estrutura Administrativa de 1982 a 2009” presente no livro “Zé Doca: Passado e Presente” de Antonio Mendes da Luz e Michel Herbert Florêncio, de 2011, ao expor que:

“No sexênio de 1983 a 1988, Zé Doca passou por uma série de mudanças que combinaram com a sua emancipação política, [...]. Essa administração de Monção teve grande atuação no então distrito de Zé Doca, condicionada pela superioridade geográfica, demográfica e econômica dessa região, que era cognominada Região da Mata, para distinguir da Região da Baixada. A superioridade era também sentida no número de vereadores: nove vereadores na Região da Mata e quatro na Região da Baixada. Daí a necessidade de emancipação política da nossa cidade.”

LUZ, A. M. Estrutura Administrativa de 1982 a 2009. In: LUZ, A. M.; FLORÊNCIO, M. H. **O Município de Zé Doca: passado e presente**. São Luís, MA: Café&Lápis, 2011, p.105.

É sobre o discurso da necessidade de desmembramento, justificado pelo desenvolvimento zedoquense, mas também pela força dos políticos locais, que inclusive no pleito de 1983 a 1988, já representavam a imensa maioria da Câmara de Monção, que se justificam as campanhas em prol da emancipação do Distrito de Zé Doca, a partir da segunda metade da década de 1980.

Marcadas por controvérsias e pela atuação e influência de personagens políticos locais, essas campanhas se caracterizam como momento singulares na história deste município.

Já em 1986 o anseio pela emancipação presente em boa parte da população zedoquense resulta em um plebiscito realizado no dia 8 de junho de 1986, no qual ao ser consultada sobre se concordava com o processo emancipatório de Zé Doca ou não, a maior parte da população participante dessa consulta decidiu pelo não, caindo por terra ali – mesmo que provisoriamente – o tão almejado sonho, de uma parcela significativa dos que ali habitavam, de ver esse distrito se tornar cidade.

As circunstâncias do primeiro plebiscito sobre a emancipação de Zé Doca, é trazido por Antonio Mendes da Luz em “Estrutura Administrativa de 1982 a 2009” presente no livro “Zé Doca: Passado e Presente” de Antonio Mendes da Luz e Michel Herbert Florêncio, de 2011, ao expor que:

Havia sido realizado um plebiscito anteriormente, que, por influência político-partidária, foi frustrado, levando-nos a crer que foi o único caso no mundo que uma população "não quis" que sua povoação se transformasse em uma cidade.

LUZ, A. M. Estrutura Administrativa de 1982 a 2009. In: LUZ, A. M.; FLORÊNCIO, M. H. O Município de Zé Doca: passado e presente. São Luis, MA: Café&Lápis, 2011, p.106.

Essa negativa estaria associada a influência de políticos locais que se colocavam contra o processo de desmembramento e deixava claro que a emancipação não era uma unanimidade tanto entre os habitantes e quanto entre políticos da localidade, uma vez que muitos se posicionaram e votaram contra a esse processo.

Já, no ano seguinte em 1987, uma nova chance de emancipação surge e as campanhas pelo “Voto sim” se tornam bem mais diversificadas e intensas no Distrito de Zé Doca. Agora com o apoio das lideranças que compunham a elite política local, entre as quais estavam os senhores Benedito Barbosa Amorim e Francisco Barroso de Souza, o novo plebiscito realizado no dia 04 de outubro de 1987, trazia a confirmação majoritária da aceitação da população do Distrito de Zé Doca, pelo “sim” para que este distrito se tornasse uma cidade,

Essa ideia de emancipação, que ganha força logo nos primeiros anos da década de 1980, a partir de ações como a criação do Projeto de Lei N° 095/83, de autoria do então deputado José Gerardo, e tem a sua concretização com a publicação da Lei Estadual N.º 4.865, de 15 de março de 1988, que dispunha sobre a criação do município de Zé Doca, no Diário Oficial N° 051, de 16 de março de 1988. A partir dali, Zé Doca era legalmente um município do estado do Maranhão.

Essa lei, que é constituída por apenas três artigos, traz em seu bojo apontamentos que serviriam para caracterizar na época o território, os limites e outras especificidades espaciais do novo município criado.

Logo em seu artigo primeiro fica definido a criação do município de Zé Doca a partir do seu desmembramento do município de Monção, caracterizando-se como um território único, com sede no então povoado Zé Doca, situando-se a Noroeste do Estado do Maranhão e possuindo uma área de 4549 km.

No artigo segundo desta mesma lei fica claro que este município estaria subordinado a comarca de Santa Inês e teria como limites: ao norte, o município de Turiaçu; ao sul o município de Bom Jardim; a oeste, o município de Carutapera e a leste o município de Pinheiro e o próprio município de Monção.

DIRETO DA FONTE

As confrontações do município de Zé Doca, são evidenciadas na Lei Estadual N.º 4.865, de 15 de março de 1988, que dispunha sobre a criação do município de Zé Doca, ao expor que:

CONFRONTAÇÕES COM OS MENCIONADOS MUNICÍPIOS LIMÍTROFES:

a) Com o Município de PINHEIRO.

Começa no ponto de intersecção da antiga linha de telégrafo com o Rio Turiaçu, no povoado denominado Alto Turi, seguindo-se por esta linha de telégrafo até encontrar o povoado denominado Alto Alegre, que serve de ponto limite dos Municípios de Pinheiro, Penalva e Monção.

b) Com o Município de MONÇÃO.

Começa no povoado denominado Alto Alegre, que serve de ponto de convergência dos limites municipais de Pinheiro, Penalva e Monção. Seguindo-se do citado povoado pela antiga linha do telégrafo até encontrar o Igarapé denominado Jeju. Deste ponto de intersecção, seguindo-se com o azimute verdadeiro de 225º00' (duzentos e vinte e cinco graus), encontra-se o povoado denominado Garrafa que inclui para Bom Jardim.

c) Com o Município de BOM JARDIM.

Começa no povoado denominado Garrafa, pertencente ao citado Município, seguindo-se do povoado Garrafa com um azimute verdadeiro de 270º00' (duzentos e setenta graus), através de uma picada antiga Petrobrás até encontrar o divisor d'água da Serra do Tiracambu.

d) Com o Município de CARUTAPERA.

Começa no ponto de limite do Município de Bom Jardim com o citado Município. Seguindo-se deste ponto pelo divisor d'água da Serra do Tiracambu até a nascente do rio Turiaçu.

e) Com o Município de TURIAÇU.

Começa na nascente do Rio Turiaçu, seguindo-se por este rio até o povoado denominado Alto Turi, ponto de intersecção da antiga linha de telégrafo com o Rio Turiaçu.

Embora seja a lei o aparato legal da emancipação, é a data do segundo plebiscito, o dia 4 de outubro de 1987, que se toma no município para as comemorações referentes ao processo de desmembramento do Distrito de Zé Doca em relação a cidade de Monção e da criação do novo município, a cidade de Zé Doca.

Com a escolha pelo sim, todo um processo de transição é instituído em Zé Doca, com o intuito de viabilizar uma passagem, desta localidade, de seu status de distrito para o de cidade, de forma legal e tranquila.

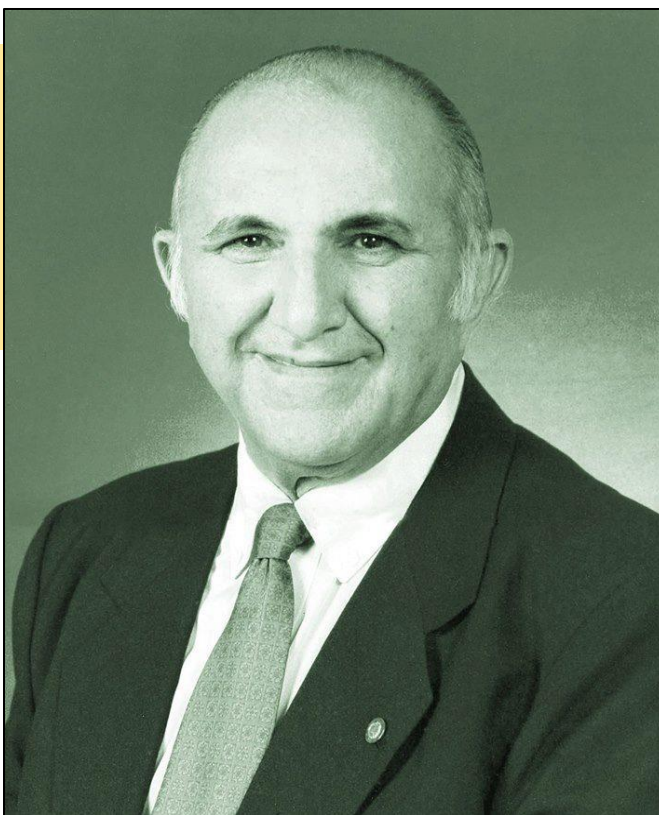
Nesse contexto, como as eleições municipais somente ocorreriam no segundo semestre de 1988, fica instituído um governo provisório para a nova cidade, até que, pelas eleições diretas, o primeiro prefeito de Zé Doca fosse eleito.

Iniciado ainda no ano de 1987, esse governo provisório, que também fica popularmente conhecido na localidade como o governo de intervenção, passa a ter a sua frente o senhor Nagib Haickel, que até 31 de janeiro de 1987 exercia seu mandato de Deputado Federal, pelo Partido Democrático Social (PDS), no pleito de 1983 a 1987.

FIQUE POR DENTRO

Interventor é uma pessoa escolhida e nomeada por um representante para governar estado, uma cidade ou alguma organização ou entidade, de forma provisória ou não e se caracterizando como um representante daquele que o nomeou, sendo por tanto assim dotada de autoridade.

Foto do senhor Nagib Haickel, político maranhense que fora escolhido como interventor escolhido de Zé Doca, governando este município até que fossem feitas eleições para o cargo de prefeito desta cidade, fato que se dá no ano de 1988.



Fonte: Haickel (2018).

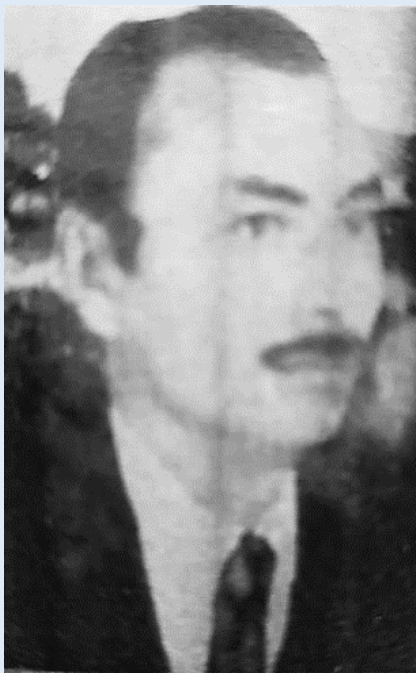
Nagib Haickel governa de Zé Doca, como **interventor**, até o ano de 1988 quando, por eleição direta, o candidato Francisco

Barroso de Souza é eleito. Nos anos em que fica à frente do governo de Zé Doca, como interventor, Nagib Haickel conta com um grupo de políticos locais, entre os quais cabe destaque o senhor Benedito Barbosa Amorim – braço direito de Nagib Haickel na localidade –, que favorecem a sua atuação.

O conhecimento da realidade local, dos problemas e dos anseios da população zedoquense, pelos que apoiam e intermediam o trabalho de Nagib Haickel em Zé Doca, estão entre os principais fatores que favorece o bom desempenho do trabalho deste político em Zé Doca.

PERSONAGENS NA HISTÓRIA

Benedito Barbosa Amorim, o homem em prol da emancipação



Na história política e social de Zé Doca um dos nomes de considerável destaque e importância é o do senhor Benedito Barbosa Amorim, um político que ao longo de sua vida em Zé Doca, deixou um legado de trabalho e de luta em prol da formação da cidade.

Benedito Barbosa Amorim foi atuante na história de Monção e de Zé Doca, tendo ganhado notoriedade como o principal responsável pela criação e implementação do Bairro Amorim, assim como, junto a outros políticos, foi também importante para a criação da Vila Barroso e notório como um dos líderes da busca pela emancipação do então Distrito de Zé Doca em relação ao município de Monção, fazendo campanhas em prol do “Sim”, para autonomia deste distrito e sua elevação a categoria de cidade, no plebiscito realizado no ano de 1987 e no qual a população de Zé Doca era consultada quanto a essa emancipação ou não em relação ao município de Monção.

Benedito Amorim, como era popularmente conhecido na região, oriundo de Pio XII, chega em Chapéu de Couro (atual cidade de Governador Newton Bello) por volta de 1963, passando a morar no povoado de Ebenézia (atualmente pertencente ao município de Zé Doca) a partir de 1989. Na década de 1980 se candidata e é eleito vereador da cidade de Monção, município do qual Zé Doca, Chapéu de Couro e Bom Jardim e seus arredores faziam parte. Quando Zé Doca se emancipa de Monção, passa a trabalhar junto ao Deputado Nagib Haickel, que é então nomeado interventor do novo município, tendo assim papel ímpar no auxílio a este político no governo do novo município.

Na primeira eleição a Prefeitura de Zé Doca, se candidata ao cargo de prefeito de Zé Doca, onde é vencido nessa disputa pelo candidato Francisco Barroso de Sousa, sendo no período de campanha para este pleito idealizado o projeto de criação do Bairro Amorim, que recebe este nome com uma forma de reconhecimento dos esforços desenvolvidos por Benedito Amorim para criação do bairro. Benedito Barbosa Amorim morre em 2002, deixando um vasto legado de trabalhos e obras estabelecidas e realizadas em prol da sociedade de Zé Doca e que ficaram marcadas na história deste município

A criação dos símbolos municipais

No processo de afirmação como cidade, para além de toda infraestrutura já estabelecida e que, como já dito aqui, possibilitava certo destaque ao Distrito de Zé Doca na década de 1980, outra ação fundamental a recém criada cidade de Zé Doca, foi a criação dos símbolos municipais.

Esses símbolos são criados entre os anos de 1887 e 1888, no período em que Zé Doca passava pelo processo de transição política que o levaria ao status de cidade, tendo na figura de José Gonçalves dos Santos, o grande idealizador e criador desses símbolos.

Essa simbologia carrega consigo uma gama de representações acerca da cidade de Zé Doca, do seu contexto histórico, da sua localização geográfica, do seu povo e seus costumes, crenças e valores, mas é também carregada por influências e relações com símbolos nacionais e estaduais, tais como a bandeira do Brasil e do Estado do Maranhão.

Consolidada a emancipação de Zé Doca, no ano de 1988, José Gonçalves desenvolve a letra e a melodia daquilo que será o hino de Zé Doca.

PERSONAGENS NA HISTÓRIA

José Gonçalves dos Santos: o Desenho



Nascido em 16 de dezembro 1941, em São Luís, capital do Estado do Maranhão, José Gonçalves dos Santos chega a Zé Doca como um desenhista ligado ao Projeto de Colonização do Alto Turi, atividade esta que lhe trará apelido de "desenho", como ficou popularmente conhecido na localidade. Com uma habilidade nata para esta atividade, foi responsável pela elaboração de várias plantas para a construção civil e de áreas do projeto, dentre as quais cabe destaque a elaboração de um dos primeiros mapas de Zé Doca, o denominado "Distrito de Zé Doca - Plano de policiamento" (página 03), datado da década de 1980.

Nesse contexto, se notabilizou também pelo desenvolvimento de pinturas, quadros, caricaturas e retrato falado, tendo sido professor de desenho técnico. Para além das atividades de desenho, José Gonçalves se destaca na história desta localidade pelo desenvolvimento de estátuas, entre as quais estão a de Santo Antônio, localizada na Praça da Matriz, em frente à Igreja Católica da Matriz.

Foi também um atleta, poeta e escritor, sendo bastante conhecido em Zé Doca, pela elaboração da letra e da música do hino desta cidade, da bandeira e do brasão da cidade do município. Casado com Helena do Espírito Santo Pereira, José Gonçalves dos Santos morreu em 19 de setembro de 2003 em São Luís, deixando um legado de contribuições a educação e cultura zedoquense. Em sua homenagem na cidade existe uma escola com seu nome, a Escola Municipal Professor José Gonçalves dos Santos, e ele é consagrado Patrono da Academia Zedoquense de Letras.

Considerado um dos símbolos mais representativos da cidade e da sociedade zedoquense, uma vez que retrata as riquezas do território de Zé Doca e as qualidades, valores e crenças de seu povo, o hino é constituído originalmente por 8 estrofe, 36 versos e um refrão que se repete por quatro vezes na música.

APROFUNDANDO OS CONHECIMENTOS

VÍDEO: *Hino Oficial de Zé Doca - 2018*, de Willian Amorim, de 2018.

Hino Municipal de Zé Doca

Letra e Música: *José Gonçalves dos Santos*

Minha terra altaneira,
De matas verdejantes,
De lavouras abundantes,
De brisa alegre e fagueira.
O teu solo é mais fecundo,
O teu sol tem mais calor!
És um recanto do mundo
Feito de paz e amor.

O teu povo bravo e forte,
Tem a sublime missão,
De defender-te até a morte,
Lutando contra opressão.

Minha Zé Doca querida,
Em quaisquer dos teus rincões,
Serás sempre enaltecida
Nossos versos de nossas canções.

O teu povo bravo e forte,
Tem a sublime missão,
De defender-te até a morte,

Lutando contra opressão

Terra cheia de esperança,
Berço eterno dos filhos teus,
Fonte que jorra bonança,
Abençoada por Deus.

O teu povo bravo e forte
Tem a sublime missão
De defender-te até a morte
Lutando contra opressão

Tens o dom da natureza
E a força da tua mocidade,
Mais a tua maior riqueza
E a chama ardente da liberdade.

O teu povo bravo e forte,
Tem a sublime missão,
De defender-te até a morte,
Lutando contra opressão.

Na primeira estrofe do hino, José Gonçalves traz a ideia de uma terra altiva, a qual ele define como “**terra altaneira**”, mas também fala da riqueza da floresta amazônica presente no território zedoquense, da abundância de suas lavouras, da fertilidade do solo, que é inclusive um fator de atração para muitos imigrantes, além de características climáticas marcantes na região, como a boa incidência de ventos e de raios solares.

No refrão, que se repete por quatro vezes na música, é evidenciado as qualidades de bravo e forte a sociedade zedoquense, além de refletir sobre a missão deste povo de defesa a esta cidade e de luta contra a opressão.

FIQUE POR DENTRO

Terra Altaneira é um termo alcunhado pela primeira vez por José Gonçalves dos Santos, no hino municipal de Zé Doca, para fazer referência a esta cidade no sentido de enaltecer as suas qualidades e de evidenciá-la como uma terra altiva.

A importância do amor a Zé Doca e de sua valorização e enaltecimento pela população zedoquense, é algo que fica claro nos versos da terceira estrofe. Já a ideia de terra acolhedora, de um povo esperançoso e pacífico é trazido na quinta estrofe, que, por sua vez, evidencia também o caráter cristão prevalecente em Zé Doca. Por sua vez, a sétima estrofe enaltece a natureza e a força da juventude zedoquense, mas traz como maior a riqueza desta cidade, a liberdade.

Outro símbolo marcante, e talvez o mais conhecido pela população zedoquense, é a bandeira. Com um desenho único e de traços diferenciados, a bandeira de Zé Doca é marcada por referências diretas a bandeira nacional e a bandeira do Estado do Maranhão, onde as cores dessas duas são trazidos para representar aspectos da natureza e da sociedade zedoquense.



Bandeira do município de Zé Doca, criada por José Gonçalves na segunda metade da década de 1980 e dotada de traços que remetem tanto a bandeira do Brasil quanto a bandeira do Maranhão, este é talvez o símbolo mais conhecido pela população zedoquense.

Fonte: Wikipédia (2021).

Deste modo, as cores verde e amarelo, que dividem a bandeira igualmente em duas partes, são ali trazidas no intuito de evidenciar a riqueza das matas e do solo zedoquense.

Já as listas com cores vermelhas, brancas e pretas, em um losango centralizado, fazem referência as matrizes populacionais do Brasil, o branco europeu, o indígena americano e o negro africano. Ainda nesse losango a estrela em um fundo azul representa este

município no cenário estadual e nacional e há também a referência a data da emancipação, 04 de outubro de 1987.

O brasão zedoquense, por sua vez, traz consigo, em sua parte superior, o mesmo losango presente na bandeira, bem como sua mesma representação, quanto a composição da população brasileira, o enaltecimento da emancipação e a representatividade zedoquense no cenário estadual e nacional. Para além disso, o brasão traz ainda em sua parte inferior uma pomba branca em simulação a um voo, que traz o sentido de valorização a paz, a esperança e, principalmente, a liberdade.

No detalhe o Brasão do município de Zé Doca, dotado de valores simbólicos que refletem os ideais do povo zedoquense de paz, esperança e liberdade, criado também por José Gonçalves em meados da década de 1980, este símbolo traz referências a bandeira do Estado do Maranhão e a data da emancipação.



Fonte: Wikipédia (2021).

Zé Doca emancipada: as campanhas, as eleições e os eleitos

Com o desejo soberano do povo pela emancipação confirmada pelo plebiscito de 1987 e efetivada pela Lei N° 4865, de 15 de março de 1988, o próximo passo seria realização de eleições para o conhecimento daqueles que seriam os representantes políticos da população, tanto à Câmara Municipal quanto para o executivo do município, a Prefeitura Municipal de Zé Doca.

Aqui cabe expressar que, ao longo da história de Zé Doca, as eleições, especialmente para o executivo e legislativo municipal, como em boa parte do interior do Maranhão, são marcadas por acontecimentos que remetem a práticas políticas do início do Brasil República, de uma época em que as oligarquias se perpetuavam no poder, tendo como base a ação dos Coronéis e a partir da troca de favores e o voto de cabresto.

Nesse contexto, uma prática comum nos períodos eleitorais em Zé Doca, é a compra de voto baseada na troca de favores, na qual, pelo voto do eleitor ou de sua família, o político oferta ao cidadão dinheiro ou outros benefícios, como empregos, pagamento de contas, medicamentos, materiais de construção, alimentos e outros “favores”, sendo que isso serve para alimentar a influência e o poder do político na sociedade, especialmente em relação aos mais desfavorecidos.

Não obstante, outra prática corriqueira nas disputas eleitorais nesta cidade, assim como em eleições municipais em muitas cidades interioranas do Brasil, é a formação de chapas, grupos ou coligações, que se estruturam a partir de acordos, por vezes desconsiderando as ideologias partidárias, e tem como base o favorecimento de interesses próprios, no geral ligados a distribuição dos cargos públicos, comissionados ou não.

A criação e divulgação de notícias falsas contra candidatos adversários, além de suspeitas de desvios de verbas públicas para financiamento de campanhas, são situações recorrentes nas disputas eleitorais no município, que afetam diretamente a lisura dessas eleições e, por vezes, reflete na manutenção ou alternância de grupos políticos, que no geral refletem as elites locais, no poder.

Aqui, cabe também frisar que, historicamente, no contexto político local, relações de dependência ou de influência de políticos de âmbito estadual ou nacional sobre os políticos locais e seu eleitorado, são comuns e servem para alimentar um sistema de troca mútua, que se estabelecem visando o favorecimento de ambas as partes e que, por vezes, acabam por favorecer a manutenção de determinados grupos ou políticos no poder.

No contexto das campanhas, as visitas de porta em porta, as reuniões via **cabo eleitoral** e os **comícios** estão entre as principais

FIQUE POR DENTRO

Cabo eleitoral é o termo usado para designar a pessoa ou o grupo de pessoas que, ligadas e orientadas por um determinado líder político que possui as pretensões de se eleger, são responsáveis pela captação de eleitores e outras pessoas dispostas a trabalhar para esse político e lhe ajudar nos períodos da campanha ou pré-campanha eleitoral.

Comícios é o nome dado aos atos públicos em que um determinado político ou grupo de políticos, candidatos a um cargo político, expõem suas ideias e propostas a população que o assiste.

ações desenvolvidas pelos candidatos aos cargos do executivo e do legislativo municipal, na tentativa de conquista do voto dos eleitores.

DIRETO DA FONTE

As principais formas de tentativa de conquista de eleitores pelos candidatos, é evidenciado por Leide Laura Martins da Costa, moradora de Zé Doca a mais de 30 anos, em entrevista realizada em 02 de abril de 2020, via aplicativo WhastApp, quando esta expõe que:

[...] Nas campanhas eleitorais em Zé Doca, depois que os showmícios são proibidos, as principais forma de campanha e conquista dos eleitores são: as visitas, que os candidatos fazem as casas dos eleitores; as reuniões, organizadas e intermediadas pelos cabos eleitorais desses candidatos; e os comícios, que embora não tenham o mesmo charme da época dos showmícios, são marcados por multidões, que inclusive recaem sobre uma demonstração de que político era mais forte[...].

COSTA, Leide Laura Martins da. Entrevista cedida a Mailson Martinho via aplicativo WhatsApp sobre a história das eleições municipais de Zé Doca. Zé Doca, 2020.

Até o ano de 2006, quando essa prática passa a ser proibida, os **showmícios** eram presentes e ditavam as campanhas eleitorais no município. Nas disputas entre os candidatos, especialmente ao executivo municipal, uma das questões mais enfáticas era a de quem trazia a maior ou melhor banda, grupo, dupla musical ou cantor. Isso poderia inclusive recair sobre a ideia de que, aquele quem fizesse o maior showmício, seria o melhor prefeito. Com a proibição dos showmícios, os comícios passam a serem os eventos centrais das campanhas. Agora quanto maior ou mais pessoas eles possuírem, mais forte o político se coloca.

Outro meio característico da disputa política local são as frases, as músicas e os jingles de campanha dos candidatos que disputam tanto o cargo do executivo quanto o do legislativo. A música mais bonita, de mais fácil assimilação ou de maior difusão, será inclusive uma disputa entre os cabos eleitorais dos candidatos e um meio à conquista de eleitores.

Nas campanhas, segundo informações do Cartório da 96ª Zona Eleitoral, entre as principais denúncias de irregularidades de campanhas estão a propagando eleitoral irregular, aqui especialmente as antecipada ao período legal para a sua realização, o derramamento de “**santinhos**” e o transporte irregular de eleitores.

FIQUE POR DENTRO

*Bem parecido com os comícios, os **Showmícios**, eram atos públicos em que o político ou um grupo de políticos, candidatos a um cargo político expunham suas ideias aos eleitores, que os assistiam, mas que tinha como diferencial o fato de que, em geral, esses atos eram acompanhado pela apresentação de artistas musicais, que tinham como princípio fundamental a maior atração do público. Esse ato passa a ser proibido em 2006 pela Lei nº 11.300, de 2006, que inclui essa modificação a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, responsável pelo estabelecimento normas para as eleições no Brasil.*

*“**Santinhos**” é uma forma de propaganda política impressa de formato e aparência próximo a cartões de visita, distribuídos durante as campanhas políticas, especialmente próximo aos dias de eleições, para servir de apoio aos eleitores, uma vez que possui informações sobre o candidato, como o nome ou apelido, número, partido ou coligação, cargo pretendido e, em alguns casos, até mesmo slogan, sendo comumente distribuído nas vésperas de uma eleição, na chamada boca de urna. O nome santinho dado a esses cartões está associado a uma prática da Igreja Católica, em distribuir pequenos papéis, tipo cartões de visitas, com imagens coloridas de santos, que são também chamados de “Santinho”.*

Os candidatos eleitos

Ao longo de seus 35 anos de emancipação, divididos em um total de nove mandatos, a cidade Zé Doca tem seu contexto político marcado pela alternância no poder dos grupos políticos hegemônicos locais e em alguns casos até mesmo pela continuidade desses grupos.



Prefeitos que governaram Zé Doca ao longo dos 35 anos ou nove mandatos de emancipação política desta cidade. Entre esses estão também Besileide Claudinho de Oliveira, que se alternou no mandato com Luís Ferreira Mascarenhas, e Nicodemus Araújo Costa, que assumiu o mandato em 2003, após a morte do prefeito eleito Isaiás de Jesus Cavalcante Pereira. Não está nesta foto o senhor Marlon Serrão, que substituiu Nathalia Cristina Bras Mendonca, quando esta foi cassada no final do seu mandato.

Fonte: Página do Facebook Zé Doca Minha Cidade - Fotos e Vídeos Antigos (2020).

O primeiro prefeito eleito de Zé Doca foi o senhor Francisco Barroso de Souza, que havia também sido prefeito da cidade de Monção entre os anos de 1979 e 1982. Tendo como vice o senhor Bernardo Lima Furtado e disputando as eleições pelo Partido Democrático Social (PDS), Francisco Barroso ganha as eleições realizadas em 15 de novembro de 1988, com um total de 7213 e uma expressiva diferença em relação aos outros candidatos que foram os senhores Benedito Amorim, José Aderson, Chico Caíca e Francisco Brito.

Foto do primeiro prefeito eleito da cidade de Zé Doca, o senhor Francisco Barroso de Souza, um emblemático político local que tem na história deste município um legado ligado ao desenvolvimento de políticas de habitação mesmo antes de Zé Doca se tornar cidade, voltadas as populações que migravam para esta localidade ou aos mais carentes que aqui já viviam e que foram importantíssimas para a surgimento de bairros como São Francisco e a Vila Barroso.



Fonte: Portal de notícias O Maranhense (2020).

Para a composição da Câmara Municipal de Zé Doca nas eleições de 1988, foram eleitos 15 vereadores, dos quais apenas 4 eram mulheres, inclusive a senhora Maria do Rosário Costa Reis que havia disputado as eleições pelo Partido Liberal (PL) e, entre todos, foi a candidata mais bem votada, com um total de 806 votos.

Partido	Candidato	Votos Nominais	Lista nominal dos candidatos eleitos ao primeiro mandato do legislativo da cidade de Zé Doca que iria de 1989 a 1992. Dentre os eleitos, destaque para a senhora Maria do Rosário Costa Reis, a candidata mais bem votada nessa eleição municipal a Câmara de Zé Doca.
PL	Maria do Rosário Costa Reis	806	
PDS	Bernardo Sousa Lima	470	
PDS	Valmir Belo Amorim	414	
PDS	Juscelino Alves de Sousa	390	
PL	Raimundo Agaildo Belarmino de Araújo	387	
PDS	Maria Eidith Vidal do Nascimento	359	
PFL	Milton Farias de Castro	352	
PDS	Raimundo Nonato Sousa Araújo	347	
PFL	José Vilson Silva Brito	292	
PDS	Francisca das Chagas Silva Araújo	284	
PTB	Antonio Higinio da Silva	274	
PMDB	Luis De Sousa Leal	269	
PL	Egídio Monteiro da Silva	215	
PMDB	José Gomes Silvestre	214	
PMDB	Eulalia Ribeiro de Oliveira	202	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (2019).

Na eleição municipal de Zé Doca, realizadas em 3 de outubro de 1992, para o quadriênio de 1993 a 1996, os eleitos ao executivo foram os candidatos do Partido da Frente Liberal (PFL), Luís

Ferreira Mascarenhas, para Prefeito e a senhora Besileide Claudinho de Oliveira, para Vice-Prefeita, que obtiveram um total de 7417 votos.

Após eleitos Mascarenhas e Besileide protagonizam um dos períodos de maior conturbação política da história de Zé Doca, no qual esses dois políticos por vias judiciais, em que um derruba o mandato provisório do outro, passam a se alternar no cargo maior do executivo municipal – o cargo de Prefeito – até o fim desse pleito.

Partido	Candidato	Votos Nominais	Lista nominal dos candidatos eleitos em 1992 à Câmara Municipal de Zé Doca para o pleito de 1993 a 1996, entre os quais está novamente como a mais bem votada a senhora Maria do Rosário Costa Reis.
PDS	Maria do Rosário Costa Reis	791	
PL	Bernardo Lima Furtado	519	
PL	Juscelino Alves de Sousa	497	
PL	Jose Feitosa da Silva	453	
PDS	Miguel Gonçalves Barros	423	
PMDB	Eulália Ribeiro de Oliveira	378	
PDS	Valmir Belo Amorim	372	
PMDB	Jose Ribamar Pereira Brito	370	
PSB	Antonio Marques De Alcobaça	341	
PL	Egídio Monteiro da Silva	324	
PST	Francisca das Chagas S. Araújo	320	
PMDB	Luis de Sousa Leal	320	
PTR	Milton Farias de Castro	272	
PTR	Jose Wilson Silva Brito	265	
PSDB	Antonio Frivaldo Marinho	347	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (2019)

Na eleição municipal de Zé Doca de 1992, são eleitos também 15 vereadores como representantes do legislativo municipal e membros da Câmara Municipal, dos quais apenas 3 mulheres estavam presentes, incluindo a novamente mais votada entre todos os candidatos, Maria do Rosário Costa Reis, eleita com 791 votos, agora pelo Partido Democrático Social.

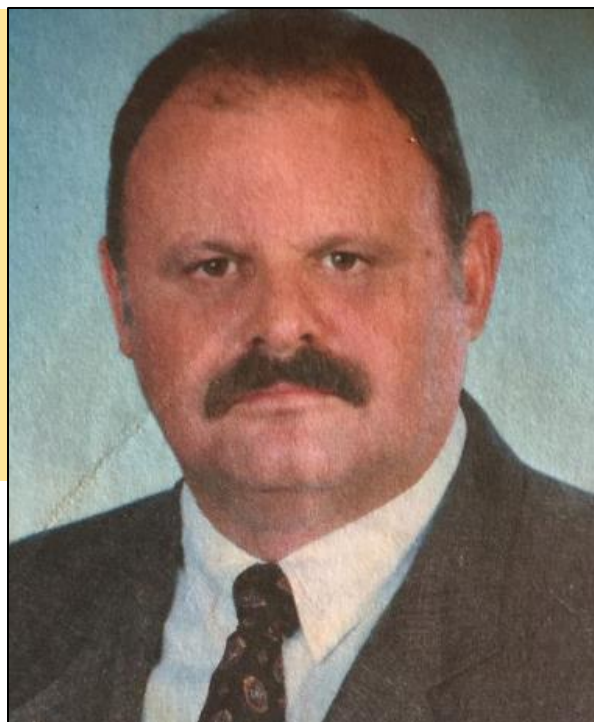
Na eleição de 3 de outubro 1996, para o mandato ao executivo de Zé Doca que se iniciaria em 1997 e iria até o ano 2000, o Alcir Mendonça da Silva, que tinha como vice o senhor João Gusmão e disputava aquele pleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) é eleito com um total de 6.048 votos ou 36,2% dos votos válidos.

Partido	Nº do candidato	Candidato	Votos Nominais	% de votos validos
PMDB	15	Alcir Mendonça da Silva	6048	36,213
PDT	12	Isaias de Jesus Cavalcante Pereira	4526	27,100
PL	22	Francisco Barroso de Sousa	4376	26,202
PSL	17	Egídio Monteiro da Silva	1561	9,347
PRTB	28	Jose Rodrigues da Silva	190	1,138

Resultado das eleições municipais de 1996 ao executivo de Zé Doca, com a listagem dos candidatos, a quantidade de real e percentual de votos obtidos por cada um e o partido pelo qual concorreram nessa eleição.

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (2019).

Imagem de Alcir Mendonça retirada de um “santinho” da campanha de 2004, quando este tentava se eleger novamente ao executivo municipal, uma vez que já havia sido eleito em 1996, para o pleito de 1997 a 2000. Em 2004, Dr. Alcir acaba desistindo da campanha e dando lugar a sua filha, Nathalia Cristina Bras Mendonca, que é eleita para o pleito de 2005 a 2008, muito em função do apoio e da popularidade de seu pai, Alcir Mendonça.



Fonte: Página do Facebook Zé Doca Minha Cidade - Fotos e Vídeos Antigos (2020).

Nessa mesma eleição para a composição da Câmara Municipal de Zé Doca, foram eleitos também 15 vereadores, dentre os quais estavam apenas 2 mulheres, a senhora Lindalva Serra Barros, candidata pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) e senhora Francisca das Chagas Silva Araújo, candidata pelo Partido Republicano Progressista (PRP).

Partido	Candidato	Votos Nominais	Lista nominal dos candidatos eleitos em 1996 para o pleito de 1997 a 2000 do legislativo da cidade de Zé Doca. Dentre os eleitos, chama atenção o nome de apenas duas mulheres como eleitas, as senhoras Lindalva Serra Barros e Francisca das Chagas Silva Araújo, de um total de 15 vereadores para o referido pleito.
PRP	Luiz Carlos Carneiro Gomes	715	
PSC	Manuel Costa Luz	684	
PSL	Jusselino Alves de Sousa	618	
PT do B	Antonio Frivaldo Marinho	592	
PMDB	Luis de Sousa Leal	553	
PL	Pedro Barroso de Sousa	547	
PL	Miguel Gonçalves Barros	458	
PSL	Jose Feitosa da Silva	393	
PL	Francisco Fernandes Nascimento	388	
PSB	Antonio Marques de Alcobaça	384	
PFL	Antonio Carlos Campelo Muniz	342	
PC do B	Lindalva Serra Barros	326	
PRP	Francisca das Chagas Silva Araújo	342	
PTB	Milton Farias de Castro	297	
PL	José Melo dos Santos	352	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (2019).

Na eleição realizada em 1º de outubro de 2000, para quadriênio de 2001 a 2004, o candidato eleito para o cargo de prefeito foi Isaías de Jesus Cavalcante Pereira, com 9630 votos. Naquela eleição Doutor Isaías – como era popularmente conhecido, em função de sua atuação como médico – tinha como seu vice prefeito o senhor Nicodemos Araújo Costa, na composição da coligação “*Zé Doca Para Todos*”, uma chapa que era constituída pelos partidos: PPS, PSC PFL, PRP, PPB e PT do B.

Também disputaram aquela eleição ao executivo municipal de Zé Doca, o senhor Alcir Mendonça da Silva – com uma chapa formada por PMDB, PTB, PC do B, PSDB, PST, PSDC e PSB – que recebeu 9123 votos ou um total de 48,02% dos votos validos e Francisco Barroso de Sousa – com uma chapa formada pelos PL, PTN, PSD e PRTB – que recebeu 243 votos ou 1,279% dos votos.

Um fato interessante acerca desta eleição é que, já bem próximo do dia da votação, os candidatos Isaías de Jesus Cavalcante Pereira e Francisco Barroso de Sousa, fizeram um acordo, em que este, mesmo não retirando a sua candidatura, passa a apoiar aquele, na tentativa de vencerem o então prefeito, que disputava a reeleição,

Alcir Mendonça da Silva, o que dá certo, pois ao final, Dr. Isaias é eleito.

No início do seu terceiro ano de mandato, Dr. Isaias morre vítima de um acidente automobilístico, na BR-135, no dia 12 de abril de 2003. Em vista disso, o seu Vice-Prefeito, Nicodemos Araújo Costa, assume o mandato, até seu término em 2004.

Para os cargos do legislativo, nas eleições de 2000, foram eleitos 15 vereadores, sendo que entre estes estava apenas uma mulher, Lindalva Serra Barros, que concorreu pelo Partido Comunista do Brasil e foi a terceira pessoa mais bem votada na época, com um quantitativo de 693 votos.

Partido	Candidato	Votos Nominais	Lista nominal dos candidatos ao cargo de vereador eleitos em 2000, para o pleito de 2001 a 2004 na cidade de Zé Doca. Desta vez Lindalva Serra Barros é a única mulher eleita de um total de 15 vereadores para o referido pleito, o que evidencia uma representatividade ainda menor às zedoquenses.
PMDB	Antônio Carlos Campelo Muniz	521	
PSB	Antônio Marques de Alcobaça	437	
PMDB	Bernardo Sousa Lima	475	
PSDC	Egídio Monteiro da Silva	366	
PFL	Francisco Freire de Andrade	394	
PFL	José de Ribamar Cardoso da Silva	764	
PMDB	José Feitosa da Silva	549	
PSC	José Leomar Ribeiro	476	
PSD	José Melo dos Santos	290	
PC do B	Lindalva Serra Barros	693	
PMDB	Luis de Sousa Leal	948	
PSC	Manuel Costa Luz	596	
PSDB	Miguel Gonçalves Barros	621	
PL	Pedro Barroso de Sousa	340	
PMDB	Pedro Walter Teixeira	507	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (2019).

Na eleição realizada de 3 de outubro de 2004, para quadriênio de 2005 a 2008, elege-se pela primeira vez na história de Zé Doca uma mulher para o cargo maior do executivo municipal. Com mais de 58,866% dos votos válidos ou total de 12 432 votos, Nathalia Cristina Bras Mendonca, é eleita pela coligação “*A vontade do povo*”, chapa constituída pelos PT, PMDB, PTN, PSC, PL, PAN, PSDC, PSDB e PC do B, tendo como Vice-Prefeito o senhor Marlon Serrão.

Inicialmente, nas campanhas eleitorais de 2004, o candidato da coligação “*A vontade do povo*” era o senhor Alcir Mendonça, uma forte liderança política local da época, que já havia sido prefeito no pleito de 1996 a 2000 e foi derrotado nas eleições de 2000.

Nessa disputa ao executivo municipal de Zé Doca, o candidato Alcir Mendonça tem como marcas de sua popularidade e aceitação a frase “Alcir, fez e faz” e uma de suas músicas que fala sobre o anseio da população de Zé Doca pelo seu retorno ao cargo de prefeito da cidade, trazendo o sentimento de rememoração de seus tempos como prefeito, como um momento de desenvolvimento da cidade.

DIRETO DA FONTE

Trechos da música de campanha de Alcir Mendonça, que é marcante na memória de moradores de Zé Doca é trazido por Marcos Ferreira Santos, natural e morador de Zé Doca a mais de 30 anos, em entrevista realizada em 02 de abril de 2020, via aplicativo WhastApp, quando este expõe que:

*Alcir fez e faz
E vai fazer muito mais.
O povo sabe que Alcir,
É competente, é capaz.
Zé Doca pede a sua volta.
A voz do povo é quem diz,
Que quando Alcir era prefeito,
Zé Doca era mais feliz.
O professor era tratado com respeito,
O aluno tinha direito, a melhor educação.
Vamos meu povo com Alcir, para decidir.
Nós vamos votar no 15 para prefeito é Alcir.
Vamos votar para decidir,
Nós vamos votar no 15 para prefeito é Alcir.
[...]*

SANTOS, Marcos Ferreira. Entrevista cedida a Mailson Martinho via aplicativo WhatsApp sobre a história das eleições municipais de Zé Doca. Zé Doca, 2020.

Em 2004, no processo de eleição de Nathalia Mendonça – como era mais conhecida e na época a pessoa mais jovem a ser eleita ao cargo do executivo – a atuação de Alcir Mendonça – pai de Nathalia Mendonça, a prefeita eleita e inicialmente candidato oficial

da chapa – foi de grande importância e teve uma significativa influência para tal acontecimento.

DIRETO DA FONTE

O portal Imirante.com, na reportagem “Zé Doca: Alcir desiste e Natália Mendonça o substitui”, traz a informação da desistência de Alcir e de sua substituição pela candidatura de Nathália, ao expor que:

SÃO LUÍS - Em Zé Doca está concorrendo a prefeitura e da coligação "a vontade é do povo", a candidata Natália Mendonça que substitui o pai, o ex-prefeito e esses candidato à prefeitura, Alcir Mendonça. Alcir desistir nesta sexta-feira de concorrer às eleições. O vice-prefeito da chapa continua sendo Marlon [...].

Zé Doca: Alcir desiste e Natália Mendonça o substitui. Portal Imirante.com. TV Mirante. 2 de outubro de 2004. s/p. Disponível em: <https://imirante.com/noticias/sao-luis/2004/10/02/ze-doca-alcir-desiste-e-natalia-mendonca-o-substitui>. Acesso em: 20 abril 2021.

Partido	Nº do candidato	Candidato	Votos Nominais	% de votos validos	Resultado das eleições municipais de 2004 para a prefeitura de Zé Doca, com o nome de cada candidato, a quantidade de real e percentual de votos obtidos por cada um e o partido pelo qual concorriam a eleição.
PMDB	15	Nathalia Cristina Bras Mendonca	12432	58,866	
PP	11	Francisco Barroso de Sousa	5400	25,569	
PFL	25	Nicodemos Araújo Costa	3186	15,086	
PSL	17	Maria Vany Ferreira Sales	101	0,478	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (2019).

Ao final de seu mandato, a prefeita eleita é afastada do cargo e em seu lugar assume o mandato o seu Vice-Prefeito, o senhor Marlon Serrão, que fica à frente do executivo municipal até o fim do mandato, em dezembro de 2008.

Para o legislativo municipal do quadriênio de 2005 a 2008, são eleitos apenas 10 vereadores, uma redução de 5 vagas ou algo em torno de 33,33% do total de eleitos para os pleitos anteriores. Entre esses, nenhuma mulher eleita e como mais votado, o senhor

José de Ribamar Cardoso da Silva – popular Ribinha –, candidato pelo Partido Popular Socialista (PPS), eleito com 875 votos.

Partido	Candidato	Votos Nominais
PSB	Antonio Marques de Alcobaça	576
PPS	Francisco Freire de Andrade	661
PAN	Francisco Maciel Muniz	485
PSDC	João Andreza Filho	469
PL	Raimundo Oliveira do Nascimento	594
PFL	José Feitosa da Silva	584
PMDB	José Valdinar de Oliveira	838
MDB	Manoel Albino Pinheiro	718
PSDB	Miguel Gonçalves Barros	764
PPS	José de Ribamar Cardoso Da Silva	875

Lista nominal dos candidatos eleitos ao legislativo do município de Zé Doca em 2004 e para o quadriênio de 2005 a 2008 da câmara desta cidade. Entre os 10 candidatos eleitos, nenhuma mulher estava presente, pela primeira vez na história da cidade.

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (2019).

No ano de 2008, a eleição para o pleito de 2009 a 2012, elege o candidato do Partido Social Cristão (PSC), Raimundo Nonato Sampaio – popularmente conhecido como Natim –, que tinha como Vice-Prefeito o senhor Manoel Costa Luz – popular Manoelzinho – e conseguiu um percentual de 48,05% dos votos válidos, o que representava um total de 10 797 votos.

Foto de Raimundo Nonato Sampaio, o popular Natim, candidato eleito em 2008 para o cargo de prefeito Zé Doca e para o pleito que iria de 2009 a 2012.



Fonte: Blog do Rodrigues (2015).

Partido	Nº do candidato	Candidato	Votos Nominais	% de votos validos	Resultado das eleições municipais de 2008 para o executivo do município de Zé Doca, com o nome de cada candidato, o partido pelo qual concorriam nessa eleição e a quantidade de real e percentual de votos obtidos por cada um.
PSC	20	Raimundo Nonato Sampaio	10 797	48,05	
PTB	14	Alberto Carvalho Gomes	8679	38,62	
PDT	12	Marlon de Jesus Arouche Serrão	2124	9,45	
PRB	10	Renato Coelho Cunha	601	2,67	
PT	13	Marcos Paulo Leite Soares	270	1,2	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (2019).

Em relação ao legislativo, para o quadriênio de 2009 a 2012, nas eleições de 2008 são eleitos apenas nove vereadores, uma vaga a menos e uma redução de 10%, em relação ao pleito anterior. Entre os eleitos o senhor Raimundo Pereira Vieira de Sousa – popular Raimundo do sindicato – candidato pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) é o mais votado, com um total de 1158 votos, seguido pela única mulher eleita nesse mandato, a senhora Lindalva Serra Barros, também do PC do B.

Partido	Candidato	Votos Nominais	Lista nominal dos candidatos eleitos ao cargo de vereador do município de Zé Doca nas eleições de 2008 e referente ao pleito que iria de 2009 a 2012 da câmara desta cidade. Entre os 09 candidatos eleitos, apenas uma mulher eleita, a senhora Lindalva Serra Barros.
PC do B	Raimundo Pereira Vieira de Sousa	1158	
PC do B	Lindalva Serra Barros	1115	
PRP	Juracy Pavão	928	
PHS	Gilmar Soares Costa	806	
PSDB	Jose Feitosa da Silva	695	
PPS	Francisco Freire de Andrade	691	
PDT	José de Ribamar Cardoso da Silva	572	
PDT	Francisco Aldi Lima Rabelo	554	
PRP	Jose Sabino Lopes de Sousa	478	

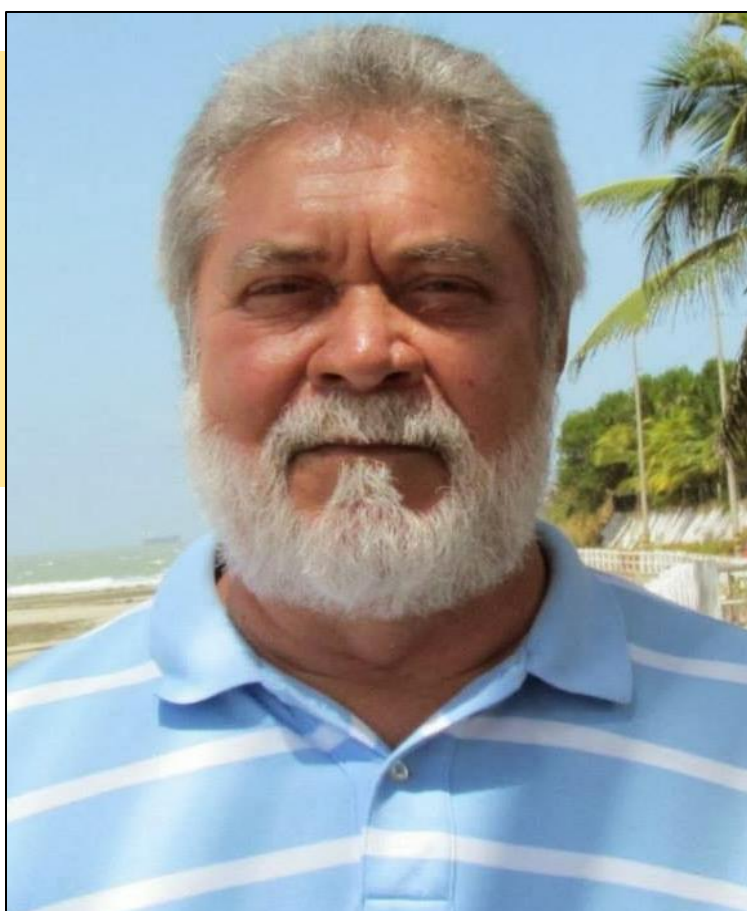
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (2019).

Em 2012 uma nova eleição ao executivo municipal de Zé Doca é realizada, agora para o pleito de 2013 a 2016. Nessa eleição

o então prefeito, Raimundo Nonato Sampaio concorre à reeleição e disputa novamente contra o senhor Alberto Carvalho Gomes, popular Doutor Alberto, como era mais conhecido na cidade, em função de seu vasto trabalho como médico.

Desta vez, Doutor Alberto, candidato pelo Partido Trabalhista Brasileiro e que tinha como Vice-Prefeita a senhora Lindalva Serra Barros, é eleito com 49,08% dos votos válidos, o que representava um total de 11 595 votos, contra 42,81% ou 10 113 votos de Natim do PSC e 8,11% ou 1916 votos de José Ferreira Costa do PT.

Foto de Alberto Carvalho Gomes, popular doutor Alberto, foi o candidato eleito em 2012 para o cargo de prefeito de Zé Doca, para o pleito que iria de 2013 a 2016. Em 2019, aos 66 anos de idade, morre em função de infarto, deixando um extenso legado na área da saúde, como médico atuante no município de Zé Doca.



Fonte: Blog do Celso Almeida (2019).

Para o legislativo do quadriênio de 2013 a 2016, volta-se novamente a eleição de 15 vereadores. Todavia, nas eleições de 2012, uma máxima permanece, apenas 3 mulheres são eleitas, o que representa apenas 20% do total de vagas disponibilizadas.

Partido	Candidato	Votos Nominais	Candidatos eleitos ao legislativo do município de Zé Doca nas eleições de 2012, para o pleito de 2009 a 2012. Com 15 vereadores eleitos novamente, dos quais apenas três mulheres, Zé Doca passa a ter um número de maior de representantes na câmara municipal.
PHS	Edilson de Sousa Vieira	964	
PV	Francisco Aldi Lima Rabelo	743	
PC do B	Raimundo Pereira Vieira de Sousa	738	
PRTB	Antonio Maia Pereira	689	
PSDC	Jose Valdimar de Olivera Junior	665	
PRTB	Juracy Pavão	546	
PV	Maria Elenice Lopes Moreira	538	
PPS	Francisco Freire de Andrade	526	
PSL	Raimunda Barros Lima	521	
PSC	Edimar Simplício Barbosa	519	
PTB	Miguel Gonçalves Barros	516	
PV	Luciana Gonçalves da Silva	490	
PTB	Josean Freitas Monteiro	471	
PSB	Antonio Marques de Alcobaça	438	
PMDB	Evanilton da Silva Araújo	410	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (2019).

Na campanha eleitoral de 2016, para o executivo municipal de Zé Doca, relativo ao quadriênio de 2017 a 2020, um nome surge e logo se destaca, trata-se de Maria Josenilda Cunha Rodrigues ou simplesmente Josinha, candidata pelo Partido da República (PR).

Na foto a segunda mulher eleita ao executivo da história de Zé Doca. Na campanha de 2016, Maria Josenilda Cunha Rodrigues, é eleita para o cargo de prefeita de Zé Doca e pelos trabalhos prestados ao longo dos quatro anos de seu mandato, que vai de 2017 a 2020, e pela enorme aceitação e popularidade em alcançada perante a sociedade zedoquense, Josinha – como é mais conhecida – se torna o primeiro chefe do executivo da história de Zé Doca a se reeleger, com expressivos 72, 22% dos votos validos.



Fonte: Estadão (2022).

Com apoio do seu irmão, o então Deputado Estadual Josimar Cunha Rodrigues, Josinha se elege com 54,40% dos votos válidos ou total de 12 888 votos, em uma das disputas mais acirradas da história desta cidade, uma vez que o segundo colocado, o senhor José Ferreira Costa – ou Zé Costa –, candidato ao executivo pelo Partido dos Trabalhadores (PT) recebe 45,60% dos votos validos ou 10 804 votos. Além desses dois candidatos, nessa eleição havia também o senhor Eloi Filho Rocha de Oliveira, candidato a prefeito pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

No legislativo municipal, para o pleito de 2017 a 2020, a eleição de 2016 elegeu 15 candidatos, entre os quais nenhuma mulher. Entre os eleitos o mais bem votado fora o candidato Francisco Lima de Souza, popular Francisco do Bernardo caixão, que disputou aquela eleição pelo Partido Social Liberal (PSL), ele recebeu um total de 891 votos.

Partido	Candidato	Votos Nominais	Lista nominal dos 15 candidatos eleitos nas eleições de 2016 ao cargo de vereador da cidade de Zé Doca, para o pleito de 2017 a 2020. Nessa eleição chama atenção o fato de que dentre os 15 escolhidos para a Câmara Municipal de Zé Doca, não haviam mulheres.
PSL	Francisco Barros Lima	891	
PR	Carlos Henrique de Oliveira	882	
PRP	Claudio de Sousa Nunes	748	
PSD	Francimar Sousa Ribeiro	714	
PSD	Fabio Gomes Ferreira	599	
PTB	Alexandre Magno de Aguiar Barroso	565	
PRTB	Antonio Maia Pereira	554	
REDE	Billclinton Sousa Moraes	543	
PR	Edilson de Sousa Vieira	538	
PT	Marcos Paulo Leite Soares	526	
PDT	Josean Freitas Monteiro	505	
PR	José Sabino Lopes de Sousa	498	
PSD	Hennio Alves Silvestre	467	
DEM	Rogério Sousa Santos da Rocha	385	
PR	Itamar Brito de Campo	332	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (2019).

Na eleição de 2020, pela primeira vez na história da cidade de Zé Doca, um candidato ao executivo a reeleito. Josinha Cunha, candidata pelo PL, vence as eleições, para o pleito de 2021 a 2024,

com 72,22% dos votos válidos ou 16 635 votos uma diferença de mais de 11 mil votos em relação ao segundo colocado, Zé Costa, que concorrerá a essa eleição pelo PT total de 5 531 votos. Nessa disputa estava também o candidato Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Alisson Mendonça Batalha.

Partido	Candidato	Votos Nominais	Lista nominal dos 15 candidatos eleitos ao legislativo do município de Zé Doca nas eleições de 2020, para o quadriênio de 2021 a 2024. Nessa lista cabe destaque a presença de apenas três mulheres eleitas para câmara municipal de Zé Doca.
PATRIOTA	Claudio de Sousa Nunes	1081	
PL	Carlos Henrique de Oliveira	926	
PATRIOTA	Billclinton Sousa Moraes	884	
PL	Ana Lucia Alves de Oliveira Freire	851	
PATRIOTA	Antonio Maia Pereira	811	
PL	Edilson de Sousa Vieira	810	
AVANTE	Hennio Alves Silvestre	788	
AVANTE	Raimunda Barros Lima	771	
AVANTE	Francimar Sousa Ribeiro	748	
AVANTE	Alexandre Magno de Aguiar Barroso	715	
PATRIOTA	Antonio Silva Santos Junior	662	
PL	Zilmar de Moura Macedo	610	
PL	Itamar Brito de Campo	595	
PL	Ana Beatriz de Freitas Coelho	566	
PT	Marcos Paulo Leite Soares	442	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (2019).

Na eleição para o legislativo municipal de Zé Doca, do pleito de 2021 a 2024, foram eleitos 15 vereadores, dentre os quais apenas três eram mulheres Ana Lucia Alves de Oliveira Freire – Doutora Ana Freire, como é popularmente conhecida – candidata pelo PL e eleita com 851 votos, Raimunda Barros Lima – também conhecida como Raimunda do Bernardo Caixão – candidata pelo AVANTE e eleita com 771 votos e Ana Beatriz de Freitas Coelho – popular Bia do Posto – candidata eleita pelo PL com um total de 851 votos.

A criação dos Bairros de Zé Doca

APROFUNDANDO OS CONHECIMENTOS

LIVRO: *Zé Doca: a história da formação dos principais bairros e suas ruas*, de Allan Wudison Oliveira Leal e Mailson Martinho, de 2019.

LEI: *Lei Nº 492 de 15 de dezembro de 2017, da Prefeitura Municipal de Zé Doca*, de 2017.

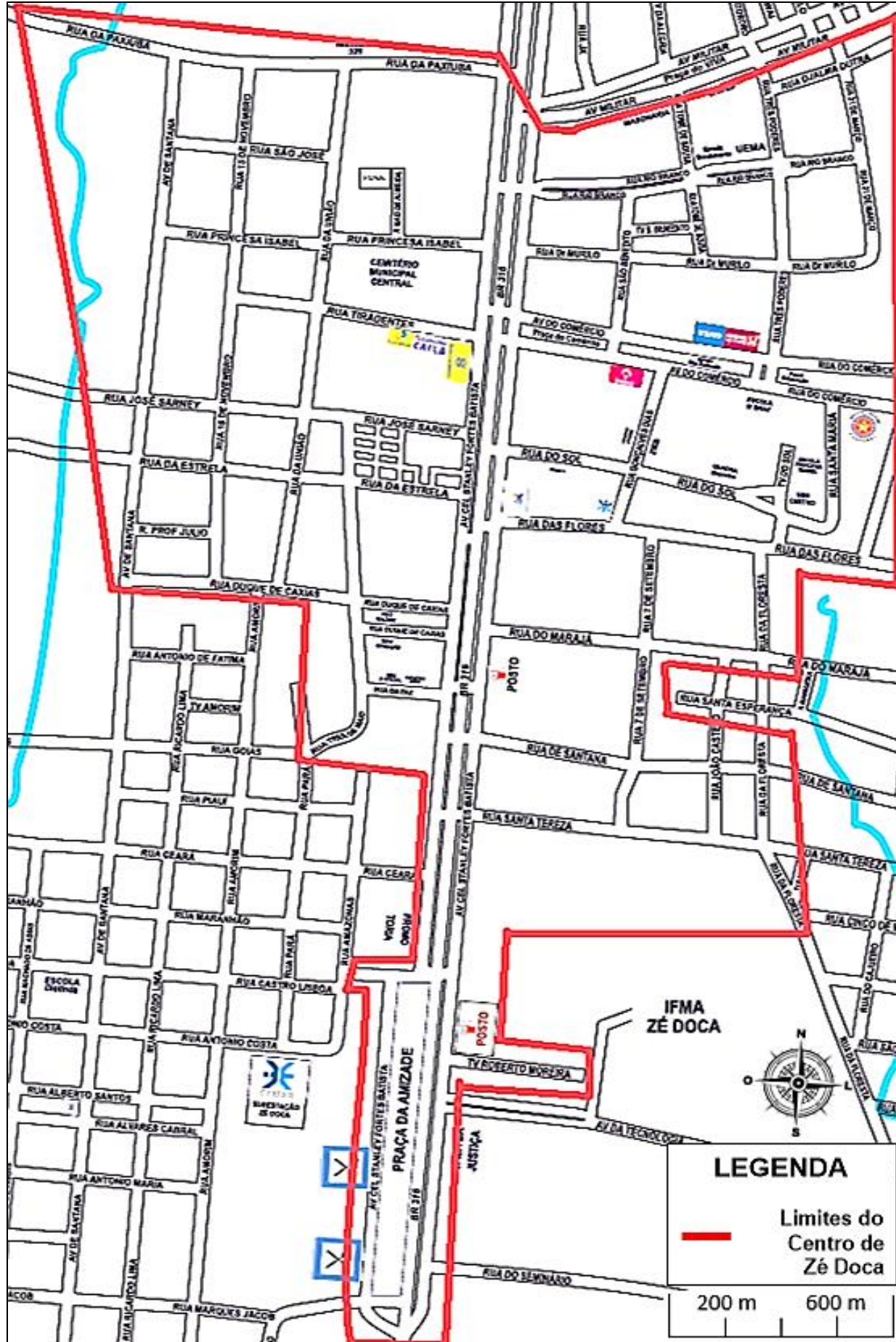
Zé Doca é uma cidade em constante e franco crescimento, populacional e especial, que ao longo de sua história se faz um atrativo constante as pessoas oriundas dos mais diversos lugares – como já dito aqui, especialmente do Baixada Maranhense, do leste e do centro Estado, além de outros Estados do Nordeste, como Ceara, Piauí e Pernambuco – que ali chegam e passam a habitar.

Nesse processo, ao se firmarem em Zé Doca, esses migrantes passam construir suas casas no então Centro do Zé Doca, tomando como base a vereda inicial da BR-316 ou essa própria rodovia, já construída, e ajudando assim na formação e no crescimento dessa localidade, bem como dos bairros que passam a se formar.

Os bairros são assim, pontos centrais no processo de estruturação de Zé Doca, uma vez que servirão como base para o crescimento e organização especial do que hoje se entende como zona urbana deste município. Deste modo, criados ao longo da história de Zé Doca, alguns bem antes mesmo da emancipação, os bairros tem assim intima ligação com o crescimento da cidade e chegada de povos de outras localidades.

Os primeiros bairros de Zé Doca, surgem entre as décadas de 1960 e 1980, quando está localidade era ainda um povoado Monção. Esses bairros são: o Centro, a Vila do Bec, a Vila Barroso, o Bairro São Francisco, a Vila Gusmão, a Vila Nova e o Bairro Amorim.

O primeiro dos bairros criados é certamente o Centro, que surge a partir da chegada dos primeiros imigrantes, entre esses o senhor Zé Doca.



Fonte: Santos (2019) adaptado por Martinho (2019).

Recorte do mapa do perímetro urbano de Zé Doca com a caracterização do espaço que compreende o Centro desta cidade, de acordo com dados da Lei do Perímetro Urbano, a Lei N° 493 de 2017, no qual é possível perceber a denominação de seus logradouros, isto é, as avenidas, ruas e travessa, que fazem parte deste bairro.

Essa bairro marca o espaço o que os primeiros moradores ficam suas moradas, constroem suas casas, estabelecem o traçado das primeiras ruas e desenvolvem as primeiras construções para uso coletivo da comunidade, como a primeira igreja do lugarejo, a Igreja Nossa Senhora da Imaculada Conceição, hoje ligada a Comunidade Santa Tereza, na Rua Santa Tereza, que inclusive uma das primeiras ruas de Zé Doca. Atualmente possuindo 38 logradouros, entre avenidas, ruas e travessas, que possuem seus nomes atrelados tanto a nomes de personalidades da história da cidade, do estado e do país, quanto a datas históricas ou características existentes na rua quando da chegada dos primeiros moradores.

Os seus logradouros são: a Avenida de Santana, a Rua Governador João Castelo, a Rua 31 de Março, a Rua da Floresta, a Rua das Flores, a Avenida Coronel Stanley Fortes Batista, a Rua da Paxiúba, a Rua Professor Júlio, a Rua José Sarney, a Rua da Estrela, a Rua Magalhães de Almeida, a Rua 15 de Novembro, a Rua da União, a Rua São José, a Rua Duque de Caxias, a Rua Princesa Izabel, a Rua Tiradentes, a Rua 07 de setembro, a Rua do Marajá, a Rua da Paz, a Rua Santa Tereza, a Rua 13 de Maio, a Travessa São Benedito, a Rua Tomé de Sousa, a Rua Santa Maria, a Rua do Sol, a Rua São Benedito, a Rua Três Poderes, a Rua Gonçalves Dias, a Rua Rio Branco, a Rua Doutor Murilo Passos, a Rua do Comércio, a Avenida do Comércio, a Travessa da Paxiúba, a Rua Pastor José Arcanjo, a Travessa Santa Maria, a Rua de Santana e a Travessa da Floresta.

É este bairro que já desde os primórdios de Zé Doca se coloca como reduto de uma das principais atividades econômicas da localidade, o comércio. Desde comércios especializados – como os destinados à venda somente de calçados –, a comércios varejistas – como os supermercados, as lojas de eletrodomésticos e as farmácias – e comércios independentes – como barraquinhas de lanches –, são encontrados nesse bairro, especialmente nos entornos da Avenida do

**APROFUNDANDO OS
CONHECIMENTOS**

*TEXTO: Zé Doca –
História & Fotos, de
Instituto Brasileiro de
Geografia E Estatística,
de 2022.*

Comércio e nas proximidades do mercado municipal, um bom exemplo da importância do comércio para Zé Doca.



Vista parcial da Avenida do Comércio da cidade de Zé Doca, no ano de 1982, onde é possível ver parte da Rua do Comércio e alguns estabelecimentos comerciais que se situavam nesse logradouro.

Fonte: IBGE (2022).

Vista parcial da atual avenida do Comércio na cidade de Zé Doca no qual é possível notar parte da atual Praça do Comércio e dos estabelecimentos comerciais que se situam neste logradouro.



Fonte: Martinho (2022).

Pouco depois da formação do que hoje é caracterizado como o Centro da cidade de Zé Doca, como já dito aqui, na década de 1970, com a chegada do 2º Batalhão de Engenharia de Construção (2º BEC), com o intuito de abrigar os militares e civis que estavam trabalhando na construção da BR-316, este batalhão constrói no

norte de Zé Doca, a Vila do Bec, nome este que seria então uma referência ao batalhão.

DIRETO DA FONTE

A atuação do 2º Batalhão de Engenharia de Construção em Zé Doca, e suas contribuições para a formação de Zé Doca e a origem dos nomes das ruas da Vila do Bec, são evidenciados no livro “Zé Doca: A origem e formação dos principais bairros e suas ruas”, organizado por Leal e Martinho em 2019, no capítulo “A Vila do Segundo Batalhão de Engenharia e Construção” de autoria de Matos *et al*, quando esses trazem:

A vinda do Segundo Batalhão de Engenharia de Construção (2º BEC) para Zé Doca, não traz apenas desenvolvimento com a construção da BR 316, mas também se torna crucial para o povoamento desta cidade, possibilitando a chegada de inúmeras pessoas, das mais diversas regiões do Maranhão e do Brasil, o que forma direta contribui com o surgimento de um novo bairro, que com o tempo acaba por se tornar a Vila do Bec.

A composição estrutural da Vila do Bec, um dos primeiros e principais bairros da cidade de Zé Doca, se dá pela presença de avenidas, ruas e travessas, que por sua vez, possuem nomes com as mais variadas origens, dentre as quais fazem referência a nomes de batalhas vencidas pelo Brasil em guerras, a períodos da história deste país, a nomes de personagens ilustres da história da cidade de Zé Doca, do estado do Maranhão, do Brasil ou presentes e a características presentes naquelas ruas no processo de implementação 2º BEC.

MATOS, D. C. O.; FERREIRA, E. L. de A.; SILVA, F. D. S. da L.; CARVALHO, J. M. de.; GONÇALVES, J. M.; PONTES, J. L. R.; FEITOSA, L. A.; MARTINHO, M.; OLIVEIRA, R. da C. A vila do Segundo Batalhão de Engenharia de Construção. In: LEAL, A. W. O.; MARTINHO, M. (Orgs.). **Zé Doca: a história da formação dos principais bairros e suas ruas**. 1ª Ed. São Paulo, SP: Lesto Editora, 2019, p. 82

Atualmente situada entre o Centro da cidade, a Vila Barroso e o Bairro Santa Teresinha, a Vila do Bec, possui 17 logradouros, com a maioria dos nomes associados a batalhas vencidas pelo exército brasileiro na II Guerra e na Guerra do Paraguai. Esses logradouros são: a Avenida Militar, a Rua JK, a Travessa da Alegria, a Rua da Alegria, a Rua Itororó, a Rua Havaí, a Rua Riachuelo, a Rua Tuiuti, a Rua Montese, a Travessa Silva Jardim, a Travessa São Lourenço, a Travessa do Império, a Rua Silva Jardim, a Rua Djalma Dutra, a Rua Jacinto Maia, a Rua Dom Valmir e a Rua Osvaldo Cruz.

A Vila do Bec, atualmente é também caracterizada como o bairro da sede do executivo municipal, onde estão situadas a prefeitura da cidade e as secretarias municipais de educação e de cultura, além da Praça de Elias Mendes Moura ou Praça do Viva Zé

Doca, onde ocorrem as grandes festividades da cidade, como as festividades juninas.

Entre as décadas de 1970 e 1980, quase que concomitantemente, surgem a Vila Barroso e o Bairro São Francisco, estruturados ao norte da parte central do povoado, esses bairros tem suas origens ligadas ao trabalho de Francisco Barroso de Souza, na prefeitura de Monção.

Esses dois bairros foram, em Zé Doca, os principais redutos das populações oriundas da Baixada Maranhense e, em vista disso, se caracterizam como verdadeiros espaços de representatividade da cultura dessa região, onde se destacam manifestações como o Bumba Meu Boi – exemplificado no Boi Brilho de São João ou Boi do Carriá, da Associação Bumba Meu Boi União do Povo, e no Boi Ligeiro Mimo de São João ou Boi do Senhor Cândido Bispo do Centro de Cultura Alto Turi-Parque da Buritizeira –, o reggae – uma vez que esses bairros são caracterizados como berço dessa manifestação em Zé Doca -, e a capoeira.

A Vila Barroso tem seu nome dado em homenagem ao pai de Francisco Barroso de Sousa, o senhor Raimundo Barroso Neto, e é instituída na área de uma fazenda que pertencia ao senhor Wilson Major. Ali como ajuda da COLONE e dos serviços de topografia do senhor João da Mata são demarcados os lotes, aberto as ruas e entregue mais de mil terrenos aos mais carentes, especialmente os que chegam da Baixada Maranhense.

O nome dos logradouros do bairro são determinados, sobretudo, em homenagem as cidades do Maranhão, sendo eles a Rua Timbiras, a Rua Dom Pedro, a Rua Cajari, a Rua Icatu, a Travessa Icatu, Travessa do Sesp, a Rua Axixá, a Rua Vitória, a Travessa Timon, a Rua Timon, a Rua Arari, a Rua Penalva, a Rua Viana, a Rua Coroatá, a Rua Santa Rita, a Rua Colinas, a Rua Oswaldo Cruz, além de parte da Avenida Coronel Stanley Fortes Batista.



Recorte do nordeste do perímetro urbano de Zé Doca com a caracterização da área que abrange a Vila Barroso de acordo com dados da Lei do Perímetro Urbano, a Lei N° 493 de 2017, no qual é possível notar o nome dos logradouros - avenidas, ruas e travessa - que constituem este bairro.

Fonte: Santos (2019) adaptado por Martinho (2019).

O Bairro São Francisco, por sua vez, tem seu nome dado em homenagem a São Francisco de Assis, de quem Barroso era devoto, e é instituído no extremo norte da zona urbana de Zé Doca, em área da antiga Fazenda dos Catingueiros, que é comprada pelo senhor Francisco Barroso, dividida em lotes e entregue as famílias dos povoados localizados nos entornos de Zé Doca – que almejavam por um terreno nessa localidade para construir suas casas e enviarem seus filhos para que ali morassem e pudessem estudar –, aos que necessitavam e não possuíam moradia e aos recém-chegados a esta localidade, sobretudo, oriundos da Baixada Maranhense.



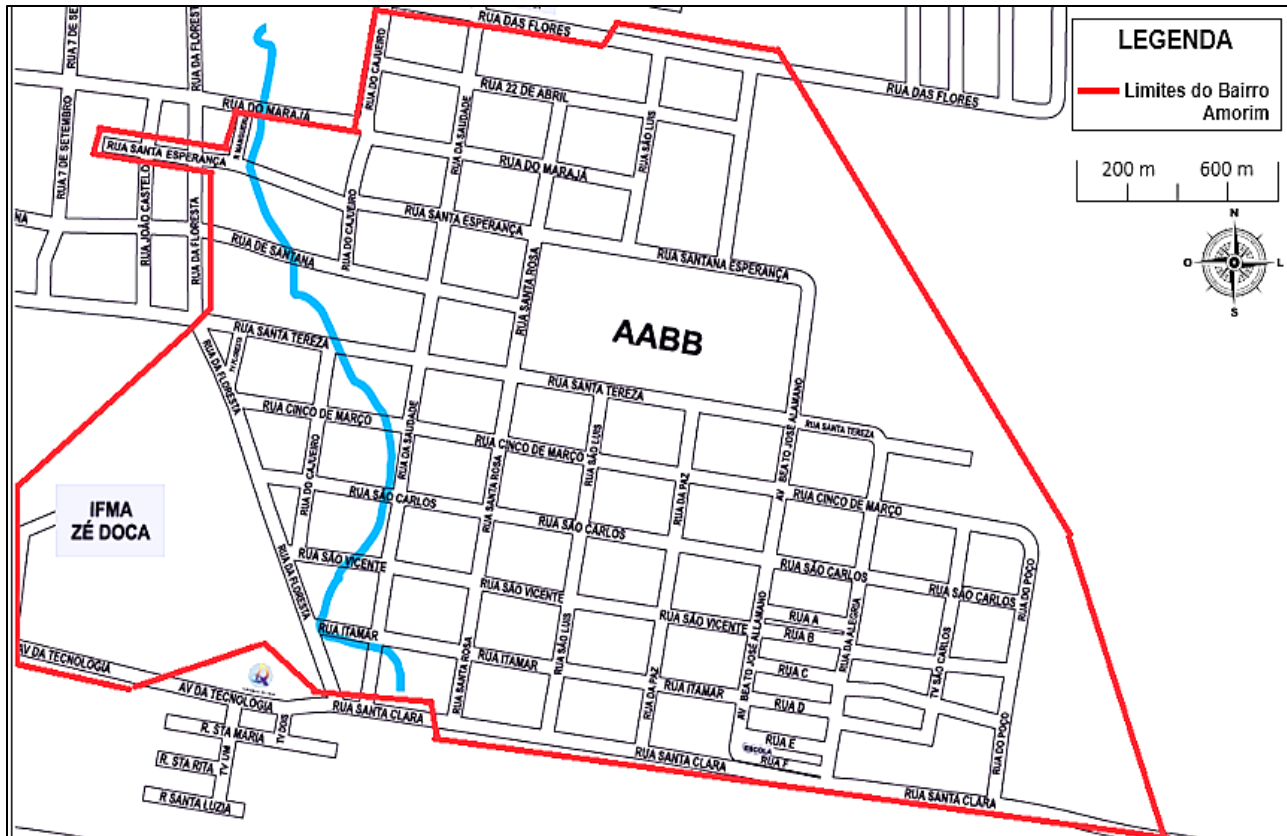
Fonte: Santos (2019) adaptado por Martinho (2019).

Recorte do Norte e do Nordeste do perímetro urbano de Zé Doca com as delimitações do Bairro São Francisco, de acordo com dados da Lei do Perímetro Urbano, a Lei Nº 493 de 2017, e onde é possível também notar a descrição dos logradouros - avenidas, ruas e travessa – que constituem o referido bairro.

Aqui cabe dizer que, além de trecho da Avenida Coronel Stanley Fortes Batista, o Bairro São Francisco possui atualmente como outros logradouros: a Avenida São Francisco, a Rua Pavão, a Rua Brastemp, a Rua Alvorada, a Rua São João, a Rua Santa Rosa, a Rua São Raimundo, a Rua Cajazeira, a Rua 7 de setembro, a Rua Pau D’Arco, a Rua Guarani, a Rua Santa Barbara, a Rua Céu Azul, a Rua Timon, a Rua Arari, a Rua Penalva, a Rua Santa Rita, a Rua Coroatá, a Rua Viana, a Praça da Rodoviária, a Rua Alto Alegre, a Rua do Alto Quilador, a Rua do Cajueiro, a Rua da Mangueira, a Rua da Alegria, a Rua Colinas, a Rua da Torre, além do mais ao Norte da Avenida Coronel Stanley Fortes Batista.

Já na década de 1980, na parte sudeste do Centro do Zé Doca, o Bairro Amorim. Tendo o seu nome associado a pessoa de Benedito

Barbosa Amorim, este bairro, ao longo das décadas se faz reduto de populações de origens diversas, tais como maranhenses do centro, do leste, do sul e da Baixada, nordestinos de outros estados e também pessoas do Norte do Brasil.



Recorte da parte sudeste do perímetro urbano da cidade de Zé Doca com as delimitações do Bairro Amorim da cidade de acordo com dados da Lei do Perímetro Urbano, Lei N° 493 de 2017. Aí também, além das delimitações deste bairro, é possível notar a descrição dos logradouros - avenidas, ruas e travessa - que pertencem a este bairro.

Fonte: Santos (2019) adaptado por Martinho (2019).

Os logradouros do Amorim são: a Rua das Flores, a Rua 22 de abril, a Rua da Mangueira, a Rua do Marajá, a Rua do Cajueiro, a Rua Santa Esperança, a Rua da Saudade, a Rua de Santana, a Rua Santa Rosa, a Rua Santa Tereza, a Rua São Luiz, a Rua 5 de Março, a Rua da Paz, a Rua São Carlos, a Travessa São Carlos, a Avenida Beato José Allamano, a Rua São Vicente, a Rua da Alegria, a Rua Itamar, a Rua Santa Clara, a Rua Santa Maria, a Rua do Poço, a Rua São Raimundo, um trecho da Rua da Floresta e as ruas pertencentes

Em sua composição, esse bairro é constituído por 17 logradouros, que tem seus nomes determinados, sobretudo, em homenagem a Estados do Brasil e aos primeiros moradores deste bairro. Esses logradouros são: a Rua Alberto Santos, a Rua Castro Lisboa, a Rua Santos Dumont, a Rua Ceará, a Rua Piauí, a Rua Goiás, a Travessa Amorim, a Rua Antônio de Fátima, a Rua Amazonas, a Rua Ricardo Lima, a Rua Machado de Assis, a Rua Henrique Dias, a Rua Bento Lobato, Rua Pará, Rua Antonio da Costa, a Rua José Ferraz, além do trecho da antiga Rua Getúlio Vargas, hoje denominada a Avenida de Santana.

No extremo sul e sudeste do Distrito de Zé Doca, no pleito de João Gusmão pela prefeitura de Monção, entre os anos de 1983 e 1988, cria-se a Vila Gusmão. Denominada assim desde sua origem, em homenagem ao seu principal idealizador, o senhor João Gusmão, esse bairro passa a abrigar, inicialmente, as pessoas oriundas de outras localidades do Maranhão, de outros Estados do Nordeste ou mesmo as famílias mais necessitadas do próprio distrito ou de localidades vizinhas, que almejavam um terreno em Zé Doca, em que pudessem construir uma casa para morada ou que servisse de apoio para que seus filhos pudessem ali estudar.



Recorte da parte sudoeste do perímetro urbano da cidade de Zé Doca com as delimitações da Vila Gusmão, de acordo com dados da Lei do Perímetro Urbano, Lei N° 492 de 2017, sendo também possível notar a descrição dos logradouros - avenidas, ruas e travessa - que constituem este bairro.

Fonte: Santos (2019)
adaptado por Martinho
(2019).

Assim como a Vila Nova, os nomes de seus logradouros, que são no total 21, estão associados, sobretudo, a nomes de estados brasileiros, a personagens de destaque na história do Brasil e a nomes dos primeiros moradores dos logradouros deste bairro. Esses logradouros são: a Rua Álvares Cabral, a Rua Antônio Maria, a Rua Pedro Lobato, a Rua do Fio, a Rua Marques de Abreu, a Rua Marques Jacó, a Rua Machado de Assis, a Rua Amorim, a Rua Barbosa Oliveira, a Rua Ana Justina, a Rua Ricardo Lima, a Rua Naan, a Rua Batista Mascarenhas, a Rua Pedro Teixeira, a Rua Nunes Garcia, a Rua Antônio Vieira, a Rua Henrique Dias, a Rua Bento Lobato, a Rua José Ferraz, a Rua Habitar Brasil e a Rua Santa Maria.

Para além desses bairros muitos outros surgem longo da história de Zé Doca. Em vista disso, em 2017, no governo de Josinha Cunha, cria-se uma lei municipal com intuito de melhor organizar o espaço urbano de Zé Doca, assim delimitando e caracterizando o que sejam os bairros existentes no perímetro urbano deste município.

Deste modo, a partir da Lei nº 492 de 15 de dezembro de 2017, a denominada Lei do Perímetro Urbano, são instituídos 22 bairros no espaço urbano de Zé Doca. Assim, para além do Centro, da Vila do Bec, da Vila Barroso, do Bairro São Francisco, da Vila Amorim, do Conjunto Consolata, da Vila Nova e da Vila Gusmão – já apontados aqui – outros bairros existentes nesta cidade, segundo a lei, são: o *Conjunto São José*, o *Bairro Santa Terezinha*; a *Vila Boa esperança*, a *Vila dos Técnicos*, a *Vila da Colone*, o *Bairro Novo Horizonte*, o *Bairro do Aeroporto*, o *Bairro Nova Zé Doca*, a *Vila Doca Ferreira*, o *Bairro Cinturão Verde*, a *Vila Brasil Leal*, o *Bairro do Seminário*, o *Bairro do Cícero*, o *Bairro Diocesano* e a *Vila Bem-Vinda*.

Todavia, ao longo da história desta cidade, na conformação espacial de seu perímetro urbano, alguns outros nomes de bairros são encontrados, como por exemplo o Bairro do Flamengo, a Vila Major Corinto, o Residencial Asa Branca, o Bairro Santa Tereza, o Alto

APROFUNDANDO OS
CONHECIMENTOS

LIVRO: *O Guri Sapeca
que virou Bispo*, de
Walmir Alberto Valle, de
2006.

dos Carneiros, o Conjunto Habitar Brasil e, mais atualmente, a Vila São Luis.

Todos esses espaços, são de fundamental importância para a caracterização perímetro urbano atual da cidade de Zé Doca, uma vez que se fazem parte integrante deste espaço.

PERSONAGENS NA HISTÓRIA

Dom Walmir Alberto Valle: o guri sapeca que virou bispo



Dom Walmir Alberto Valle, é uma figura notável e de grande importância para a história de Zé Doca, seja em função dos trabalhos prestados às comunidades carentes desta cidade, seja como um dos principais responsáveis pela criação de alguns bairros e conjuntos habitacionais de Zé Doca, tais como o Conjunto Consolata, o Conjunto São José e o Bairro Santa Terezinha, ações que conseguiu desenvolver com o auxílio da Igreja Católica e de instituições estrangeiras com as quais o Dom Walmir buscou parcerias.

Dom Walmir Alberto Valle, nasce em Nova Trento, Santa Catarina, aos 14 de abril de 1938 e morre na cidade de Joaçaba, também no Estado de Santa Catarina, em 26 de agosto de 2019. Com uma longa carreira religiosa, é ordenado sacerdote em Turim, Itália, em 21 de dezembro de 1963 e consagrado Bispo em Roma, pelo Papa João Paulo II, em 6 de janeiro de 1986, sendo que neste mesmo ano torna-se Bispo de Zé Doca trabalho, que exerce até 2003, com muito carisma e estima pelos mais necessitados.

Lembrado na comunidade como um exemplo de pacificidade, humanidade e cordialidade, em sua homenagem em Zé Doca, existe uma rua com seu nome, a Rua Dom Valmir, situada na Vila do Bec, que passa a ser denominada assim pelo Decreto Legislativo N° 02, de 18 de setembro de 2009.

Assim, em função de suas inúmeras obras no campo religioso, cultural e social, Dom Walmir Alberto Valle é reconhecidamente um dos personagens da história de Zé Doca.

Além da definição do que sejam os bairros, seus logradouros e seus limites, a Lei Municipal N° 492 de 15 de dezembro de 2017, traz também como outra grande contribuição à organização espacial do perímetro urbano de Zé Doca, a caracterização do que sejam os limites da Zona Urbana desta cidade ao evidenciar e distinguir seus pontos iniciais e finais em 7:

Ponto 001 – a sede da fazenda do senhor Cesar Cearense, na BR-316, na saída para Araguaianã;

Ponto 002 – a casa do senhor João Gonçalves dos Santos (João Paraibano) no caminho para localidade Alto Alegre;

Ponto 003 – a sede da propriedade do senhor Roberto Paulista no caminho para a localidade 5 de fevereiro;

Ponto 004 – a sede da propriedade do senhor Orleans da Castanha no caminho para Igarapé dos Índios;

Ponto 005 – o encontro da rodovia BR-316 com o caminho para a localidade Paxiúba, na saída para Bom Jardim;

Ponto 006 – o caminho para a localidade Canaã no poste de eletrificação número 1530631, no prolongamento da Rua Santa Maria; e

Ponto 007 – em frente ao novo matadouro público no caminho para localidade Conquista;

DIRETO DA FONTE

Os pontos inicial e final e os limites da Zona Urbana do atual município de Zé Doca, são evidenciados na Lei do Perímetro Urbano, a Lei Municipal N° 492 de 15 de dezembro de 2017, quando esta traz que:

“PONTO 001 Sede da fazenda do Sr. CESAR CEARENSE na RODOVIA BR 316 na saída para ARAGUANA desse ponto alinhamento reto ao PONTO 002 Casa do Sr. JOAO GONCALVES DOS SANTOS (JOÃO PARAIBANO) no caminho para localidade ALTO ALEGRE daí alinhamento reto ponto PONTO 003 na Sede da propriedade do Sr. ROBERTO PAULISTA no caminho para a localidade 5 DE FEVREIRO daí alinhamento reto ao PONTO 004 na Sede da propriedade do Sr. ORLEANS DA CASTANHA no caminho para IGARAPÉ DOS INDIOS deste ponto alinhamento reto ao PONTO 005 no Encontro da RODOVIA BR 316 com o caminho para a Localidade PAXIUBA na saída para BOM JARDIM em linha reta ao PONTO 006 no caminho para a localidade CANAÃ no Poste de Eletrificação número 1530631 no prolongamento da RUA SANTA MARIA daí linha reta ao PONTO 007 em Frente ao NOVO MATADOURO PUBLICO no caminho para localidade CONQUISTA deste alinhamento reto ao ponto inicial.”

ZÉ DOCA. Lei N° 492 de 15 de dezembro de 2017. Prefeitura Municipal de Zé Doca. Gabinete da Prefeita Municipal, p. 1.

Já com relação aos pontos inicial e final e os limites da Zona de Expansão Urbana, essa mesma lei afirma também em:

“Deste ponto alinhamento reto a Casa da Sra. DEDILHA na saída para localidade BARRAQUINHA daí alinhamento reto no sentido NORTE-SUL até o limite do perímetro urbano pelo perímetro urbano até defrontar a Ponte sobre o IGARAPÉ PUPU na saída para a QUADRA 7 de JUNHO daí alinhamento reto ao referido ponto daí alinhamento reto ao ponto inicial. (ZÉ DOCA, 2017, p. 2-3).”

ZÉ DOCA. Lei N° 492 de 15 de dezembro de 2017. Prefeitura Municipal de Zé Doca. Gabinete da Prefeita Municipal, p. 2-3.

Ali, outra concepção trazida é a de Zona Expansão Urbana, ligada a ideia de expansão territorial da abrangência do espaço urbano de Zé Doca, que a lei aponta como pontos inicial e final a sede de Fazenda Minas Gerais, na Rodovia Pedro Teixeira e como limites a Casa da Senhora Dedilha na saída para a localidade Barraquinha. Já o limite do perímetro urbano no sentido Norte-Sul é a Ponte sobre o Igarapé Pupu, na saída para a Quadra 7 de Junho.

No contexto atual, os limites da Zona Urbana de Zé Doca – onde na década de 1950 se estabelece o Centro do Zé Doca e que depois se torna o Distrito de Zé Doca, o precursor da cidade – são logicamente bem diferentes dos seus primórdios e demonstram um constante crescimento deste espaço e desta cidade.

Mapa do Perímetro Urbano de Zé Doca no ano de 2021, no qual é possível notar o traçado das ruas, avenidas, travessas e outros logradouros que compunham a Zona Urbana deste município.



Fonte: Google (2020) adaptado por Martinho (2022).

O poema “*Seja Bem Vindo Zé Doca*”, presente no livro “*Zé Doca: passado e presente*”, de 2011, de Antonio Mendes da Luz e Michel Herbert Alves Florêncio é de autoria de Raimundo Casciano Silva, um renomado poeta e repentista da cidade de Zé Doca, membro fundador da Academia Zedoquense de Letras, que aqui, nesta obra, faz campanha para que a população vote sim, no plebiscito que ocorreria no 04 de outubro de 1987, para a emancipação de Zé Doca, em relação a Monção.

Seja Bem Vindo Zé Doca

*Seja bem vindo Zé Doca
Gentil família decente
Vote sim no dia quatro
Convide amigo e parente
Data a muito esperada
Breve vai ser comemorada
No coração da gente.*

*Dê valor a nossa terra
Engrandega o seu lugar
Vote sim no dia quatro
Seja honesto e popular
Você votando vai ver
O nosso estado crescer
E a nossa cidade brilhar.*

*Zé Doca Terra divina
De paz amor e alegria
Sonhos verdes de esperança
Berço de sabedoria
Jardim bordado de flor
Pedindo todo leitor
Para votar sim neste dia.*

*Zé Doca pede a você
A sua libertação
Só depende do seu voto
No dia da eleição
Vamos votar conscientes
Veja Zé Doca contente
Independente de Monção*

*Votando sim a Zé Doca
Cumprirá sua obrigação
Valorize a sua terra
Plante semente no chão
Quando esta planta nascer
Você mesmo vai colher
O fruto da libertação*

*Ilustríssimo eleitor
Força que rege o país
Vote sim que Deus lhe pague
Este pedido que fiz
Você voltando vai ver
Nossa Zé Doca crescer
Com todo o povo feliz*

*Zé Doca hoje se veste
Com rosas e ramos de flor
Criando tanto beleza
Por ordem do criador
Jardim de rosas e serenas
Onde o vento sopra as penas
Das asas do beija-flor.*

*Peço pras autoridades
Que residem neste estado
Que nos ajude andar
Neste caminho espinhado
O nosso povo confia
Espero que neste dia
Seja-nos recompensados*

SUGESTÕES DE ATIVIDADES

Prezado Professor, considerando a temática deste capítulo e o texto complementar trazido na página anterior, sugere-se, para o melhor trabalho com seus discentes, as seguintes atividades:

Atividade 1: Realizar debate sobre a importância dos símbolos municipais para a caracterização de Zé Doca e de sua sociedade.

Atividade 2: Desenvolver pesquisa, junto aos discentes e visando entrevistas com moradores do município, com o intuito de levantar informações sobre os processos eleitorais desta cidade, bem como suas características e especificidades.

Atividade 3: Debater a importância da emancipação para a cidade e para a sociedade zedoquense, trazendo os apontamentos evidenciados pelo poema do texto complementar, como base para essa discussão.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 3ª ed. (Revista e Atualizada) São Paulo: Brasiliense, 1973.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Nordeste, Espaço e Tempo**. Petrópolis, Vozes, 1970.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Paisagens e Problemas do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1968.

ANDRADE, Maristela de Paula; SANTOS, Murilo. **Fronteiras: a expansão camponesa na pré-amazônia maranhense**. São Luís: EDUFMA, 2019.

ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra: uma análise da Colonização da Pré-Amazônia Maranhense**. São Luís, UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Zé Doca – História & Fotos**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/ze-doca/historico>. Acesso em: 29 set 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Zé Doca – Panorama: Trabalho e Rendimento**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/ze-doca/panorama>. Acesso em: 09 set 2019.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Projeto de Povoamento do Maranhão**. Recife, 1966

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Projeto de Colonização do Alto Tuni (Maranhão)**. Recife, 1972

BRASIL. Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE). **Colonização do Alto Turi: relato de experiência**. São Luís, 1984.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio - FUNAI. **Modalidades de Terras Indígenas**. 2020. 1997. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 05 out 2020.

BRASIL. **Incrá cria Unidade Avançada no município maranhense de Zé Doca (2013)**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/incra-cria-unidade-avancada-no-municipio-maranhense-de-ze-doca>. Acesso em: 08 jun 2019.

CABRAL, M. do S. C. **Caminhos do Gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. 2ª ed. São Luís, MA: Edufma, 2008.

DROULERS, M.; MAURY, P. (1981). **Colonização da Amazônia maranhense**. *Ciência e Cultura*, 33(8), 1033-1049.

FERREIRA, M. M. G. A invenção do Eldorado Maranhense em Narrativas de Migrantes Nordestinos (1930-1970): aportes teóricos metodológicos. **Revista Outros Tempos**, São Luis, v. 13, 2016. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/view/528. Acesso em: 10 out 2020.

FERREIRA, M. M. G. **Construção do Eldorado Maranhense: experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim-MA (1930-1970)**. Tese (Doutora em História Social) - Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9075>. Acesso em: 20 set 2020.

História de Zé doca. O Mará. Disponível em: <https://omara.com.br/2020/06/12/historia-ze-doca/>. Acesso em: 29 set 2021.

JANSEN, A. F.; CASTRO, D. A. L.; SANTOS, M. F. **A importância das atividades comerciais para a economia, história e sociedade do município de Zé Doca**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão Comercial) - Universidade Estadual do Maranhão, Núcleo de Tecnologia para Educação, 2019.

LEAL, A. W. O.; MARTINHO, M. (Orgs.). **Zé Doca: a história da formação dos principais bairros e suas ruas**. 1ª Ed. São Paulo, SP: Lesto Editora, 2019.

LEAL, A. W. O.; RAMOS, C. V.; COSTA, L. L. M. da; BORRALHO, J. H. de P.; SANTOS, J. J. F.; MARTINHO, M.; LIMA, M. de L. S.; GOMES, V. R. Características e contexto histórico de formação do Boi Brilho de São João da Associação Bumba Meu Boi União do Povo, de Zé Doca – MA. In: JORGE, Welington Junior (Organizador). **Reflexões sobre as Ciências Humanas**. Maringá, PR: Uniedusul, 2020.

LUZ, A. M.; FLORÊNCIO, M. H. **O Município de Zé Doca: passado e presente**. São Luis, MA: Café&Lápis, 2011.

MANHÃES, L. C. S. **Educação e lutas sociais na colonização dirigida: o Alto Turi maranhense: 1962-1984**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação, Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, 1987. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9075>. Acesso em: 20 set 2020.

MARANHÃO. **Lei Complementar Nº 108 de 21 de Novembro de 2007.** Disponível em: <http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=1936>. Acesso em: 20 set 2020.

MARANHÃO. **Lei nº 4865 de 15 de março de 1988.** Dispõe sobre a criação do Município de Zé Doca e dá outras providências. 1988, s/n

MARTINHO, Mailson. O mito fundante do Centro do Zé Doca: apontamentos e reflexões. In.: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.** Diretoria de Serviços de Divulgação. ANO 95. Nº 47. São Luis, 2021.

OLIVEIRA, Maria das Graças Corrêa de. **A SUDENE e o projeto de povoamento da Amazônia maranhense: uma experiência instigante.** Recife: Luci Artes Gráfica, 2012.

RAPOSO, George. **O mapa dos índios no Maranhão.** Jornal O Imparcial. Publicado no dia 20 de Abril de 2019. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/oimparcial.com.br/cidades/2019/04/o-mapa-dos-indios-no-maranhao/%3famp>. Acesso em: 03 out 2020.

SILVA, Darcy. **Colonização e zonas pioneiras.** In.: Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo: A. G. B., 1973. v. 18.

TEIXEIRA, E. G.; MACEDO, E. S.; SANTOS, E. C. dos; SILVA, G. F. da; SANTOS, J. R. dos. **Avaliação dos aspectos socioambientais ao longo do Lago Prainha na cidade de Zé Doca-MA.** 65ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, 2013. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/65ra/resumos/resumos/4177.htm>. Acessado em 02 jul 2021.

TORRES, Lúcio Flávio Ferreira. **A atuação da Companhia de Colonização do Nordeste – “COLONE”, no município de Zé Doca – MA.** Monografia (Licenciatura Plena em História) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luis, 2011. Disponível em: <http://www.historia.uema.br/wp-content/uploads/2016/03/8.-lucio-flavio-ferreira-torres.pdf>. Acesso em: 10 set 2020.

TROVÃO, José Ribamar. **O processo de ocupação do território maranhense.** São Luís: IMESC, 2008.

VALLE, Walmir Alberto. **O Guri Sapeca que virou Bispo.** Herval d'Oeste, SC: Gráfica Polimpresos, 2006.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia1.** Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

WAGNER, Alfredo; MOURÃO, Laís. Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo. In: WAGNER, Alfredo; Mourão. **Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo,** Laís. Manaus: UEA Edições, 2017.

Disponível em:
<http://novacartografiasocial.com.br/download/questoesagrarias-no-maranhao-contemporaneo/> Acesso em: 20 out 2020.

ZÉ DOCA. Câmara Municipal de Zé Doca. **Lei Orgânica do Município de Zé Doca – Maranhão**. 1990.

ZÉ DOCA. **Decreto Legislativo N° 02 de 18 de setembro de 2009**. Câmara Municipal de Zé Doca. Poder Legislativo.

ZÉ DOCA. **Lei N° 493 de 15 de dezembro de 2017**. Prefeitura Municipal de Zé Doca. Gabinete da Prefeita Municipal.

ZÉ DOCA. **Nossa História**. Prefeitura Municipal de Zé Doca. Disponível em: <https://zedoca.ma.gov.br/cidades/cidades/>. Acesso em: 20 out 2020.

ZÉ DOCA. Prefeitura Municipal de Zé Doca/MA. **Lei Municipal N° 0251/2004 de 11 de junho de 2004**.

ZÉ DOCA. Prefeitura Municipal de Zé Doca/MA. **Lei Municipal N° 451/2015 de 18 de agosto de 2015**.

O AUTOR

Filho de Paulina Martins e neto de Serafina Martins, ambas trabalhadoras de campo, quebradeiras de coco babaçu e migrantes advindas da Região da Baixada Maranhense, Mailson Martinho é natural de Zé Doca, nascido no ano de 1988, pouco depois da emancipação desta cidade.



Pai de José Paulo dos Santos Martinho e de Anthony Jesus Sahel dos Santos Martinho e esposo de Marileia dos Santos Martinho, possui formação em Pedagogia, Química e História, com especialização em Educação Especial, em Supervisão, Gestão e Planejamento Educacional, em História Social e Contemporânea e em História Regional e Local, sendo atualmente mestrando do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Desde 2011 é professor da Rede Pública Municipal de Zé Doca, atualmente atuando como professor das disciplinas de História e Ciências na Unidade Escolar Municipal José Miranda Braz. É também Técnico em Assuntos Educacionais, do IFMA Campus Zé Doca, onde participa do Laboratório de Pesquisa em Gênero, Ensino, Memória, Cultura e Espaço (GEMCULTE-Lab) e do grupo de pesquisa em Ensino de Matemática, Química, Meio Ambiente e Humanidades (EMQUIMAH).

Atualmente é também Membro Efetivo da Academia Zedoquense de Letras, onde ocupa a Cadeira N° 1, que tem como patrono José Timóteo Ferreira, o Zé Doca, um dos pioneiros e fundadores do Centro do Zé Doca, hoje cidade de Zé Doca.

“[...]”
*Meu alegre coração palpita,
Por um universo de esperança
Me dê a mão, a magia nos espera.*
“[...]”

(Trecho da música “**Coração de criança**”, tema de abertura do anime Dragon Ball GT)

HINO DE ZÉ DOCA

Minha terra altaneira
De matas verdejantes,
De lavouras abudantes,
De brisa alegre e fagueira...
O teu solo é mais fecundo,
O teu sol tem mais calor!...
És um recanto do mundo
Feito de paz e amor.

O teu povo bravo e forte
Tem a sublime missão
De defender-te até a morte
Lutando contra opressão
Minha Zé Doca querida,
em quaisquer dos teus rincões
serás sempre enaltecida nossos
versos de nossas canções.

Terra cheia de esperança,
berço eterno dos filhos teus,
fonte que jorra bonança
abençoada por Deus.

Tens o dom da natureza
e a força da tua mocidade,
mais a tua maior riqueza
e a chama ardente da liberdade.

Letra: José Gonçalves dos Santos

